

## WLADIMIR POMAR NA REVISTA *TEORIA E DEBATE*

*Bruno de Oliveira Santos*<sup>1</sup>

*Luís Henrique Toledo Nunes*<sup>2</sup>

*Yasmim Chan de Lima*<sup>3</sup>

Ao falar sobre luta pela democracia e justiça social no Brasil o nome de Wladimir Pomar emerge como referência para aqueles que desejam compreender e transformar a realidade política e social do país. Sua trajetória marcada por dedicação obstinada à causa dos trabalhadores e sua vasta produção intelectual deixaram um grande legado.

Wladimir Pomar nasceu em 1936, em Belém do Pará, e desde cedo foi envolvido nas lutas políticas de sua época. Militante desde os 13 anos no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Pomar enfrentou a ditadura Vargas e foi uma voz ativa na resistência ao golpe militar de 1964. Sua coragem e compromisso o levaram à prisão e à clandestinidade, onde permaneceu lutando incansavelmente pelos ideais de liberdade e justiça.

No Partido dos Trabalhadores (PT), Pomar desempenhou papéis fundamentais na construção da democracia brasileira. Como integrante da Executiva Nacional do PT, coordenador de campanhas eleitorais e assessor político, contribuiu para a consolidação do partido como uma força progressista no cenário político nacional.

Ao longo de sua vida, Pomar dedicou-se não apenas à ação política, mas também à reflexão teórica sobre os desafios enfrentados pela esquerda

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal de São Paulo. Graduado em História pela mesma instituição. Desenvolve projetos e atividades junto à equipe no acervo do Centro Sérgio Buarque de Holanda – Documentação e Memória Política da Fundação Perseu Abramo.

<sup>2</sup> Graduando em História pela Universidade Federal de São Paulo. Integra a equipe de estagiários do Centro Sérgio Buarque de Holanda – Documentação e Memória Política da Fundação Perseu Abramo desde 2023.

<sup>3</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal de São Paulo. Integrou a equipe de estagiários do Centro Sérgio Buarque de Holanda – Documentação e Memória Política da Fundação Perseu Abramo entre 2022-2024.

brasileira. Sua vasta produção intelectual abordou temas que vão desde a dialética marxista até a análise da conjuntura política contemporânea, passando pela história do Brasil e pela experiência internacional do socialismo. Nos seus textos, Pomar refletia sua visão de mundo baseada na defesa dos direitos dos trabalhadores, na crítica ao sistema capitalista e na busca por alternativas na luta pela liberdade. Suas análises e sua linguagem acessível tornaram seus escritos uma referência indispensável para aqueles que buscam compreender as complexidades da realidade política e social brasileira.

As publicações de Wladimir Pomar na revista *Teoria e Debate* são um importante instrumento para quem deseja compreender sua produção política e também a realidade política brasileira. Seus escritos provocam reflexões profundas e instigam o debate contemporâneo, contribuindo para o fortalecimento da democracia e da esquerda.

Por essa razão, o Centro Sergio Buarque de Holanda - Documentação e Memória Política da Fundação Perseu Abramo (CSBH/FPA) realizou uma pesquisa nas edições da revista *Teoria e Debate*, e reuniu os textos escritos por Wladimir Pomar publicados neste periódico. Os artigos abrangem uma ampla gama de temas, refletindo a diversidade de interesses e preocupações de Pomar ao longo de sua vida. Da análise da conjuntura política nacional à reflexão sobre os rumos do socialismo no século XXI, em conjunto oferecem uma visão abrangente do pensamento de um dos mais importantes intelectuais da esquerda brasileira.

Ao disponibilizar este dossiê, o CSBH presta uma singela homenagem a Wladimir Pomar e reafirma o compromisso de manter viva sua memória e seu legado. Que suas ideias continuem a inspirar e orientar aqueles que lutam por um mundo mais justo e igualitário.

**WLADIMIR POMAR PRESENTE, AGORA E SEMPRE!**

## Índice:

NOSSAS PERPLEXIDADES - (1997).....	5
OPÇÕES E OUTROS CAMINHOS - (1999).....	20
A NOVA ESTIRPE BURGUESA - (2000).....	31
REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO - (2000).....	41
UMA SUGESTÃO DE PAUTA - (2003).....	51
O RESGATE DA DIALÉTICA - (2003).....	58
DOSSIÊ RETOMADA DO CRESCIMENTO: O NÓ DO DESENVOLVIMENTO - (2004).....	62
O POTENCIAL DA RELAÇÃO BRASIL-CHINA - (2004) .....	72
ALGUMAS TESES SOBRE AS RAÍZES DA CRISE - (2005).....	83
UM MÍNIMO DE AUTOCRÍTICA - (2006).....	92
O RETORNO NEOLIBERAL - (2007) .....	101
TRAVAS DO CRESCIMENTO - (2007) .....	106
PC DA CHINA - DECISÕES REAIS OU FICTÍCIAS? - (2007).....	111
O LUGAR DA CLASSE OPERÁRIA - (2008).....	119
PAÍS TEM BOAS CONDIÇÕES PARA SUPERAR A CRISE - (2009).....	126
AFINAL, QUEM ESTÁ EM BEIJING? - (2010).....	132
A TRADIÇÃO MARXISTA - (2010).....	136
A QUESTÃO ENERGÉTICA NO BRASIL - (2011).....	143
A QUESTÃO CHINESA - (2012).....	148
OPÇÕES DA REINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA - (2012).....	152
NOTA SOBRE O 18º CONGRESSO DO PC DA CHINA - (2012) .....	158

NOSSAS CONTRADIÇÕES ECONÔMICAS - (2013) .....	163
AS REPERCUSSÕES DA QUEDA DO CRESCIMENTO CHINÊS - (2013).....	172
ÀS CRÍTICAS, PETROBRAS RESPONDE COM COMPETÊNCIA - (2013) .....	180
O MANIFESTO QUE NÃO VEIO - (2013).....	193
PEQUENAS MUDANÇAS? SÓ O TEMPO DIRÁ - (2013) .....	198
GRANDE MARCHA? - (2013).....	207
A PETROBRÁS E A VERGONHA QUE NOS RONDA - (2014).....	214
MUDAR PARA VENCER, VENCER PARA MUDAR - (2014).....	224
UMA NOVA POLÍTICA ECONÔMICA? - (2014).....	232
A CRISE QUE GOSTARÍAMOS DE VIVER - (2014).....	238
POR FAVOR, MUDEM E FALEM ALTO! - (2014).....	244
MENOS PROPAGANDA, MUITO MAIS AGITAÇÃO - (2014) .....	249
DE UM GOVERNO GESTOR A UM GOVERNO DE COMBATE - (2014).....	255
OUTRA VEZ A CHINA - (2015).....	260
PROBLEMAS DA LUTA PELA REFORMA POLÍTICA - (2015).....	270
COMENTÁRIOS SOBRE A CRISE BRASILEIRA - (2017).....	274
A CHINA EM NOVA ETAPA - (2017).....	281
ESTADOS UNIDOS E CHINA: AMEAÇA DE GUERRA? - (2018).....	290
O CAMINHO CHINÊS - (2020).....	297
CHINA: NÃO SE ESPANTEM COM SEU FUTURO - (2020).....	305
PARTIDO COMUNISTA DA CHINA: 100 ANOS - (2021).....	312
A QUESTÃO DO SOCIALISMO CHINÊS - (2021).....	321



Título	<i>Nossas perplexidades</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Globalização. 2. Neoliberalismo. 3. Socialismo
Número	35 ed.
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	01 de julho de 1997
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/1997/07/01/nossas-perplexidades/">https://teoriaedebate.org.br/1997/07/01/nossas-perplexidades/</a>
Resumo: O texto aborda como o socialismo está ressurgindo ao notar-se que a globalização e o neoliberalismo causam problemas, enfatizando a necessidade de mobilização política para transformação do Estado na construção de uma sociedade mais igualitária.	

## NOSSAS PERPLEXIDADES - (1997)

*A globalização é uma realidade imposta pela concentração e centralização do capital, que conduz à formação de megacorporações e a uma ação competitiva selvagem. Ao tender para a globalização, o capital faz renascer o socialismo como sua própria criação positiva, a negação de sua barbárie*

A globalização é uma realidade imposta pela concentração e centralização do capital, que conduz à formação de megacorporações e a uma ação competitiva selvagem. Ao tender para a globalização, o capital faz renascer o socialismo como sua própria criação positiva, a negação de sua barbárie.

Há pelo menos duas vertentes de reação à ideologia e políticas neoliberais. Numa delas toma corpo a idéia de que a globalização não existe. Seria invenção de Reagan e das grandes potências, tendo em vista o domínio mundial pelos Estados Unidos ou a redivisão do mundo entre elas. O processo de concentração e centralização de capitais não teria novidade, já ocorrendo há bastante tempo e nada tendo a ver com tal invenção.

A característica fundamental da globalização apregoada pelos neoliberais – a livre mobilidade de capitais, mercadorias e força de trabalho – pode ser facilmente desmentida, na realidade, pelo protecionismo, a formação de blocos regionais e a discriminação e superexploração da força de trabalho migrante. Tratar-se-ia, então, de desqualificar a globalização e sua irreversibilidade. Algo que não existe não pode ser irreversível.

Nem mesmo os capitais circulariam com a liberdade anunciada. O capital produtivo estaria restrito à compra das indústrias nacionais em dificuldade. Só o capital especulativo teria livre mobilidade. Assim mesmo, ancorado na dívida pública dos Estados nacionais, colocando todos os países à mercê de uma crise financeira mundial sem precedentes.

Viveríamos sob imensa irracionalidade econômica, orientada pelo Consenso de Washington, cujo objetivo é abrir os mercados dos países mais pobres para o domínio das corporações transnacionais. Consequências: mais de um bilhão de trabalhadores desempregados ou subempregados, rebaixamento geral dos salários e contração dos mercados.

Diante desse quadro, a saída para países como o Brasil seria aproveitar as contradições existentes entre as grandes potências econômicas e desenvolver sua economia com recursos próprios e decisões independentes, aplicando políticas que evitassem o desemprego e reduzissem a pobreza.

Embora os adeptos dessa vertente não acreditem na globalização, parecem aceitar que exista algo mais no ar além da velha lógica do capital. Apontam acertadamente muitos aspectos da nova irracionalidade econômica, mas não a associam à globalização. Como os neoliberais ou neoclássicos a consideram o supra-sumo da modernidade, preferem renegar sua existência para não se confundir.

Idêntica perplexidade ocorreu no final do século passado e início do atual diante do surgimento do imperialismo. Então, como agora, uma parte dos socialistas fez coro com o capital, capitulou ante a pujança das empresas monopolistas, sonhou

que a luta de classes passara, supôs que a pauperização era um dos delírios de Marx e acreditou que o capital era capaz de resolver seus próprios problemas e estabelecer um mundo de paz.

Em contraposição, uma parcela desprezou o imperialismo como novo patamar do desenvolvimento capitalista, enquanto outra convenceu-se de sua realidade e de suas consequências bélicas e coloniais, procurando transformá-las em revolução social. Embora não haja espaço para tratar dessa perplexidade, vale a pena lembrá-la como ponto de partida dos argumentos que encaram a globalização e suas consequências como um dado vital da realidade.

Não é novidade o processo de concentração e centralização de capitais, nem sua irracionalidade econômica. Também não é novidade que tal processo tende à globalização. Esta surge com a acumulação primitiva do capital e desde então evolui num movimento espiral cíclico cada vez mais veloz. Neste movimento, no qual a concentração e a centralização alcançam patamares cada vez mais elevados, o imperialismo foi a primeira grande onda de homogeneização internacional das estruturas capitalistas, sem no entanto conformar um mercado mundial único.

Após a Segunda Guerra Mundial, em discrepância com a expansão dos Estados de bem-estar social, com a independência dos povos coloniais e com o reforçamento de seus Estados e capitalismo nacionais, surgem megacorporações transnacionais, cuja dinâmica de reprodução ampliada lhes impõe a necessidade de um mercado livre de fronteiras. É dessa necessidade que brotam a ideologia e as políticas de Reagan e Thatcher.

A globalização tem por base, pois, não uma ou outra política econômica, um ou outro consenso de grandes potências, mas a própria acumulação do capital, que leva ao desenvolvimento de suas forças produtivas, de suas relações de produção e de suas contradições internas, atingindo o mundo todo, forçando as comportas para a criação de um mercado de livre competição entre grandes empresas. As corporações transnacionais são o elemento mais ativo desse processo que tende a

mundializar a circulação de capitais, mercadorias e força de trabalho, tornar supérfluas as nações e conformar um mundo homogêneo econômica e culturalmente.

Para manter lucros compatíveis com as necessidades de acumulação, elas precisam utilizar-se plenamente das condições de rentabilidade. Isto pode dar-se com a combinação nem sempre harmoniosa dos avanços científicos e tecnológicos; da produtividade; da produção em massa; da segmentação geográfica do processo produtivo; do controle à distância da produção e da circulação dos insumos e mercadorias; do transporte rápido de grandes massas e volumes de mercadorias e valores; da padronização das mercadorias, dos hábitos de consumo e dos sistemas de distribuição e venda, tanto pela imposição competitiva, quanto pela difusão massiva das pretensas excelências de determinados produtos, hábitos e sistemas comuns aos países centrais.

A globalização é, pois, uma realidade imposta pela concentração e centralização do capital, que conduz à formação de megacorporações e a uma ação competitiva selvagem, primeiro delas contra todos e, depois, entre elas. Para combatê-las, assim como à sua irracionalidade econômica, não se pode desdenhá-las.

### **Pequena radiografia**

Ao perseguir a globalização, o capital conduz o mundo a um modelo de trabalho em que o desemprego tecnológico convive com formas de exploração típicas do período primitivo. A flexibilização do mercado de trabalho somente evita que as taxas de desemprego subam muito rapidamente, mas impõe longas jornadas por salários iníquos, tanto nos países ricos quanto nos pobres.

A globalização acelera as desigualdades entre países e entre as camadas sociais dentro de cada país, fere a soberania das nações e cria as condições para que simples operadores do sistema financeiro internacional levem bancos e países à bancarrota, por meio do manejo de investimentos especulativos e do endividamento externo.

A ação das transnacionais modifica a estrutura concorrencial do próprio capitalismo. Seu cálculo econômico e seus padrões competitivos são estabelecidos considerando o globo como mercado. Suas decisões têm em vista seus interesses mundiais. Em função de uma localização ótima para a rentabilidade, fábricas inteiras são desmontadas, segmentadas e transferidas de um país a outro, pouco importando que isto quebre empresas locais e cause desemprego e problemas produtivos e fiscais.

No entanto, para alcançar a completa liberdade de circulação de capitais, mercadorias e trabalhadores, não bastam a força e a vontade das corporações capitalistas. Seria preciso eliminar as legislações nacionais que restringem os investimentos, a transferência dos lucros, os financiamentos e a compra e venda de ações. As taxas de câmbio deveriam flutuar livremente e as diferentes economias deveriam estar estabilizadas para que as transnacionais pudessem detectar com facilidade as vantagens comparativas de cada região.

As taxas que encarecem artificialmente os produtos importados deveriam ser reduzidas drasticamente. Os subsídios e isenções, que rebaixam artificialmente os custos e tornam os produtos internacionalmente competitivos, deveriam ser cortados. Os regulamentos trabalhistas deveriam ser extintos, permitindo a contratação de trabalhadores pelo menor salário e maior jornada. E os Estados nacionais deveriam evitar gastos orçamentários com obrigações sociais que gravam as empresas.

Em suma, todos os regulamentos nacionais sobre as formas de circulação de capitais, mercadorias e força de trabalho deveriam ser desfeitos, como pretendia o Consenso de Washington, desnudando o comércio internacional de qualquer aparência de concorrência entre nações e tornando-o um simples campo de competição entre empresas.

O desmonte do campo socialista, a capitulação ideológica e política de parcelas significativas dos partidos socialistas e comunistas e a perplexidade que paralisou

o movimento dos trabalhadores pareceram o momento ótimo para a ofensiva neoliberal sujeitar o mundo às necessidades das corporações capitalistas. Não havia resistências perceptíveis e a história parecia haver se transformado na eternidade liberal.

Apesar disso, as desregulamentações promovidas pela globalização agravaram a irracionalidade econômica do capital, gerando novas resistências fora e no interior dele próprio.

Como a liberdade total do mercado tende a destruir os processos produtivos locais, desorganizar as finanças, desestabilizar as nações e criar uma exclusão social sem precedentes, a desregulamentação não é completa nem mesmo nos países centrais. Por outro lado, os Estados nacionais subordinados, artificialmente mantidos pelos bancos dos países centrais, têm sofrido graves convulsões sociais e políticas e correm o perigo de desabar toda vez que aqueles bancos atrasam, restringem ou suspendem a “ajuda” e a “cooperação”.

A circulação de mercadorias continua condicionada por travas nacionais, como salários, tarifas, tributos, juros e câmbio, historicamente relacionados com os interesses das classes locais. Não por acaso, contra seu próprio discurso de livre-comércio, os Estados centrais praticam um crescente protecionismo, subsidiam sua agricultura e carreiam investimentos públicos para setores estratégicos.

O desemprego massivo também tem obrigado os Estados centrais a desenvolver uma prática contrária à livre circulação das pessoas. São crescentes as restrições legais, coercitivas e repressivas à imigração de trabalhadores estrangeiros. Os Estados Unidos construíram um verdadeiro muro, ainda não tão famoso quanto o de Berlim, para evitar a travessia de sua fronteira com o México. A Europa impõe restrições draconianas para as viagens de trabalhadores procedentes da África, América Latina e Ásia.

A exclusão de nações e grupos sociais tende a tornar mais agudos os conflitos. Hoje, são comuns não somente os conflitos sociais, ideológicos e políticos. Tomam

vulto os conflitos étnicos e de caráter nacionalista, raciais e religiosos e as guerras de gangues. O banditismo assume contornos de sociedade organizada em termos internacionais e nacionais. As máfias ocupam posição destacada na burguesia de cada país e transformam o tráfico de entorpecentes num dos negócios mais lucrativos e destrutivos da atualidade. A violência se dissemina em cada país e pelo mundo de uma forma capilar e endêmica.

Na Europa, os trabalhadores são empurrados contra a parede para aceitarem a perda de todas as conquistas do Estado de bem-estar social, não lhes restando outra alternativa senão realizar greves selvagens e batalhas que pareciam fatos de um passado remoto do conflito capital/trabalho. Segmentos prejudicados das burguesias periféricas pressionam seus Estados a adotarem políticas que se chocam contra a globalização. Resistem ao estabelecimento de regras uniformes para todos os países e defendem a diversidade dos modelos econômicos.

Assim, embora as nações, classes e desigualdades que conformaram a estrutura mundial capitalista concorrencial sejam o trampolim necessário ao processo da globalização, elas se tornam, ao mesmo tempo, obstáculos a tal processo. Para completar-se, a globalização capitalista teria que quebrar aquela estrutura e criar outra, na qual um mercado mundial único e homogêneo deveria ser composto por centros dinâmicos, mas contraídos, e periferias marginais, ou excluídas, muito amplas.

Os centros dinâmicos, com as novíssimas tecnologias informáticas e telemáticas, produziriam o máximo de bens e serviços de última geração, com um mínimo de força de trabalho. Um número reduzido de capitalistas controlaria todo o processo, operado por um número também restrito de operários. As periferias marginais ou excluídas seriam constituídas por grupos errantes de produtores e negociantes autônomos de baixíssima rentabilidade e por massas imensas de desempregados e deserdados. Esta barbárie faz parte, pois, da lógica do capital globalizado.



## **O positivo ato de negar**

O neoliberalismo enfatiza a irreversibilidade da globalização, da revolução científica e tecnológica e da elevação da produtividade, diante das quais o moderno é a adaptação e a subordinação. Procura, assim, não só omitir ou esconder suas contradições, como negar qualquer alternativa à globalização capitalista.

Mas, agora já não é difícil enxergar, na nova onda globalizante, os antagonismos das tendências do capital, apontados por Marx desde meados do século passado. Difícil é, como naquela época, deslindar essas disparidades e buscar nelas, não em qualquer utopia salvadora, as possibilidades de libertação e emancipação dos trabalhadores e dos povos.

A evolução das corporações coloca em evidência toda a capacidade destrutiva do capital. Mas aponta também a possibilidade organizativa de desenvolver a ciência e a tecnologia, otimizar os fatores produtivos, superar a economia da escassez, proteger a natureza, liberar os homens do trabalho, ampliar o tempo livre das pessoas, atender as necessidades materiais e culturais de todos os seres humanos e intensificar a livre movimentação e o intercâmbio entre os povos.

No momento em que o nível das forças produtivas torna possível libertar o homem do trabalho obrigatório e proporcionar-lhe uma vida digna e culturalmente rica, a globalização exacerba os absurdos da apropriação privada e concentrada da riqueza socialmente produzida e da exclusão social da maioria da população. Nunca como agora, o capitalismo gerou tantos opostos, formados pelas massas proletárias imensas, da classe operária ainda empregada às crescentes levas de desempregados e marginalizados.

Desse modo, ao tender para a globalização, o capital faz renascer o socialismo como sua própria criação positiva, como a negação de sua barbárie, de sua exploração, de sua apropriação privada. Esta é uma realidade diferente daquela que a esquerda vivia no final dos anos 80, quando o auge da ofensiva neoliberal se confundia com a vitória do capital sobre o socialismo de comando do Leste



européu, permitindo-lhe mascarar suas contradições e criar uma profunda perplexidade entre os socialistas.

Hoje, a ideologia neoliberal ainda é hegemônica e mantém a ofensiva, mas a irracionalidade econômica da globalização torna-se cada dia mais evidente, trazendo consigo seu oposto, sua negação. Recoloca, pois, as condições para os deserdados do capital retomarem o socialismo não somente como sua matriz ideológica, como seu referencial de valor e sua esperança, mas também como seu objetivo material.

O socialismo é a ideologia que melhor pode enfrentar o neoliberalismo, simplesmente porque os homens não transformam em nova realidade as idéias que não estejam semeadas na própria realidade existente. A realidade do capitalismo, no Brasil como em outras partes do mundo, é a da socialização da produção, da miséria, da pobreza e dos homens, em contraste com a apropriação privada e concentrada da riqueza.

Assim, o capital transnacional se vê diante não só da resistência do próprio capital à globalização. Assiste surpreso ao renascimento de seu inimigo mortal, obrigando-se a movimentos nem sempre sutis para manter a hegemonia. A recuperação da social-democracia européia, assim como da opção ideológica keynesiana, com seu Estado intervencionista, são manifestações dessas dificuldades internas e da necessidade de enfrentar, mais uma vez, o fantasma socialista em seu próprio campo.

Para os socialistas, portanto, não basta alegrar-se com seu ressurgimento e com as dificuldades da globalização. E, muito menos, acreditar que os capitalismo nacionais, sob o comando keynesiano da social-democracia, podem resistir à globalização e superá-la. Ao resgatar a comprovada análise socialista sobre as tendências históricas do capital, a esquerda e os trabalhadores precisam reiterar o socialismo como negação da lógica perversa do capital e como afirmação de uma outra sociedade.

É verdade que parte dessa esquerda ainda está abalada pela derrota e procura outras ideologias para se contrapor ao neoliberalismo. Procura reviver ideologias nacionalistas ou variantes menos selvagens da ideologia burguesa, ou retocar a ideologia socialista, adjetivando-a utopicamente. Em qualquer dos casos, pode tornar-se presa fácil desse neokeynesianismo, do mesmo modo que se deixou iludir pelo ufanismo neoliberal.

As diversas variantes da ideologia burguesa são incapazes de erigir-se como alternativas reais à globalização neoliberal. O máximo que elas podem produzir, como nas décadas de 10 e de 30 deste século, são caminhos alternativos dentro do próprio capital, acirrando as contradições intercapitalistas e levando à guerra. Quem supõe que isto seja uma paranoia deveria dedicar-se ao estudo da história das duas guerras mundiais e, também, do modus operandi dos capitalismo americano e europeu.

Por outro lado, a maquiagem do socialismo o coloca, desde logo, numa posição defensiva. É preciso, ao contrário, reafirmar o socialismo como sociedade de trânsito, na qual seu Estado e governo trabalham para liquidar a miséria e a pobreza e criar condições para o fim da exploração e opressão capitalistas. Neste momento, além disso, em países como o Brasil, o socialismo é instrumento para impedir o esmagamento da nação, a restrição acelerada das liberdades e da democracia, a liquidação da cultura, o desemprego, a pauperização e o sucateamento do parque produtivo nacional.

O socialismo, portanto, apesar dessas preocupações e tendências positivas, terá as marcas de seu tempo. Por isso, para tornar-se uma força material e, ao mesmo tempo, simbólica e de esperança para as massas do povo, não pode perder-se no envergonhamento de seus problemas. Sem mascará-los ou mistificá-los, só pode superá-los perseverando nas realizações do seu humanismo social, enfatizando seus traços básicos e ancorando-se numa estratégia que, partindo das condições reais do desenvolvimento capitalista, trate francamente da questão do poder político e da socialização da propriedade dos meios de produção.

## **A inserção subordinada**

A burguesia brasileira aceitou a globalização como seu futuro radiante. Em nome da nova modernidade, impôs ao país um aventureiro e, posteriormente, um esquerdista postigo para adequar o país ao Consenso de Washington, produzindo mudanças em sua estrutura econômica, na composição das classes sociais, na estrutura do Estado e na hegemonia ideológica e cultural.

A reestruturação empresarial, estimulada pela feroz competição do capital externo, abertura econômica e privatização do patrimônio estatal, muda a conformação dos diferentes setores da economia brasileira. Os ramos e setores subordinados ao capital transnacional crescem e se modernizam. Por outro lado, os setores não-associados estão quebrando e sendo sucateados.

Dessa reestruturação emergiu um novo setor burguês, ligado aos ramos globalizados, que assume a hegemonia e para o qual o Brasil e seu povo estão no melhor dos mundos. É não só subordinado ao capital internacional, como perdeu suas próprias raízes nacionais e só raciocina em termos globais. Por seu turno, o setor burguês em ruína prefere acusar os asiáticos, e não as grandes corporações ou a política neoliberal, por sua situação.

Entre as classes médias há, também, uma camada emergente, mas a esmagadora maioria entra, apesar do sobretrabalho e dos expedientes de resistência passiva, no campo dos perdedores, sofrendo um forte processo de pauperização, com desemprego, inadimplência e queda generalizada nos padrões de consumo e de vida.

A classe dos trabalhadores assalariados – industrial, comercial e de serviços – diminui seu peso relativo. Dispersada geograficamente, vê a substituição dos não-qualificados por qualificados e instruídos, embora isto não represente necessariamente salários maiores e melhores condições de trabalho para os empregados. Os desempregos conjuntural e estrutural convivem no mercado de

trabalho, impondo deslocamentos crescentes de trabalhadores para a classe dos marginalizados.

Os marginalizados aumentam em termos relativos e absolutos. Constituem, na prática, a quarta grande classe da sociedade brasileira, composta basicamente por pobres e miseráveis, muitos dos quais obrigados a apelar para formas anti-sociais de redistribuição de renda e, como num passado não muito distante, a transformarem-se em jagunços, agora não mais para a defesa dos latifúndios, mas para a distribuição das drogas e o contrabando de armas.

Associado a esta desagregação social, persiste o desmonte do Estado nacional. Há muito privatizado pela burguesia, torna-se instrumento exclusivo da subordinação do Brasil. Sob a gerência de uma intelectualidade venal, manobrada pelos tradicionais caciques políticos das classes dominantes, perde totalmente sua capacidade de concentrar e investir poupança, permite que a burguesia continue a impor ao país suas altas taxas de consumo, intensifica a exclusão social e o autoritarismo político e incentiva a mercantilização e a descaracterização da cultura.

Esses novos traços predominantes da sociedade brasileira refletem, ainda, o descenso dos movimentos sociais e a debandada política dos socialistas e anticapitalistas, em virtude da confusão ideológica e da perplexidade geral em que afundaram.

### **Sair da perplexidade**

Agora, porém, que a inserção subordinada, mascarada pela estabilização monetária, mostra sua natureza e conseqüências, e que o socialismo ressurgiu das cinzas, talvez seja mais fácil sair da perplexidade e forjar a força capaz de barrar o avanço neoliberal. Mas, isto depende da firmeza da luta ideológica e cultural, da adoção de uma estratégia democrática e popular que leve em conta as novas condições criadas pela globalização e da adoção de táticas que permitam sair da defensiva estratégica e retomar a iniciativa.

É pacífico que a luta ideológica e cultural é contra o neoliberalismo. Esta ideologia da modernidade conservadora em escala global foi assimilada em toda a linha pela burguesia brasileira e seus intelectuais, em grande parte porque, ao contrário do velho liberalismo, não é mais uma ideia fora do lugar. A modernização globalizada que a sustenta, ao romper com qualquer interesse nacional, a diferencia das anteriores e torna transparente a velha natureza associada e subordinada do capitalismo brasileiro.

Assim, a burguesia brasileira desnuda-se dos paramentos nacionais para cumprir seu papel mercenário. Esmaga seus próprios setores intermediários, as classes médias e os trabalhadores, e os empurra para a barbárie em que já viviam os marginalizados. A ilusão modernizante com que narcotiza o povo não possui base de sustentação nessa realidade conflituosa, mas é destilada por um poderoso oligopólio de comunicação e produção ideológica e cultural.

Nestas condições, para derrotar o neoliberalismo, a esquerda terá que apresentar crescente nitidez ideológica socialista, incorporando a ela a força da cultura nacional e popular. Este é o fator de coesão não só para disputar a hegemonia em torno de valores e ideias, mas também para elucidar as linhas da estratégia democrática e popular de disputa do poder político e quebra do domínio da difusão ideológica.

A questão estratégica central é a retomada, com vigor, da idéia de conquistar e transformar o poder de Estado. O neoliberalismo disseminou a falsa ilusão de que o Estado deveria ser reformado por não ser mais necessário. Porém, ao mesmo tempo que o destrói para impedir que cumpra suas finalidades sociais, jamais o utilizou tanto para subordinar o país às transnacionais.

O atual Estado brasileiro foi de tal modo privatizado, corrompido e carcomido que se tornou praticamente impossível reformá-lo para servir aos interesses do povo. É necessário revolucioná-lo. Não estão em discussão aqui as possíveis e variadas táticas a empregar para alcançar tal objetivo. Embora dependam de uma adequada

análise teórica e seja necessário estar aberto para qualquer hipótese, este é um problema a ser decidido pela luta social, pela postura dos contendores principais e pelo grau de acumulação de forças de um lado e outro.

O que está em discussão é a necessidade de criar uma unidade política poderosa em torno da visão de um Estado que sirva aos interesses das maiorias e não das atuais classes dominantes. Um Estado que, para ser eficiente e realizar uma adequada coordenação entre poder público e setor privado, entre planejamento e mercado e manter um forte papel orientador e gestor, seja capaz de definir claramente as áreas estratégicas da economia sobre as quais vai estabelecer sua propriedade e as áreas cujo espaço pode ser ocupado pela propriedade privada e por outras formas de propriedade (públicas, coletivas, mistas).

As próprias políticas neoliberais estão demonstrando que, em países como o Brasil, a propriedade estatal é essencial para alavancar programas de crescimento econômico que tenham em vista atacar a miséria e a pobreza e redistribuir a renda de forma mais equitativa. Sem tal base econômica, o Estado terá dificuldade para restringir a renda e o consumo desmesurado das camadas ricas e alcançar taxas de poupança e investimento que lhe permitam realizar aqueles programas.

Portanto, o que está em discussão é a necessidade de ter um Estado eminentemente democrático e popular, capaz de elaborar e legitimar um projeto nacional que reverta a atual política de total abertura econômica e completa privatização e que mantenha a soberania do país no processo de globalização, enfrentando as pressões, tanto dos Estados centrais quanto das corporações capitalistas.

Em outras palavras, trata-se de um Estado radicalmente diferente do atual. O que impõe à esquerda, especialmente ao PT, o entendimento de que não pode ser um Estado dirigido ou hegemônico por algum segmento da burguesia brasileira. Nas atuais condições dessa classe, não há qualquer possibilidade de que um de seus setores assuma a direção contra a inserção subordinada do Brasil na ordem

globalizada. O máximo que pode acontecer, desde que o movimento dos trabalhadores e dos marginalizados tenha suficiente força de atração, como ocorreu entre 1978 e 1989, é que alguns descontentes se aliem timidamente ao movimento dos de baixo.

Estamos falando, pois, de um Estado que tenha à frente as classes sociais trabalhadoras e, sob o impulso da participação democrática, popular e socialista, crie uma dinâmica interna que leve ao surgimento de novas estruturas sociais e políticas voltadas para superar o capitalismo.

Sem esclarecer as questões acima, dificilmente se poderá definir as políticas de aliança estratégica entre os trabalhadores, os marginalizados e as classes médias, ou de alianças táticas com setores da burguesia. E, muito menos, definir os diferentes aspectos táticos da luta contra os governos neoliberais, incluindo aí as táticas eleitorais e a conquista de governos municipais, estaduais ou central. Em resumo, sem enfrentá-las, será muito difícil sair da perplexidade atual e domar as forças da globalização.

Título	<i>Opções e outros caminhos</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Brasil. 2. Neoliberalismo.
Número	40 ed. (Março/Abril de 1999)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	22 de fevereiro de 1999 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/1999/02/22/opcoes-e-outros-caminhos/">https://teoriaedebate.org.br/1999/02/22/opcoes-e-outros-caminhos/</a>
Resumo: O texto argumenta por uma mudança rumo ao socialismo solidário como alternativa ao neoliberalismo, destacando a necessidade de uma economia mais democrática e da redução das desigualdades sociais de forma radical.	

## OPÇÕES E OUTROS CAMINHOS - (1999)

*Começam a surgir projetos alternativos à ideologia e à política neoliberais*

De forma paulatina, aumenta a resistência ao neoliberalismo. Começam a surgir críticas e projetos alternativos à ideologia e às políticas neoliberais. É o caso de *O próximo passo*, de Ciro Gomes e Roberto Mangabeira Unger, editado em 1996, e de *A opção brasileira*, editado em 1998, sob a responsabilidade de César Benjamin.

Os dois textos têm em comum se apresentarem como alternativa ao neoliberalismo e, embora com discrepâncias, contêm análises convergentes em relação a diversos aspectos da história e da atualidade brasileiras.

### **Eixos principais**

*O próximo passo* retoma a idéia do Brasil dualista, um capitalizado, outro marginalizado. Reitera que o Estado brasileiro, dominado por uma plutocracia, está quebrado. O modelo de industrialização estaria esgotado, da mesma forma que esgotadas estariam as aspirações revolucionárias do esquerdismo, o nacional-populismo, o comunismo e a postura defensiva da social-democracia brasileira.



As elites teriam abandonado a tentativa de construir uma civilização própria no Brasil, vivendo uma crise de confiança, enquanto a esquerda, a reboque de militâncias corporativas, seria cúmplice impotente do dualismo.

O discurso hegemônico não saberia como conduzir o desenvolvimento, nem como diminuir as desigualdades, sobrando-lhe a adesão ao modelo do Primeiro Mundo e a transformação do Estado brasileiro em zelador das regras do mercado e agente de assistência social.

À classe média caberia o papel de colocar-se na liderança de um movimento nacional e popular de ruptura com a plutocracia, como aliás fez no passado, permitindo os grandes avanços do país. Estaria em suas mãos o destino da política nacional, enfrentando três setores cruciais: estabilidade monetária, moderação das desigualdades sociais e formulação de novo projeto de desenvolvimento nacional.

Para completar a obra antiinflacionária, limpando os expedientes do Plano Real, seria essencial realizar avanços arrojados nas privatizações, como a melhor maneira de resolver os problemas patrimoniais do Estado, e na tributação indireta do consumo, mesmo regressiva, para elevar a receita pública.

Entretanto, mesmo que radicalizadas as privatizações, os capitais privados nacional e estrangeiro não teriam condições de suprir as necessidades de investimento no instrumental básico do sistema produtivo. E o Estado quebrado também não poderia investir em larga escala.

Seria preciso, então, um caminho específico, que tenha como ideia-força a existência de uma alternativa produtivista ao neoliberalismo. Uma alternativa cuja economia política seja a construção de uma economia democratizada de mercado, como meio para uma forma brasileira de experimentalismo democrático, que integre a maioria dos brasileiros nos centros dinâmicos da economia.

*A opção brasileira*, por seu turno, parte da ideia de que a crise em que está imersa a sociedade brasileira seria muito mais profunda do que supõe o pensamento

hegemônico e de que, ao contrário desse pensamento, o Brasil teria potencial ainda maior para sair da crise. Haveria, pois, alternativa ao neoliberalismo.

A crise estaria relacionada com os processos de longo curso, estruturantes da nação brasileira, cujo sentido principal teria sido de uma trajetória da não-nação em direção à nação. A não-nação seria caracterizada pelo Estado colonial, pela preponderância do mercado externo sobre os centros dinâmicos da economia, pela ausência da ideia de cidadania, pela fragmentação do território, pela formação de uma base produtiva atrasada e primário-exportadora.

O trânsito da não-nação para a nação dar-se-ia na direção de um Estado nacional independente, de uma economia que gravitaria em torno dos centros internos, de um território integrado, de um peso maior do mercado interno sobre o externo e da generalização da cidadania. Isso definiria o sentido da construção nacional.

Esses processos foram bloqueados porque o Brasil teria se estruturado como sociedade capitalista dependente. Por um certo período histórico, esse capitalismo dependente até foi compatível com o sentido da construção nacional. Mas, na medida em que, hoje, ele se pendura numa grande bolha especulativa financeira internacional, teria se tornado incompatível com aquele sentido, aquela vocação histórica. Tornou-se um empecilho ao trânsito da não-nação para a nação, bloqueando sua construção.

Para completar a construção da nação, o Brasil precisaria libertar-se da condição de país capitalista dependente e recuperar a autoestima. Contaríamos com recursos naturais e uma base tecnológica para definir, de forma autônoma, nosso desenvolvimento.

Seria necessário, então, pensar caminhos novos. Primeiro, porque nos últimos quinze anos assistiu-se à desarticulação sucessiva daqueles países que haviam tentado a construção autônoma (URSS etc.). Segundo, porque surgiram duas situações novas: 1ª) a crise deixara de ser da semiperiferia e começara a atingir o

centro, a partir do Japão; 2ª) só um país da semiperiferia, a China, não se desarticulava, possuindo um projeto próprio de desenvolvimento.

A crise seria, portanto, muito mais complexa, exigindo readaptações do sistema capitalista e uma possível reorganização do modo de funcionamento do capitalismo nos próximos anos. Em vista de tudo isso, o Brasil precisaria de um novo projeto nacional, que não deveria confundir-se com uma plataforma eleitoral ou com propostas táticas. Deveria estar assentado num sólido núcleo conceitual que tivesse aderência à realidade e viabilidade histórica.

### **Algumas questões**

Ao apresentarem uma multiplicidade de conceitos e sugestões, cuja análise e crítica são impossíveis de realizar no espaço desta resenha, os textos nos obrigaram a realizar a síntese acima, de modo a situar nossas observações naquilo que consideramos essencial. Esperamos ter sido fiéis ao núcleo central das ideias neles contidas.

Ressalta o fato de que ambos ignoram as classes sociais da sociedade brasileira. Com exceção de referências à classe média e à classe trabalhadora, os textos navegam num mar em que só estão presentes o Estado, as elites, a plutocracia, o Brasil capitalizado, o Brasil marginalizado, o experimentalismo democrático, a sociedade civil, a nação, a não-nação, a vocação nacional, o projeto nacional.

Pode-se, nos dias de hoje, pensar em projetos alternativos ao neoliberalismo, isto é, a uma ideologia e a uma política das frações monopolistas das burguesias estrangeira e nacional, sem realizar uma análise de classes da sociedade brasileira, sem ter noção dos interesses que animam cada uma e opõem umas às outras?

Pode-se acreditar que as classes, e as lutas entre elas, já não contam mais para a história? Pode-se falar em Estado, ou Estado nacional, sem falar das classes ou frações de classes hegemônicas e dominadoras, mesmo quando tais Estados são

formalmente democráticos e parcialmente abertos à interferência das classes de baixo, que constituem a maioria da população?

Quando nos referimos à nação, do que estamos falando? De um povo homogêneo, que possui unidade territorial, linguística, econômica e cultural? Ou de um povo dividido em classes, que vive num mesmo território e tem uma língua comum, sob um modo de produção predominante, com uma cultura em geral fragmentada e cheia de antagonismos? Como se pode ter um projeto nacional sem levar em conta as disparidades que a nação encerra, sem tomar partido por alguns dos contrários contra outros?

Ao omitirmos as classes, todas as contradições sociais se diluem nas generalidades. Os contrários só aparecem na contraposição entre o Brasil capitalizado e o Brasil marginalizado, o Estado poupador/investidor e o Estado quebrado, a nação e a não-nação, a construção nacional e a construção bloqueada, o experimentalismo democrático e o discurso neoliberal.

Os problemas ganham uma forma etérea. Podemos bradar tanto por um movimento que harmonize as forças nacionais, para garantir a estabilidade monetária, realizar privatizações arrojadas e tributações de risco, quanto por uma revolução nacional, que retire o Brasil da condição de país capitalista dependente e faça-o recuperar a auto-estima. Podemos sonhar tanto com a ruptura da dominação plutocrática, sob a vanguarda da classe média, sem tocar na propriedade monopolista, quanto com a participação dos militares ao lado do povo para alcançar o socialismo.

Sem considerar os interesses das classes reais, podemos supor que elas, como as bruxas, não existem. Sem a interferência das classes e de seus interesses específicos e contraditórios, tudo se torna um problema de vontade ou de auto-estima. A história ganha linearidade e ficamos sem entender direito por que antes a nação estava sendo construída e agora está sendo bloqueada.

Este é o problema de fundo dos dois textos.

## A natureza da crise

Há, além disso, algumas questões da atualidade, discutidas por eles, que merecem uma reflexão mais atenta. Trata-se da natureza da crise e de seus desdobramentos sobre o Brasil.

A *opção* tem a vantagem de caracterizar a crise atual e seus desdobramentos como uma crise do capitalismo, enquanto o próximo passo perde-se na orfandade da esquerda e na rendição das elites ao ideário dominante. A *opção* mostra que a crise atual do capitalismo reside nas dificuldades do capital, nesta fase de sua concentração e centralização, para manter uma taxa média de lucro ascendente e valorizar-se na escala necessária à sua reprodução ampliada.

A lógica contraditória desse modo de produzir leva à formação de corporações monopolistas mais gigantescas do que no passado e à transferência ainda mais veloz, dos países capitalistas avançados para os países da periferia, dos diversos elementos do modo de produção capitalista.

Tanto no centro quanto na periferia, o capital vê-se obrigado a combinar métodos modernos de exploração do trabalho, de jornadas menores e salários relativamente elevados, com métodos atrasados, de longas jornadas e baixos salários. Ou a jogar na circulação financeira seus excedentes de capital, incapazes de se valorizarem no processo produtivo, na escala exigida pela concorrência intercapitalista.

A *opção* se deu conta, corretamente, de que essa lógica de acumulação está no olho da crise e de qualquer variante que o capitalismo adote para sair dela. Entretanto, parece não haver notado que todas as readequações do capital, em função de suas crises, têm aumentado sua concentração e centralização, ou seja, sua monopolização, tanto no centro quanto na periferia.

Talvez por isso não tenha aprofundado como esse processo ocorreu no Brasil, através da articulação entre os capitais privados estrangeiros, os capitais privados nacionais e o Estado. Este, a partir dos anos 30, passou a ser dominado por uma

associação entre novos setores latifundiários e a grande burguesia industrial, que abandonaram a postura de mantê-lo como simples instrumento moderador dos interesses dos capitais estrangeiros e nacionais. Transformaram-no em agente do próprio processo industrializante, da implantação dos elementos do modo de produção capitalista no Brasil.

As disputas posteriores pelo domínio do Estado sempre tiveram como pivô, a partir de então, a divisão dos recursos públicos gerenciados pelo Estado e a divisão do mercado brasileiro entre os diferentes capitais, que permitiam ou não a criação de novos setores burgueses, por meio de privilégios estatais a frações burguesas ou pequeno-burguesas.

Olhando para trás, não é difícil verificar que, apesar das tensões e crises nessa articulação entre os capitais estatais, ou o Estado, e os capitais privados nacionais e estrangeiros, existe uma linha de crescente monopolização e oligopolização da economia brasileira.

*A opção* confunde essa construção do capitalismo no Brasil, sob a tutela do pacto de dominação burguesa, com o trânsito da não-nação para a nação. No entanto, se a construção capitalista desenvolveu a tecnologia, a capacidade produtiva e as novas relações assalariadas, sempre o fez por meio da modernização conservadora, que impediu o surgimento de qualquer experiência de capitalismo democrático. Construiu uma nação burguesa oligopolizada, não uma nação burguesa democrática.

### **O problema atual**

O problema atual é que o neoliberalismo lançou o capital estrangeiro na monopolização completa do modo capitalista existente no Brasil, contando com o beneplácito da própria burguesia brasileira. Esta apoiou a estabilização, as reformas liberalizantes, a desregulamentação irrestrita, a reestruturação desempregante e tudo o mais apresentado como moderno.

A burguesia nativa jamais enxergou que a estabilização, a abertura econômica e a desregulamentação, nos moldes propostos, atendiam aos interesses dos capitais corporativos internacionais, principalmente financeiros. Supôs participar, em igualdade de condições, da rearticulação do pacto de dominação, cujo núcleo parecia a privatização e eliminação das estatais.

Só depois que a pequena e a média burguesias quebraram, a maior parte das privatizações foi abocanhada por capitais estrangeiros e as grandes corporações transnacionais entraram em áreas cativas do capital nacional, é que a grande burguesia resolveu resistir.

Começa a falar em desenvolvimento, em criar empregos e muda seu discurso quanto à necessidade do Estado. Devagar, mas paulatinamente, sem romper com a burguesia estrangeira, nem com a intelectualidade que cooptou e colocou no poder para gerenciar a nova articulação do pacto de dominação, ela dissemina a ideia de que também tem um projeto diferente do neoliberal.

Mais: alguns de seus setores acenam com a participação num projeto nacional dos trabalhadores, desde que seja um projeto moderno, que tome como base a estabilidade, continue a política de privatizações e utilize o Estado como instrumento de poupança e investimento no processo produtivo das empresas privadas nacionais.

Não é a primeira vez que a burguesia brasileira faz uma manobra desse tipo ante o avanço dos capitais estrangeiros. Nos exemplos do passado, essas manobras serviram para que ela aumentasse sua força social, com o apoio da classe média e dos trabalhadores. Isso posto, tal força foi utilizada como moeda de barganha nas negociações com os associados estrangeiros. Em vez de rupturas, ocorreram as conciliações por cima e novos pactos de dominação.

*O próximo passo* vislumbrou uma parte do que está em curso em relação ao Estado brasileiro. Mas desconheceu que o máximo que a burguesia brasileira pretende é resistir à sua total assimilação e chegar a uma nova conciliação, em que mantenha



alguma autonomia e participação no butim geral da riqueza nacional. Seu horizonte não vai além disso.

Também ignora que o que tolhe a burguesia tolhe a classe média, historicamente sempre dividida entre o apoio aos setores mais conservadores ou mais progressistas das classes dominantes, latifundiárias ou burguesas. Em seus arroubos de algum peso histórico, como o tenentismo, a Aliança Liberal, os golpes militares de 64-68 e agora o projeto neoliberal, ela serviu à burguesia, ou a frações da burguesia, para conseguir vantagens nas conciliações com o latifúndio e o capital estrangeiro.

Segmentos da classe média foram beneficiados com o acesso ao poder e ascenderam à classe burguesa. Entretanto, em todos esses momentos, as classes exploradas e oprimidas continuaram exploradas e oprimidas, inclusive a massa da classe média, e a pobreza e a miséria aumentaram.

Ao acreditar num papel de vanguarda da classe média, *O próximo passo* subordina a perspectiva do desenvolvimento capitalista democrático ao capital monopolista, mantendo-se na própria perspectiva neoliberal. Supor que desenvolvimento democrático possa ocorrer, completando-se a obra antiinflacionária e realizando-se privatizações arrojadas, é não levar em conta a prática desse processo. Este conduziu ao sucateamento do parque produtivo, à preponderância das corporações transnacionais e a consequências sociais dolorosas.

A criação de um mercado de massa, o pleno emprego, a elevação do salário da grande massa de trabalhadores, o aumento da capacidade de poupar e investir, a maior participação popular nos órgãos de governo, a construção nacional são aspirações tipicamente democrático-burguesas, aspirações que um capitalismo democrático poderia atender.

Entretanto, nem mesmo a reforma agrária, a mais evidente demonstração de democratização capitalista, foi realizada pela burguesia brasileira. Ao contrário, seria um estorvo à sua natureza monopolista, concentradora. Um empecilho à



liberação dos grandes contingentes de força de trabalho de que necessitava para a industrialização tardia. Assim, em vez de transformar milhões de camponeses em pequenos capitalistas, desmembrando o latifúndio, preferiu modernizá-lo, com dinheiro público, e torná-lo também monopólio capitalista.

A grande burguesia ainda pode ter saídas para o seu desenvolvimento capitalista, mas já ultrapassou o ponto de não-retorno para o desenvolvimento de um capitalismo democrático. Temos, aí, uma contradição específica de nossa formação histórica. Tal ponto foi ultrapassado e, ao mesmo tempo, vivemos sob o peso de uma série de aspirações democrático-capitalistas, sem cuja solução não é possível desenvolver plenamente as forças produtivas da sociedade brasileira e incorporar a maioria, não só aos setores dinâmicos, mas à vida econômica, social e política do país.

É essa contradição que *O próximo passo* se nega a considerar. E é essa contradição que a opção brasileira perde a oportunidade de fundamentar. Primeiro, ao basear sua argumentação na construção da nação, historicamente capitalista e burguesa. Segundo, ao afirmar, já no final do texto, que seu projeto é de natureza socialista; não o defunto socialismo burocrático, mas o socialismo da solidariedade como princípio organizador da vida em comum.

A opção adiciona, assim, um penduricalho, que pouco tem a ver com o que veio antes, e menos ainda com o socialismo como uma sociedade alternativa de transição. Se o socialismo é uma necessidade histórica atual da sociedade brasileira, não é porque seja a favor do solidarismo, mas porque o capitalismo fechou todas as portas ao desenvolvimento capitalista democrático.

Nessas condições, somente podem ser atendidas as aspirações democrático-capitalistas da sociedade brasileira se o Estado estiver em mãos de classes que, mesmo não representando os interesses gerais da nação, representem os interesses da maioria contra os da minoria plutocrática e se disponham a ir além do próprio capitalismo.

Esse Estado deve ter uma natureza de classe comprometida, não com a burguesia, mas com os explorados e oprimidos, com a eliminação da exploração e da opressão. Não se trata de moderar as desigualdades sociais, mas de reduzi-las de forma radical, por intermédio da redistribuição e democratização da riqueza, portanto, da propriedade e do poder. A começar, por uma reforma agrária massiva, que elimine o monopólio da terra e a democratize radicalmente, e pela liberação radical dos micro e pequenos empreendimentos e a elevação da renda das grandes massas assalariadas.

Trata-se, portanto, de romper com o tipo de nação que veio sendo construída, desde as primeiras décadas do século XIX, e criar um novo tipo. Uma nação de transição socialista, que se integre ao mundo, mas tenha como parâmetros os interesses das classes trabalhadoras, seus direitos básicos de vida, e a construção de uma sociedade em que todo o povo tenha um padrão de vida material e culturalmente elevado.

### **Conclusões**

Apesar disso, *O próximo passo* e *A opção brasileira* são instigantes. Obrigam-nos a raciocinar, a buscar argumentos, a estudar as realidades brasileiras e suas conexões com a história e a atualidade mundiais do capitalismo. São uma contribuição inestimável ao debate sobre os caminhos e opções do Brasil.

Não vale a pena nos determos nos preconceitos e na leitura enviesada de *O próximo passo* a respeito da esquerda. Tanto nele quanto em *A opção brasileira* encontram-se inúmeras idéias, sugestões e propostas que podem ser úteis à transição da sociedade capitalista brasileira para uma sociedade em que a exploração e a opressão econômica, social e política não sejam necessidades inerentes ao modo de produção e de vida. Aproveitemos.

---

Título	<i>A nova estirpe burguesa</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Burguesia. 2. Capitalismo
Número	44 ed. (Abril/Maio/Junho de 2000)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	10 de abril de 2000 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2000/04/10/a-nova-estirpe-burguesa/">https://teoriaedebate.org.br/2000/04/10/a-nova-estirpe-burguesa/</a>

Resumo: O texto aborda a evolução da burguesia brasileira, destacando sua transformação em uma nova elite orientada pelo lucro máximo, alinhada com o capital transnacional e associada ao crime organizado. Essa "nova estirpe burguesa" promove políticas neoliberais que exacerbam a desigualdade social e a exploração.

## A NOVA ESTIRPE BURGUESA - (2000)

*A burguesia brasileira já não é a mesma. Para alguns, elevou-se à categoria de burguesia internacional. Para outros, suicidou-se como classe social de raízes nacionais. Há ainda os que enxergam em seu meio um saudável processo de reciclagem, com a emergência de setores ligados às altas tecnologias, aos serviços e a novas formas de produção*

A moderna burguesia brasileira nasceu em meados do século XIX, dentro da sociedade escravista em decadência e num momento em que o capitalismo mundial preparava as condições para ingressar em sua fase monopolista. Ela não surge das entranhas de uma sociedade feudal que não existiu no Brasil. Ou, como a burguesia européia, das camadas médias que se aglomeravam nos burgos medievais em função do comércio e em luta contra os feudais. Ou como a burguesia americana, de pequeno-burgueses independentes. A burguesia industrial brasileira nasce do entesouramento praticado pelos latifundiários e pela burguesia mercantil (principalmente os traficantes de escravos), sob a proteção do Estado imperial. Nasce, pois, no berço esplêndido das velhas classes dominantes.

No correr dos tempos ela se diferencia. Mas, não escapa da sina de haver nascido caudatária e agregada a elas e a seus interesses, que só em certos pontos coincidem com os capitalistas. Essa origem servil marcará o desenvolvimento

capitalista no Brasil, manifestando-se na economia, através dos diversos ciclos de dependência aos latifundiários, às burguesias mercantil e financeira, ao Estado e ao capital estrangeiro. Ou na ideologia, por meio da incorporação, à ideologia burguesa importada, dos traços ultraconservadores das antigas classes dominantes. E na política, por meio da adoção de formas autoritárias de Estado, peculiares àquelas classes.

Quando o escravismo morre, a burguesia não tinha força, nem fez esforços, para transformar os escravos em força de trabalho livre para o capitalismo. O fracasso de Mauá é o símbolo dessa época. A classe latifundiária dominante conservou o monopólio fundiário e manteve os ex-escravos como proprietários de suas condições de existência nas divisas da grande propriedade rural. Tornou-os agregados, geradores de renda territorial, mas não assalariados criadores de mais-valia.

Mesmo assim, a crescente exportação de elementos do modo de produção dos países mais avançados para os mais atrasados ampliou o poder burguês. O capital monopolista exportou não só mercadorias, mas seus capitais excedentes para investir em minas, meios de transporte e oficinas. Querendo ou não, ampliou o capitalismo local e as bases para seu posterior desenvolvimento, mesmo subordinado.

Nutrida dessa forma, a burguesia industrial brasileira cresceu e ganhou forças e, na década de 30, na garupa das oligarquias dissidentes, chegou ao poder e à classe dominante associada, sendo modernizada sob a tutela do novo Estado latifundiário-burguês. A partir dos anos 50, estabeleceu sua própria dominação sobre os demais setores burgueses e a sociedade, outra vez auxiliada pelas mudanças no sistema capitalista mundial e em íntima associação com a burguesia monopolista estrangeira.

Esta, sob a pressão de seus excedentes, do comunismo, da descolonização e da luta de classes, transformou-se no principal elemento de desenvolvimento industrial do

Brasil. Realizou um rápido processo de modernização dos meios de comunicação e transportes, ampliou as indústrias que já possuía no país e implantou a automobilística, a de tratores, a naval e a base de uma indústria de bens de produção. Porém, ao instalar fábricas modernas e utilizar métodos e práticas capitalistas desenvolvidas, a burguesia imperialista destruiu alguns setores da brasileira, aguçou as contradições com eles e reforçou, momentaneamente, a ideia de que impediria o desenvolvimento econômico e imporia à "burguesia nacional" um caminho revolucionário para desenvolver-se.

Nada mais ilusório. Aquela destruição foi compensada pela criação de novas oportunidades. Mesmo dependentes e girando em torno das multinacionais, toda a burguesia e estratos da pequena burguesia cresceram como nunca. Seguindo novos padrões, a burguesia monopolista estrangeira nacionalizou-se, passou a ser parte da burguesia local, a participar das decisões relativas ao destino da economia e, portanto, do país. O capital estrangeiro não se realizava mais somente de forma indireta, por intermédio da circulação de mercadorias e dos juros de financiamentos e empréstimos: explorava diretamente a força de trabalho brasileira.

Entretanto, entre os anos 50 e 60, a força de trabalho não estava à completa disposição do capital monopolista. O latifúndio, onde os trabalhadores detinham a propriedade de meios de trabalho, era então seu principal repositório. Para realizar a industrialização acelerada tornava-se necessário "libertar" do latifúndio e de suas relações pré-capitalistas os moradores, agregados, rendeiros, foreiros, parceiros, arrendantes, meeiros, terceiros etc., de modo a explorá-los "livremente".

A eliminação do latifúndio democratizaria a propriedade do principal meio de produção agrícola e ampliaria o mercado interno, mas não criaria o mercado de força de trabalho na rapidez e na extensão demandadas pelo capital monopolista. Isto só poderia ser alcançado com sua modernização, sua transformação em latifúndio capitalista, capaz de usar modernos meios de produção e, com isso,

"libertar" contingentes enormes de agregados pré-capitalistas e, ainda, tornar-se mercado para a indústria.

Essas duas vias de modernização capitalista, uma democrática e outra conservadora, confrontam-se e marcam todo o período. Ao contrário, porém, das expectativas no interesse da burguesia pela primeira via e do esforço para elevá-la à direção do movimento democrático e nacionalista, ela manteve sua tradicional aliança com o capital monopolista estrangeiro e com os latifundiários, patrocinou com eles o golpe militar de 64 e apoiou o Estado ditatorial para realizar outro salto no desenvolvimento capitalista no Brasil.

Mas os latifundiários foram *obrigados* a modernizar-se. Sua modernização não foi apenas o processo pelo qual a burguesia, estrangeira e brasileira, manteve sua aliança com eles e, ao mesmo tempo, expropriou o campesinato. Foi também a maneira pela qual aquela classe transformou-se numa das frações da burguesia e os demais setores burgueses se *latifundizaram*. Através do Estado militarizado, a burguesia financiou o latifúndio e a si própria para instalar sesmarias capitalistas e criar um vasto exército industrial de reserva, miserável e favelado, mas "livre" para a exploração capitalista.

### **As realizações burguesas**

Se a burguesia brasileira não perpetrou qualquer revolução social democrática, ela realizou, por meio do Estado e pactuada com a burguesia estrangeira, uma verdadeira *revolução* nas forças produtivas e nas relações de produção, principalmente entre 1964 e 1974. Colocou a seu serviço as antigas relações de produção, ampliou a agricultura de *commodities* e a agroindústria, criou fábricas modernas, acelerou a mudança na composição orgânica do capital e construiu o importante departamento de bens de capital.

Mas ela ganhou maturidade no momento em que o sistema capitalista mundial sofria transformações profundas, em que cada passo na revolucionarização de suas forças produtivas era um passo no desnudamento de sua irracionalidade social.

Assim, do ponto de vista ideológico, a burguesia brasileira nada podia revolucionar. Não podia ir além da mescla da ideologia escravista, feudal e mercantilista das antigas classes das quais se originou, com a ideologia do capital monopolista da fase imperialista.

Do ponto de vista político, custou a entender a nova proposta democrática imperialista. Seus pruridos democrático-radicais jamais haviam passado de elemento de barganha nos "arranjos por cima", como na primeira república, na "revolução" de 30 e nas mobilizações "nacionalistas" e "populistas" dos anos 40 e 50. Nos embates críticos, em que o movimento popular tentou mudanças sociais, *mesmo no sentido capitalista, mas democráticas*, ela aliou-se aos interesses contra-revolucionários da burguesia estrangeira e dos latifundiários e, a seu modo, *fez a revolução antes que o povo a fizesse*.

Assim, na década de 70, quando o regime militar esgotou suas possibilidades, a burguesia resistiu à implantação de uma democracia liberal plena. Por um lado, tinha medo da nova força social dos trabalhadores. Por outro, não sabia como assimilar a pressão da burguesia transnacional por um rearranjo no velho pacto de dominação entre os diferentes capitais, no qual a democracia de encenação deveria aparecer como dádiva suprema.

Teve também dificuldade em assumir a nova ideologia e o novo projeto neoliberal de desenvolvimento modernizador. Não estava mais diante unicamente de alternativas capitalistas de desenvolvimento. A expansão de seu modo de produção colocara a via socialista como opção de reorganização econômica, social e política, apesar do descenso e da crise do movimento revolucionário e socialista no resto do mundo. No Brasil, o socialismo apresentava-se não mais como um modelo externo a ser seguido, mas como uma necessidade de superação do capitalismo realmente existente aqui.

Atarantada na busca de novas vias de desenvolvimento, foi obrigada a colocar-se sob a direção do barão-ladrão-aventureiro, em 1989, e unificar-se sob o receituário



e a repactuação neoliberal, mesmo sem ter claras todas as suas implicações, para impedir a ascensão de um governo de tendências socialistas.

### **A capitulação ao neoliberalismo**

A *repactuação* neoliberal pretendia, a curto prazo, promover uma intensa reestruturação econômica, não restringindo a globalização à absorção dos capitais estatais pelos privados. Também os capitais privados nacionais deveriam ser engolidos, com a destruição dos setores não competitivos e a monopolização da economia exclusivamente pelos capitais transnacionais.

Uma rearticulação burguesa dessa envergadura exigia que o Estado nacional se retirasse das atividades econômicas, mas assumisse, ao mesmo tempo, o papel de forte agente de amortecimento das tensões geradas pela destruição de cadeias produtivas, pelo desemprego estrutural, pela transferência massiva de riquezas e pelo alastramento da massa de despossuídos. A economia se tornaria uma selva em que só os tigres teriam vez e o Estado caçador não se faria presente para matá-los, mas para protegê-los como a uma espécie rara.

Uma combinação de populismo sofisticado, publicidade enganosa, renovação de expectativas virtuais, mistificação teórica, fisiologismo desbragado e outros mecanismos de alienação social e política deveria ser utilizada com eficácia para consolidar a fragmentação e segmentação sociais. Quanto mais eficaz a realidade virtual, mais conformista e alienada a reação das grandes massas da população.

Mas, para isto não bastava a transformação da burguesia dos meios de comunicação num quarto poder, o poder midiático. Como mostrara a experiência das diretas-já, sem contar com um segmento social que assumisse as rédeas do poder e a hegemonia, aparentando representar o interesse geral da sociedade e da nação no imaginário popular, o povo poderia livrar-se do feitiço, ir para as ruas, obrigar o mago da comunicação global a curvar-se à realidade e desbaratar os planos de domínio. Collor e seu bando foram incapazes de cumprir esse papel, quase colocam tudo a perder e tiveram que ser defenestrados.



Foi um achado que parcela significativa da antiga intelectualidade de esquerda se dispusesse a substituí-los, sob a direção do príncipe dos sociólogos, acelerando as políticas de estabilização monetária, reestruturação produtiva, abertura e desregulamentação econômicas, competição anárquica e abandono dos deveres sociais do Estado. Mas estas políticas, ao tempo que intensificaram a dominação da economia pelas transnacionais, agravaram com rapidez os problemas estruturais e estimularam a instabilidade social e política.

O Brasil foi, assim, transformado em campo de caça das megacorporações transnacionais, desses imensos monopólios capitalistas que, como hidras colossais, possuem o cérebro pensante em seus países de origem, e seus olhos, nariz, boca e membros segmentados por milhões de unidades dispersas por quase todos os países e regiões do globo, a tal ponto que escribas idiotas podem dar-se ao luxo de afirmar que a globalização é o paraíso das micro e pequena empresas.

Essa *repactuação*, aceita, apoiada e incrementada pela burguesia nativa a partir do início dos anos 90, não teve repercussões profundas apenas sobre as classes sociais e os campos políticos e culturais de baixo. Não desorganizou somente o mundo do trabalho, esse mercado selvagem pelo simples fato de existir, tornando-o ainda mais brutalmente bárbaro e muro de infortúnios e lamentações sem conta. Não inverteu tão-só violentamente as idealizações de acesso da pequena burguesia ao mundo encantado burguês, ou mergulhou a massa da intelectualidade em frustrante crise existencial, ao constatar que sua vanguarda acadêmica, guindada ao poder, destrói o universalismo da universidade e afoga na negação tudo que produziu e tudo pelo qual lutou no passado. Ela mostrou-se também cruel com setores da própria burguesia, penalizando-os por acreditarem que a competitividade era só para os de baixo.

### **A nova estirpe**

A burguesia transnacional prometera o deslumbrante mundo desenvolvido para a brasileira. E esta, como o mentiroso que acredita nas próprias mentiras, supôs que

seria mantido o tradicional pacto de dominação entre os capitais privados nacionais e estrangeiros, apenas às custas dos capitais estatais. Entretanto, com a voracidade própria dos carnívoros predadores, a burguesia transnacional degluti também a maior parte da burguesia industrial, mastigou grandes nacos da burguesia comercial e da financeira e mantém entre seus dentes a burguesia agrária.

As 494 empresas transnacionais instaladas no Brasil têm um capital investido de US\$ 186 bilhões, devendo chegar a US\$ 240 bilhões entre 1997 e 2006. Um quinto do PIB brasileiro encontra-se diretamente em suas mãos. Metade dos capitais externos investidos no Brasil entre 1995 e 1999 foram empregados em privatizações e incorporações. Só o número de bancos estrangeiros no mercado brasileiro, um mercado cativo do capital nacional pelo antigo pacto, aumentou 79%, embora o total de bancos tenha caído 22,4%.

A maior parte dos setores rentáveis passou para as mãos das transnacionais, enquanto os tradicionais arruinaram-se ou sobrevivem a duras penas. No cenário burguês brasileiro emergiram piratas gananciosos de todos os matizes, travestidos de representantes das grandes multinacionais ou detentores de novas áreas das finanças e das forças produtivas eletrônicas e informáticas em processo de globalização. E dessa burguesia mutante passaram a fazer parte as novas frações emergentes do crime organizado e do narcotráfico.

A burguesia industrial brasileira, tão pródiga em bravatas quando se tratava de jogar o Estado contra os trabalhadores, mais uma vez tornou público seu servilismo, sua marca de nascença, entregando-se ao estupro suicida sem qualquer gesto de resistência. As parcelas mais fortes da burguesia nativa aceitaram o papel de associadas menores ou subordinadas do capital estrangeiro, perderam qualquer viés progressista e nacional e entregaram-se de corpo e alma ao novo senhor. É natural, assim, que aceitem também como setores burgueses emergentes e de futuro os capos do crime organizado e do narcotráfico, da mesma forma que seus ancestrais coloniais tinham em alta conta os traficantes de escravos.

Esta *lumpemburguesia*, antes marginal e clandestina, agora movimenta bilhões de dólares, participa de inúmeros negócios legais, mais não seja para lavar o dinheiro, frequenta os salões de elite, onde é aceita como par-inter-pares, elege-se para o parlamento, coloca representantes em altos postos do governo e do Judiciário e ganha influência sobre os destinos do país. Ao mesmo tempo, cria um Estado paralelo, de grande poder de fogo, que domina porções territoriais nas grandes cidades e no interior e aterroriza parcelas consideráveis da população, utilizando como *soldados* a mão-de-obra de baixo valor que o superdimensionado mercado industrial de reserva lhe oferece.

Em dez anos de implementação, a modernização capitalista promovida pelas megacorporações introduziu mudanças profundas na burguesia, criando uma nova estirpe bárbara, cuja pátria é o dinheiro e o butim o lucro máximo a qualquer custo. É natural, então, que cresça a resistência a essa burguesia de monopólio total e a suas ideologia e política. Meio tardiamente, ante a ameaça de ser engolida pelas transnacionais, até mesmo a grande burguesia brasileira faz grunhidos "nacionalistas". E, ironia das ironias, a grande burguesia internacional, reunida em Davos, mostra-se preocupada com as questões sociais e com a destruição humana causada pela globalização.

A barbárie burguesa, ante a destruição, quer mostrar humanidade, sem mudar em nada sua natureza. Como diz um economista norte-americano, muda o discurso sem mudar a prática. Mesmo porque está submetida à lógica cruel do próprio sistema capitalista que comanda e serve. A nova estirpe burguesa pode ver-se compelida, pela luta de classes, a inventar novas teorias, ideologias e políticas e a realizar recuos estratégicos e táticos, como a substituição do neoliberalismo por variantes terceiristas, social-democratas, nacionalistas, humanistas ou outras. Mas, enquanto o sistema capitalista for mantido, terá que ser cada vez mais selvagem e desesperada na busca de maiores margens de rentabilidade (ou, falando em português mais claro, de maiores taxas médias de lucro) para não ser tragada pela competição.

Por isso, os trabalhadores e as camadas populares podem até aproveitar-se das divisões e disputas intercapitalistas. Porém, quem tiver ilusão nas variantes da nova estirpe burguesa, ou na choradeira dos velhos setores burgueses contra os novos, está fadado a desempenhar apenas o papel de Chapeuzinho Vermelho.

Título	<i>Reflexões sobre o desenvolvimento</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Integração. 2. Mercado de Trabalho.
Número	46 ed. (Novembro/Dezembro de 2000 e Janeiro de 2001)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	03 de dezembro de 2000 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2000/12/03/reflexoes-sobre-o-desenvolvimento/">https://teoriaedebate.org.br/2000/12/03/reflexoes-sobre-o-desenvolvimento/</a>
	Resumo: Neste artigo, Pomar aborda que as corporações ditam as mudanças na localização, desintegrando pequenos negócios, enquanto a resistência informal é vital para democratizar a classe trabalhadora. Governos populares podem fortalecer a economia informal, exigindo medidas de proteção e estímulo, além da participação dos trabalhadores nas políticas públicas.

## REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO - (2000)

*O mercado informal abrange de 30 a 40 milhões de pessoas. Tomar seus segmentos periféricos como motor de integração econômica no desenvolvimento municipal pode transformar-se de uma simples abordagem local numa estratégia nacional de expansão de um vasto capitalismo democrático*

Nas eleições de 2000, todas as forças políticas tornaram-se defensoras do desenvolvimento. Afinal, a privatização, desnacionalização e quebra de empresas, o incremento do desemprego e da exclusão, a destruição da agricultura familiar, a compressão do mercado doméstico e a transformação da nação em mercado emergente, promovidos pela reestruturação econômica das corporações, sob a gerência do governo federal, causaram um profundo estrago ao país.

### **Sob a ótica do poder**

O reino neoliberal não significa que a produção não possa crescer ou que o poder não tenha projetos de desenvolvimento. O Programa Brasil em Ação - Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, do Consórcio Brasileira, detectou os "elos faltantes" da reestruturação e tornou-se Plano Plurianual<sup>1</sup>, para levar o Brasil a consolidar o modelo corporativo transnacional.

Considerando a economia brasileira "protecionista, com alta interferência estatal, concentradora, inibidora das oportunidades ao suprir-se em fontes domésticas ineficientes com um sistema de preços distorcidos", tem como pressupostos "a estabilidade, as reformas estruturais, a modernização produtiva, a desregulamentação dos mercados, a abertura econômica e a redefinição do papel do Estado". Sua orientação de planejamento assenta-se na "interiorização e concentração em segmentos que gerem efeitos sobre toda a economia", tendo como base das ações governamentais os "municípios", como "meta de decisão locacional o mundo" e como estratégia o "desenvolvimento vinculado à globalização".

O projeto vale-se de Sérgio Buarque de Holanda e Ignacy Sachs para sugerir um "desenvolvimento sustentado", no qual seriam compatibilizados "crescimento econômico, conservação do meio ambiente e equidade social". Haveria "prevalência do social ao tratar a exclusão, criar oportunidades de trabalho, elevar o nível de remuneração, propiciar acesso ao consumo, educação e saúde e construir instituições democráticas e processos participativos". Haveria "restrição ecológica" ao adotar "uma forma de produzir consistente com a disponibilidade de fatores e recursos".

Essa roupagem "social" some na operacionalidade do projeto, voltada para commodities agrícolas (soja), minerais (gás natural, calcáreo), florestais (madeiras) e agroindustriais (celulose) e para ecoturismo, destinando-se os eixos a servir de canais para alcançar os mercados mundiais e facilitar a segmentação empresarial. Desenvolvimento e integração ficam reduzidos à expressão mínima. E a exclusão social torna-se a regra geral de sua aplicabilidade.

Dominado por megacorporações, esse modelo capitalista tem como meta obter margens de lucratividade compatíveis com a escala da concorrência entre elas e, como sistema, a simultânea financeirização, eliminação das barreiras ao movimento dos seus capitais, suas mercadorias e sua mão-de-obra, atuação em todos os setores da economia, domínio de cadeias produtivas inteiras, da pesquisa

e produção científica e tecnológica e dos setores de maior rentabilidade e combinação do emprego especializado com o não especializado, forçando o rebaixamento dos salários e o aumento das jornadas de trabalho.

Sob essa lógica, os capitais estrangeiros no Brasil voltaram-se para investimentos em bolsa e aquisição de empresas estatais e de empresas privadas em dificuldade, ampliando sua presença na economia, inclusive nos ramos que eram cativos dos capitais nacionais, como telecomunicações, energia, bancos e seguros, sem aumentar a capacidade produtiva do país. A estratégia de realocização concentrou-se em novos pólos urbanos, com condições otimizadas de mão-de-obra barata e de infra-estrutura que permitam ligação rápida, seja com as matrizes de planejamento, controle e geração de tecnologias, seja com as plantas de montagem, seja ainda com os principais mercados.

Nesse sentido, a atração de investimentos pode criar perspectiva de empregos, com expansão de atividades econômicas, reativação de negócios e, em tese, crescimento para as cidades polos. A implantação dos "eixos" também representa uma perspectiva de conexão entre os polos e destes com os mercados, diversificando a matriz energética, multiplicando os meios de transportes e ampliando as vias de informação e comunicações. Entretanto, não existem tantas unidades produtivas das corporações e de suas associadas nativas a serem "localizadas" nos milhares de municípios brasileiros. Além disso, embora haja empresas intensivas em trabalho, aproveitando a oferta de mão-de-obra barata, as empresas modernas tendem a empregar poucos trabalhadores.

Ainda por cima, o desemprego não é uma questão "local". Está disseminado nacionalmente. A concentração em pólos tende, pois, a criar paradoxos, atraindo não apenas empresas, mas massas de desempregados de outros locais. Criam-se empregos, mas o desemprego também crescerá, pressionando o poder "local" a ampliar a infra-estrutura urbana. Na impossibilidade de realizar essa ampliação na mesma velocidade da imigração, tais polos terão uma crescente fragmentação



social, favelização e deterioração dos serviços públicos, a exemplo das cidades do norte do México, que adotaram o modelo bem antes do Brasil.

As cidades sem condições de atração de investimentos, por não estarem em áreas de influência dos eixos de integração, sofrem conseqüências ainda mais graves. Cria-se uma espiral perversa de fuga de capitais e de gente, uma estimula a outra, em detrimento do que foi construído antes, evidenciando o quanto a pauperização é funcional a esse modelo de desenvolvimento capitalista.

A globalização e a reestruturação deram visibilidade ao paradoxo da pobreza alimentando a riqueza. Para ter lucros compatíveis com suas necessidades de acumulação, o capital precisa de margens de rentabilidade crescentes, só possíveis com constantes inovações tecnológicas e elevação da produtividade, indispensáveis para enfrentar a concorrência, e do descarte da força de trabalho e sua pauperização, indispensáveis para aumentar a concorrência no mercado de trabalho, reduzir os salários e compensar a tendência de queda nas margens de lucro, imposta pelas inovações e pela produtividade. Por isso, as gritantes contradições desse modelo impõem à esquerda desafios que não supunha possível sob o capitalismo.

### **Dificuldades sob a ótica popular**

Não é ponto pacífico na esquerda que governos populares devam tratar do desenvolvimento, muito menos capitalista. Entretanto, é um fato que as contradições burguesas e a ascensão operária e popular dos anos 70 e 80 levaram a esquerda, pela primeira vez na história do Brasil, a ampliar sua representação parlamentar, ocupar governos municipais e disputar com chances o governo central. Esse impulso político continuou nos anos 90, com a esquerda constituindo também governos populares estaduais num contexto dominado pelos mecanismos de reprodução capitalista, de refluxo dos movimentos sociais e de ofensiva das políticas neoliberais, estas tendo como lastro a monopolização da economia pelas multinacionais.

Esse quadro contraditório não foi bem captado, prevalecendo a ideia de que os governos populares teriam força para inverter prioridades, no sentido de administrar a riqueza para melhorar a situação social. Isto se chocou contra o muro da concentração patrimonial e da renda, mas muitos governos populares somente despertaram quando a reestruturação econômica já desorganizara o parque produtivo, fragmentara os trabalhadores e disseminara a pobreza.

Criou-se, então, um certo consenso de que os requisitos de localização dos empreendimentos haviam mudado, concretizando-se no "espaço local" e abrindo outras possibilidades para os municípios, por meio de novas formas de utilização do território e opções de integração, a partir de condições artificialmente criadas, como mão-de-obra e infra-estrutura. Os planejadores de esquerda deram-se conta de que a ênfase corporativa na redução de custos limitava direitos sociais e trabalhistas e reduzia o trabalho e a renda, enquanto a guerra fiscal para atrair empresas reduzia a capacidade de investimentos sociais e não garantia crescimento econômico e equidade social.

Eles acreditavam, porém, que os governos "locais" poderiam realizar uma integração não subordinada, ao privilegiar as questões sociais e a construção de espaços de cidadania, com base nas forças locais e regionais dispostas a construir uma alternativa de desenvolvimento que se opusesse aos resultados perversos da globalização. Nessa perspectiva, priorizaram a educação e a qualificação dos recursos humanos, a criação e difusão tecnológica, a modernização da infraestrutura e da qualidade de vida e a cooperação capital-trabalho para favorecer a inovação e os ganhos de produtividade.

Supunha-se que, com essas prioridades e obedecendo às peculiaridades do município, fomentando cadeias produtivas locais, aumentando a sinergia entre empresas e alcançando uma autonomia relativa, poder-se-ia suportar as decisões externas, opostas às opções locais, mesmo num quadro econômico adverso. Tornando-se promotor do desenvolvimento e facilitador da participação organizada da comunidade, o governo municipal fortaleceria aquelas novas forças

– empreendedores, bancos e agências regionais, cooperativas e órgãos públicos, ONGs – por meio de formas democráticas, para jogarem um papel estratégico na construção de um desenvolvimento alternativo "local".

Entretanto, as mudanças nos requisitos de localização são uma imposição das corporações capitalistas. Alternativas à redução de custos, por meio da criação de benefícios, acabam sendo redução de custos por outras vias. Alguém tem que pagar esses benefícios. Além disso, no contexto de uma inserção indiferenciada na reestruturação monopolista, os pequenos empreendimentos acabam sendo assimilados à órbita das corporações, ou destruídos, como tem acontecido.

Vimos o que acontece com os polos de desenvolvimento, em que integração e desintegração caminham "localmente" juntas. Fora das áreas de influência dos eixos de integração, o resultado é uma total desintegração. Nessas condições, a suposição de uma integração não subordinada, por projetos locais e regionais, desdenha a força internacional concentradora e desagregadora do capitalismo global, assim como da máquina estatal nacional a serviço dele. Esquece que a sociedade é conduzida não a uma publicização, mas a uma privatização ainda mais concentrada, esfrangalhando qualquer tipo de controle social sobre o Estado. Temos uma democracia de encenação, cuja face oculta é o autoritarismo, enquanto uma população crescente, para sobreviver, se vê obrigada à informalidade, ao funcionamento clandestino de setores capitalistas e operários em desagregação.

Se os governos populares querem contrapor-se às perversidades da globalização, precisam de uma estratégia que, a partir dos esforços locais, contribua para a construção de uma força social, nacional, capaz de opor-se à força do capital global. Nesse sentido, os novos sujeitos sociais que muitos procuram fora das classes trabalhadoras, do mesmo modo que Diógenes procurava a virtude, talvez possam ser encontrados justamente entre os trabalhadores e os setores de pequenos capitalistas em processo de desintegração, que resistem, reagem e se articulam, numa escala em geral subestimada.

O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) estima em 57 milhões os pobres e 16 milhões os miseráveis (47% da população). Para o IBGE existem 24 milhões de trabalhadores informais, 10 milhões de desempregados e 18 milhões de trabalhadores com carteira assinada. O mercado "informal" abarca 30 a 40 milhões de pessoas, parte delas sobrevivendo de atividades que vão do narcotráfico à prostituição. Mas suas parcelas mais expressivas estão em fábricas domésticas e de fundo de quintal, no comércio ambulante e em serviços diversos, em milhões de empreendimentos clandestinos, responsáveis pelos bens de consumo de baixo custo que circulam no mercado, assim como por parte considerável da construção civil. Sua principal característica é a resistência econômica contra as condições de vida e contra o Estado, que procura destruí-los pela repressão e pela espoliação de agentes corruptos.

Só o fato de mais da metade da população estar envolvida nesse setor, gerando parcela razoável do PIB real, já seria suficiente para considerar sua importância, seja para a erradicação da pobreza, seja numa perspectiva mais global de resistência ao avanço do modelo corporativo multinacional, à fragmentação da classe trabalhadora e à destruição do pouco de capitalismo democrático que existia no Brasil.

### **Algumas questões estratégicas**

Em tais condições, tomar os segmentos *periferizados* do mercado informal como "o motor de integração econômica no desenvolvimento local"<sup>2</sup> pode transformar-se de simples abordagem econômica local numa abordagem estratégica nacional, se for configurada como proposta de democratização, através da expansão de um vasto capitalismo democrático, da reorganização da classe dos trabalhadores assalariados, da clarificação das disputas de classe e da participação desses segmentos no poder.

A possibilidade de construir modelos de desenvolvimento que se contraponham ao corporativo e reconstituam a classe trabalhadora e o capitalismo democrático está

associada à possibilidade de romper o "localismo" da resistência "informal", articulá-la em escala estadual e nacional, fortalecer sua organicidade e transformá-la em movimento social e político. Este é, também, um dos caminhos para retirar os setores "informais" da influência hegemônica burguesa, ampliar a base social e política dos governos populares e dar a estes o respaldo para inverter prioridades e tratar com os setores dominantes em posição de força, levando-os a cooperar, mesmo a contragosto.

Uma política de desenvolvimento que permita a recriação das classes trabalhadoras e a criação de uma massa democrática de pequenos e médios capitalistas rurais e urbanos pode generalizar as experiências positivas já realizadas pelos governos populares, incorporar os setores prejudicados da economia formal, demonstrar a viabilidade de um modelo oposto ao dominante e conformar uma nova força popular de enfrentamento com o capital monopolista e seu Estado.

No entanto, é preciso ter claro que essa política "local" é apenas o eixo estratégico sobre o qual os governos populares se movem, na situação em que se encontram, para contribuir na formação de uma força social "local", capaz de resistir à desestruturação e à desagregação causadas pelo modelo dominante. Transformar essa política de defensiva estratégica em ofensiva, que aponte a possibilidade de outro modelo e de solução das questões básicas do país depende de sua combinação com as lutas e experiências dos municípios e estados sem governos populares.

Isto porque não estão em pauta apenas expressões "locais" das formas ou modelos de acumulação capitalista, mas o próprio capitalismo brasileiro, que já nasceu concentrado e cujas mudanças aceleraram a monopolização, causando distorções em todos os aspectos da vida do país, com sérias ameaças à sua condição de nação. Há brutais contradições entre a existência de setores econômicos ricos e modernos e o atraso em que vive e trabalha a maioria da população, que não podem ser resolvidas apenas através de estratégias "locais".

São tais contradições que atualizam a necessidade do Brasil democratizar o capital, desconcentrar a riqueza, democratizar a política, relacionar-se independentemente com todos os países, defender sua soberania, aproveitar as realizações do atual modelo e, em oposição a ele, construir um novo modelo de geração e distribuição de riqueza, e priorizar a erradicação da pobreza, só possível superando o capitalismo como sistema dominante. Elas tornam, desse modo, a democracia, a independência nacional, o desenvolvimento econômico, a prioridade social e o socialismo os cinco princípios capazes de balizar as ações das organizações e governos populares diante dos desafios colocados pelo modelo multinacional, dando ao desenvolvimento "local" uma nova perspectiva estratégica.

### **Um programa alternativo**

As medidas para fortalecer a vasta camada de pequenos capitalistas "informais" e recriar uma camada ainda mais vasta de trabalhadores assalariados precisam ter caráter massivo, sem o que não se forjam forças sociais locais poderosas, que apoiem os governos populares e criem condições para mudar a correlação de forças entre as classes dominantes e as populares.

Medidas de proteção ativa da economia "informal" frente aos sistemas de intermediação financeira e comercial, dominados por oligopólios, por meio de instrumentos como bancos do povo e outros, do mesmo modo que políticas tributárias e fiscais e de assessoramento administrativo, técnico, jurídico, contábil e mercadológico que beneficiem esses micro-setores, precisam abarcar grandes contingentes. Também precisam ser massivos os projetos de cooperativismo e associativismo, assim como os mecanismos de apoio comercial, destinados a realizar pesquisas de mercado e abrir canais de comercialização voltados para os mercados regionais, nacionais e internacionais.

O mesmo é verdade quanto ao estímulo à organização e participação independente dos trabalhadores e demais setores "informais" na discussão das políticas públicas de fomento, inclusive aos assentamentos rurais, de educação, capacitação

profissional e incorporação de novas tecnologias. A discussão sobre a cooperação e sinergia entre os diversos empreendimentos, formas de competição com as grandes empresas e relações de trabalho são fundamentais para democratizar a sociedade, elevar o poder aquisitivo dos trabalhadores e clarificar os diferentes interesses de classe.

Com base no desenvolvimento *massivo* da economia "informal", dando-lhe um dinamismo próprio e transformando-a em novo modelo de desenvolvimento e numa força econômica e social real, os governos populares podem dar apoio mais decidido à reforma agrária, tratar com táticas mais soberanas as políticas de implantação dos "eixos de integração", dos "polos de crescimento" e dos investimentos corporativos, interferir positivamente na competição entre o novo modelo e o modelo transnacional e nos conflitos de interesse entre os diversos tipos de capital e do trabalho e priorizar realmente os interesses populares na modernização da infra-estrutura e dos serviços públicos. Esse é, no mínimo, um dos desafios com que se defrontam os antigos e novos governos populares na entrada do novo milênio.



Título	<i>Uma sugestão de pauta</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Esquerda. 2. Governo Lula. 3. PT.
Número	53 ed. (Março/Abril/Maio de 2003)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	23 de agosto de 2018 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2018/03/23/nacional-uma-sugestao-de-pauta/">https://teoriaedebate.org.br/2018/03/23/nacional-uma-sugestao-de-pauta/</a>
	Resumo: O artigo traz a importância de compreender a revolução cultural por trás da vitória de Lula e propõe estratégias para fortalecer as forças populares e democratizar o capital, destacando a necessidade de negociação, resistência contra o neoliberalismo e o estímulo ao crescimento das micro e pequenas empresas como base para o desenvolvimento econômico e social.

## UMA SUGESTÃO DE PAUTA - (2003)

*A vitória de Lula representa uma revolução cultural na mente de grandes massas. Se a esquerda não compreender essa dimensão, dificilmente adotará estratégias e táticas que acumulem força e aproveitem a virada revolucionária da cultura popular*

Tolstoi sugeria a Gorki ouvir os mujiques, a esmagadora maioria do povo russo de então, e escrever de modo que eles o entendessem. Embora nem sempre a maioria esteja com a razão, saber o que os brasileiros pensam e esperam do governo Lula é chave para a esquerda orientar-se após a vitória popular.

A maioria popular sabe que não fez nenhuma revolução política, econômica ou social. Mas, depois de anos negando-se a votar em alguém igual a si própria, decidiu sufragar Lula. “Óia nós lá” não constata uma simples mudança de opinião. Representa uma revolução cultural na mente de grandes massas.

Se a esquerda não compreender essa dimensão, nem quem somos “nóis” (o que exige a definição de quem são “eles”) e qual a correlação de forças, dificilmente adotará estratégias e táticas que acumulem força e aproveitem a virada revolucionária da cultura popular.

## **Os fatores da vitória popular**

É preciso reconhecer o fraco entendimento das modificações conjunturais após a crise financeira de 1999. Em geral, não se detectou a amplitude dos resultados das políticas neoliberais, tanto sobre as grandes massas populares, quanto sobre a média burguesia e parcelas da grande. Estes segmentos, ao também serem profundamente atingidos, deram à questão nacional a dimensão de uma invasão do Brasil por potências estrangeiras. No âmbito popular, essa situação gerou um movimento de oposição e mudanças que, mesmo desprovido de grandes lutas, enxergou na candidatura Lula a possibilidade de derrotar o neoliberalismo e introduzir transformações. No âmbito da burguesia, que sustentava o governo FHC, um movimento procurou introduzir mudanças tópicas através do próprio grupo dominante. Como o núcleo duro do governo, constituído pelo PSDB, foi inflexível, impôs Serra como candidato e o continuísmo como política, parte dessa burguesia viu-se sem candidato e sem projeto.

As visões parciais sobre essa evolução conduziram, no campo da esquerda, a pelo menos dois tipos de análise. Uma, a daqueles que não consideravam a divisão na burguesia, ou a tinham apenas como tática diversionista, desprezando-a como elemento importante para golpear o domínio neoliberal. Outra, a daqueles que captaram a divisão como o elemento chave para a vitória eleitoral, desconsiderando o sentimento mudancista que grassava, sem muito ruído, entre as grandes massas populares.

Os que desprezavam a divisão da burguesia insurgiram-se contra a incorporação de reivindicações burguesas ao programa eleitoral do PT e contra as alianças que apontavam para a constituição de uma frente única. Ficaram descrentes da possibilidade de vitória e não foram poucos os que, frustrados, quiseram votar nos candidatos do PSTU e do PCO. Os que subestimavam a capacidade do movimento popular prepararam-se para realizar uma campanha idêntica às de 1994 e 1998, sem mobilização massiva, centrada na conquista da burguesia e das classes médias.

A prática da campanha modificou essas tendências. A crescente pressão popular oposicionista e mudancista manteve alto o patamar das preferências por Lula, obrigando a guerra de desgaste entre os demais candidatos, em virtude disso, forçando o deslocamento da oposição burguesa para a candidatura Lula. Em outras palavras, a frente única foi positiva, criando as condições para a atração dos setores burgueses descontentes com FHC-Serra. Mas, o fator decisivo da vitória foi o engajamento popular, principalmente depois que a campanha ganhou massividade, a partir de agosto de 2002.

### **As forças sociais e políticas**

Criou-se, dessa forma, uma conjuntura totalmente nova, na qual conformaram-se, na sociedade brasileira, quatro sistemas de forças sociais e políticas.

O primeiro, o sistema corporativo empresarial, reúne as grandes burguesias estrangeiras e nativas associadas. Ele perdeu social e politicamente, mas continua sendo o sistema econômico e ideológico dominante. Perdeu socialmente porque sua periferia, constituída pela média burguesia e alguns setores burgueses relativamente grandes, transitou para a oposição. E perdeu politicamente porque não conseguiu impedir que parte da burguesia se colocasse sob a hegemonia do PT, nem que o povo guindasse ao governo central, pela primeira vez na história do Brasil, como diz o senador Sarney, “um representante do trabalho”. Entretanto, este sistema não morreu, nem foi destruído. E, apesar de não possuir um projeto palatável em substituição ao destrutivo neoliberalismo, quer manter seus mecanismos de hegemonia ideológica e domínio sobre a sociedade. A força desses mecanismos lhe permite influenciar parte considerável dos outros sistemas, podendo eventualmente recompor sua periferia e sua força política.

O segundo, o sistema intermediário burguês, é composto pela média burguesia e pelos setores dissidentes da grande burguesia, rurais e urbanos. Faziam parte do sistema corporativo como periferia, mas sofreram um violento processo de desestruturação em virtude do rearranjo do pacto de dominação da economia, por

meio do qual os capitais estatais foram quase totalmente alienados e eliminados, os capitais privados pequenos e médios foram sendo alijados do processo de acumulação e os grandes capitais privados tiveram que se associar aos grupos estrangeiros corporativos ou correr o risco de serem sufocados. Fazendo parte do governo, suas reivindicações e expectativas estão relacionadas com o crescimento das atividades produtivas, proteção governamental contra a competição selvagem das grandes corporações, abertura de mercados internos e internacionais, redução dos custos de mão-de-obra e dos tributos e participação nas decisões. Não tendo força social e política suficiente para se contrapor ao sistema corporativo, quer mudar, através da frente única, apenas aqueles pontos da política neoliberal que o prejudicam.

O terceiro, o sistema microempresarial, formal e informal, é constituído de pequenos proprietários rurais e urbanos, às vezes também assalariados. Compreendendo milhões de famílias e indivíduos, foi também submetido a um violento processo de fragmentação e destruição econômica e social, de rebaixamento de seus padrões de vida e de proletarização. Pretende mudanças que possam elevá-lo à posição da média burguesia. O que inclui a melhoria do poder aquisitivo da população, expansão do mercado interno, proteção contra os oligopólios, abertura de linhas de crédito, redução dos encargos tributários e flexibilização das relações de trabalho. É, pois, um sistema capitalista periférico, mas que procura avidamente democratizar o capital.

O quarto, o sistema popular, constitui a maioria, tendo como núcleo os assalariados urbanos e rurais e as grandes massas marginalizadas como sua periferia. Os trabalhadores assalariados sofreram uma brutal dispersão e fragmentação (pelo desemprego estrutural e conjuntural), ampliando as já extensas massas marginalizadas em processo de degradação. Suas reivindicações e expectativas estão relacionadas fundamentalmente com alimentação, trabalho, emprego, renda, moradia e segurança.

As forças sociais dos sistemas que sustentam o governo Lula são relativamente fracas, se comparadas às forças relativamente fortes do sistema corporativo. Este é o problema estratégico da esquerda: transformar as forças sociais democráticas e populares relativamente fracas em relativamente fortes, e as forças sociais relativamente fortes do sistema dominante em relativamente fracas.

### **Possíveis estratégias e táticas**

Essa inversão estratégica da correlação de forças exige, pelo menos, três grandes táticas: 1) isolar o sistema corporativo e desmontar a ideologia e a política neoliberais; 2) manter o segundo sistema burguês na frente única; 3) transformar o terceiro e o quarto sistemas em poderosas forças econômicas, sociais e políticas.

A relativa fraqueza da frente única sugere evitar confrontos decisivos prematuros com o sistema corporativo. Isto torna necessário negociar ponto por ponto. Por exemplo, induzindo-o a abrir mercados internacionais para o que produz e, ao mesmo tempo, aumentar a proporção, nesses produtos finais, de bens intermediários fabricados aqui. Ou seja, é necessário tentar seu enquadramento paulatino nas necessidades e regras brasileiras, entre outras coisas chamando as corporações a contribuírem, por meio do Programa Fome Zero, para o resgate da dívida social.

Por outro lado, não se deve dar trégua à ideologia e às políticas neoliberais. Os intelectuais poderiam ser instados a realizar uma avaliação profunda do país herdado, em seus aspectos produtivo, financeiro, científico, tecnológico, educacional, cultural, militar e do cotidiano da vida social. E, pelo lado afirmativo, levantar os valores de solidariedade, honestidade, persistência, resistência e luta do povo brasileiro nestes anos. Com isso, aprofundarão a investigação histórica, ampliarão a educação e a cultura populares e encontrarão no próprio povo os caminhos para um desenvolvimento alternativo. Mesmo porque tal desenvolvimento não pode ter por base o crescimento dos primeiro e segundo sistemas. Embora as médias empresas do segundo sistema devam ser apoiadas e

estimuladas para escapar da concorrência destrutiva das corporações empresariais, elevar sua inserção nos mercados externos e aumentar as taxas de crescimento da economia, isso só poderá ser realizado com o aumento de sua eficiência, produtividade e competitividade. Portanto, o principal aspecto desse apoio consiste em evitar que o segundo sistema retorne ao regaço do sistema corporativo dominante. Seu crescimento se fará com pouca absorção de mão-de-obra, sem contribuir decisivamente para rebaixar o desemprego.

Um desenvolvimento que combine crescimento, aumento do emprego, melhoria da distribuição de renda e redução da pobreza e da fome só pode ser alcançado, nas atuais condições brasileiras, se as experiências de resistência e sobrevivência dos micros e pequenos produtores rurais e urbanos se tornarem massivas. O crescimento massivo desse sistema é o único capaz de transformar grandes contingentes de desempregados e marginalizados em trabalhadores efetivos e de garantir uma distribuição mais equitativa da renda, instrumentos fundamentais para erradicar a fome e a miséria.

Para isso será necessário quebrar os gargalos da comercialização, construir redes de cooperativas de crédito e de fomento, de incubadoras de empresas e de transferência tecnológica e democratizar ao máximo o capital. Do ponto de vista estritamente econômico, isso pode representar a construção progressiva de um modelo alternativo e concorrente aos primeiro e segundo sistemas, dando livre curso a diferentes formas de propriedade (inclusive solidárias), ao desenvolvimento das forças produtivas e da produção e à massificação do mercado doméstico.

Embora isto represente o reforçamento capitalista do terceiro sistema, nas atuais condições esse é o caminho possível para superar a fragmentação popular. Só ele pode ampliar de forma acentuada o número de assalariados e criar novas condições para sua organização e mobilização como classe. A criação de um modelo econômico alternativo consiste na transformação do terceiro e do quarto sistemas em poderosas forças econômicas, sociais e políticas e na sua consolidação

como a base da aliança de sustentação do governo Lula e das mudanças estruturais populares e democráticas.

A governabilidade e o rumo do governo dependerão, em grande medida, da força social dessas classes hoje relativamente fragmentadas e fracas, da manutenção da divisão da burguesia e da vitória na disputa de hegemonia ideo-lógica e política contra o neoliberalismo. É fundamental que a esquerda volte a entender que aliança não é apenas união, é também luta. E que a luta não é apenas combate isolado, também comporta alianças. Dentro da atual frente única que sustenta o governo, a luta deve ser desenvolvida no sentido estratégico de reforçar a aliança contra o sistema dominante, tendo o programa comum como parâmetro e a transformação das suas forças sociais fracas em fortes.

Os setores neoliberais vão realizar intrigas e provocações para romper a frente única. E alguns setores aliados vão acompanhá-los. Então, será preciso responder cada golpe com um golpe, mas tendo como argumento a razão e, como limite, a necessidade de isolar o sistema corporativo dominante e manter o segundo e o terceiro sistemas na aliança com o sistema popular.

O povo brasileiro fez uma escolha. E só dando o melhor de si para efetivá-la, a esquerda se manterá como referencial. Sobre ela, da qual o PT é a maior expressão, não pode pairar qualquer dúvida de que faz tudo para concretizar as reformas e mudanças demandadas. Terá que estar carregada de razões políticas se os inimigos das reformas democráticas e populares tentarem impedi-las e impor um outro caminho. O que só será possível se tiver uma pauta que esclareça as condições em que está lutando e as estratégias e táticas que deve empregar.



Título	<i>O resgate da dialética</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Filosofia. 2. Mauro Iasi
Número	54 ed. (Junho/Julho/Agosto de 2003)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	26 de agosto de 2003 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/estante/o-dilema-de-hamlet-o-ser-e-o-nao-ser-da-consciencia/">https://teoriaedebate.org.br/estante/o-dilema-de-hamlet-o-ser-e-o-nao-ser-da-consciencia/</a>
Resumo: Resenha de Walter Pomar sobre o livro <i>O Dilema de Hamlet</i> , de Mauro Iasi. Na obra, Iasi ilustra a crise global do capitalismo no século XXI e propõe uma reflexão sobre a consciência individual e de classe em meio aos desafios enfrentados pela humanidade.	

## O RESGATE DA DIALÉTICA - (2003)

**(Resenha do livro):** O Dilema de Hamlet: o Ser e o Não Ser da Consciência - Autor: Mauro Iasi - Ano: 2002 - Editora: Viramundo - Páginas: 232

A humanidade ingressou no século XXI às voltas com uma profunda crise do capitalismo, cuja forma corporativa transnacional demonstrou incrível capacidade para acelerar todos os problemas estruturais de seu sistema. A crise norte-americana, a eleição de Lula no Brasil e a guerra contra o Iraque, aparentemente tão distantes uma das outras, são apenas manifestações desencontradas de uma situação global de descontrole do sistema de produção para o lucro.

Num contexto desses, retomar a discussão dos problemas filosóficos e, dentre estes, a da consciência, como o faz Mauro Iasi em seu *O Dilema de Hamlet*, representa um esforço meritório para superar o espontaneísmo teórico hoje predominante na maioria das forças que se dizem de esquerda. Afinal, como ele diz, “estudar o processo de consciência é refletir sobre a ação dos indivíduos e das classes”, embora nem sempre tal reflexão pretenda mudar o mundo.

As questões discutidas por Iasi, em seu diálogo com Durkheim, Weber, Marx-Engels, Foucault e Przeworski, estão presentes na ação dos indivíduos e das classes. Supondo-se que estas ainda existam, elas hoje defrontam com a revolução científica e tecnológica, com o formidável aumento da capacidade produtiva, das comunicações e das informações e, por outro lado, com o persistente aumento dos desempregos estrutural e conjuntural, da fome e da miséria, da poluição e degradação do meio ambiente e com as ameaças de guerras imperiais, que podem “levar não apenas à destruição de uma forma de sociedade, como, graças aos meios de destruição em massa, à destruição da própria vida humana”.

O autor inclui nesse quadro no conflito geral entre as forças produtivas e as relações de produção e entre as classes. E, partindo de sua “pretensão de mudar o mundo”, objetiva “somente contribuir para estudar as formas” como os seres humanos “tomam consciência deste conflito” e podem levá-lo “às últimas consequências”. O que não é pouco. Como ele reconhece, “a existência mesma das classes parece tão duramente questionada”, “as ideias que povoam as concepções do mundo dos trabalhadores são, igualmente, ideias de seus dominadores”, e o “senso político... incorporou uma relação direta entre a possibilidade do proletariado como classe revolucionária e sua suposta condição de ‘maioria’ (...)”, desqualificando não só as possibilidades revolucionárias dessa classe, como qualquer papel independente que pretenda exercer.

A esperança de Iasi reside em que “a consciência continua a se produzir apesar dos devaneios ideológicos daqueles que querem dar forma permanente à sociedade atual”. Segundo ele, “a consciência é filha do movimento e das contradições, e não das certezas, quaisquer que sejam”. E as contradições emergem do “solo concreto da história, mediada por classes”, já que “a história tem sido até aqui a história da luta de classes”, luta que “se expressa também como uma luta de valores, entre concepções do mundo”. Como resultado, “em certas circunstâncias”, os indivíduos são levados a questionar “a consciência que lhes foi atribuída”. Portanto, o “dilema

de Hamlet (do ser e não ser da consciência) se resolve, como sempre, no agir”, “na ação de classe”.

Iasi poderia ter aproveitado para esclarecer melhor como, por meio da prática do trabalho e das relações entre os homens, o pensamento humano se formou historicamente, tendo a consciência como um de seus principais aspectos. E como, no processo de evolução histórica, a consciência evoluiu de “sua forma mais simples, singular, ...de representar a si mesma e o mundo por imagens e signos mentais” para formas mais complexas, como as ciências e as diversas formas ideológicas. E também poderia ter começado a corrigir algumas noções incompletas do marxismo clássico, como aquelas que repetem que “a história tem sido até aqui a história da luta de classes”.

Os avanços nas ciências neurológicas têm permitido uma visão mais clara dos mecanismos de formação da memória, da inteligência, do pensamento, dos sentimentos, das emoções e da consciência, em sua relação com o corpo humano e com a realidade exterior. E os avanços nas ciências da natureza têm permitido compreender que a história não pode ser reduzida à história da sociedade humana (de 8-10 mil anos?), ou à história humana (150-300 mil anos?), ou mesmo à história da transição dos primatas em homínídeos (3 milhões de anos?). A história, na verdade, abrange ainda as outras formas de vida, a geologia e o próprio universo, história que apenas começamos a arranhar. A “história da luta de classes” é um aspecto da totalidade histórica.

Iasi parte desses pressupostos, mas não teve a preocupação de explicitá-los ou esclarecê-los. No entanto, se tinha como “objeto próprio deste estudo (saber) como se produz a consciência daqueles que se decidem pela insurgência, mesmo contra ‘um mar de provações’...”, esclarecendo “as relações e mediações entre a consciência do militante como indivíduo e a consciência de classe”, teria sido conveniente levar em conta que a maioria dos militantes que se decidem pela insurgência desconhece aqueles pressupostos e terá dificuldade, então, para entender “como se produz este movimento de consciência e suas transformações”.

Isso, porém, não invalida seus esforços filosóficos e sociológicos para discutir cientificamente as relações entre a consciência e o ser, a dualidade indivíduo-sociedade, as diferenças e semelhanças entre consciência e ideologia, as gradações dos movimentos da consciência, a permanência da divisão social e da existência das classes, a consciência de classe como um processo resultante da própria formação e luta das classes, e a existência do proletariado como uma classe necessária ao capitalismo e, ao mesmo tempo, revolucionária. Afinal, pequena ou não, a classe proletária expressa, “em sua particularidade o interesse geral da sociedade” contra a classe burguesa, “um obstáculo (cada vez mais evidente) ao desenvolvimento desta sociedade”.

Aqueles que, como Iasi, também têm a “pretensão de mudar o mundo” encontrarão em seu texto um rico material teórico para poder investigar as classes e a luta de classes no Brasil e seus graus de consciência e suas ideologias. Essa é uma realidade em geral desprezada, pouco estudada e, quando investigada, realizada por meio de instrumentos de pesquisa inadequados. Nesse sentido, um dos principais méritos de *O Dilema de Hamlet* consiste no resgate da dialética como método de investigação da realidade, método que leva em conta “a ação geral das influências recíprocas” das forças produtivas e das relações de produção, das formações sociais, das formas econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas criadas pelos homens, com base no que herdaram de suas gerações passadas.

Título	<i>Dossiê Retomada do crescimento: O nó do desenvolvimento</i> (IN: Teoria e Debate).
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Crescimento Econômico. 2. Governo Lula. 3. PT.
Número	56 ed. (Dezembro de 2003 e Janeiro de 2004)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	05 de janeiro de 2004 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2004/01/05/dossie-retomada-do-crescimento-o-no-do-desenvolvimento/">https://teoriaedebate.org.br/2004/01/05/dossie-retomada-do-crescimento-o-no-do-desenvolvimento/</a>
	Resumo: O texto destaca a urgência de reformas na política econômica brasileira, com foco em investimentos estratégicos para impulsionar o crescimento e promover a distribuição de renda, visando fortalecer a base social e política do governo.

## DOSSIÊ RETOMADA DO CRESCIMENTO: O NÓ DO DESENVOLVIMENTO - (2004)

*Embora apresentando alguns resultados positivos, a política econômica não tem baixado os juros a níveis que estimulem os investimentos e a produção, reduzam o desemprego e elevem, ou mantenham estável, a renda dos trabalhadores*

O desenvolvimento tornou-se, no mundo globalizado, questão central de sobrevivência das nações. Estas se viram, nos últimos anos, de uma forma ou outra, assoladas por turbulências econômicas mundiais. Muitas, às voltas com inflações perversas, procuraram desenvolver-se com políticas de altos juros, abertura e desregulamentação dos mercados domésticos aos capitais e produtos estrangeiros, atrelamento da moeda local ao dólar e saída do Estado das atividades econômicas, segundo recomendações do FMI.

Esperavam que o fluxo de capitais externos lhes revigorasse a economia, fazendo-as ingressar em novos ciclos de crescimento, criando empregos e conciliando o crescimento econômico com o desenvolvimento social e ambiental. Porém, os capitais buscam, antes de tudo, alta lucratividade, isto nem sempre tendo a ver com esperanças, mas apenas com indicadores econômicos e políticos que garantam a realização de lucros.

Os juros altos, no entanto, funcionaram somente como atratores de capitais de curto prazo. Criaram um ciclo perverso de redução das reservas internacionais, elevação ainda maior das taxas de juros e produção de superávits primários, com base em crescentes cargas tributárias, para garantir taxas compensadoras de juros e demonstrar que os capitais seriam pagos em qualquer situação. A abertura e a desregulamentação do mercado serviram principalmente para que os capitais estrangeiros comprassem ativos já existentes, em vez de instalarem novas unidades produtivas. E o atrelamento ao dólar (por meio de câmbio, seja fixo, seja flutuante) subordinou as moedas nacionais aos descontroles daquela.

Na maioria dos países ocorreu arrocho em grande parte das atividades produtivas, bem como desnacionalização e desmonte dos parques produtivo e tecnológico existentes. Nações que haviam ingressado no desenvolvimento industrial regrediram quase à condição de exportadoras exclusivas de produtos primários. Suas economias entraram no penoso *stop and go*, repetindo largos momentos de recessão com pequenos soluços de expansão. Os mercados domésticos contraíram-se, e aumentaram as condições de pobreza da população. Para não ir muito longe, basta olhar para a Argentina e o próprio Brasil.

As crises financeiras de 1994, 1997 e 1999 foram demonstrações claras desse desastre. Mas também evidenciaram países como a China e a Índia, que, mesmo mantendo boas relações com o FMI, escaparam do *stop and go* das crises recessivas. Suas políticas macroeconômicas têm se caracterizado por altas reservas internacionais, controle estrito sobre o fluxo de capitais, em especial dos de curto prazo, controle severo sobre as fontes inflacionárias, utilização do câmbio e das estatais como instrumentos de política industrial e de aumento da competitividade e fortalecimento do mercado doméstico como suporte do processo de desenvolvimento e da ampliação das exportações. Ou seja, políticas que combinaram estabilidade e crescimento, e não estabilidade e recessão.

## **Alguns problemas brasileiros**

Diante desse histórico, não é por acaso que existe angústia, no PT, sobre o quadro brasileiro. Por um lado, há a dicotomia de ser governo e, ao mesmo tempo, constatar contradições entre as políticas do governo Lula e os objetivos históricos das reformas estruturais, reclamadas nos vinte anos de existência do partido. Por outro, tem se intensificado a percepção de que o PT pode ver frustrado seu crescimento nas eleições de 2004, se os resultados econômicos continuarem contraditórios.

Isso se reflete nos reclamos de crescimento da produção, dos empregos e da renda. Embora as políticas econômicas tenham feito a inflação e o câmbio alcançarem uma estabilização relativa e obtido resultados positivos na balança comercial e nas contas correntes, elas criaram efeitos ambíguos. Associada a juros exorbitantes, a estabilização tem funcionado para atrair capitais de curto prazo e deixar os banqueiros deliciados. Mas não tem baixado os juros a níveis que estimulem os investimentos e a produção, reduzam o desemprego e elevem ou, ao menos, mantenham estável a renda dos trabalhadores.

As diretrizes macroeconômicas partiram dos pressupostos dos governos anteriores. Isto é, de que os desequilíbrios orçamentários eram os responsáveis pelos problemas e crises econômicas do país. Os choques externos poderiam ser evitados, pois, com maior rigidez no ajuste fiscal e maior credibilidade nas relações com o FMI. Tais diretrizes foram aceitas por muitos, mesmo com reservas, por comportarem um forte viés de tática política frente ao sistema financeiro, de modo a evitar retaliações ou embaraços desnecessários ao novo governo. A continuação seria apenas necessária à transição suave a um novo modelo.

O custo, porém, foi muito elevado. A superação do surto inflacionário e a valorização do real frente ao dólar foram alcançadas por meio de uma brutal combinação de corte de gastos públicos, arrocho do crédito, juros elevados e contenção salarial, que conduziu vários setores à recessão e agravou o quadro



social deteriorado. Além disso, o problema agora reside em que a equipe econômica parece convencida de que deve manter a mesma política no futuro e de que esta será capaz de resolver o problema do crescimento.

Ela continua pressupondo que uma redução dos juros, acompanhada de financiamentos e investimentos públicos e privados e da elevação de salários e rendas, pressionaria o consumo interno e a inflação, constituindo um perigo. Por isso, suas esperanças se voltam para um crescimento embalado na atração de capitais externos, confiantes na estabilidade obtida. O acordo com o FMI forneceria o aval a esses investimentos, e também a blindagem para resistir a futuros choques externos. Como decorrência, ela anunciou a solidez dos fundamentos econômicos e proclamou que, agora, o crescimento dependerá apenas do empresariado. A retomada das atividades industriais seria a comprovação dessas verdades.

No entanto, apesar desses argumentos otimistas, é difícil acreditar que os fundamentos econômicos apontem para uma curva ascendente firme da economia. Os investimentos diretos continuam reduzidos. Excetuando os setores voltados para o mercado externo, os demais não parecem convencidos da capacidade brasileira de crescer. Se a estabilidade monetária é uma condição necessária, ela está longe de ser suficiente para o crescimento, mantidos as altas taxas de juros, a elevada carga tributária, os minguados investimentos públicos e as incertezas quanto às taxas de câmbio. O empresariado só se empenhará se tiver certeza de que o retorno de seus investimentos será superior aos custos financeiros.

Além disso, o Brasil permanece extremamente vulnerável às condições externas. A dívida externa ainda é muito grande, nossas exportações são pequenas em relação aos compromissos, e a valorização do real aumenta o risco dos investimentos. O Brasil pagará cerca de 40 bilhões de dólares em 2004. Apesar do acordo com o FMI, as reservas estão aquém de uma blindagem segura. E o país corre o risco de um desastre se os Estados Unidos, presos a déficits e a endividamentos privados colossais, elevarem sua taxa de juros para atrair capitais e crescer, mesmo que tal crescimento não passe de bolha momentânea.

É preciso considerar, ainda, que o euro golpeou a unipolaridade monetária do dólar. O fluxo de capitais para a moeda europeia está crescendo e pode tornar-se gigantesco, se a diversificação de ativos dos produtores de petróleo e dos países emergentes da Ásia se acentuar. Isso, eventualmente, causará distúrbios financeiros mundiais significativos, com reflexos imponderáveis nas economias nacionais desprovidas de grandes reservas.

É também preocupante que a produção e a exportação agrícolas brasileiras tenham aumentado, melhorando o superávit comercial e as contas externas, mas não tenham desempenhado nenhum papel na elevação do emprego. E que, apesar dos esforços do governo, não tenha havido redução do desemprego nem recuperação da renda da massa da população trabalhadora.

Em outras palavras, olhando o quadro como um todo, não parece haver compatibilidade entre o otimismo da equipe econômica e a realidade econômica mundial. Também não existe compatibilidade entre a situação macroeconômica brasileira e o crescimento da produção. E, nos setores que escaparam da recessão, não parece haver compatibilidade entre o crescimento da produção e o crescimento do emprego e da renda.

Mesmo na ausência de um choque externo, o Brasil ainda terá de obter o equivalente a 25% ou 30% do PIB, para crescer. Sem investir esse montante, pelo menos nos gargalos da infra-estrutura, na expansão do parque produtivo e em ciências, tecnologias e educação, não será possível um novo ciclo de crescimento e, menos ainda, um processo articulado de desenvolvimento. Este é incompatível com uma política macroeconômica de juros altos, carga tributária elevada, câmbio flutuante, redução lenta do endividamento interno atrelado ao câmbio e reservas cambiais reduzidas.

Diante disso, é duvidoso aceitar a transformação da tática de continuidade em estratégia. Não temos aí apenas um problema de ordem econômica. Temos problemas econômicos, sociais e políticos intimamente associados. Não por acaso,

isso se traduz no fato de que boa parte da base social do PT e do governo (as camadas trabalhadoras e populares) e dos aliados (os setores empresariais ligados às atividades produtivas) sente que está sendo penalizada de diferentes formas, enquanto os adversários (o sistema financeiro e as grandes corporações) estão sendo agraciados. Os lucros dos bancos corroboram.

Temos, pois, um nó na questão do desenvolvimento, certamente a questão fundamental da atualidade. Sem desatá-lo, sem demonstrar capacidade em elevar a produção e, ao mesmo tempo, criar novas oportunidades de trabalho e redistribuir renda, o governo Lula e o PT correm o risco de acabar como o governo FHC e o PSDB, com as eleições municipais sinalizando seu declínio.

### **Algumas sugestões**

Talvez devêssemos tentar desatar tal nó começando pelas contradições entre as políticas macroeconômicas e microeconômicas. Por exemplo, pelos investimentos públicos. Eles são ou não necessários ao crescimento? Em que montante? Como o Estado brasileiro atenderá a tal necessidade, diante da obrigação de continuar gerando superávits primários para garantir o pagamento das dívidas? Ficará subordinado aos condicionantes, como fez o Plano Plurianual (PPA), ou buscará alternativas?

Se o Estado ficar amarrado pelos superávits primários, certamente o espetáculo do crescimento não passará de desejo. Então, talvez a decisão-chave consista em definir se os condicionantes da política macroeconômica continuarão ou se, ao contrário, se adequarão ao desenvolvimento. Isso é particularmente evidente no problema do câmbio e das estatais. Por que ambos não podem ser tratados como instrumentos de política industrial e de competitividade? Por que a Índia e a China podem fazê-lo, sem que isso cause inflação ou iniba o fluxo de investimentos externos e seu crescimento anual a taxas superiores a 6%, e o Brasil não?

Argumenta-se que a mudança nessas políticas resultará no fim da estabilidade monetária e no isolamento do Brasil em relação aos fluxos de capitais. Isso não é

necessariamente verdadeiro. É possível separar a estabilidade monetária dos problemas do endividamento. Pode-se manter a estabilidade e, ao mesmo tempo, tratar a dívida de uma forma que permita ao Brasil investir. Nesse sentido, é preciso agir politicamente, o que não inclui, do ponto de vista da postura do Estado brasileiro, o rompimento com o FMI ou a ruptura das negociações com a Alca. Mas incluirá, necessariamente, o controle dos capitais de curto prazo e a discussão dos marcos regulatórios dos investimentos diretos.

Por um lado, será preciso incentivar esses investimentos e garantir sua rentabilidade. Por outro, deve-se exigir a instalação de novas unidades produtivas e a transferência de novas tecnologias ou de linhas de produção intensivas em trabalho. Embora a correlação de forças ainda seja relativamente desfavorável, o Estado brasileiro tem força política para barganhar essas mudanças. Com isso, pode superar as amarras dos superávits primários, ser mais agressivo na redução dos juros e da carga tributária e criar as condições para aumentar os investimentos públicos e privados.

No entanto, embora tais condições possam nos tirar da crise de estagnação e ampliar o comércio internacional do país, elas não serão suficientes para construir um mercado doméstico forte. No Brasil existem setores com elevada produtividade e alto grau de competitividade interna e externa, a exemplo dos minérios, do petróleo, da soja e de alguns outros que vêm abrindo novos mercados externos, mas eles não têm se esforçado para aumentar a proporção, em seus produtos finais, de bens de maior valor agregado nem de bens intermediários fabricados aqui.

O exemplo da soja, que se transformou numa das principais exportações brasileiras, é emblemático. Como está estruturada a cadeia produtiva da soja? Qual o peso dos subprodutos industrializados de alto valor, como proteínas, biodiesel e outros, no valor total da cadeia? Até que ponto a monocultura de produção e exportação de grãos, farelo e óleo bruto é benéfica ao desenvolvimento do país? Não se pode desdenhar o papel positivo que, como a soja hoje, o açúcar, a borracha

e o café desempenharam antes. Nem esquecer a tragédia que provocaram, seja por haverem afogado outras culturas, seja porque as elites foram imediatistas, contentaram-se com a riqueza fácil, não se mantiveram atentas à oferta e à demanda reais e, principalmente, não cuidaram da industrialização.

Este é um problema que diz respeito a todas as empresas competitivas, grandes e médias. Sem adensar suas cadeias produtivas dentro do nosso país, elas não reforçarão o mercado interno, que manterá alta dependência externa e não lhes poderá dar suporte para consolidar sua inserção nos mercados internacionais. Assim, embora o Brasil possua uma estrutura produtiva, composta de setores corporativos e médios, capaz de crescer tendo por base os mercados internacionais e os segmentos de média e alta renda do mercado doméstico, desde que sejam afastados os entraves macroeconômicos a seu crescimento, essa estrutura apresenta lacunas sérias em suas cadeias produtivas, que precisam de solução.

Mas isso não é tudo. O crescimento desses setores competitivos só pode ser realizado reduzindo o emprego de mão-de-obra. Eles alcançaram aquele patamar em que seu crescimento está necessariamente associado à eliminação de postos de trabalho. Hoje respondem por cerca de 80% do valor da produção nacional, mas absorvem apenas 20% da mão-de-obra empregada, e tendem a reduzir essa participação. Os outros 80% da força de trabalho encontram-se nas micro e pequenas empresas, que não têm condições de realizar uma expansão continuada de sua produção e de sua força de trabalho.

Esse é um paradoxo da atual competição empresarial, relacionado com a intensificação da produtividade por meio do maior emprego das ciências e novas tecnologias e menor emprego da força de trabalho. Em tais condições, o governo Lula pode até superar os gargalos macroeconômicos e induzir o crescimento, sem que isso tenha um efeito real na redução do desemprego, na distribuição da renda e na erradicação da fome e da pobreza, apesar dos programas sociais. E pode tornar ainda mais patético o descompasso dos esforços para elevar a educação e

melhorar a saúde, em confronto com a estreiteza do mercado de trabalho e o encolhimento da renda dos trabalhadores e dos que sobrevivem no mercado informal.

Além disso, não haverá horizonte para a construção de um mercado doméstico de massa, mantendo tal crescimento dependente dos mercados internacionais e, portanto, sem sustentabilidade. Nesse contexto, a articulação entre crescimento econômico, aumento do emprego, melhoria da distribuição de renda e redução da pobreza e da fome não é uma questão exclusivamente social, ou de justiça social. É uma questão fincada na economia, já que a construção de um mercado doméstico forte, que sirva de base para o desenvolvimento sustentado do país, depende da combinação entre o crescimento dos setores competitivos e o crescimento maciço e estimulado dos milhões de microempreendimentos da chamada economia popular, tanto formal quanto informal.

Algumas políticas do governo Lula apontam nesse rumo. Este é o aspecto realmente novo na expectativa de transição para um novo modelo. Entretanto, em geral, falta-lhes escala e massa. Elas não levam a microeconomia a ganhar uma massa crítica que lhe dê visibilidade e peso na economia brasileira. Também falta a muitos operadores oficiais o conhecimento das experiências de resistência e sobrevivência dos micro e pequenos produtores rurais e urbanos, das cadeias produtivas reais que eles fazem funcionar e dos mercados que atendem. Desse modo, ou procuram reinventar a roda, ou não conseguem enxergar seu potencial de crescimento.

De uma forma ou outra, tais setores são os únicos capazes de transformar grandes contingentes de trabalhadores desempregados e marginalizados em trabalhadores efetivos, permitindo uma distribuição mais equitativa da renda, a erradicação da fome e da miséria e a construção de um mercado doméstico de massas. Do ponto de vista econômico, isso é estratégico para o Brasil superar sua crise. Do ponto de vista social e político, pode representar a recomposição da força social das camadas populares, em particular das classes trabalhadoras, reforçando a base

social e política de sustentação do governo Lula, desatando o nó do desenvolvimento e criando as condições para colocar a perspectiva do socialismo sobre bases reais.



Título *O potencial da relação Brasil-China* (IN: Teoria e Debate)

Autor Wladimir Pomar

Assunto 1. China. 2. Comércio Multilateral. 3. Governo Lula.

Número 59 ed. (Agosto/Setembro de 2004)

Editora Fundação Perseu Abramo

Data 20 de setembro de 2004 (referência do site)

Local São Paulo

Link <https://teoriaedebate.org.br/2004/09/20/o-potencial-da-relacao-brasil-china/>

Resumo: O texto explora os desafios e estratégias de desenvolvimento da China, delineando metas até 2010, e destaca a importância da parceria Brasil-China, evidenciando oportunidades em diversos setores para benefícios mútuos no desenvolvimento sustentável.

## O POTENCIAL DA RELAÇÃO BRASIL-CHINA - (2004)

*Nas relações econômicas, os dois países precisam sair da generalidade e cair na realidade de um mercado diversificado, que exige trabalho duro para identificar segmentos para exportações, importações e investimentos*

A viagem do presidente Lula à China, acompanhado de uma comitiva que incluía cerca de quatrocentos empresários, foi uma demonstração da nova visão sobre as vantagens de uma parceria estratégica do Brasil com aquele país. No entanto, uma série de mitos e um desconhecimento generalizado sobre a realidade chinesa ainda impedem o aproveitamento pleno das potencialidades e oportunidades oferecidas pelas duas partes.

A China alcançou, nos últimos 25 anos, progressos marcantes. Sua estratégia de desenvolvimento tornou-se assunto mundial, com um crescimento econômico e social rápido e prolongado. Em 2003, seu PIB atingiu US\$ 1,38 trilhão, pela paridade cambial, e cerca de US\$ 8 trilhões, pela paridade de poder de compra. Suas reservas internacionais elevaram-se acima dos US\$ 400 bilhões, e seu comércio externo ultrapassou os US\$ 800 bilhões, transformando-a na sexta maior potência comercial.

Entre os países em desenvolvimento, a China tornou-se o maior receptor de investimentos estrangeiros diretos (mais de US\$ 55 bilhões, em 2003). Mas conta, para seu crescimento, cada vez mais com o dinamismo do próprio mercado interno.

Em 2003, a população chinesa comprou 11 milhões de computadores e o número de usuários da internet elevou-se a 60 milhões. O número de automóveis particulares superou os 11 milhões. Mais de 50 milhões de televisores em cores foram adquiridos, com a crescente procura por modelos de alta definição, assim como refrigeradores, freezers, condicionadores de ar, aquecedores, câmeras de vídeo e outros tipos de eletroeletrônico. Em 2003, mais de 59% das famílias chinesas haviam adquirido moradia própria. O número de telefones fixos chegou a 220 milhões e o de telefones móveis a 215 milhões. Cerca de 800 milhões de chineses praticaram algum tipo de turismo, dos quais 16 milhões viajaram para o exterior, com um incremento de 15% ao ano no turismo externo. Quando se lembra que, até 1978, o sonho de consumo da população chinesa restringia-se a máquina de costura, bicicleta e rádio de pilha, com a moradia dependendo das empresas, constata-se que houve um grande salto na estruturação de um forte mercado doméstico.

Nesse processo, os chineses substituíram a antiga evolução igualitária do padrão de vida por uma política de “enriquecimento em ondas”. Os que enriquecem primeiro contribuem para o enriquecimento dos atrasados, seja pelo exemplo, seja por meio de investimentos produtivos e sociais. Por um lado, o governo chinês estimula diversos tipos de propriedade e de geração de riqueza e, por outro, procura evitar polarizações sociais. Reforma continuamente os salários e rendimentos, acompanha os preços e sempre adota medidas que evitem sobrecargas ou restrições ao poder de compra da população de renda mais baixa. Em 1999, elevou em mais de 30% os salários e rendimentos mais baixos e reduziu as alíquotas do imposto de renda desses setores, e agora planeja reduzir total ou parcialmente os tributos sobre a economia familiar rural.

O crescimento da renda real per capita tem se mantido entre 5% e 6% ao ano. Atualmente, cerca de 250 milhões de chineses alcançaram o nível “medianamente abastado”, enquanto 500 milhões se encontram num patamar médio e ainda existem cerca de 500 milhões de pobres. Considerando que em 1980 existiam 800 milhões de pobres e mais de 300 milhões vivendo abaixo da linha de pobreza, o processo é ascendente.

O principal instrumento de erradicação da pobreza tem consistido em investimentos nas zonas mais pobres, sobretudo em infra-estrutura e educação. Com isso, os 250 milhões de chineses que em 1990 ainda permaneciam abaixo da linha de pobreza ingressaram no século 21 situados em patamares mais elevados. Nos próximos dez anos a China espera ampliar para 500 milhões o número dos “medianamente abastados”, fazendo com que, em 2020, este seja o piso para toda a sua população.

Para dar esse grande salto, o país teve de combinar uma série complexa de políticas, entre as quais controlar o excessivo crescimento populacional, instaurar a seguridade social, ampliar o atendimento médico, erradicar a miséria, melhorar a prevenção e o socorro aos desastres, reduzir as disparidades regionais e aumentar os investimentos em conservação ambiental. Mas, tudo isso, por etapas e numa perspectiva de trinta a cinquenta anos, tendo como eixos a modernização e a abertura ao exterior.

Entre 1978 e 1984, a prioridade foi a reforma agrícola, para dar um salto na produção e no padrão de vida rural. Envolvendo cerca de 800 milhões de habitantes, as zonas rurais chinesas produziam (e ainda produzem) em 107 milhões de hectares, com áreas *per capita* inferiores a 0,5 hectare. A introdução dos “contratos de responsabilidade”, possibilitando aos lavradores produzir de acordo com sua própria organização e vender o excedente das cotas contratadas diretamente ao mercado, permitiu não só a elevação da produção agrícola, mas o aumento consistente da renda camponesa.

A produção chinesa de grãos chegou, atualmente, a um patamar entre 470 milhões e 500 milhões de toneladas. Além disso, são produzidas cerca de 30 milhões de toneladas de oleaginosas, 5 milhões de toneladas de algodão, 45 milhões de toneladas de aquáticos, entre uma série de outros itens. Por outro lado, tendo em vista o aumento da produtividade agrícola e a necessidade de evitar o êxodo rural, o governo chinês incentivou a industrialização rural, iniciada nos anos 1960. Hoje a China possui mais de 22 milhões de unidades industriais, comerciais e de serviços nas zonas rurais, empregando cerca de 140 milhões de trabalhadores oriundos da atividade agrícola.

Entre 1984 e 1995, a prioridade foi a reforma urbana e o desenvolvimento das regiões litorâneas, de modo a dar um salto na produção industrial, no comércio e no campo científico e tecnológico. Essas regiões tornaram-se áreas de crescimento acelerado. Sua renda aumentou rapidamente e suas cidades transformaram-se em imensos canteiros de obras, com a instalação de novas fábricas, vias e meios de transporte, prédios comerciais, hotéis e parques públicos, reconfigurando completamente a arquitetura urbana chinesa.

A partir de 1995, o centro e o oeste da China tornaram-se as principais regiões de desenvolvimento o país, de modo a elevar suas províncias e populações aos níveis alcançados pelas regiões litorâneas. Essa transferência do processo de desenvolvimento para o oeste continua, seja através da implementação de cinco grandes projetos estratégicos nacionais, seja por meio de incentivos mais amplos do que os aplicados no desenvolvimento das regiões litorâneas.

## **Desafios**

Apesar de todos os avanços, os desafios enfrentados pela China ainda são enormes. Há conflito entre rápido crescimento econômico, o amplo consumo de recursos e a proteção ambiental. Há choques entre o desenvolvimento social e o econômico, entre os diferentes ritmos regionais de desenvolvimento, entre o tamanho da

população e os recursos escassos e entre a inconsistência de várias leis, regras e políticas e as reais necessidades do desenvolvimento sustentável.

O sistema de seguridade social ainda é inadequado para fazer frente ao aumento da expectativa de vida da população. A estrutura econômica é menor que a necessária para atender à crescente pressão por emprego. A energia limpa tem pouca participação no consumo total de energia. A infra-estrutura de transportes ainda está subdesenvolvida e os sistemas de informação para a economia nacional permanecem fracos. Há desperdícios na exploração dos recursos naturais, a poluição ambiental ainda é grave e a deterioração ecológica não foi totalmente contida. Para vencer esses desafios, a China continua apostando em seu sistema socialista, que combina economia de mercado e planejamento macroeconômico e social. Em particular, aposta na função do Estado de organizar e coordenar a implementação da estratégia de desenvolvimento sustentável e lidar com a globalização econômica. As empresas estatais são o principal instrumento de aplicação dessa estratégia, embora tenham conquistado autonomia, sob um contrato de responsabilidade que lhes permite a auto-gestão e a atuação no mercado com os mesmos direitos das empresas coletivas e privadas.

Os chineses afirmam que seu desenvolvimento toma os seres humanos como centro, procurando harmonizar a relação entre eles e a natureza. Dizem que seu crescimento econômico deve progredir com a melhoria da qualidade de vida, através das descobertas científicas e tecnológicas e da compatibilidade entre o desenvolvimento social e econômico, por um lado, e o desenvolvimento da população, dos recursos naturais e do meio ambiente, por outro. Sua meta reside em aumentar a força e a competitividade da nação, construindo uma sociedade *xiaokang* (medianamente abastada) até 2020.

As estratégias para atingir tais objetivos têm consistido na reestruturação econômica, no desenvolvimento social, dos recursos humanos e dos recursos naturais, na proteção ambiental e na criação de habilidades. Por reestruturação econômica, o Estado chinês entende a transição do velho modelo de crescimento,

de alto consumo de recursos, grande poluição e baixa eficiência, para um novo, de baixo consumo, pouca poluição e alta eficiência. Com isso, pretende otimizar a estrutura industrial, aliviar a pressão sobre os recursos e o ambiente, preencher as lacunas regionais e estreitar a fronteira urbano-rural.

Por desenvolvimento social, os chineses entendem principalmente a erradicação da pobreza e o desenvolvimento das áreas rurais, melhorando as condições básicas de produção e sobrevivência nas áreas pobres. Para isso, procuram construir a infra-estrutura e proteger o meio ambiente, de modo que as pessoas possam livrar-se da pobreza e melhorar sua qualidade de vida pelo próprio esforço.

Por desenvolvimento dos recursos humanos, os governantes chineses encaram a combinação do controle do crescimento da população com a elevação de sua qualidade de vida. Por volta de 2010, a população total deve estar em 1,4 bilhão e a taxa média anual de crescimento natural em 9 por mil. Nesse ano, eles pensam haver tornado universal o sistema de seguridade social, gerado o máximo de empregos, melhorado seus serviços públicos e criado sistemas de prevenção e socorro a desastres. E querem que a cobertura dos nove anos de ensino obrigatório seja total, a taxa de registro no ensino médio tenha chegado a 5%, a taxa de ingresso no ensino superior alcançado 20%, a taxa de alfabetização de adultos superado os 95%, e esteja funcionando um sistema nacional de verificação educacional. Para desenvolver seus recursos naturais, a China precisará construir mecanismos de proteção e um sistema de reserva estratégica de recursos importantes. Isso significa, pelo menos, fazer com que, até 2010, a cobertura florestal alcance 20% da área do país, 33 milhões de hectares de pastos degradados sejam recuperados, a erosão do solo tenha sido controlada em 50 milhões de hectares, a descarga dos principais poluentes reduzida a 10% dos cinco anos anteriores e o tratamento de esgotos nas áreas urbanas aumentado para mais de 60%. Naquilo que chama “criação de habilidades”, o Estado chinês proclama querer construir um sistema de regras e leis sobre desenvolvimento sustentável, aprimorar o compartilhamento de informações e os sistemas de apoio político,

criar equipes para tomar decisões científicas em coordenação com o governo, aumentar a participação popular e ter atuação mais ativa na cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável. Além disso, aposta na ciência e na tecnologia como forças produtivas primárias, coloca a educação como fator fundamental e universal do desenvolvimento e pretende promover a integração da estratégia de desenvolvimento sustentável com a estratégia de “revitalizar a nação através da ciência e da educação”.

Assim, o Estado chinês procura exercer a regulação macroeconômica e a performance da economia, desempenhando o papel principal na elevação da eficiência dos serviços públicos e dos investimentos e na supervisão e definição da política ambiental. Por outro lado, também aposta no mercado como incentivador dos negócios e da participação das organizações sociais e públicas no desenvolvimento. Nessa perspectiva, não parece temer que o país se abra ainda mais para o mundo, participando da globalização econômica e procurando aproveitar as oportunidades oferecidas pelos mercados nacionais e internacionais.

### **Realidades e mitos**

A China enfrenta, pois, problemas sérios e desafios difíceis. Porém, analisando sua trajetória nos 54 anos posteriores a sua revolução, pode-se dizer que sua perspectiva principal é de desenvolvimento sustentável de longo prazo. No Brasil, apesar disso, são comuns as análises e comentários em sentido contrário. Para alguns, na China não há leis nem sistema estatístico confiável. Estaríamos diante de um país primitivo, em termos institucionais. Seu governo seria truculento. Os acordos de absorção de Hong Kong teriam sido rasgados e Taiwan estaria sendo ameaçada. Seu sistema bancário estaria podre e seu crescimento próximo de alcançar um teto intransponível. Os mitos negativos sobre a China repetem-se, muitas vezes sem qualquer originalidade.

Afirma-se a ausência de leis, ignorando o processo legislativo dos recentes vinte anos, sem o qual a China não teria sido aceita na OMC. Omitem-se os dados



estatísticos do Banco Mundial, do FMI e da CIA, que discrepam muito pouco dos dados chineses. Fala-se da “recuperação da democracia de Hong Kong”, esquecendo que Hong Kong jamais teve democracia, sob quase cem anos de colonização britânica. Desconsidera-se que Taiwan é parte da China e só se mantém separada pela intervenção dos Estados Unidos.

Apontam-se os “débitos podres” do sistema bancário chinês como uma novidade recente, escondendo que esse é um problema exposto desde 1978. A China defrontava-se, então, com um sistema bancário cujo papel consistia em repassar as verbas do Estado, tendo acumulado US\$ 58 bilhões em créditos irrecuperáveis. Não possuía um mercado de capitais nem estrutura regulatória para as operações financeiras. A participação do governo central na arrecadação global do país era muito baixa e havia inúmeras taxas extra-orçamentárias concorrendo com os impostos.

A primeira etapa da reforma financeira, iniciada em 1985, consistiu na transformação dos bancos estatais em bancos comerciais e na construção de novos mecanismos financeiros. Nos quinze anos posteriores, os bancos tornaram-se bancos comerciais, mas os problemas agravaram-se (mais créditos podres, menor participação do Estado no produto do país, maior escassez de fundos, novas taxas extra-orçamentárias). Apesar disso, a primeira crise financeira chinesa envolveu não os bancos, ou o sistema tributário, mas alguns dos novos mecanismos financeiros, os fundos de investimento.

A crise explodiu em 1998, com a falência da Guangdong International Trust & Investment Co. e de outros 119 fundos semelhantes, em virtude de atividades não relacionadas com investimentos, depósitos ilegais de pessoas físicas e lançamento de bônus internacionais sem aprovação das autoridades monetárias. Embora tida como custo inevitável na transformação de uma economia centralmente planejada numa economia de mercado, essa crise alertou o governo chinês para o risco que os problemas financeiros representavam.

Foram intensificadas as reformas para reestruturar os fundos, reduzir os créditos não recuperáveis (NPLs), eliminar a maior parte das taxas, transformar algumas em impostos, redistribuir a participação dos governos na arrecadação e estabelecer um sistema fiscal que cobrisse todas as atividades econômicas. As empresas de seguros foram separadas dos fundos de investimento. Os 120 fundos restantes, assim como as demais instituições de crédito, tiveram de adaptar-se a regras severas de avaliação de risco, aplicadas por empresas especializadas. Para acelerar a redução dos NPLs foram criadas companhias de administração de ativos. E continuam os esforços para reformar a legislação, tornar mais confiáveis as informações e padronizar o sistema, tendo como lastro cerca de US\$ 1 trilhão, em poupança depositada nos bancos, e US\$ 400 bilhões em reservas internacionais.

### **Oportunidades para o Brasil**

Pode-se dizer que a China trata com seriedade e severidade seus problemas e desafios. Nessas condições, sustentar que o crescimento chinês chegou a seu teto seria o mesmo que desdenhar todo o seu histórico de desenvolvimento, suas potencialidades próprias e as necessidades e condições para o desenvolvimento mundial. E poderia induzir os brasileiros a subestimar as oportunidades que existem na parceria com aquele país.

Como o presidente Lula reiterou várias vezes durante sua visita à China, os dois países não possuem contenciosos históricos. Podem olhar para o futuro e construir uma relação duradoura, tomando como base as parcerias políticas que têm estabelecido nos organismos multilaterais e suas complementaridades econômicas, sociais e culturais.

Em 2003, a China tornou-se um dos três maiores parceiros comerciais do Brasil, ao elevar substancialmente suas importações de soja, autopeças, minérios e aço. No entanto, esses poucos produtos representam mais de 80% do valor de tudo o que importa do Brasil. Dão uma pálida idéia da diversidade potencial do mercado chinês e dos interesses da China. Só para citar alguns mais, ela precisa de álcool

combustível e motores *flexfuel*, para reduzir sua poluição urbana. Necessita informatizar seus serviços bancários, intensificar sua geração elétrica, explorar novas fontes de energia, expandir sua produção de leite e de carne e aumentar o processamento de alimentos. Pretende incrementar o intercâmbio nas áreas de biotecnologia, engenharia genética e tecnologia espacial. E quer que seus jovens aprendam futebol. Em todas essas áreas o Brasil possui produtos e tecnologias apropriadas, com grande possibilidade de diversificar e ampliar suas exportações para a China.

Por outro lado, os chineses produzem uma imensa diversidade de itens de uso cotidiano, que concorrem com nossas indústrias, como tecidos e calçados. Mas exportam para o Brasil principalmente carvão coque e matérias-primas químicas, embora fabriquem, a preços competitivos, uma grande variedade de equipamentos e máquinas tecnologicamente avançados, que não produzimos e são necessários para nosso desenvolvimento. Podemos importá-los para adensar as cadeias produtivas brasileiras, aplicando uma política mais seletiva de importações.

Além disso, a China possui uma política clara e orientada sobre os investimentos estrangeiros em seu território. Ela dá incentivos bastante favoráveis a empresários que pretendem investir no centro, no oeste e no nordeste do país, ou nos projetos estratégicos atualmente em curso. Os incentivos aumentam, em particular, se tais investimentos estão relacionados à incorporação de altas e novas tecnologias ou, ao contrário, à absorção de grandes contingentes de força de trabalho.

Em contrapartida, os chineses tornaram-se investidores internacionais, combinando o comércio de importações e exportações com a cooperação bilateral nos setores industrial e agrícola e na transferência tecnológica. Eles querem investir em infra-estrutura, em agricultura, pecuária, silvicultura, mineração, siderurgia, pesca e outros ramos, de modo a aumentar a importação desses recursos pela China. Ou seja, podem contribuir para desenvolver o parque produtivo e as exportações brasileiras, desde que tenhamos uma política industrial

clara. O Brasil está carente de investimentos produtivos e pode estabelecer uma política adequada de atração de capitais chineses.

Em outras palavras, em particular nas relações econômicas, Brasil e China precisam sair da generalidade das inúmeras oportunidades de negócios e cair na realidade de um mercado diversificado, que exige trabalho duro para identificar segmentos para exportações, importações e investimentos, lá e cá, já que não existe relação equilibrada de uma mão só. Neste momento, em especial, o Brasil precisa estar atento para a necessidade chinesa de reduzir seu ritmo de crescimento de 9,8% para 7%, ampliando as ofertas de projetos para investimentos chineses no Brasil.

Desse modo, há muitas oportunidades para a parceria estratégica entre o Brasil e a China. Porém, para que tal parceria se concretize, o trabalho duro deve resultar na construção de uma estrada de duas mãos, e múltiplos aspectos, permitindo benefícios mútuos no desenvolvimento sustentável.

Título	<i>Algumas teses sobre as raízes da crise</i> (IN: Teoria e Debate).
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Crise. 2. Governo Lula. 3. PT
Número	64 ed. (Novembro/Dezembro de 2005)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	27 de dezembro de 2005 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2005/12/27/algumas-teses-sobre-as-raizes-da-crise/">https://teoriaedebate.org.br/2005/12/27/algumas-teses-sobre-as-raizes-da-crise/</a>
Resumo: Pomar discute as raízes da crise no PT e no governo Lula, apontando para a influência de valores sociais e políticos predominantes, além de destacar a substituição das classes sociais pela "sociedade civil" e a mudança na estratégia política de alianças.	

## ALGUMAS TESES SOBRE AS RAÍZES DA CRISE - (2005)

*Não adianta procurar as origens da crise apenas no PT. É preciso esquadrihar a sociedade, onde são dominantes velhos valores ideológicos e políticos, contra os quais o partido, ao ser fundado, se insurgiu*

A atual crise política atinge fundamente o PT e o governo Lula. Para alguns, ela começou com a “Carta ao Povo Brasileiro” e a chegada do PT ao poder. Para outros, decorre da organização burocrática do PT, com seus “profissionais” passíveis de ser corrompidos pelo “poder dissolvente do capital”. Em resumo, por um lado ou pelo outro, as raízes da crise estariam no próprio PT, em sua natureza.

Restaria, então, o caminho de descartar a história de acumulação de forças e de experiências do PT, considerar corrompidos seus quadros e militantes e atirá-los fora como imprestáveis – o que fizeram, aliás, os que se desligaram do partido, fundaram outras siglas e torcem prazerosos pela fragmentação do PT e do governo. Ou o caminho de achar a crise atual fruto do deslumbramento com o poder. Para resolvê-la, bastariam ajustes nos cargos de direção, sem necessidade de jogar antigos dirigentes “às feras” – o que teimam em fazer os que se sentem injustiçados pelo envolvimento nos escândalos do caixa dois.

Ambos conduzem ao mesmo desastre. Não o de perder as eleições de 2006. Ou de ver o governo Lula definhar pior que o governo Sarney. Mas o de ser

estrategicamente esvaçado. Sofrer a destruição de um patrimônio que não é seu, como dizem Emir Sader e outros, “mas da esquerda, dos movimentos sociais e da luta do povo brasileiro”. Desastre que somente novas gerações poderão superar.

Para evitar isso, não adianta procurar as raízes da crise apenas no PT. É preciso esquadrihar a sociedade, onde são dominantes velhos valores ideológicos e políticos, contra os quais o partido, ao ser fundado, se insurgiu. Velhos valores retomados por alguns dirigentes, em substituição aos fundamentos petistas. No diagnóstico e na ação política desses dirigentes, as classes sociais foram substituídas por uma sociedade civil amorfa, e os interesses de classe dos trabalhadores, pelos supostos interesses de toda a sociedade ou da Nação.

Decorrência natural disso foi que, na política de alianças, a unidade e a luta foram substituídas apenas pela unidade, e a estratégia, pela tática. Na disputa eleitoral, a política foi substituída pelo “marketing político”. Na ação política geral, substituiu-se a mobilização social pela ação exclusivamente parlamentar. Na formação de quadros, a formação política foi substituída pela informação eletrônica. De substituição em substituição, o PT foi conduzido a erros de prioridades políticas, econômicas e sociais. E vários de seus dirigentes, a envolvimento em atos de corrupção.

É de algumas dessas substituições que trataremos.

### **Substituição das classes sociais**

A ideia de que as classes sociais haviam acabado já era forte em muitos meios intelectuais desde antes da eclosão operária do ABC paulista. O despertar da classe operária, naquele momento, pareceu um fenômeno inusitado, fora de lugar. E não produziu nenhuma análise das classes sociais que tivesse força suficiente para orientar o PT em suas estratégias e táticas.

A reestruturação capitalista dos anos 80-90, ao ampliar o desemprego estrutural, reforçou a suposição de que a nova sociedade da informação não necessitaria de operários. O desmanche do socialismo europeu, ao fazer ressurgir a tese de que a

classe operária não possuía nenhuma missão histórica, detonou essa classe. As altas taxas de desemprego e informalidade, do atual momento histórico, parecem haver consolidado a ideia de que qualquer classe social não tem mais razão de ser.

A maior parte da intelectualidade aceitou a suposição pós-moderna da substituição das classes pela “sociedade civil”. Como disse Chico de Oliveira, em entrevista à revista *Caros Amigos*, estaríamos diante de uma situação cuja melhor metáfora seria “aquele plasma que sai dos vulcões. É uma massa sem forma”. E ele se pergunta “como a política representa algo que não tem forma?” Como fazer política numa situação em que a política é levada “a flutuar como se estivesse levitando, descolada da realidade”?

Essa perplexidade é o efeito mais evidente da desconsideração da sociedade civil como uma sociedade de classes, possuidoras de interesses, comuns e contrários, que se expressam em ideologias e políticas, ao mesmo tempo assemelhadas e conflitantes. Muitos petistas se tornaram navegadores sem referenciais de orientação. Às cegas, alguns bordejaram para um politicismo radical, que supõe a existência de uma ética geral norteadora, sendo o PSOL sua expressão mais evidente. Outros se encantaram com o canto das sereias ideológicas e políticas dominantes. Não mais diferenciando o caráter de classe dos atores políticos, tomam qualquer um deles como “amigo”, a exemplo de Delúbio Soares.

No meio, ou por fora, há outros que passaram a tomar o PT como o pior inimigo do povo. Para eles, a partir dos anos 90 formou-se no PT um grupo que baseou sua ação política em fontes de financiamento nebulosas, usando o dinheiro para obter o controle do partido e o êxito político. Isso teria maculado o PT irremediavelmente.

Mesmo admitindo a existência de tal grupo, não se pode elidir que os “financiamentos nebulosos” são uma prática histórica das classes dominantes, fazem parte da natureza dessas classes. Nem se pode esconder que tais tentativas de controle e sucesso político conduziram ao oposto do almejado. Ao invés do



êxito, o que esse grupo conseguiu foi resvalar pelo abismo, ameaçando levar consigo todo o partido.

Assim, uma reflexão séria não pode aceitar que tais práticas foram introduzidas na esquerda apenas há poucos anos. Ou que, enquanto as crises anteriores da esquerda teriam resultado de enfrentamentos com o adversário, a atual, além de mais grave, seria interna. Isso, além de absolver os erros do passado, tergiversa sobre a origem de classe dos antigos e atuais esquemas de corrupção, e de todas as crises da esquerda.

Uma reflexão séria tem de lidar com a presença, na amorfa sociedade civil, de vários tipos de trabalhadores assalariados, trabalhadores proprietários e proprietários médios, grandes e muito grandes, com seus interesses e suas expressões ideológicas e políticas. E como a falta de reconhecimento dessa realidade rebateu profundamente em certas práticas de dirigentes petistas.

### **Substituição dos interesses de classe dos trabalhadores**

Tendo abandonado as classes e os interesses de classe, parcelas do PT e da esquerda, quando começaram a ocupar parte do Estado e a governar “toda a sociedade”, caíram na ambiguidade que coloca, de um lado, o “governo para toda a sociedade”, ou “para a Nação”, e, de outro, o “governo para a parte majoritária da sociedade”.

Para corresponder aos interesses das camadas populares na luta contra o desemprego e a estagnação econômica, os governos populares deveriam ter como prioridade recompor a força social das classes trabalhadoras, a parte majoritária da sociedade. Isto é, realizar o crescimento econômico com base na multiplicação da economia familiar e das micro e pequenas empresas, na criação de milhões de empregos e na redistribuição da renda. É difícil, porém, encontrar governos de esquerda que tenham incorporado tal prioridade a suas políticas.

Diante de uma correlação de forças sociais e políticas desfavoráveis, eles têm realizado recuos estratégicos na esperança de governar para toda a sociedade. Fazer recuos e concessões é parte da luta política. Não é isso o que preocupa. Preocupante tem sido a falta de clareza quanto a seus limites. Se eles ferem o objetivo de recompor a força social das classes trabalhadoras, o governo, o PT e a esquerda perigam perder a parte majoritária da sociedade.

O mesmo acontece com certa “esquerda”, que centra suas críticas ao governo e ao PT na suposta ausência de um “projeto de Nação”. Ela acredita que a formação da Nação seria a finalidade primeira do partido. Ignora que temos uma nação, uma nação capitalista. Uma nação construída pelo poder político dominante. Não tem sido por falta dela que nosso país permanece num terrível patamar de miséria e injustiça.

O suporte econômico e social dessa nação tem sido o pacto patrimonial entre os capitais estatais, os capitais estrangeiros e os grandes capitais nacionais. Sobre tal pacto erigiu-se o poder de uma comunidade política cuja missão, sob a forma ditatorial ou democrática, é a continuidade desse pacto e dessa nação.

Toda vez que o pacto patrimonial sofreu disputas internas, a comunidade política dominante entrou em crise. A ditadura Geisel, ao privilegiar o setor estatal, causou um racha profundo, que facilitou o fim do regime militar. A ofensiva dos capitais estrangeiros sobre os capitais nacionais, durante o governo Sarney, dividiu a comunidade política burguesa, abrindo brechas para a ascensão democrática e popular do PT.

As vitórias de Collor e, depois, de FHC, representaram soldagens provisórias da comunidade política burguesa em torno do pacto patrimonial. Duraram pouco, em vista da gula dos capitais estrangeiros, e levaram a uma nova e profunda divisão daquela comunidade política, que abriu campo para a vitória de Lula, em 2002.

Assim, se a reestruturação patrimonial da Nação, nos últimos anos, fragmentou as classes trabalhadoras, ela também dividiu as classes dominantes. Por pressão

daquelas, a comunidade política burguesa teve de transitar da ditadura militar para a democracia política, assistir à participação popular e operar num arcabouço dentro do qual as esquerdas construíram um instrumento como o PT, para a disputa do poder. Esse arcabouço democrático burguês tem sido um problema, tanto para a comunidade política burguesa quanto para as esquerdas. Para aquela, impõe cooptar ou manietar as classes populares, para desistirem do rearranjo democrático da propriedade e consentirem com o pacto patrimonial. Para as esquerdas, trata-se de realizar o rearranjo democrático da propriedade e transitar para uma nação democrática e popular e para uma sociedade socialista.

Tudo isso, num contexto em que a ideologia e o poder político se encontram sob influência da burguesia, e o que interessa de imediato aos assalariados é o salário; aos camponeses sem terra, a propriedade da terra; e aos lumpen, a comida e a cobertura do viaduto de cada dia. Num contexto em que as classes trabalhadoras estão dispersas, com sua força social enfraquecida, impondo-lhe a necessidade, mesmo para a conquista daquelas aspirações imediatas, de recompor sua força social. Numa situação como essa, substituir os interesses de classe dos trabalhadores pelos interesses de toda a sociedade, ou da Nação, é o mesmo que condenar os trabalhadores à morte por inanição.

### **Substituição da luta nas alianças**

A discussão em torno da recomposição da força social das classes trabalhadoras deveria ser, neste momento histórico, o ponto central de qualquer política de alianças. Porém, como o debate em torno das alianças tornou-se ideológico, em vez de político, ele consumiu boa parte da história do PT sem que a necessidade daquela recomposição tivesse vindo à luz.

Se a ideologia fosse o critério básico das alianças, jamais os soviéticos teriam se aliado aos americanos e ingleses contra o nazismo. Os comunistas chineses não teriam se unido a Chiang Kaishek na guerra contra o Japão. Nem os comunistas e

socialistas brasileiros teriam se aliado aos liberais contra a Alemanha e pelo envio da FEB à frente de combate na Europa.

A ideologia é um traço distintivo nas alianças. Mas não é ela que as determina. As alianças são impostas pela presença de inimigos principais e secundários, de forças fundamentais e intermediárias, e pela correlação de forças entre tais atores. A questão-chave consiste em isolar o inimigo principal. Para isso, se a esquerda é relativamente fraca, ela precisa aliar-se a setores intermediários e a inimigos secundários. Grosso modo, alianças são feitas com inimigos secundários contra inimigos principais.

Como, porém, a esquerda pode manter, digamos, sua dignidade, ao aliar-se a partidos burgueses, com longa prática de fisiologismo e traições? A história tem mostrado que isso só é possível se ela se distinguir por seus objetivos principais e por seus métodos. Nesse sentido, não se pode afirmar *a priori* que o PT teria rasgado seus princípios e transformado sua natureza por aliar-se ao PL, PTB, PP e PMDB. Ele poderia ter realizado essas alianças e mantido seus princípios e sua natureza, ao preservar seus objetivos principais e seus métodos.

Em torno de objetivos táticos comuns, a esquerda pode fazer alianças com forças políticas cujos objetivos principais e métodos são diferentes, ou mesmo antagônicos, aos seus. O que exige dela, além da unidade contra o inimigo comum, um permanente processo de luta dentro da aliança. Tal luta envolve a defesa de seus objetivos principais, assim como a aplicação de métodos democráticos e socialistas no relacionamento com as camadas populares e com os outros aliados, no tratamento da coisa pública e no enfrentamento do inimigo principal.

O que pode mudar a natureza da esquerda não é o fato de fazer alianças, mas de aceitar os objetivos principais dos aliados e imitar seus métodos, como fizeram atabalhoadamente alguns dirigentes do PT. Estes chegaram a isso, em grande medida, porque, embora o PT tenha feito alianças com forças burguesas desde seu

nascimento, a exemplo da participação nas Diretas, ele jamais tratou adequadamente esses aspectos da política de alianças.

Nessas condições, o PT não se preparou como deveria para enfrentar o desafio de chegar ao governo no bojo de uma coalizão com partidos burgueses. Teve dificuldade em visualizar o enorme arco de alianças que tendia a formar-se em torno da candidatura Lula, independentemente das concessões que fizesse. Não avaliou que, após a crise financeira e cambial de 1999, as forças que sustentavam FHC haviam entrado em desagregação, falhando todas as suas tentativas para construir uma alternativa própria para derrotar FHC. A única via que lhes restava era Lula.

Diante desse quadro, era preciso facilitar a concretização de um amplo arco de alianças. No entanto, não seria preciso fazer concessões além do necessário, como aconteceu, caso houvesse mais clareza sobre os deslocamentos das forças políticas. De qualquer modo, esses erros de avaliação poderiam ter sido corrigidos, se parte da direção do PT não tivesse absolutizado a unidade, excluindo a luta e o cuidado com seus objetivos principais e seus métodos.

É verdade que, em 1994 e 1998, essa incompreensão já se fizera presente com a utilização de formas de publicidade, arrecadação de recursos e angariação de votos, típicas dos partidos burgueses, igualando os métodos do PT aos dos demais partidos. Continuar na mesma linha, ao chegar ao governo, e capitular às “balas de açúcar” da corrupção, seria apenas um passo a mais. Porém, estariam criadas as condições para abrir os flancos do PT e do governo popular aos ataques inimigos, e para a eclosão de uma crise política de grandes proporções.

Numa situação como essa, seria infantilidade supor que a burguesia financeira, por estar satisfeita com os lucros permitidos pela política econômica, iria perder a oportunidade de destruir um aliado que considera apenas de ocasião. A burguesia jamais confiou que Lula mantivesse intocada a política econômica. Sempre temeu que o PT a faria voltar-se contra seus rendimentos e privilégios. Portanto, destruir

o PT não será apenas um lucro de 40%, mas de 1.000%. Como bem expressou Jorge Bornhausen, trata-se de uma oportunidade única de “acabar com essa raça”.

São essas contradições que embaçam a visão da ultra-esquerda. Ela pensa que Lula e o PT permitiram a ofensiva da direita ao optar pela política econômica de FHC. No entanto, a crise também poderia eclodir com uma política econômica contrária, se os métodos praticados pela direção do PT fossem os mesmos. Em qualquer dos casos, sem parâmetros de classe, a ultra-esquerda se aliaria à direita. Não enxergaria que destruir o PT e sustar a primeira experiência histórica da esquerda no governo significam a emergência de uma nova hegemonia da direita.

No rescaldo da crise e no rearranjo das alianças, o PT e o governo Lula terão de levar em conta que não se pode substituir impunemente a luta pela colaboração. A não ser que se queira continuar alimentando a ofensiva da direita.

---

Título	<i>Um mínimo de autocrítica</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Crise. 2. PT.
Número	66 ed. (Abril/Maio/Junho de 2006)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	21 de maio de 2006 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2006/05/21/um-minimo-de-autocritica/">https://teoriaedebate.org.br/2006/05/21/um-minimo-de-autocritica/</a>

Resumo: Na chamada autocrítica sobre a crise no PT e no Governo Lula, Pomar fala sobre a necessidade de diagnóstico e remédios amargos para salvar o partido, destacando a importância de uma reflexão profunda para evitar futuras tragédias e derrotas eleitorais.

## UM MÍNIMO DE AUTOCRÍTICA - (2006)

*No PT ainda não havíamos enfrentado a necessidade de fazer um diagnóstico profundo das doenças que minaram sua saúde ideológica e política nem de ter de receitar remédios que, mesmo amargos, podem salvá-lo*

As inflexões conjunturais, apontando a recuperação dos índices de preferência eleitoral de Lula e do próprio PT, a partir do início de 2006, parecem estar enfraquecendo a decisão, do PT e de seus membros no governo, de exercitarem a autocrítica sobre as razões que nos levaram a mergulhar na maior crise política da história petista.

Embalados pela sensação de que o pior já passou, alguns companheiros, a exemplo do ex-ministro-chefe da Casa Civil e ex-presidente do PT, José Dirceu, continuam dizendo que a crise se deve apenas à decisão do PFL e do PSDB de destruir o PT, desestabilizar o governo e impedir a reeleição de Lula, através da vitimização de algumas altas lideranças partidárias. Afirmam que jamais teriam sido coniventes com ações ilícitas, nem haveria prova alguma de que o governo e ministros hajam



participado de atos de corrupção. A questão do caixa dois no PT, um exemplo claro da hipocrisia dos partidos da burguesia, estaria resolvida, pelo partido estar respondendo por isso na Justiça.

Também afirmam que, não havendo nenhuma prova que incrimine tais lideranças, o PT não poderia ter sido tão tímido em enfrentar a crise. Poderia ter mobilizado a militância e a opinião pública para enfrentarem a ofensiva do PSDB e do PFL, em vez de adotado a estratégia de desmobilizar a si e à sua base social e de fugir do debate político e ideológico. A única coisa que atenuaria essa postura do PT é que ele e o governo foram abatidos por uma verdadeira tragédia, que causou choque, perplexidade e decepção na militância.

Esses dirigentes e ex-dirigentes reconhecem haver pecado pelo conservadorismo quando se encontravam na direção do PT, não tendo travado o debate político e ideológico com a direita nem mobilizado a sociedade para esse debate. Apesar disso, reiteram que sua política de alianças estava correta, por causa da correlação de forças desfavorável na Câmara e no país, e por não terem feito aliança com base em nada ilícito. Apenas sugerem que, nesse aspecto, seu erro teria sido não consolidar a aliança com o PMDB.

Para eles, se o PT não tiver, em 2006, a mesma votação de 2002, isso nada terá a ver com os problemas e a crise que envolveram o partido e o governo. O fundamental agora seria conformar um núcleo para dirigir o processo político-eleitoral e conduzir o governo, assim como aproveitar as condições ainda favoráveis para eleger governadores e reeleger Lula. O resto seria passado.

Essa avaliação da crise, de suas consequências imediatas e futuras, e de ausência de uma autocrítica séria, pode eventualmente deixar que algumas consciências durmam o sono dos desavisados. Mas ela é extremamente perigosa para um partido político como o PT, a não ser que a militância petista tenha decidido mudar sua natureza.

## **A crise ainda não passou**

Esses companheiros parecem não se dar conta de que a crise ainda não passou. Há demonstrações cabais de que a direita, tendo à frente o PSDB e o PFL, está travando uma guerra de longa duração contra o PT e o governo popular. Temos os acontecimentos envolvendo o ex-ministro Palocci. Temos ainda as ações continuadas, políticas e judiciais, que visam demonstrar que o PT se deixou envolver por uma quadrilha, que praticava não apenas o caixa dois, mas também fazia tráfico de influência e outras atividades delinqüentes. Só isso já seria suficiente para mostrar que a frigideira anti-PT continuará fervendo.

É verdade que a direita fracassou em sua expectativa desesperada de impor uma batalha decisiva, ao PT e a Lula, antes das eleições de 2006. Também é verdade que ela depositou novas esperanças em travar tal batalha em outubro deste ano, mas a inesperada recuperação de Lula e do PT tornou muito problemático o resultado das próximas eleições presidenciais. Diante dessa indefinição, ela agora trabalha, na pior das hipóteses, com a meta de tornar o segundo mandato de Lula um inferno e reaver o governo em 2010.

Nessas condições, considerando que a direita possui uma base econômica e social que não foi quebrada, e detém enormes recursos materiais e humanos para jogar em combate, é conveniente e plausível, para o PT, supor que o pior ainda não passou. Está por vir. E, se o PT e o governo não tirarem todas as lições da crise e mantiverem sua avaliação nos limites da política de alianças, correm o perigo de sair destroçados dessa guerra.

Os companheiros otimistas também parecem não avaliar em toda a extensão sua própria conclusão de que uma tragédia se abateu sobre nós. Se isso é verdade, e se uma tragédia do mesmo tipo pode se abater novamente sobre o PT, não se deve, nem se deverá, apenas ao desejo do inimigo em nos derrotar ou destruir. Em política, como em quase tudo, não basta o desejo, ou a vontade. É preciso que haja

determinadas condições que permitam, ou facilitem, a materialização desse desejo ou vontade.

### **A pergunta que não cala**

O que devemos nos perguntar é: que condições eram essas que permitiram, ao PSDB e ao PFL, com toda a sua hipocrisia, enrolados em mil e uma falcatruas, aparentemente sem moral alguma para atacar quem quer que seja, carimbar o PT como um partido corrupto e o governo Lula como o mais corrupto da história? Por que nossos parlamentares, calejados de inúmeras batalhas contra as injustiças e as imoralidades dos representantes políticos da burguesia, não tiveram voz para questionar com que moral os ACMs, e outros conhecidos traficantes de votos e favores, atacavam o PT pelos desvios de alguns de seus dirigentes?

Responder a isso é essencial. Não podemos nos contentar com o fato de que, apesar de todo o bombardeio sofrido, Lula está bem cotado para a reeleição, e o PT permanece como o partido de maior preferência popular. Precisamos levar em conta que muitos daqueles que conti-nuam apostando no PT e em Lula não mais o fazem positivamente. O fazem negativamente, porque acham que a alternativa é pior, podendo trazer de volta a marca dos oito anos desastrosos de FHC. Ou um aventureiro, embalado pelos ventos de uma terceira via. Desdenhar essa situação, ou considerar que ela é momentânea, significa desconsiderar que a tragédia que se abateu sobre o PT deixou um espinho venenoso encravado em seu corpo.

O PT já não é considerado diferente dos demais, por grandes parcelas da população. Já não é tido como defensor intransigente dos pobres e da justiça, como antigamente. Já não combateria a corrupção, como fazia. E teria mudado para pior. Esse espinho da desconfiança sobre a natureza petista, se não for devidamente extraído, pode apodrecer paulatinamente o partido. Pode desagregá-lo ou transformá-lo em seu contrário, inviabilizando-o para enfrentar os desafios futuros, ainda mais diante dos planos de guerra de longa duração da direita.

Assim, retornando à pergunta que não cala: se ninguém, no PT e no governo, participou de nenhuma ação corrupta; se o caso Waldomiro Diniz aconteceu no governo Garotinho, não no governo Lula; se não havia provas contra ninguém no PT e no governo, apesar das intensas investigações, como é que a oposição direitista conseguiu montar uma crise de tal envergadura, quase paralisando o governo e deixando inertes o PT e sua antiga direção? Como, diante de uma pretensa farsa monumental, e apesar da convocação para o PT mobilizar suas bases sociais e enfrentá-la, a bancada parlamentar e a antiga direção petista ficaram totalmente acuadas e a militância paralisada?

Responder a isso com o argumento da tragédia que se abateu sobre a militância petista, tornando-a perplexa e decepcionada, portanto incapaz de enfrentar a ofensiva política e ideológica da direita, é o mesmo que explicar a tragédia pelas suas conseqüências, não pelas suas causas, o que é um absurdo. Na verdade, é preciso reconhecer francamente que a direita detectou indícios fortes de que alguns dirigentes petistas estavam traficando influência, em articulação com, ou além das alianças espúrias relacionadas com caixa dois. E, diante de uma oportunidade desse tipo, a direita não seria direita se a deixasse passar, se não a aproveitasse, tanto para golpear tais dirigentes quanto para desestabilizar o governo e destruir o PT.

### **PT, a vítima principal**

Não adianta, pois, clamar que se trata de um festival de hipocrisia, Ou que caixa dois e corrupção sempre foram marcas dos partidos e governos da burguesia. O PT, ou alguns de seus dirigentes, não tinham, e não têm, por seus valores ideológicos, por sua história, por seus compromissos e promessas, o direito de fazer igual, de imitá-los. Para os petistas, isso não pode ser apenas uma questão de legalidade ou ilegalidade, ou de moralidade ou imoralidade. É, acima de tudo, uma questão política e ideológica. Ao transgredi-la, alguns dirigentes abriram flancos enormes nas defesas do PT, permitindo os ataques da direita. No limite, fizeram o partido passar a ser considerado igual a todos os demais, o que é uma tragédia inominável.

Numa situação dessas, e diante de uma tragédia de tal monta, qual o papel político de seus principais dirigentes, mesmo que não houvessem praticado as irregularidades ou as delinquências de que eram acusados? Eles tinham de considerar que o centro da defesa era, como continua sendo, não sua figura, sua personalidade, sua honra, mas o PT, o coletivo, a militância. O PT era e é a principal vítima da ofensiva da direita, não qualquer dos dirigentes, individualmente envolvidos.

Assim, para esvaziar tal ofensiva contra o PT, esses dirigentes deveriam ter se afastado voluntária e imediatamente de seus postos, solicitado uma investigação interna profunda e completa, e assumido a responsabilidade política pela crise. Essa era a condição prévia para esvaziar os ataques da direita e possibilitar ao PT mobilizar-se e enfrentar a ofensiva política e ideológica do PSDB e PFL. Não foi isso, porém, o que tais dirigentes fizeram. Eles não só se recusaram a admitir a crise e sua responsabilidade como criaram todo tipo de dificuldade para impedir as investigações internas, a pretexto de que os processos externos ao PT não haviam sido concluídos.

A situação que tentaram forçar o PT a aceitar é tão absurda que, para ser coerentes com ela, agora deveriam aceitar o afastamento, tanto dos deputados petistas cassados quanto dos dirigentes e militantes denunciados pelas CPIs. Na prática, eles propiciaram que a palavra final sobre os casos fosse dada pelos representantes da burguesia no Congresso, deixando o PT com a pecha de não tomar medidas contra seus membros, quando estes cometem irregularidades. Esqueceram que o argumento de que os outros partidos fazem o mesmo só seria válido se o PT fosse igual a eles.

Portanto, ao contrário do que pensam esses companheiros, a crise não pode ser explicada pela disposição da direita, do mesmo modo que a tragédia não pode ser explicada pela própria tragédia. E, se a atual direção do PT permanecer enredada nesses argumentos, ela certamente não ajudará o PT a acertar suas contas com as causas que permitiram à direita tal ofensiva. Desse modo, não preparará a

militância para as próximas batalhas que lhe serão impostas, nem para evitar ou enfrentar novas tragédias. Em política, como em tudo mais, é sempre melhor estar preparado para o pior.

### **Autocrítica e momento atual**

É evidente que a reorganização da direção do PT e da própria militância petista é essencial neste momento, seja para conduzir a ação do governo, seja para enfrentar a batalha política e ideológica em que já se transformaram as eleições de 2006. Esses aspectos táticos ganharam dimensão estratégica, por jogarem papel decisivo no futuro do governo popular, do PT, e da esquerda como um todo, apesar de uma parte dela não ter consciência disso.

Uma derrota eleitoral para a direita, em outubro, teria consequências negativas de longa duração, tanto sobre os avanços econômicos, sociais e políticos, internos e externos, alcançados pelo governo Lula nestes quase quatro anos de mandato quanto sobre a atual tendência de vitórias da esquerda na América Latina. Portanto, garantir a reeleição de Lula deve tornar-se o centro das preocupações do PT e de seus aliados de esquerda e de centro. O que demandará esforços concentrados para elaborar um novo programa de governo, uma política de alianças articulada a esse programa e a adoção de métodos adequados de campanha e de organização.

Nessas condições, a avaliação profunda da crise terá de ser postergada. Ela exige um processo intenso, de elaboração, discussão e busca da verdade. Na história do PT ainda não havíamos enfrentado a necessidade de realizar um diagnóstico em profundidade das doenças que minaram sua saúde ideológica (aqui incluída a ética) e política nem de ter de receitar os remédios, mesmo amargos, que podem evitar sua morte e salvá-lo.

Para uma avaliação desse tipo não bastará reconhecer o conservadorismo político, ou outros erros ideológicos e políticos, praticados pela antiga direção. Também não bastará convocar um ou dois congressos. Nem apenas realizar um debate pela

imprensa do partido. É essencial esclarecer em que consistiu tal conservadorismo. Determinar em que se fundamentava a interpretação sobre a correlação desfavorável de forças sociais e políticas no país e nas instituições parlamentares. Esclarecer por que teria sido errado não consolidar a aliança com o PMDB. Ou aliar-se ao PSDB, como sugeriam outros companheiros. Deixar claro por que foi posta de lado a sugestão de acertar as contas com a destruição praticada pelo governo FHC no país. E por que a direção e a própria militância do PT aceitaram tão tranquilamente a utilização de métodos de propaganda e de arrecadação de fundos próprios dos partidos burgueses, abandonando o instrumento e a marca da mobilização da militância como principais.

É fundamental, ainda, esclarecer as questões concretas que um governo democrático e popular enfrenta no contexto de uma realidade política e jurídica imposta pelas classes dominantes para perpetuar sua hegemonia e seu domínio. Responder como fazer a reforma política; como obter recursos para os investimentos estatais, de caráter produtivo e social; como definir as políticas de juros e de inflação; e como resolver o problema da dívida pública. Determinar as táticas para enfrentar os desequilíbrios entre as rentabilidades dos setores financeiro, industrial e agrícola, e entre as rentabilidades das corporações empresariais e das médias, pequenas e microempresas. E para solucionar os problemas de desemprego, redistribuição da renda, moradia, saúde e educação, todos eles relacionados com a violência que grassa nas grandes e médias cidades brasileiras, e também no campo.

Essa pauta mínima para a avaliação da crise não pode ser debatida no curto espaço de alguns meses, ainda mais tendo pela frente uma tarefa tão fundamental como a reeleição de Lula, e a eleição de vários governadores e de uma bancada expressiva de deputados e senadores. O problema com que defrontamos, para conquistar resultados favoráveis nas eleições de outubro de 2006, consiste em que essa tarefa não avançará como deve se, ao mesmo tempo, não houver um acordo mínimo sobre a avaliação da crise e da tragédia que se abateram sobre o PT.



Se alguns companheiros que tiveram responsabilidade e envolvimento direto naqueles acontecimentos continuarem proclamando aos quatro ventos que nada devem, dando sua própria versão canhestra sobre o que ocorreu, e falando ou dando a entender que falam em nome do PT em quaisquer circunstâncias, estarão fornecendo munição pesada para que a direita nos ataque. Seria conveniente que eles se munissem de um mínimo de espírito autocrítico. E se convencessem de que sua contribuição, para a recuperação e a vitória eleitoral do PT, está condicionada pelo fato de que eles são hoje os pontos e os alvos mais fracos e vulneráveis de nosso partido. Sejam ou não inocentes.

Título	<i>O retorno neoliberal</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Crescimento Econômico. 2. Desenvolvimento. 3. Neoliberalismo.
Número	69 ed. (Janeiro/Fevereiro de 2007)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	03 de janeiro de 2007 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2007/01/03/o-retorno-neoliberal/">https://teoriaedebate.org.br/2007/01/03/o-retorno-neoliberal/</a>

Resumo: No artigo, Pomar critica o retorno das ideias neoliberais no Brasil, destacando que o discurso de crescimento econômico está sendo usado como justificativa para a retomada de políticas que já se mostraram desastrosas no passado, como as reformas estruturais e as privatizações. O autor argumenta que é necessário um debate mais profundo sobre o tipo de crescimento econômico desejado pelas forças democráticas e populares.

## O RETORNO NEOLIBERAL - (2007)

*Está na hora de debater o tipo de crescimento econômico que as forças democráticas e populares querem para o Brasil*

Existe a impressão de que a vitória de Lula e o crescimento eleitoral do PT foram assimilados pelas forças conservadoras. A prática, porém, parece diferente. Quem acompanha a mídia com o mínimo de olhar crítico vê que a maior parte dela realiza uma persistente operação de desgaste do governo e do PT. Qualquer erro é potencializado, e os acertos são transformados em assuntos duvidosos. Além disso, assiste-se a um frenético retorno das ideias neoliberais, procurando pautar os rumos do governo e das forças sociais e políticas.

Deixando de lado a tese de que crescimento gera inflação, pedra de toque dos oito anos do governo FHC, o retorno neoliberal aceita o crescimento como a palavra de ordem da agenda econômica. Não porque seja uma necessidade da sociedade brasileira, mas consequência das ações e discursos eleitorais do presidente Lula. Os neoliberais concordam com a identificação feita por Lula de que é preciso

“destravar” o país. Mas acrescentam que tal agenda deve ser longa e penosa, não bastando ações expeditas do governo para resolvê-la.

Segundo eles, no Brasil existiriam falhas estruturais no arcabouço institucional, impeditivas do crescimento, a começar pela educação e pelas regras do jogo para os negócios. Exemplo emblemático das distorções das regras seriam as agências reguladoras e o marco regulatório, que não estimulariam o investimento privado. Sem este, e sem elevar a qualificação dos trabalhadores e a produtividade da economia, seria impossível obter maiores taxas de investimento e um crescimento sustentado.

Além disso, consideram que o Brasil se defronta ainda com a complexa questão da taxa de poupança. Esta estaria sendo desestimulada pelo que chamam de generosos sistemas de Previdência e pela alta carga tributária. Sem poupança interna, que possibilite altas taxas de investimento público para crescer, o Brasil teria de valer-se da absorção de poupanças externas, só possível com a oferta de taxas de retorno mais altas e ausência de problemas de regulação, direitos de propriedade, corrupção e obstrução dos canais de crédito.

Para os neoliberais, tais falhas e problemas deveriam ser o centro da discussão, e não as questões imediatistas da taxa básica de juros e do papel de um pouco mais de inflação para realizar o crescimento. Tais falhas e problemas, condensados no contrato social de 1988, condicionariam a existência de um Estado grande, com o papel de redistribuir renda. Papel que estaria sendo ampliado por pressões sociais irresistíveis, levando a um aumento rápido e distorcido dos gastos públicos e da carga tributária, com transferências de renda regressivas, elevado superávit primário e reduzido investimento público em infra-estrutura.

Para destravar o país e realizar o crescimento, os neoliberais consideram fundamental retomar a agenda de reformas do atual contrato social. A primeira e a segunda da lista seriam as reformas da Previdência e administrativa. A seguir, seria necessário aprofundar as reformas fiscal, trabalhista e tributária, avançar na

desregulamentação da economia, dando independência às agências reguladoras, e retomar com força a política de privatizações.

### **História e omissões**

A análise neoliberal olha a História sem relacioná-la a situações sociais e decisões políticas. Por exemplo, afirma que, de 1960 a 1980, a taxa de crescimento da geração elétrica foi, em média, de 10% ao ano, caindo para 3% de 1980 a 2000. Daí conclui que a situação teria piorado porque o governo Lula interrompeu as privatizações e aumentou as incertezas regulatórias, induzindo uma baixa participação privada no setor. Omite o principal: que a queda naquela taxa de crescimento ocorreu no período em que as ideias neoliberais e as privatizações se tornaram predominantes.

Ao avaliar o desempenho medíocre do crescimento brasileiro, os neoliberais afirmam que, nas *últimas décadas*, ao mesmo tempo em que os investimentos caíram, a arrecadação de impostos subiu de 25% para 38% do PIB, colocando sérios entraves ao crescimento, ao implicar grandes transferências de recursos do setor privado para o público. Omitem que o salto de 25% para 38% na carga tributária ocorreu na *década* de estagnação dos governos Collor e FHC, quando a receita neoliberal foi aplicada à risca. E que tal salto esteve relacionado à transferência maciça de recursos do setor público para o setor privado e do setor produtivo para o setor financeiro, em função das privatizações e do endividamento.

Os neoliberais vislumbram resultados positivos no processo de privatização. Para eles, haveria evidências empíricas de aumento de produtividade em empresas públicas depois de serem privatizadas. Mas desdenham as evidências empíricas de aumento da produtividade em empresas públicas não privatizadas, o que os obrigaria a admitir que a propriedade estatal não é obstáculo à elevação da produtividade. E omitem outros aspectos importantes das privatizações, o principal dos quais se refere à atração de capitais não para ampliar o parque

produtivo nacional e adensar suas cadeias produtivas, mas para desindustrializar o país e aumentar o poderio oligopolista das corporações transnacionais sobre ele. Além disso, nunca é demais lembrar os criminosos financiamentos públicos às empresas compradoras dos ativos públicos, e o superendividamento resultante de um processo que foi implantado a pretexto de reduzir a dívida pública.

Os neoliberais também afirmam sem cessar que o ambiente de negócios é desfavorável ao setor privado, impedindo investimentos. Isso parece evidente se olharmos para a economia de empreendedores informais, para as economias familiares rurais, para as micro e pequenas empresas e para alguns segmentos empresariais médios. Isso também parece evidente se nos voltarmos para alguns setores econômicos exportadores, cujos custos dificilmente se sustentam com o câmbio valorizado, e para alguns serviços que não estavam preparados para atender a um crescimento rápido da demanda, como parece ser o caso dos transportes aéreos.

Mas isso certamente não é evidente se examinarmos o sistema financeiro e grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros. Os neoliberais omitem que as empresas do sistema financeiro vêm tendo lucros recordes. Ou que grandes empresas de diferentes ramos industriais e agrícolas têm obtido alta lucratividade. E que empresas estrangeiras e nacionais têm participado agressivamente dos leilões de energia elétrica, embora algumas empresas brasileiras estejam mantendo seus projetos vencedores na gaveta, como forma de pressionar por mais concessões. Por trás da acusação de ambiente desfavorável parece haver manobras escusas de grandes grupos, para obter lucratividade ainda maior.

Por fim, mas sem esgotar o assunto, embora seja plausível ter cuidado para evitar uma demanda superior à oferta, existe a evidência empírica de que a demanda no Brasil estava tão comprimida pela década de ferro de aplicação da política neoliberal que mesmo a sensível elevação do poder de compra das populações de baixa renda, durante os quatro anos do primeiro governo Lula, foi incapaz de pressionar a oferta e causar inflação. Assim, embora seja possível detectar

restrições de oferta, com capacidades produtivas próximas de seu limite, não se pode omitir que ainda há uma forte compressão da demanda interna.

Como se vê, os neoliberais propõem as mesmas soluções, que aplicaram durante mais de dez anos e se mostraram desastrosas, para a economia e para a maior parte dos brasileiros. Apesar disso, retornam com toda a força, a pretexto de contribuir para o crescimento nacional. Se pautarem o debate, e tiverem suas propostas adotadas pelo governo de coalizão, corremos o risco de levar o país a novo desastre. Talvez seja a hora de acertar as contas teóricas e práticas com essa corrente, e realizar um debate mais profundo a respeito do tipo de crescimento econômico que as forças democráticas e populares querem para o Brasil.

Título	<i>Travas do crescimento</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Desenvolvimento. 2. Governo Lula. 3. Impostos. 4. Neoliberalismo.
Número	70 ed.
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	07 de março de 2007 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2007/03/07/travas-do-crescimento/">https://teoriaedebate.org.br/2007/03/07/travas-do-crescimento/</a>
	Resumo: No Brasil, a concentração de renda e propriedade é o principal entrave no crescimento do país. O autor propõe medidas de redistribuição de renda e da democratização das propriedades como soluções mais eficazes do que as reformas neoliberais.

## TRAVAS DO CRESCIMENTO - (2007)

*A concentração de renda e de propriedade estão na base dos entraves ao crescimento brasileiro*

Os neoliberais pressupõem que não existe alternativa a eles. Admitem ser possível seguir uma estratégia chinesa, mas acrescentam que a sociedade brasileira não a desejará. Asseguram que a estratégia chinesa consiste em fazer com que as famílias poupem 50% de sua renda, os trabalhadores aceitem jornadas longuíssimas de trabalho e os jovens estudem muito. Ou seja, além de afirmarem que a estratégia chinesa nada tem a ver com câmbio desvalorizado, juros baixos ou mecanismos de controle de capitais, insinuem que ela seria inadequada a uma suposta cultura brasileira perdulária, de pouco trabalho e pouco estudo.

É conveniente tentar esclarecer alguns dos problemas reais que travam o crescimento brasileiro. Temos os entraves às baixas taxas de poupança. Os neoliberais denunciam as superaposentadorias, e os déficits que causam à Previdência, como seus principais impeditivos. Mas a poupança brasileira está concentrada no topo da pirâmide social, com seus enormes índices de renda.

Essa renda escapa dos tributos que poderiam conformar uma poupança pública. É sobre as classes médias e populares que recai o peso dos impostos, que formam a renda pública e mal dá para as despesas correntes. O resultado são taxas de



investimento público medíocres, fazendo com que o crescimento brasileiro seja caracterizado por baixos índices.

Pensar em reformas da Previdência, que onerem ainda mais as classes de média e baixa renda, ou desonerações genéricas de tributos é o mesmo que supor que a renda brasileira está concentrada na base. Só gravando as altas rendas será possível construir uma poupança pública considerável.

Como isso demanda um processo de mudanças que não se afigura rápido, a questão do investimento terá de ser resolvida, a curto prazo, com a absorção de poupanças externas. Apesar disso, é possível utilizar melhor os recursos públicos dos bancos estatais, incentivando a inovação, capaz de fazer com que o PIB industrial puxe o PIB nacional, e reduzir mais rapidamente as cargas sobre as rendas médias e baixas, de modo a criar um ambiente favorável aos micro e pequenos empreendimentos e transformar a denominada economia informal numa pujante fonte de rendas e empregos.

Os neoliberais abominam e desprezam medidas desse tipo. Primeiro, porque consideram ultrapassada a fase da industrialização, apesar dos exemplos dos emergentes. Depois, porque são contra a expansão do segmento democrático do capitalismo, hoje responsável por quase metade do PIB. Finalmente, porque também são contra as estatais restantes, desconsiderando que elas podem desempenhar papel importante no desenvolvimento e difusão de inovações e na transferência de tecnologias e capitais para setores estatais e privados dispostos a adensar suas cadeias produtivas.

Por outro lado, os neoliberais têm certa razão. Há aspectos da estratégia chinesa não adaptáveis às condições brasileiras. Por exemplo, quando as reformas chinesas tiveram início, em 1980, havia uma poupança popular incalculável, fruto de trinta anos de uma combinação de pleno emprego, escassez de oferta, preços baixos, subsídios à educação, saúde e moradia, inflação perto de zero e baixo endividamento público.

Essa combinação, alavanca importante para o deslanche do desenvolvimento chinês, está ausente na situação brasileira. No Brasil serão necessários mecanismos não apenas para redistribuir a renda, mas também para desconcentrá-la fortemente e democratizar a propriedade capitalista. BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal podem desempenhar papel importante nesse processo, se massificarem o financiamento de pequenos e médios projetos industriais e agrícolas, através das cooperativas de microcrédito e do Banco Popular.

Outro aspecto da estratégia chinesa, desconhecido dos neoliberais, é o papel das estatais na reforma pós-1980. Com uma estrutura industrial e comercial constituída apenas por empresas de propriedade estatal e coletiva, os chineses não tinham experiência na transferência de tecnologias para o setor privado e no adensamento dos segmentos nacionais de suas cadeias produtivas. Aprenderam com a Petrobras, a Vale do Rio Doce e outras estatais brasileiras do período.

No Brasil, as estatais foram privatizadas, resultando num criminoso processo de desindustrialização. Na China, elas foram elevadas a um novo papel estratégico. Ganharam autonomia para atuar no mercado e fazer associações com empresas privadas, nacionais e estrangeiras. Ajudaram a expandir o capital privado, internalizaram as altas e novas tecnologias e contribuíram fortemente para o processo de industrialização do país.

Assim, retomando a própria experiência, o Brasil poderia dar, a suas estatais restantes, autonomia para atuar no mercado e adensar suas cadeias produtivas industriais, através de associações com o capital privado nacional, atração de capitais estrangeiros e internalização de novas e altas tecnologias.

Outro exemplo é o uso que a China faz do câmbio como instrumento de política industrial. Os chineses também copiaram em boa medida o sistema de câmbio administrado que foi praticado no Brasil. A diferença é que, enquanto eles desvalorizavam sua moeda para dar competitividade a seus produtos, os

neoliberais brasileiros valorizaram artificialmente o câmbio, para depois deixá-lo flutuar com baixo nível de controle. Retomar o câmbio administrado pode dar competitividade aos produtos nacionais no mercado internacional e auxiliar a expansão industrial.

Os chineses também têm mantido em nível muito baixo as taxas de juros, de modo a estimular os investimentos privados e públicos, e vinham realizando um controle muito firme sobre os capitais de curto prazo. Só admitiam a entrada de capitais de longo prazo para adensar suas cadeias produtivas, introduzir novas e altas tecnologias e evitar tremores financeiros.

A admissão da China na OMC, porém, obrigou-a a afrouxar um pouco aquele controle, permitindo que o nível de especulação nas bolsas de Xangai e Xenzen se elevasse além do razoável. A adoção, em fevereiro, de ajustes para reduzir os movimentos especulativos levou a uma corrida pela realização de lucros que repercutiu em todo o mundo. A experiência não foi boa.

E a China, apesar de ser supostamente tida como não observadora de contratos, sem agências reguladoras, com regulação fraca e um dos países mais corruptos, é hoje o maior foco de investimentos estrangeiros do mundo. Na prática, a China atrai capitais porque avança no processo de regulação e no combate à corrupção, pratica políticas macroeconômicas de inflação baixa e câmbio administrado, investe em infra-estrutura e opera políticas industriais e de fortalecimento de seu mercado interno que apontam para um crescimento sustentado.

As políticas de fortalecimento do mercado interno comportam uma série de combinações estratégicas. Incluem a grande atenção à educação, mas também os quatro grandes feriados, de uma semana a dez dias cada um, para estimular o turismo interno e o consumo e evitar uma poupança excessiva. Incluem grandes jornadas, mas também a redução das jornadas legais de trabalho a 40 horas semanais e da aposentadoria aos 60 anos, para evitar o crescimento do desemprego. Incluem salários nominais baixos em relação aos padrões

internacionais, mas salários reais com alto poder de compra no mercado interno chinês, fazendo com que as rendas cresçam, acompanhando a elevação do PIB.

Em outras palavras, os neoliberais não entendem nada de China. De qualquer modo, o que nos interessa é saber que os problemas reais de concentração de renda e de propriedade estão na raiz das travas do crescimento brasileiro.

Título	<i>PC da China – decisões reais ou fictícias</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. China. 2. Partido Comunista Chinês.
Número	74 ed. (Novembro/Dezembro de 2007)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	13 de dezembro de 2007 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2007/12/13/pc-da-china-decisoes-reais-ou-ficticias/">https://teoriaedebate.org.br/2007/12/13/pc-da-china-decisoes-reais-ou-ficticias/</a>

Resumo: Os congressos do Partido Comunista chinês têm sido essenciais para impulsionar o crescimento e abordar desafios sociais como desigualdade regional e ambiental. O 17º Congresso construiu medidas para promover o desenvolvimento verde e corrigir disparidades, mostrando sua importância para o futuro do país.

## PC DA CHINA - DECISÕES REAIS OU FICTÍCIAS? - (2007)

*As resoluções do Partido, ao longo da história recente, tiraram a China da miséria mais abjeta*

A respeito do 17º Congresso do Partido Comunista chinês, têm surgido notícias e opiniões de que, da mesma forma que na antiga União Soviética, tais congressos não tomam decisões reais, mas apenas sacramentam fórmulas, a ascensão de novos dirigentes e as tendências, preocupações e conflitos internos de sua burocracia.

Se isso fosse verdade, as resoluções dos congressos do PC da China não teriam modificado aquele país. Mas é difícil negar que, até 1978, eles promoveram esforços imensos para elevar a capacidade produtiva e o padrão de vida do povo chinês. Levaram a China a construir uma razoável indústria de base e a produzir mais de 300 milhões de toneladas de grãos. Garantiram teto, alimentação e vestuário a toda a população, erradicaram as endemias e reduziram para 15% o analfabetismo, que em 1949 afetava 80% da população.

Em termos gerais, tiraram a China da miséria abjeta, construindo uma sociedade quase igualitária, com 700 milhões de pobres e 400 milhões vivendo abaixo da

linha da pobreza. Porém, com um PIB de US\$ 48 bilhões, a capacidade produtiva do país era inferior a 1% da produção industrial do mundo e seu PIB per capita era insignificante. Continuava atrasada e pobre.

No esforço para desenvolver as forças produtivas, haviam contado, em certos momentos, com a participação de múltiplos tipos de propriedade. Porém, contaram mais com as mobilizações da sociedade pobre, que, apesar de maciças, se mostraram incapazes de gerar riqueza no volume e na velocidade necessários para implantar uma dinâmica sustentada de desenvolvimento.

Assim, foi no rescaldo da revolução cultural, a maior e última das tentativas de desenvolver as forças produtivas e, ao mesmo tempo, construir uma sociedade igualitária e de democracia direta, que o Partido Comunista chinês abandonou esse caminho e decidiu realizar uma grande retirada estratégica. Elaborou um programa de reformas, de 30 a 50 anos, que admitia o mercado e as formas de propriedade privada como importantes instrumentos de desenvolvimento da capacidade produtiva de sua sociedade socialista.

Nos últimos 27 anos, o PC e o Estado chineses implementaram esse programa, com um êxito que só os ignorantes ousam negar. A China responde, hoje, por 7% da produção industrial do mundo. Em 2007 seu PIB, pela paridade cambial, será acima de US\$ 3 trilhões, superando o da Alemanha. Pela paridade de poder de compra, o PIB chinês ultrapassará os US\$ 12 trilhões, enquanto seu comércio exterior já é superior a US\$ 2 trilhões.

A China conseguiu a proeza de fazer sua economia crescer, entre 1980 e 2007, à taxa média de 9%, enquanto a renda per capita subia à taxa média de 6%. Embora ainda convivesse, em 2006, com cerca de 20 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza e 500 milhões de pobres, a China havia elevado 500 milhões de pessoas ao patamar de classe média baixa e média e 300 milhões à classe média alta. Ou seja, em 27 anos, retirou da pobreza cerca de 800 milhões de pessoas.

Além disso, o crescimento chinês introduziu na economia mundial nova configuração produtiva e novos paradigmas industriais. Desmentindo as teorias neoliberais sobre o absolutismo do novo mundo informacional e da sociedade pós-industrial, a China tem desempenhado papel importante em colocar no mercado mundial cerca de 40% da população do planeta, da Ásia, África e América Latina, e contribuir decisivamente para o controle mundial da inflação.

Foram os congressos do PC que traçaram os padrões desse desenvolvimento chinês. São padrões baseados em economias de escala, para obter baixos custos unitários; infra-estrutura desenvolvida, para evitar custos elevados na distribuição e circulação; quebra dos monopólios, inclusive estatais, para estimular a concorrência; juros financeiros baixos, para estimular os investimentos produtivos; altos investimentos em educação e em centros de desenvolvimento científico e tecnológico, para ter uma força de trabalho qualificada e à altura da nova revolução científica; incentivos à inovação, para elevar a competitividade; e incentivo ao consumo e ao mercado de massa, para ter o mercado interno como núcleo do desenvolvimento econômico e capaz de enfrentar as crises externas de realização da produção.

### **Críticas e perigos**

Alguns dos que criticam o PC da China, pela utilização do mercado e das formas privadas de propriedade para o desenvolvimento das forças produtivas, consideram que isso representa uma ruptura brutal com sua teoria de defesa dos interesses dos operários e camponeses. E acham risível que esse partido, em todos os seus congressos, reitere seu compromisso com o marxismo, assim como com o pensamento *maozedong*.

Esses críticos talvez ignorem que Marx também considerava que nenhuma formação social poderia ser substituída, enquanto não esgotasse todas as suas potencialidades de reprodução. O que o levou a prever que as revoluções socialistas se dariam nos países capitalistas avançados. Por seu lado, Mao Zedong



defendia que a revolução chinesa era democrática, não socialista, e que o fato de ser dirigida pelo Partido Comunista apenas impedia que fosse erigida uma muralha da China entre essa revolução democrática e a revolução socialista. Apesar disso, ele e o Partido Comunista da China acreditaram, como outros, que seria possível evitar as dores do capitalismo na construção da sociedade socialista. Seus fracassos, como os dos outros, apenas demonstraram que as premissas descobertas por Marx estavam corretas.

Nesse sentido, o que diferencia o PC da China dos partidos comunistas da União Soviética e do Leste Europeu é que ele levou a sério o fracasso das tentativas de construir o socialismo sem completar o desenvolvimento das forças produtivas, que cabia ao capitalismo realizar. Por outro lado, embora utilizando o mercado e formas de propriedade privada, o PC chinês não concorda que o mercado e a propriedade privada subordinem o Estado a seus interesses. Na China, a economia é de mercado, mas o mercado e a propriedade privada encontram-se sob a direção do Estado, com a propriedade social tendo um peso relevante.

Não por acaso, os principais "críticos" ocidentais do modelo chinês se voltam contra o que chamam de "Estado do sistema de partido único" Segundo eles, tal Estado impediria a China de construir um arcabouço jurídico de concorrência, o que limitaria sua competitividade, e de construir um regime democrático e uma sociedade civil ativa, o que a impediria de ocupar uma posição de liderança global. Na verdade, para esses críticos, com partido único ou multipartidarismo, o problema é a existência de um Estado que direciona e regula a ação do mercado e das formas de propriedade. E, ao contrário do que afirmam, tem capacidade de estimular a competitividade, a democracia e a sociedade civil, e ocupar posição importante no cenário mundial.

É evidente que há, sempre, a possibilidade de a situação se inverter, e o Estado chinês subordinar-se ao mercado e à propriedade privada. Esse parece ser um dos riscos inerentes aos países em desenvolvimento, que buscam realizar processos mais profundos de transformação social. Assim, talvez por se dedicarem com

afinco ao ajuste dos desequilíbrios, disparidades e desvios de rumo, inevitáveis num processo de reformas tão vasto e complexo, os congressos do Partido Comunista chinês tenham conquistado tamanha importância.

### **Os desafios do 17º Congresso**

Desde seu 16º Congresso, em 2002, o PC da China havia detectado pelo menos cinco desafios prementes: os ambientais, as disparidades regionais, as disparidades entre pobres e ricos, os riscos financeiros e a corrupção.

Os problemas ambientais, numa combinação perversa entre passivo histórico e industrialização muito rápida, espalharam-se. A posse de reservas de carvão, possibilitando produzir energia termelétrica e artigos siderúrgicos baratos, transformou a China num dos países que mais poluem o ar e mais gastam energia. Em sentido contrário, a posse de uma área agrícola correspondente a 7% do total mundial, para alimentar 22% da população do planeta, conduziu-a ao uso intensivo e à degradação das águas e solos.

A desproporção de 3,26 para 1,09 e 1, respectivamente, entre o produto interno bruto das regiões leste, central e oeste e a disparidade da renda per capita urbana, de mais de 5 mil iuanes, em relação à renda das zonas rurais, de 2,3 mil iuanes, mostravam a lenta modernização do centro e do oeste do país.

A distância entre a renda per capita dos mais ricos e dos mais pobres aumentou. Agravaram-se os problemas relacionados com o trabalho e a segurança no trabalho, desemprego, seguridade social, educação, saúde, abastecimento, Justiça e segurança pública. A falta de regularização dos trabalhadores migrantes permitia a exploração abusiva e os acidentes. A ausência de serviços públicos influía diretamente sobre a renda dos trabalhadores das zonas rurais, impondo-lhes cargas para a educação, saúde e Justiça. Um desemprego de 4% não impediu que algumas regiões da China tivessem falta de mão-de-obra qualificada.

Os riscos financeiros e da globalização haviam se tornado mais evidentes, à medida que as operações financeiras passavam a ser o coração da economia moderna, determinando a estabilidade ou a instabilidade de todo o sistema econômico. O sistema financeiro chinês ainda mantinha estruturas fracas, com governança deficiente. Os desequilíbrios na balança de comércio internacional da China, com altos superávits e níveis muito elevados de reservas internacionais, podiam tornar-se perigosos para o desenvolvimento sustentável do país.

E a corrupção, embora fosse um problema atacado desde o início das reformas, como uma das questões-chave para manter a legitimidade do PC e do Estado socialista, passara a exigir medidas mais amplas e seguras de supervisão, de modo que não lhe fosse dada qualquer trégua.

Se tais desafios continuassem crescendo, a suposição de desenvolver o socialismo com características chinesas, tomando o desenvolvimento econômico como tarefa central e as políticas de reforma e abertura ao exterior como esforço principal, corria o risco de fracassar. Diante disso, cabia ao 17º Congresso do PC da China não só avaliar as experiências levadas a cabo desde 2002, mas também realizar um ajuste mais vigoroso.

Não é por acaso, pois, que as decisões desse recente congresso do PC da China, além de colocar a "construção verde" como preocupação central dos projetos de crescimento econômico, apontem para medidas rigorosas de fiscalização, conservação e recuperação do meio ambiente. Os poderes da Administração de Proteção Ambiental foram ampliados, permitindo-lhe fechar mais de 3 mil empresas e minas poluidoras, tornar mais rígida a obrigatoriedade dos estudos de impacto ambiental, implantar taxações para desenvolver métodos científicos de monitoramento, conservação e recuperação ambiental e impor compensações pelo uso de recursos naturais e danos causados ao meio ambiente. O programa de economia de energia tem meta de redução do consumo em 20%, até 2010.

A preocupação com os desequilíbrios regionais e entre as zonas urbanas e rurais resultou na adoção de medidas para extinguir todos os impostos agrícolas e acelerar a universalização do sistema de segurança social e de serviços públicos nas zonas rurais. Estão sendo prioritariamente corrigidos os problemas nos transportes, abastecimento de água, educação e atendimento médico.

Os 20 milhões de pessoas que ainda vivem abaixo da linha da pobreza devem ter elevado seu padrão de vida até 2010. A situação dos trabalhadores migrantes está sendo regularizada, para garantir seus direitos. E as classes sociais de renda mais alta passam a contribuir com maiores taxas para a extensão e barateamento dos serviços públicos. O Estado também se tornará mais atuante frente às empresas estrangeiras que se neguem a aceitar a organização sindical.

Para reduzir os riscos globais, o PC pretende que a China aprofunde as reformas de seu sistema financeiro, fortalecendo sua supervisão e controle e melhorando sua governança. Também quer que a China diminua o desequilíbrio no comércio internacional, por meio do aumento de suas importações e da constituição de fundos financeiros, que chegam a US\$ 200 bilhões, para projetos no exterior.

O 17º Congresso do PC da China também reiterou a decisão de assegurar a constante extensão dos direitos democráticos, intensificando a obediência às leis, reforçando o sistema de congressos populares, ampliando o sistema de cooperação multipartidária e consulta política e o sistema de autogestão nos níveis primários da sociedade, como as aldeias, povoados, cantões e empresas estatais. O sistema de congressos do PC deve passar a ser anual.

Com isso, o PC espera completar a fase primária de construção do socialismo com características chinesas, realizar o desenvolvimento das forças produtivas materiais e, paralelamente, de uma sociedade harmônica, como base de uma civilização política e cultural avançada.

É lógico que a China pode, hoje, concretizar todas essas medidas e sonhos, que envolvem investimentos de algumas centenas de bilhões de dólares. Em 27 anos de

reformas, o país acumulou reservas internacionais superiores a US\$ 1,5 trilhão e uma poupança pública doméstica de cerca de US\$ 2 trilhões, depositados em seus bancos. Nos próximos dez anos, tem condições de duplicar essa riqueza.

Se vai conseguir reequilibrar a sociedade no prazo estipulado, é algo que só a História pode comprovar. De qualquer modo, como a própria História já mostrou, seria um erro considerar que os congressos do PC da China não adotam decisões reais. Portanto, é melhor levá-los a sério, mesmo não gostando deles.

Título	<i>O lugar da classe operária</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Luta de Classes. 2. Trabalhadores.
Número	75 ed. (Janeiro/Fevereiro de 2008)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	22 de abril de 2024 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2008/02/10/o-lugar-da-classe-operaria/">https://teoriaedebate.org.br/2008/02/10/o-lugar-da-classe-operaria/</a>
Resumo: O texto aborda a reorganização do trabalho sob o capitalismo, destacando a persistência e mundialização da classe operária, especialmente em países como China e Brasil, desafiando previsões de sua extinção em uma suposta era pós-industrial.	

## O LUGAR DA CLASSE OPERÁRIA - (2008)

*Numa operação planetária de rebaixamento de custos, o capitalismo realizou uma profunda reorganização do mundo do trabalho. Apesar de tentar acabar com a classe operária de seus próprios países, teve que criar parques industriais em países pouco desenvolvidos para gerar uma nova e imensa classe operária industrial*

Durante os anos 1980 e 1990, as ideias de uma era pós-industrial tiveram livre trânsito entre os mais diferentes segmentos do pensamento, inclusive de esquerda. Os avanços científicos e tecnológicos da terceira revolução industrial capitalista pareciam indicar que os sistemas informacionais suplantariam os processos industriais.

Uns afirmavam que os serviços passariam a ser o principal departamento da economia. Empregos seriam eliminados e substituídos por novas formas de trabalho, criando um novo padrão de vida e dando fim à divisão da sociedade em classes. Existiriam apenas as pessoas científica e tecnologicamente qualificadas e as pessoas sem qualificação adequada. O próprio capitalismo estaria criando a sociedade sem classes.

Outros supunham esgotada a capacidade capitalista de gerar novos ciclos expansionistas. O mundo do trabalho não estaria a salvo da miséria, sofrendo

mudanças destrutivas em seu padrão de vida. O desemprego, tanto estrutural quanto conjuntural, era uma epidemia que se espalhava por todos os países. Os progressos científicos e tecnológicos primeiro empurravam os trabalhadores qualificados para trabalhos não qualificados e, depois, a todos para fora do mercado de trabalho.

Ideólogos capitalistas minimizavam esse perigo. Argumentavam que o desenvolvimento científico e tecnológico tinha a capacidade de criar novas profissões e novos postos, principalmente nos serviços. Na prática, isso não ocorria. O descarte de trabalhadores tornava-se predominante. A reestruturação técnica e organizacional do processo de produção e circulação das empresas cortava mais postos de trabalho do que o crescimento econômico era capaz de gerar. Isso parecia dar razão aos que supunham que a redução de trabalhadores levaria o mundo do trabalho a tornar-se campo de ação de apenas alguns eleitos. Todos os demais trabalhadores seriam descartáveis.

Tornou-se senso comum considerar decretado o fim da classe operária industrial, tanto nos países capitalistas desenvolvidos quanto nos da periferia. Entre 1960 e 1980, os antigos países industriais haviam reduzido em 25% o número de operários industriais, tendência que continuou forte nos anos 1990.

Estimulados pela propaganda ideológica, o Brasil e outros países periféricos seguiram caminho idêntico. Seus governantes acreditaram que, além de estarem ingressando no futuro "virtual", o fim global da classe operária lhes demonstrava a falência da teoria do papel histórico dessa classe como "coveira" do capitalismo. A debacle do socialismo europeu, acompanhada do definhamento da classe operária industrial em vários países capitalistas, parecia não ter contraponto.

### **Mas o contraponto existia**

Não se dava atenção ao fato de que 50% do produto dos países desenvolvidos permanecia dependendo de manufaturas nem de que a reorganização global do



capitalismo, se reduzia as atividades industriais nos países centrais, intensificava a transferência delas para países da periferia que ofereciam custos mais baixos.

Numa operação planetária de rebaixamento de custos, o capitalismo realizava uma profunda reorganização do mundo do trabalho. Incorporava massas imensas ao mercado mundial de trabalho, intensificava a concorrência entre os trabalhadores e rebaixava os salários em escala global. Assim, para continuar seu processo de reprodução, viu-se diante da necessidade imperiosa de estimular não só os Tigres e os novos países industrializados da Ásia a ingressar no mercado mundial de força de trabalho, mas também Rússia, Índia, China e Vietnã.

Com isso, o capitalismo global incorporou a tal mercado mais de 500 milhões de trabalhadores industriais, bem mais do que havia existido nos parques industriais de Europa e Estados Unidos. Ou seja, apesar de procurar extirpar a classe operária de seus próprios países, o capitalismo desenvolvido teve não só de ajudar a industrializar e criar parques industriais em países pouco desenvolvidos como contribuir para a geração de uma nova e imensa classe operária industrial.

Entre os que não acreditaram que o mundo já havia ingressado numa era pós-industrial, como Coreia do Sul, Tailândia, Indonésia, Malásia, Cingapura, Vietnã, Índia e China, o exemplo deste último é o mais característico do atual estágio industrial global. A China tornou-se a principal fábrica do mundo, possuindo mais de 100 milhões de trabalhadores industriais urbanos e cerca de 50 milhões de trabalhadores industriais nas zonas rurais. E, para evitar que o desenvolvimento científico e tecnológico atinja prematuramente esse exército industrial, estimula a atividade de mais de 4 milhões de pequenas e médias empresas, em que trabalham 75% do total da mão-de-obra industrial do país.

Em outras palavras, ao invés do fim da classe operária industrial, o que temos é um processo mais complexo de mundialização dessa classe social, com a incorporação, ainda mais vasta do que no passado, de grandes massas de trabalhadores rurais aos trabalhos industriais.

## **Brasil**

Os governantes brasileiros dos anos 1980 e 1990 acreditaram nas análises sobre as sociedades pós-industriais. Acharam que era global o que era apenas característico dos países capitalistas desenvolvidos. Assim, em vez de aproveitar a globalização para completar a industrialização nacional, ingressaram numa política de desmanche do parque manufatureiro do país, contribuindo para fragmentar e desagregar a classe operária industrial brasileira.

Aqui vale um parêntese sobre os conceitos "classe operária" e "trabalhadores" Por um lado, há o mau hábito de reduzir a classe operária, ou proletariado, aos trabalhadores assalariados industriais. Por uma série de razões históricas, esse setor da classe dos trabalhadores assalariados desempenhou um papel de vanguarda nas lutas de classe. Mas isso não exclui da classe operária, ou do proletariado, os demais segmentos dos trabalhadores assalariados, como aqueles empregados no comércio, nos serviços e na agricultura. O que há de comum a todos é que são obrigados a vender sua força de trabalho no mercado, em troca de um salário.

Por outro lado, há o hábito de colocar no mesmo saco, como uma mesma classe, os trabalhadores assalariados e os trabalhadores que são, também, proprietários de seus meios de produção - caso dos pequenos lavradores, artesãos e outros tipos idênticos de trabalhadores. Embora tenham alguns interesses comuns, sua posição na produção e no mercado de trabalho é diferente. Quem é proprietário de meios de produção em geral não precisa vender sua força de trabalho e se apropria dos resultados dela. É o contrário do que ocorre com os trabalhadores desprovidos de meios de produção, obrigados a assalariar-se.

Entre 1985 e 2002, o número de trabalhadores assalariados, ou seja, a classe operária brasileira, cresceu de 15 milhões para mais de 21 milhões, portanto 43%. Desses 21 milhões, mais de 4,9 milhões eram industriais, cerca de 800 mil estavam na construção civil, 6 milhões trabalhavam em serviços diversos, 1,2 milhão em

serviços de transporte, 2,8 milhões no comércio, 1,8 milhão no serviço público, cerca de 400 mil na agropecuária.

A expansão dos trabalhadores no setor de serviços foi de 59,8%, no comércio 93,9% e na agropecuária 295,9%. Mas, no setor industrial, apenas 2%. Nesse mesmo período, a massa salarial dos trabalhadores na indústria caiu 37%, enquanto nos serviços subiu 9,6%, no comércio 25,8% e na agropecuária 126,3%.

Se considerarmos apenas a classe operária industrial, entre 1985 e 2002 houve uma queda de 5% no número de metalúrgicos e siderúrgicos, 11% no de ajustadores mecânicos, 21% no de eletricitistas, 34% no de tecelões, 10% no de trabalhadores administrativos e quase 40% no de trabalhadores braçais. Ou seja, profissões que, durante a onda neoliberal, estavam ligadas a setores que foram sucateados ou sobreviveram por meio de um intenso processo de elevação da produtividade.

Por outro lado, o crescimento dos trabalhadores em conservação e limpeza foi de 130%; de operadores de máquinas, 70%; dos trabalhadores na área de madeira, papel e celulose, mais de 40%; de costureiros e preparadores de alimentos e bebidas, mais de 30%; e dos trabalhadores em borracha e plásticos, marcenaria e artes gráficas, quase 20%.

Assim, embora a expansão da classe operária industrial tenha sido pífia, não havia razões sólidas para crer que ela estava sendo extinta por um salto estrutural no desenvolvimento capitalista. Apesar do processo de destruição do parque industrial brasileiro, o processo de proletarização continuou intenso, com um crescimento acentuado da classe operária brasileira como um todo.

### **A centralidade do trabalho**

Assim, se olharmos o que aconteceu no Brasil e nos países centrais, em contraste com o ocorrido na maior parte dos países asiáticos, não faz sentido generalizar. É verdade que, em alguns países, assiste-se, ao mesmo tempo, ao advento de novas

tecnologias e de áreas do conhecimento até então inexploradas, com o surgimento de atividades marcadas pela virtualidade, que fogem ao figurino do "emprego", e ao declínio das atividades chamadas de "chão de fábrica"; relegando o trabalho industrial a um plano secundário.

Em outros países, porém, não é isso o que ocorre. Tanto na Índia quanto na China, por exemplo, países continentais idênticos ao Brasil, as áreas marcadas por novas tecnologias eletrônicas foram desenvolvidas de forma acelerada, tendo como pontas de lança as indústrias espacial, aeronáutica e nuclear, com a criação de inúmeras atividades marcadas pela "virtualidade".

No entanto, não aconteceu a disjunção em relação às atividades de "chão de fábrica" Principalmente na China, o "chão de fábrica" cresceu em todas as cadeias produtivas, incluindo siderurgia, metalurgia, química, têxtil, confecções, brinquedos, bens de consumo duráveis, bens de consumo domésticos, eletroeletrônicos, construção de máquinas pesadas, construção de máquinas-ferramentas etc.

Na maior parte do mundo, inclusive no Brasil, essa possibilidade está presente porque o desenvolvimento das forças produtivas ainda está defasado. Ou seja, nessas regiões há a possibilidade de incorporar ao mercado de trabalho e ao mercado de consumo alguns bilhões (é bilhões mesmo) de pessoas. É evidente que isso vai aumentar ainda mais o maremoto de rebaixamento internacional dos salários, mas também do preço das mercadorias.

Embora a mudança da base técnica, ocorrida nos países centrais, aponte para uma tendência de substituição do trabalho humano vivo pelo trabalho morto das máquinas e equipamentos "inteligentes", com uma produtividade crescente, isso não significa que a indústria e a agropecuária perderão importância, sendo substituídas pelos serviços, em que se realizaria um trabalho "imaterial".

A humanidade continuará precisando fabricar os bens necessários a sua vida cotidiana e a sua reprodução, assim como os bens de produção que os fabriquem.

Os próprios serviços serão realizados por "máquinas inteligentes". Isso só significa que os países que hoje encontraram o caminho da industrialização na terceira onda de globalização capitalista, mais cedo ou mais tarde, se verão diante do mesmo problema de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto.

Não se pode, pois, confundir a tendência visível nos países capitalistas avançados com a conjuntura dos demais países e regiões do mundo. Nestes, tanto a indústria tocada pelo trabalho vivo quanto a classe operária industrial ainda podem ter um largo caminho de crescimento, dependendo das políticas industriais de seus governos.

Quando as "máquinas inteligentes" por fim se impuserem, substituindo a maior parte do trabalho vivo pelo trabalho morto, a humanidade terá de ter resolvido sua contradição com as formas alienantes de trabalho e com a própria existência de uma classe obrigada a vender sua força de trabalho para sobreviver. Mas, como foi o trabalho que a desenvolveu, a humanidade também terá de procurar as formas de mantê-lo como a essência ou centralidade de sua própria existência.

Título	<i>País tem boas condições para superar crise</i> (IN: Teoria e debate).
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Energia. 2. José Sérgio Gabrielli. 3. Petrobras. 4. Pré-sal.
Número	81 ed. (Março/Abril de 2009)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	01 de março de 2009 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2009/03/01/pais-tem-boas-condicoes-para-superar-crise/">https://teoriaedebate.org.br/2009/03/01/pais-tem-boas-condicoes-para-superar-crise/</a>
	Resumo: O presidente da Petrobras na época, José Sérgio Gabrielli, discute a natureza jurídica da empresa, sua adaptação a mudanças regulatórias, a busca pela autossuficiência na produção de petróleo e os planos da empresa no setor de biocombustíveis, destacando o potencial do pré-sal para dobrar as reservas de petróleo do Brasil até 2020.

## PAÍS TEM BOAS CONDIÇÕES PARA SUPERAR A CRISE - (2009)

*O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, fala a Wladimir Pomar do futuro energético do país, explica as mudanças ocorridas com o governo Lula, a produção de biocombustíveis e os impactos da crise internacional no setor petrolífero*

### **Qual é a natureza jurídica da Petrobras? Ela é totalmente estatal?**

Em seus primeiros anos, a Petrobras foi constituída para garantir o volume de combustíveis que o Brasil precisava, mesmo sem produzir a quantidade suficiente. Desde sua origem, a empresa tem características mistas, porque possui ações privadas e o governo como controlador. Mais recentemente ocorreram duas mudanças, distintas, que provocaram impactos diferenciados. A primeira é que, até 1998, o monopólio direto da exploração e produção do petróleo da União era exercido pela Petrobras. A empresa tinha o direito de exercício do monopólio da União sobre os recursos de hidrocarbonetos. Em 1998, esse monopólio acabou e a companhia foi forçada a competir com outras empresas para exercer a atividade de exploração e produção de petróleo. Em 2000 houve uma segunda mudança, que não tem a ver diretamente com a quebra do monopólio. Parte das ações que

pertenciam ao governo foi colocada no mercado a dois tipos de acionista: trabalhadores com conta no FGTS e acionistas da Bolsa de Valores do Brasil e de Nova York.

Hoje o governo tem 56% das ações com direito a voto, mas só 37% das ações totais da Petrobras. Mesmo assim, tem o controle da empresa, por meio da indicação dos membros do Conselho de Administração, que se reúne mensalmente para definir questões estratégicas. De um lado, houve uma mudança na quebra do monopólio estatal do petróleo no que se refere ao exercício. Mas a União continua exercendo o monopólio por meio de concessões.

### **Como ficou a Petrobras diante dessa situação?**

Esse sistema provocou uma enorme pressão sobre a Petrobras em termos competitivos. A companhia continua submetida a todos os controles do setor público e, ao mesmo tempo, tem de responder com agilidade, como uma empresa privada.

Além disso, como 40% do valor das ações está em Nova York, é submetida também às leis do mercado norte americano. Precisa ter mais transparência que qualquer outra estatal, pois é acompanhada no dia-a-dia pelos analistas e fiscalizadores do mercado de ações, afora os controles de órgãos do governo brasileiro.

### **A Petrobras deu ao Brasil a autossuficiência na produção de petróleo. O que isso significa de fato?**

A autossuficiência foi conquistada. É bom lembrar que a Petrobras começou produzindo 2.300 barris diários e, hoje, são 2,4 milhões de barris. Em termos quantitativos, produz o volume que as refinarias têm capacidade para processar, mas isso não quer dizer que a Petrobras e o Brasil deixarão de importar. Nossa produção é, predominantemente, do chamado petróleo pesado, do qual são produzidos derivados pesados. Porém, a demanda brasileira cresce em derivados mais leves, como óleo diesel, GLP, nafta. Para produzir mais derivados leves, ou



ajustamos as refinarias para processar o petróleo pesado e gerá-los, ou obtemos um petróleo mais leve no exterior, para processar uma proporção maior nas refinarias.

Estamos fazendo as duas coisas: investindo fortemente nas nossas refinarias, para aumentar a capacidade de processar o petróleo brasileiro, e, ao mesmo tempo, a depender das crises dos preços, importamos petróleo leve para usar nas refinarias e exportamos o pesado que produzimos.

Então, atingimos a autossuficiência na produção, em termos volumétricos, mas não deixamos de importar. Como temos no país um mercado de derivados de combustíveis, o mais importante para nós é fornecer o diesel, a gasolina, o gás de cozinha que o Brasil precisa para crescer. Temos, hoje, uma capacidade de produção de gasolina excedente, mas não produzimos o suficiente de nafta, GLP e diesel para esse mercado.

**A Petrobras deixou de ser uma empresa exclusivamente de petróleo e passou a ser uma empresa de energia, e tudo indica que o petróleo continuará sendo um grande insumo. Quais as perspectivas reais em relação a isso e quais são os planos da nova subsidiária da Petrobras para cuidar dos biocombustíveis?**

Nos próximos anos, não vemos mudanças significativas na proporção de petróleo, gás natural e carvão como fontes primárias de energia no mundo. Esses três combustíveis continuarão representando de 70% a 80% das fontes primárias de energia mundial nos próximos trinta, quarenta anos.

No que se refere ao petróleo, vemos uma situação em que, se a demanda mundial crescer 1% ao ano, haverá em 2020 um déficit potencial de 55 milhões a 65 milhões de barris por dia, em relação à produção atual. Esse déficit será coberto parcialmente pelo aumento da produção de petróleo, pela melhor eficiência no uso do petróleo e pelo uso de combustíveis alternativos.

No que se refere aos biocombustíveis, achamos que o etanol de cana, em particular, é a alternativa com a maior possibilidade de crescer. Não acreditamos que vá substituir a gasolina, mas poderá ampliar a proporção de fornecimento de combustíveis para veículos. No Brasil, o álcool já representa mais de 50% dessa proporção.

Esse crescimento do uso do álcool de cana no país coloca a Petrobras, produtora de gasolina, na situação de ter de buscar alternativas. Do ponto de vista da empresa, temos de ampliar a presença na produção e na logística do etanol. Isso decorre da avaliação de que esse setor crescerá no mundo. Então, nós, que temos todas as possibilidades logísticas, a vantagem de estar no Brasil e a *expertise* acumulada, podemos nos posicionar bem. Por outro lado, temos de manter uma posição exemplar para minimizar os impactos negativos da expansão de biocombustíveis, de modo que não afete a produção alimentar nem tenha impactos ambientais. Também precisamos cuidar para que condições sociais não se deteriore, ao aumentar sua produção, e ter a condição de regular sua produção como combustível, e não apenas como algo alternativo ou complementar à produção do açúcar.

No caso do biodiesel, uma indústria mais nascente que a do etanol, a Petrobras tem um papel ainda mais importante. Hoje, a principal matéria-prima para o biodiesel é a soja, mas isso precisa ser diversificado. Temos de usar matérias-primas que envolvam, de um lado, o desenvolvimento tecnológico e, de outro, a montagem de uma cadeia de produção baseada na agricultura familiar - o que requer tempo, organização social e articulação com a sociedade. Por isso, criamos a Petrobras Biocombustível. Os US\$ 2,8 bilhões que usaremos na área do etanol e do biocombustível, nos próximos cinco anos, são investimentos muito grandes para o setor, mas pequenos dentro da Petrobras. Se fosse para cuidar do setor de biocombustíveis, esta sempre seria uma atividade menor dentro do volume de empreendimentos da companhia. No entanto, ao criar uma empresa exclusivamente para esse fim, a dimensão é outra.

## **Qual o significado do pré-sal para o Brasil e para a Petrobras?**

Temos uma situação muito peculiar. A maior parte das grandes empresas de petróleo do mundo é exportadora de petróleo cru ou grandes refinadoras que atendem diversos mercados. A Petrobras tem a maior parte de sua produção relativamente perto de suas refinarias e localizada no seu principal mercado consumidor. Essa característica obriga a empresa a investir não exclusivamente na área do desenvolvimento da produção e da exploração, mas também no refino, gás, e na área energética em geral.

Outra característica da companhia é seu sucesso exploratório, em volumes significativos, que podem se transformar em reservas rapidamente. Poucas empresas do seu tamanho têm grandes descobertas recentes. A maioria está com seus campos consolidados.

O pré-sal é uma área que foi formada há bilhões de anos, quando os continentes africano e latino-americano ainda estavam unificados. Foi constituído, portanto, antes que o sal se compusesse. Com a separação dos continentes, o sal se formou por cima dos reservatórios. Isso viabilizou a existência de uma camada de sal muito extensa, mantendo abaixo dela volumes significativos de petróleo.

O desenvolvimento tecnológico, basicamente da Petrobras, mas não só dela, permitiu interpretar os dados dessas camadas e identificar o que havia debaixo. As condições para encontrar petróleo podem ser identificadas no laboratório, mas, certeza, somente perfurando. Fizemos dezesseis furos nas áreas que vão do norte de Santa Catarina até o sul do Espírito Santo, e em todos encontramos petróleo. As áreas com grande volume ficam em Tupi, Iara e no Espírito Santo. São de 9.500 bilhões a 14 bilhões de barris de óleo recuperado nas três. As reservas totais do Brasil, hoje, são de 14 bilhões de barris. Portanto, num horizonte próximo, é possível dobrá-las. Isso sem falar nas outras áreas com volume já identificado.

O nosso plano estratégico prevê que, até 2020, produziremos no pré-sal das bacias de Santos e do Espírito Santo 1,8 milhão de barris por dia. Levamos 54 anos para

atingir esse mesmo volume e, agora, pretendemos aumentar mais 1,8 milhão de barris em doze anos, somente nas áreas já identificadas. Isso envolve investimentos da ordem de US\$ 111 bilhões. Estes representam uma parte do total para desenvolver a produção do pré-sal até 2020.

Título	<i>Afinal, quem está em Beijing?</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. China. 2. EUA. 3. Giovanni Arrighi. 4. Poder.
Número	81 ed. (Março/Abril de 2009)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	10 de março de 2010 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2010/03/10/afinal-quem-esta-em-beijing/">https://teoriaedebate.org.br/2010/03/10/afinal-quem-esta-em-beijing/</a>
	Resumo: Pomar discute a ascensão da China e a possibilidade de uma "nova época asiática" segundo Giovanni Arrighi, questionando interpretações de teorias econômicas clássicas. Destaca problemas históricos na análise, especialmente sobre a luta de classes na China e sua participação na globalização colonial europeia.

## AFINAL, QUEM ESTÁ EM BEIJING? - (2010)

*Uma possível "nova época asiática" e a discussão da atualidade ou não das teorias de Adam Smith, Marx e Schumpeter são colocadas em cena por Giovanni Arrighi, ao rastrear o que chama de "turbulência global"*

A Editora Boitempo lançou, em português, uma alentada obra de Giovanni Arrighi, *Adam Smith em Pequim*. Esbanjando erudição, Arrighi, segundo Theotonio dos Santos, deixa "um rastro de inquietação intelectual no Brasil" em virtude, do "abismo que vem se cavando entre a intelectualidade brasileira e o pensamento da esquerda mundial".

Não há forma segura de comprovar essas assertivas, mas não deve haver dúvidas de que é preciso tê-las como probabilidade. O que obriga, quem quer que pretenda analisar a atual situação mundial, a ler e a debater a obra de Arrighi. Ao rastrear o que chama de "turbulência global", aquele pensador coloca em cena uma possível "nova época asiática" e a discussão da atualidade ou não das teorias de Adam Smith, Marx, Schumpeter e dos cientistas sociais dos Estados Unidos.

Arrighi parte do pressuposto de que a política, a economia e a sociedade mundial vêm sendo configuradas por dois fatos incontestáveis: a ascensão e o abandono do

neoconservador Projeto para o Novo Século Norte-Americano e o surgimento da China como líder do renascimento da Ásia Oriental. A análise da transferência do epicentro da economia política global da América do Norte para a Ásia Oriental, feita à luz das teorias de Adam Smith sobre os mercados, apontaria para a conformação de um "mercado global não capitalista".

Para demonstrar essa tese central, Arrighi argumenta que Adam Smith teria razão ao afirmar que a potência econômica da China, no século 18, chegara a um equilíbrio entre oferta e mercado, sacrificando a acumulação capitalista. No século 19, a China teria um padrão de vida semelhante ao da Europa. Seu avanço teria sido solapado pelo poderio militar europeu. Nos diversos capítulos da obra, Arrighi vai e volta nas tentativas de evidenciar as causas que levaram a "dinâmica smithiana comum à Europa e à Ásia Oriental" à Grande Divergência, com "efeitos opostos": na Europa, a Revolução Industrial; na Ásia Oriental, o fracasso da Revolução Industrial.

O "caminho capitalista ocidental", de "uso intensivo de capital e de recursos energéticos" teria sido fruto da Revolução Industrial. Esta teria permitido ao caminho ocidental suplantar a Revolução Industrial do "caminho de mercado da Ásia Oriental" Agora, porém, havendo o caminho ocidental atingido seus limites, as condições para a dinâmica smithiana retomar seu curso estariam dadas, permitindo o "renascimento" da Ásia Oriental, caracterizado pelo uso intensivo de mão-de-obra e baixo consumo de energia.

### **Problemas históricos**

Esses argumentos sofrem de problemas históricos graves. Desdenham a luta de classes, entre mercadores e feudais, que se desenrolou durante todo o período que vai, aproximadamente, do século 7 ao século 17. Essa luta levou, em alguns reinos, à vitória dos mercadores burgueses contra os feudais. Em outros, à vitória dos feudais sobre os mercadores.

Arrighi despreza os resultados particulares daquela luta de classes. Primeiro, em Portugal e na Espanha e, depois, na Holanda, Inglaterra e França, que levaram ao mercantilismo. Finalmente, na China, que saíra quase um século à frente dos europeus na expansão do comércio marítimo, mas sofreu, a partir da dinastia Ming, aquilo que alguns autores chamam de "involução".

No início do século 15, as frotas marítimas chinesas, utilizando avanços técnicos que os europeus só incorporaram depois, como embarcações de grande porte, já haviam criado uma rota de transporte marítimo intenso, que ia até a costa oriental e o chifre da África. Os mercadores chineses negociavam com os reinos do sudeste da Ásia, do subcontinente indiano, da África Oriental e da Arábia tanto os produtos de suas manufaturas quanto os produtos artesanais e agrícolas desses reinos.

Da mesma forma que, um século depois, esse mesmo tipo de comércio enriqueceu alguns reinos europeus, no caso chinês ele carregou imensas riquezas para a dinastia Ming. Porém, do mesmo modo que o mercantilismo europeu foi o centro da luta entre burgueses e feudais, o mercantilismo chinês acirrou a disputa entre os feudais e os mercadores, estes considerados por aqueles como classe de segunda categoria.

Enquanto na Europa várias monarquias subjugarão os feudais e se aliaram aos mercadores na exploração marítima e de outras terras, na China ocorreu o contrário. Os setores da nobreza Ming, favoráveis aos mercadores, foram incapazes de apoderar-se da monarquia, como fez João de Avis, em Portugal, estabelecer a aliança com os mercadores e enquadrar os feudais.

Enfraquecida pelas disputas internas, a dinastia Ming ainda enfrentou bem a primeira globalização colonial das novas potências europeias, iniciada no final do século 15 e continuada durante os séculos 16 e 17. Mas, ao proibir as viagens marítimas, com a consequente destruição da frota, abandonou qualquer pretensão de participar da onda de descobertas, que transformaram o mundo.



Portanto, quando uma parte da nobreza Ming aliou-se ao reino militarista manchú e patrocinou tanto sua invasão sobre a "nação do meio" quanto sua instalação como dinastia Qing, em meados do século 17, os Ming já tinham fechado a China no autarquismo feudal, recolocado os mercadores no lugar que supunha caber-lhes na hierarquia social e impedido o desenvolvimento do mercantilismo.

A dinastia Qing apenas consolidou essa situação. Realizou uma reforma agrária que substituiu grande parte dos senhores feudais hans por senhores feudais manchus, manteve o escravismo em muitas de suas regiões e abandonou os avanços técnicos herdados das dinastias Yuan e Ming, que poderiam ter levado a China a uma revolução industrial.

Título	<i>A tradição marxista</i> (IN Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Esquerda. 2. PT.
Número	86 ed. (Janeiro/Fevereiro de 2010)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	01 de janeiro de 2010. (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2010/01/01/a-tradicao-marxista/">https://teoriaedebate.org.br/2010/01/01/a-tradicao-marxista/</a>
	Resumo: O texto discute a influência limitada do marxismo no Brasil, ressaltando a dificuldade em formular estratégias independentes para a classe trabalhadora. Examina também a trajetória dos marxistas dentro do PT, apontando desafios táticos e estratégicos para enfrentar crises de crescimento e manter a perspectiva socialista.

## A TRADIÇÃO MARXISTA - (2010)

*Marxistas de dentro e fora do PT vivem dilemas similares. É essencial formular teorias para responder às demandas táticas e estratégicas*

As ideias de Marx e Engels só foram difundidas no Brasil após a Revolução de 1917, principalmente através de algumas obras de marxistas russos. Desse modo, boa parte dos brasileiros que aderiram ao marxismo teve contato apenas com uma de suas variantes, não com toda a riqueza característica daquela escola de pensamento.

O principal difusor desse marxismo limitado a uma de suas versões foi o Partido Comunista, que aqui surgiu, em 1922, não da unificação de círculos marxistas, ou por divisões na socialdemocracia, mas de uma cisão no anarquismo. Para complicar, a partir dos anos 1930, parte considerável dos "tenentes" ingressou no PC, trazendo consigo a filosofia positivista que marcara seu movimento, nos anos 1910 e 1920.

A influência positivista contribuiu para que as obras marxistas fossem lidas sem espírito crítico e fora do contexto histórico em que foram criadas. Ao invés de ser tomado como escola de pensamento aberto, que devia se desenvolver em conexão

com a história da natureza e da sociedade, o marxismo passou a ser tratado como doutrina fechada, capaz de fornecer normas aplicáveis a quaisquer circunstâncias.

Também por isso, a maioria dos marxistas brasileiros não conseguiu formular uma estratégia que emprestasse à nascente classe operária brasileira um papel independente, prevalecendo uma política que subordinava os interesses dos trabalhadores à burguesia ou à pequena burguesia.

Nos anos 1950, o surto de industrialização e o fortalecimento da classe operária e de suas lutas, impondo à sociedade um amplo debate político e ideológico, ajudaram a produzir no Brasil um ambiente propício à criação de uma corrente marxista capaz de analisar a sociedade e apontar estratégias e táticas próprias para a luta pelo socialismo. No entanto, no ambiente encrespado pela radicalização político-social e pela interferência imperialista, esse debate programático e estratégico acabou suplantado pela falsa disjuntiva sobre o caminho pacífico ou armado da revolução. No final das contas, os marxistas não conseguiram produzir as ideias e a prática necessárias para enfrentar com sucesso o golpe militar de 1964, nem a ditadura que se seguiu e ceifou a vida de várias gerações da esquerda brasileira.

A partir dos anos 1970, o novo surto de industrialização e de fortalecimento da classe operária e de suas lutas recriou o ambiente para os debates entre marxistas e entre estes e outros setores da sociedade. O PT foi fundado e parte dos marxistas brasileiros nele ingressou, esboçando em seus marcos, ao longo dos anos 1980, a criação de uma nova corrente marxista, que pretendia vincular as lutas democrático-populares à luta socialista, a partir da análise do desenvolvimento capitalista.

A maior dificuldade desse setor marxista residiu, inicialmente, no empirismo, ou na ideia de que a prática tudo decide, predominante no pensamento petista. Essa filosofia impregnava não só os sindicalistas e correntes religiosas fundadoras do partido, mas também muitos marxistas, como reação às teorias que haviam levado

a esquerda armada e não armada à derrota na luta contra a ditadura militar e à arrogância de um setor da intelectualidade, que pretendia ditar a linha de ação partidária.

Em sentido contrário, havia os marxistas que, referenciando-se nos livros doutrinários, pretendiam enquadrar a prática em seus esquemas teóricos. Ignorando que a teoria só pode ser gerada a partir da análise da prática, que é dinâmica, tendo de voltar constantemente à prática para ser testada, comprovada e corrigida, esses marxistas, ao invés de contribuírem para superar o empirismo, o fortaleceram pelo exemplo negativo. Também por isso o nível de leitura e estudo continuou baixo no PT, e as tentativas de programas permanentes de formação política, iniciadas em meados dos anos 1980, fracassaram nos 1990.

Desse modo, os marxistas obtiveram pouco sucesso nos esforços para fazer prevalecer no PT a ideia de que a teoria é uma exigência da luta social e política. Situação que se agravou, na década de 1990, com o surgimento de novas contracorrentes objetivas: a crise geral do socialismo, que pôs em questão o próprio marxismo; a ofensiva neoliberal, que fez retroceder o movimento operário; e a ampliação dos marcos da democracia liberal e de sua janela institucional, que fortaleceu os aspectos táticos em detrimento dos estratégicos.

Nesse contexto, os marxistas não conseguiram enfrentar a crise do socialismo. Em vez de utilizarem o ferramental marxista para analisar o que ocorrera nas tentativas iniciais de construção do socialismo, muitos marxistas, dentro e fora do PT, abandonaram a reflexão sobre o capitalismo. Passaram a negar a possibilidade socialista, ressuscitaram versões socialdemocratas, comunitário-cristãs e utópicas, criticando a ética capitalista, mas não seu sistema. Ou se refugiaram numa interpretação doutrinária sobre a crise do socialismo, substituindo a análise histórica por uma sub-literatura de conflitos e traições palacianas. Uns e outros abriram espaço, desse modo, para que os keynesianos de esquerda, que não são comprometidos com a superação do modo capitalista de produção, se tornassem a principal corrente crítica do capitalismo.

Nos anos 1990, de modo semelhante ao ocorrido em 1930 e 1964, os marxistas foram atropelados pela história. Os marxistas petistas que ainda tentavam se livrar de suas debilidades históricas, entender a relação entre o socialismo e o desenvolvimento capitalista e entre a ação revolucionária consciente e o desenvolvimento natural das contradições de classe, truncaram seu incipiente processo de análise, tanto do desenvolvimento capitalista no mundo e no Brasil quanto do intrincado modo com que o capitalismo brasileiro interagia com o capitalismo internacional, que deveria fornecer os elementos para a elaboração de uma estratégia condizente com o momento histórico.

Para piorar, dentro e fora do PT, parte dos marxistas do PT preferiu refugiar-se nos velhos clássicos sobre a formação social brasileira, como Sérgio Buarque, Caio Prado Jr., Celso Furtado e Florestan Fernandes, procurando lá as respostas para os problemas e os desafios do capitalismo no mundo e no Brasil dos anos 1990. Desdenharam o fato de que tais problemas e desafios haviam se tornado, em seus aspectos principais, diferentes daqueles analisados na primeira metade do século 20.

Desse modo, também não conseguiram analisar a ofensiva do capital, em suas versões econômica, ideológica e política neoliberais. Houve os que se encantaram com a globalização capitalista, supondo que isso blindaria o capitalismo contra as crises, sem perceber que estas são inerentes ao modo de produção capitalista, como Marx descobrira e os fatos recentes demonstram. De outro lado, há os que abominaram a globalização como o mal absoluto e agora não sabem explicar como nações atrasadas se beneficiaram dela para desenvolver-se.

Há os que deduziram, no campo político, que o círculo de ampliação democrática liberal chegara à plena consolidação, obrigando que se substituísse a estratégia de luta pelo poder por uma estratégia exclusivamente eleitoral. E há os que continuaram discutindo abstratamente a via revolucionária a ser adotada, desconsiderando que estamos numa época em que a revolução não está no horizonte visível das grandes massas populares.

Em resumo, nos anos 1980, os marxistas do PT deram uma contribuição aquém do necessário. Dos anos 1990 em diante, pouco contribuíram para ajudar esse partido a construir uma interpretação científica da sociedade brasileira, assim como da situação regional e mundial, e propor uma estratégia de transformação que correspondesse ao contexto presente. Como parte desse universo marxista atomizado, este autor assume sua cota de responsabilidade nessa trajetória.

É evidente que o PT é bem maior do que os variados tipos de marxismo que dele fazem parte. E é evidente, também, que parte considerável dos marxistas brasileiros não está no PT. Estão nos diferentes partidos comunistas e socialistas existentes no país, bem como militando em movimentos sociais ou trabalhando em universidades. Porém, dentro e fora do PT, os marxistas vivem problemas praticamente idênticos.

Como sempre, a árvore da vida é mais forte que a teoria. Esse momento de extrema confusão e debilidade para os marxistas, dentro e fora do PT, coincide com uma situação em que se combinam a eleição de Lula à Presidência da República, a criação de uma nova correlação de forças políticas no mundo e na América Latina, a crise internacional e as dificuldades enfrentadas pela hegemonia dos Estados Unidos.

Nesse novo contexto, o empirismo que tem guiado o PT mostra cada vez mais sinais de cansaço diante dos desafios que a chegada ao governo nacional e as mudanças na situação internacional colocaram diante de si. Com isso, há um progressivo enfraquecimento da capacidade do PT de analisar a realidade e formular propostas para solucionar os problemas estruturais do povo brasileiro. É lógico que isso não impede o governo de atuar, melhorar a vida do povo e vencer eleições. Mas, na melhor das hipóteses, limita sua atuação à perspectiva de um bom gerenciamento do desenvolvimento capitalista.

O desenvolvimento do capitalismo tem trazido, junto consigo, o desenvolvimento de seu contrário, a classe trabalhadora assalariada, apesar de todas as previsões

sobre o fim dessa classe. À medida que tais contrários se desenvolvam, eles tenderão a gerar crises de crescimento. E essas crises só podem ser resolvidas redefinindo a correlação de forças entre capitalistas e trabalhadores. Ou, para utilizar termos que não são marxistas, mas ajudam a entender o problema, combinando mais capitalismo com mais controle social, ou mais capitalismo e menos controle social, ou mais controle social e menos capitalismo.

Em outras palavras, tenhamos consciência ou não, a questão que sempre se coloca é mais ou menos socialismo, cujas relações com o capitalismo dependem do grau de desenvolvimento das forças produtivas, aí incluída a força social das classes populares. Se o PT não for capaz de elaborar as teorias que o capacitem a tratar, seja estratégica, seja taticamente, as crises de crescimento, corre o risco de se transformar num partido do sistema. Nesse sentido, se analisarmos o nível atual de consciência sobre essa questão, tanto dos marxistas petistas quanto do PT como um todo, podemos chegar à conclusão de que ambos vão mal.

Para manter o socialismo como perspectiva de futuro, os marxistas e o PT não devem temer fazer parte de um governo de aliança com setores da burguesia. No momento, esse problema é mais complicado para a burguesia do que para as classes populares. Mas, para a burguesia, é um problema tático, a ser resolvido com uma mudança de governo. Para as classes populares, ele é tanto tático quanto estratégico.

Taticamente, as classes populares precisam resolvê-lo mantendo um governo que, ao longo do tempo, continue "harmonizando os contrários" mais a seu favor do que a favor da burguesia. Estrategicamente, precisam estar teórica e praticamente preparadas para resolver as crises de crescimento, toda vez que a burguesia ou elas mesmas acharem que a harmonização de contrários não é mais de seu interesse, uma tentando resolver a crise às custas da outra, o que as colocará diante da questão do poder, como um todo, e não apenas do governo.



O ferramental marxista de análise pode ser útil e eficaz para responder a essas questões táticas e estratégicas. Para tanto, os marxistas que participam do PT terão de fazer um esforço extra para aprender a manejá-lo e, ao mesmo tempo, entender as leis presentes no capitalismo global da atualidade, assim como nos capitalisms nacionais, em especial no brasileiro.

Essa talvez seja a condição essencial para compreender em que condições a possibilidade socialista pode se tornar uma realidade. Se os marxistas do PT conseguirem contribuir na solução dessas questões, terão rompido com uma tradição que Marx certamente chamaria de tudo, menos marxista.

Título	<i>A questão energética no Brasil (IN Teoria e Debate)</i>
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Energia. 2. Tecnologia.
Número	92 ed. (Setembro de 2011)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	01 de setembro de 2011 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2011/09/01/a-questao-energetica-no-brasil/">https://teoriaedebate.org.br/2011/09/01/a-questao-energetica-no-brasil/</a>
Resumo: Neste texto, Pomar aborda a importância de diversificar a matriz energética do Brasil, considerando diferentes fontes, mas também alerta para os impactos ambientais e sociais. Destaca-se o debate sobre usinas hidrelétricas e nucleares, e a viabilidade das energias eólica, solar e de biomassa, ressaltando os riscos associados a cada uma.	

## A QUESTÃO ENERGÉTICA NO BRASIL - (2011)

*O caminho é conseguir usar todas as formas de energia, construindo uma matriz energética diversificada, sem impor grandes danos à sociedade e ao ambiente*

O país deve dominar todas as formas de energia transformáveis em energia elétrica, construindo uma matriz energética diversificada. Nessa discussão talvez seja bom abandonar preconceitos e utopismos e ter como foco o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Antes mesmo do acidente nuclear de Fukushima, no Japão, resultante de um terremoto, seguido de um tsunami, o debate sobre a questão energética já se encontrava em curso no Brasil, tendo como focos a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte e da usina nuclear Angra 3. Os argumentos principais contra tais construções se relacionavam, e ainda se relacionam, no caso de Belo Monte, aos danos ambientais e sociais que tal construção causará e, no caso de Angra 3, aos perigos do uso da energia nuclear.

Grande parte dos críticos ao uso dessas formas de energia argumenta que a demanda de energia do Brasil pode ser suprida com energias alternativas limpas, como a eólica, a solar e a de biomassa. O que, em teoria, tem alguma procedência. O

potencial de energia eólica apenas no Nordeste, medido a 50 metros, é de cerca de 75 GW (gigawatt), ou 75 mil MW (megawatt). Esta é quase a potência total instalada hoje no Brasil, a partir de fontes hidráulicas e térmicas.

A insolação do território brasileiro também é extremamente favorável à ampla utilização de energia solar, sendo incalculável seu potencial. E os exemplos de cogeração e geração, a partir do bagaço da cana e de outras biomassas, mostram que há um enorme potencial a ser aproveitado. No entanto, de imediato é preciso desfazer alguns equívocos. Nenhuma dessas formas de energia é realmente “limpa”.

A energia eólica, para ser transformada em elétrica, precisa contar com equipamentos que incluem torres, turbinas, geradores, caixas de engrenagens e pás, que são produzidas com aço, cobre, compostos de carbono e outros materiais cuja fabricação envolve processos poluentes. O mesmo ocorre com a fabricação de placas fotovoltaicas, para os sistemas de aquecedores solares. Esses são comprovadamente úteis para a economia energética, mas não para a geração elétrica em larga escala.

Os sistemas termo-solares de geração, que coletam os raios solares por meio de uma combinação de lentes e espelhos e vaporizam água para o funcionamento de turbinas a vapor e geradores elétricos, necessitam que todos esses equipamentos sejam fabricados, assim como óleos ou sais especiais, envolvendo processos dificilmente limpos. Algo idêntico acontece com a fabricação dos componentes mecânicos e elétricos de geração a partir da biomassa.

Portanto, todas essas alternativas, aparentemente limpas, compreendem processos que afetam, de uma forma ou outra, o meio ambiente e o meio social. As fazendas de energia eólica, mesmo de baixo potencial, precisam de áreas amplas, e não podem estar muito próximas de aglomerados urbanos, em virtude dos decibéis gerados por suas pás. Mas não há estudos sobre a interferência das torres e aerogeradores sobre as rotas de migração de aves.

Os sistemas termo-solares de geração elétrica também necessitam de áreas relativamente extensas, que precisam ser aplainadas de forma a que as lentes captem os raios de forma adequada e os espelhos os reflitam precisamente para as torres de aquecimento e produção de vapor. E a geração de energia por biomassa, embora possa produzir relativamente poucos gases, os produz em certa escala.

Antes mesmo do acidente nuclear de Fukushima, no Japão, resultante de um terremoto, seguido de um tsunami, o debate sobre a questão energética já se encontrava em curso no Brasil, tendo como focos a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte e da usina nuclear Angra 3. Os argumentos principais contra tais construções se relacionavam, e ainda se relacionam, no caso de Belo Monte, aos danos ambientais e sociais que tal construção causará e, no caso de Angra 3, aos perigos do uso da energia nuclear.

Grande parte dos críticos ao uso dessas formas de energia argumenta que a demanda de energia do Brasil pode ser suprida com energias alternativas limpas, como a eólica, a solar e a de biomassa. O que, em teoria, tem alguma procedência. O potencial de energia eólica apenas no Nordeste, medido a 50 metros, é de cerca de 75 GW (gigawatt), ou 75 mil MW (megawatt). Esta é quase a potência total instalada hoje no Brasil, a partir de fontes hidráulicas e térmicas.

A insolação do território brasileiro também é extremamente favorável à ampla utilização de energia solar, sendo incalculável seu potencial. E os exemplos de cogeração e geração, a partir do bagaço da cana e de outras biomassas, mostram que há um enorme potencial a ser aproveitado. No entanto, de imediato é preciso desfazer alguns equívocos. Nenhuma dessas formas de energia é realmente “limpa”.

A energia eólica, para ser transformada em elétrica, precisa contar com equipamentos que incluem torres, turbinas, geradores, caixas de engrenagens e pás, que são produzidas com aço, cobre, compostos de carbono e outros materiais cuja fabricação envolve processos poluentes. O mesmo ocorre com a fabricação de

placas fotovoltaicas, para os sistemas de aquecedores solares. Esses são comprovadamente úteis para a economia energética, mas não para a geração elétrica em larga escala.

Os sistemas termo-solares de geração, que coletam os raios solares por meio de uma combinação de lentes e espelhos e vaporizam água para o funcionamento de turbinas a vapor e geradores elétricos, necessitam que todos esses equipamentos sejam fabricados, assim como óleos ou sais especiais, envolvendo processos dificilmente limpos. Algo idêntico acontece com a fabricação dos componentes mecânicos e elétricos de geração a partir da biomassa.

Portanto, todas essas alternativas, aparentemente limpas, compreendem processos que afetam, de uma forma ou outra, o meio ambiente e o meio social. As fazendas de energia eólica, mesmo de baixo potencial, precisam de áreas amplas, e não podem estar muito próximas de aglomerados urbanos, em virtude dos decibéis gerados por suas pás. Mas não há estudos sobre a interferência das torres e aerogeradores sobre as rotas de migração de aves.

Os sistemas termo-solares de geração elétrica também necessitam de áreas relativamente extensas, que precisam ser aplainadas de forma a que as lentes captem os raios de forma adequada e os espelhos os reflitam precisamente para as torres de aquecimento e produção de vapor. E a geração de energia por biomassa, embora possa produzir relativamente poucos gases, os produz em certa escala.

### **Ameaças e riscos**

Em relação a ameaças e riscos, não é apenas a energia nuclear que contém perigos. No passado, rompimentos de barragens para geração elétrica também causaram desastres de vulto, tanto nos Estados Unidos, quanto em outros países. Foi o desenvolvimento da tecnologia de concreto que permitiu construir represas relativamente seguras, com controle permanente de suas condições físicas, embora ninguém esteja totalmente a salvo das vinganças da natureza, como abalos

sísmicos, erupções vulcânicas, trombas d'água, enchentes, deslizamentos de terras e tsunamis.

A produção de energia a partir de fontes eólicas e solares é relativamente recente e parece não apresentar os mesmos perigos da energia nuclear. No entanto, seria útil considerar que esta, comparada aos riscos, danos e mortes causados por veículos terrestres, em praticamente todos os países do mundo, é um mar tranquilo e seguro. O número de mortos e feridos em acidentes de trânsito no Brasil, a cada ano, é algumas vezes superior ao número de mortos e feridos nos acidentes de Three Miles Island, Chernobil e Fukushima, juntos.

Título	<i>A questão chinesa</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. China. 2. Crescimento Econômico.
Número	96 ed. (Janeiro de 2012)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	24 de janeiro de 2012 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2012/01/24/%ef%bb%bf-a-questao-chinesa/">https://teoriaedebate.org.br/2012/01/24/%ef%bb%bf-a-questao-chinesa/</a>
	Resumo: Discussão sobre a complexidade da situação chinesa após três décadas de reformas econômicas. Destaca-se a ascensão de uma burguesia nacional, a coexistência de empresas estatais e privadas, e a preocupação com questões sociais e ambientais. A China desafia as previsões, fortalecendo sua indústria e competindo no mercado global, surpreendendo observadores internacionais.

## A QUESTÃO CHINESA - (2012)

*Após trinta anos, a questão chinesa é bastante complexa. De qualquer ângulo que se olhe, tornou-se um perigo para o capitalismo. Assim, não é por acaso que os países centrais tomam a China, cada vez mais, como alvo principal de suas estratégias políticas e militares*

Não é só o Brasil que se vê às voltas com o que poderíamos chamar de questão chinesa. Essa questão está, praticamente, diante de todos os países e povos. Não tem, porém, a mesma forma de quando emergiu, no final dos anos 1970 e início dos 1980. A questão chinesa atual parece haver se transformado no contrário daquela.

Nos anos 1980, todos os empresários relativamente bem informados, em qualquer parte do planeta, saudavam o ingresso da China no caminho do capitalismo. Tal virada seria o complemento final da reversão do sonho comunista e socialista à realidade inexorável e eterna do modo de produção capitalista. A rigor, nada muito diferente do que pensava a maior parte dos comunistas e socialistas, em todo o mundo. É verdade que para estes, diferentemente dos detentores de capital, o ingresso da China na globalização capitalista não representava apenas uma regressão social e a implantação do iníquo processo de exploração da força de



trabalho chinesa. Representava, também, uma nova subordinação da China às potências capitalistas.

Trinta anos depois, muita gente ainda acredita na China completamente perdida para o socialismo. Mas até esses céticos são obrigados a reconhecer que a questão chinesa se tornou bem mais complexa. Por exemplo, na atualidade, pouco mais de 50% das empresas do país são privadas. Pertencem tanto a capitalistas estrangeiros quanto a uma florescente burguesia nacional chinesa. E ambos reclamam maior participação nos mercados e menos travas na exploração de seus trabalhadores.

No entanto, ao contrário da divulgada privatização completa da economia chinesa, cerca de 50% das demais empresas continuam nas mãos do Estado e de cooperativas, com predomínio nos setores econômicos estratégicos, e não há indício de que o Estado esteja disposto a abrir mão delas. Antes estão se tornando grandes corporações, utilizadas como instrumentos econômicos para orientar o conjunto da economia e corrigir os desvios erráticos do mercado. Ao desfazer os monopólios, o Estado chinês impôs a suas estatais aprender a operar no mercado sem preços administrados, competindo tanto com as empresas privadas quanto entre si.

Do ponto de vista social, o panorama também não é o céu de exploração desejado pelos capitalistas nem o inferno previsto por socialistas. Hoje, enquanto os empresários privados chineses reclamam do crescimento dos salários e dos benefícios aos trabalhadores, os dos demais países, diante da concorrência dos produtos chineses, acusam a China de dumping social, salários de fome, trabalho escravo e outras práticas que feririam os direitos humanos. Muitos socialistas também se preocupam com o evidente crescimento das desigualdades econômicas e sociais chinesas. Sem dúvida, como em todos os países onde há capitalistas, é possível encontrar na China casos pontuais de extrema pobreza, salários abaixo do limite legal, superexploração de trabalhadores e mesmo trabalho escravo.

No entanto, ao contrário do que aconteceu no desenvolvimento de muitos países, essas desigualdades ocorrem no contexto de um enriquecimento geral. A China retirou da linha da pobreza e da miséria, no curto espaço de trinta anos, cerca de 800 milhões de pessoas, elevando-as acima do nível de classe média baixa. O poder de compra dessa imensa população criou um mercado doméstico inigualável.

E, mais importante que tudo, em termos sociais, a China está transformando uma parte de seu enorme campesinato numa pequena burguesia abastada e outra parte numa classe de trabalhadores assalariados industriais, cuja força é crescente. Em relação a esse aspecto, a questão chinesa consiste em saber se o PC e o Estado continuarão administrando a intensificação das reivindicações e lutas da pequena burguesia e da classe trabalhadora a favor delas e contra a burguesia.

O aspecto ambiental da questão chinesa, por outro lado, é alvo constante de críticas, à direita e à esquerda. O grau de emissão de gases poluentes e de outros tipos de poluição no país já seria superior ao dos Estados Unidos. Embora em termos per capita isso não seja verdade, a própria China reconhece que sua poluição está passando dos limites. E, embora os meios de comunicação não deem atenção ao que vem sendo feito para reverter essa situação, como o reflorestamento intensivo, a ampliação do uso de energias alternativas e de sistemas de economia energética, é bem provável que, a esse respeito, a questão chinesa dos próximos anos também se transforme no contrário da atual.

Do ponto de vista das relações internacionais, a questão chinesa apresenta-se totalmente oposta à maior parte das previsões dos anos 1980. Estas deduziam que a instalação, na China, de quase todas as quinhentas grandes corporações transnacionais, além de uma série considerável de outras empresas estrangeiras, liquidaria a indústria nacional e subordinaria o mercado interno à hegemonia do capital internacional. A China chafurdaria no atraso neoliberal e se tornaria, inexoravelmente, dependente dos Estados Unidos, da Europa e do Japão.

Ocorreu, porém, o inverso. O Estado chinês atuou para que as companhias estrangeiras transferissem altas e novas tecnologias às nacionais chinesas, estatais e privadas, dando-lhes musculatura empresarial e tornando-as capazes de competir com as transnacionais tanto no mercado interno quanto no externo. Um exemplo dessa situação são as empresas automobilísticas chinesas, que nenhum oráculo supôs capazes de algum dia se internacionalizar e concorrer, em qualidade e preço, com as marcas estrangeiras tradicionais, há mais de 100 anos no mercado mundial.

Título *Opções da reindustrialização brasileira* (IN: Teoria e Debate)

Autor Wladimir Pomar

Assunto 1. Desindustrialização. 2. Indústria Nacional.

Número 103 ed. (Agosto de 2012)

Editora Fundação Perseu Abramo

Data 11 de agosto de 2012 (referência do site)

Local São Paulo

Link <https://teoriaedebate.org.br/2012/08/11/opcoes-da-reindustrializacao-brasileira/>

Resumo: Wladimir Pomar discute a necessidade de uma nova estratégia de industrialização brasileira, que enfatize tanto o fortalecimento do mercado interno quanto as exportações. Ele destaca a importância de romper com o estado de oligopolização e desnacionalização, buscando desenvolver um setor industrial nacional, privado e estatal, como medida essencial para o avanço econômico e social do país.

## OPÇÕES DA REINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA - (2012)

*Nossa estratégia de industrialização precisa voltar-se tanto para o fortalecimento do mercado interno quanto para as exportações*

*Romper com o estado de oligopolização e desnacionalização e impor a concorrência e desenvolver um setor industrial nacional, tanto privado quanto estatal, são medidas estruturais essenciais para abrir caminho a uma nova industrialização e ao desenvolvimento econômico e social*

O debate sobre a reindustrialização brasileira começa a ganhar espaço, embora às vezes se relacione apenas a aspectos da desindustrialização brasileira, supostamente idêntica à dos países capitalistas avançados. Nestes, haveria uma *desindustrialização positiva*, com expansão produtiva, e desemprego industrial, mas emprego nos serviços. Por outro lado, desligada da anterior, haveria uma *desindustrialização negativa*, com recessão, estagnação e aumento geral do desemprego.

Na história dos países desenvolvidos, podemos comprovar que eles, em graus diferenciados, começaram sua *desindustrialização positiva* nos anos 1970, coincidindo com a financeirização e a segmentação produtiva de suas corporações empresariais. Recursos financeiros passaram a ser manipulados, mesmo fraudulentamente, para a obtenção de altos lucros especulativos. E plantas

industriais foram transferidas para países agrários ou agrário-industriais para elevar os lucros sobre o trabalho.

Nos anos seguintes, Japão e Reino Unido foram os primeiros a sentir uma transformação da desindustrialização positiva em negativa. Estados Unidos e França ingressaram mais tarde no mesmo processo, enquanto a Alemanha, ao manter parte dos países da Europa como consumidores cativos e se tornar uma das principais fornecedoras de bens de capital para os países emergentes da Ásia, praticou uma segmentação menos intensa, conservando-se ainda como país relativamente industrializado.

Essas desindustrializações estão interligadas no desenvolvimento estrutural dos países capitalistas avançados. Nestes, as forças produtivas atingiram um grau de desenvolvimento tal que já não apresenta condições para uma lucratividade que permita a reprodução ampliada do capital internamente. A especulação financeira e a segmentação produtiva passaram a ser a tábua de salvação e, ao mesmo tempo, as raízes de sua desindustrialização.

A *desindustrialização brasileira* não se enquadra nos tipos mencionados anteriormente. Embora aqui tenha ocorrido uma “especialização precoce, marcada pelo ganho de peso de setores de menor sofisticação tecnológica” e pela “concentração da estrutura industrial”, como sugere Laura Carvalho (em *Teoria e Debate* nº 102), isso não resultou de seu processo interno de desenvolvimento industrial. Tais fenômenos também não podem ser creditados à abertura comercial e à falta de dinamismo da demanda doméstica. É preciso lembrar que, desde os anos 1950, o parque industrial brasileiro desenvolveu-se e diversificou-se com alta participação de investimentos diretos de multinacionais estrangeiras e de estatais e grupos privados nacionais.

Esse processo se intensificou a partir da segunda metade dos anos 1960, tendo por base uma força de trabalho recém-expulsa do campo pela modernização financiada do latifúndio. Excedentes populacionais incharam periferias e morros urbanos, ofertando uma mão de obra farta e barata, que beneficiou os capitais estrangeiros e nacionais. Mas isso entrou em crise de recessão e estagnação a partir da primeira metade dos anos 1970, prolongando-se até o início dos anos 1990, pela brusca

elevação dos preços do petróleo, pelas tentativas de manter o crescimento com base no endividamento externo e pela reestruturação intensa do capitalismo nos países centrais.

A solução encontrada para sair dessa crise, durante a década de 1990, pode ser chamada de *desindustrialização programada destrutiva*, seguida de maior desnacionalização econômica. Grande parte das empresas estatais foi vendida, principalmente a multinacionais, para fabricar apenas produtos de alta lucratividade no mercado externo, como ocorreu com as siderúrgicas. Inúmeras plantas privadas também foram vendidas para capitais externos. Muitas delas foram fechadas e seus equipamentos transferidos e relocados em países de força de trabalho mais barata, como aconteceu com diversas indústrias químicas, que tornaram o Brasil de produtor em importador.

A isso acrescente-se o aumento da concentração e centralização de diversos ramos e setores industriais, de acordo com os interesses das corporações estrangeiras em manter sistemas de monopólio ou oligopólio, como nas indústrias automobilística e farmacêutica, só para ficar nos exemplos mais conhecidos. A *especialização precoce* da indústria brasileira resultou, portanto, da reestruturação capitalista em níveis globais, na qual o Brasil foi tomado não como um país soberano, mas um provável *locus* de segmentação.

Desindustrialização e desnacionalização foram aspectos conjugados de um processo que utilizou a liberalização comercial e o baixo dinamismo da demanda e da economia como instrumentos de controle e de competição externa. Limitação de investimentos e de novas atividades, sucateamento da infraestrutura, fragmentação das cadeias produtivas, desintegração de parte substancial do parque industrial e expansão e favelização da pobreza e da miséria resultaram das ações de economia política que procuraram incluir o Brasil na globalização capitalista como território submisso ao capital transnacional.

Nessas condições, a desindustrialização atual não passa de um resíduo inercial daquela *desindustrialização programada destrutiva*, imposta ao Brasil. Com a reversão da economia política, após 2002, no sentido do desenvolvimento econômico e social, a desindustrialização inercial se transformou em sério

problema conjuntural, no contexto dos problemas estruturais que precisam ser atacados para reindustrializar o país, pressupondo-se ser dispensável discutir a necessidade imperiosa da indústria como principal fator de geração de riqueza nacional e redistribuição de renda.

Em outras palavras, a desindustrialização inercial só poderá ser sustada se ingressarmos num novo padrão de industrialização, que tenha em conta a complexidade do que restou de indústria no Brasil e os novos desafios de um mundo globalizado. Por um lado, temos uma indústria só brasileira no nome, já que a maior parte dela pertence a corporações transnacionais. Além disso, as corporações nacionais também adotam o poder de monopólio para impor preços em geral acima dos praticados no mercado internacional.

Portanto, romper com esse estado de oligopolização e desnacionalização e impor a concorrência, ou a competição empresarial, e desenvolver um setor industrial nacional, tanto privado quanto estatal, são medidas estruturais essenciais para abrir caminho a uma nova industrialização e ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Por outro lado, temos milhares de empresas micro, pequenas e médias, muitas das quais fornecedoras das corporações estrangeiras e nacionais. Algumas são tecnologicamente avançadas, mas a maioria utiliza tecnologias tradicionais, com a vantagem de ser intensiva em trabalho. As medidas governamentais para desburocratizar, desonerar e facilitar crédito a essas empresas custam a chegar na ponta, e muitas vezes não chegam. Isso num contexto em que o problema central reside em que, do ponto de vista estrutural, se houver a decisão de recriar uma indústria nacional, são essas empresas que, ao lado das estatais sobranes, podem fornecer a massa empresarial para reerguer o setor nacional da indústria.

Finalmente, a reprodução ampliada do capital só ocorre tendo por base um capital acumulado. Muita gente acha que o Estado brasileiro tem capital acumulado suficiente para realizar, na escala necessária, tal reprodução ampliada. Na prática, para atingir o volume suficiente de recursos necessários para elevar sua taxa de investimento e alavancar o desenvolvimento industrial, econômico e social, o Estado teria de utilizar bem mais que os 3% do PIB que guarda como garantia de



pagamento da dívida pública. Em outras palavras, o Brasil ainda depende da atração de capitais externos.

O que coloca um desafio extra à superação da oligopolização e da desnacionalização. Isto é, para evitar que estas se acentuem e para fazer com que os capitais externos contribuam para adensar as cadeias produtivas estratégicas e transfiram novas e altas tecnologias para as empresas nacionais, a atração de investimentos externos exigirá uma engenharia empresarial complexa que só o Estado será capaz de realizar, desde que tenha clareza sobre o assunto.

Nesse sentido, as questões principais a discutir não são aquelas relacionadas com estratégias de industrialização voltadas para o consumo ou para as exportações. Essas estratégias precisam resultar das estratégias estruturais e partir de pressupostos consistentes. Por exemplo, o Brasil tem tamanho para crescer e desenvolver seu setor industrial, mas não um mercado interno com dinamismo que lhe permita basear-se exclusivamente nele. Um mercado em que mais de 50% da força de trabalho subsiste com renda inferior a 1,5 salário mínimo, e se confronta com preços elevados, tem limitações estruturais que precisam ser superadas para ganhar um dinamismo de autossustentação.

Por outro lado, a suposta negatividade das estratégias de exportação parte de pressupostos equivocados sobre a crise dos países desenvolvidos e a desaceleração do crescimento chinês, além de não levar em conta o que hoje representam os mercados da Ásia, África e América Latina. A crise reduziu a capacidade importadora dos países desenvolvidos, mas não pode liquidá-la, a não ser que eles imponham racionamentos à sociedade. A desaceleração do crescimento chinês é uma meta buscada há mais de dez anos, para reduzir as tensões de um crescimento muito rápido e reforçar o mercado interno. Assim, ao invés de fechar, pode abrir uma série de janelas para elevar as importações daquele país. Já os demais países asiáticos vêm combinando a exportação de manufaturados com o fortalecimento do mercado interno, enquanto vários países africanos e latino-americanos ingressaram no crescimento econômico, abrindo diversas possibilidades para as exportações brasileiras.

Além disso, para industrializar-se o Brasil terá de importar, durante um período relativamente longo, bens de capital e tecnologias, a não ser que queira reinventar a roda. Realizar exportações de bens primários e, também, de bens manufaturados é uma maneira não só de compensar tais importações, mantendo equilibrada a balança comercial, mas de testar nossa capacidade competitiva e estimular a indústria brasileira a um esforço real de inovação e de elevação da produtividade. Assim, nossa estratégia de industrialização precisa voltar-se tanto para o fortalecimento do mercado interno quanto para as exportações.

Mesmo porque, no atual mundo globalizado, não será possível escapar da necessidade inelutável de elevar a competitividade em relação aos produtos dos demais países. Esse não é apenas um problema de câmbio, redução ou aumento do custo unitário do trabalho. Diz respeito, principalmente, à elevação do conteúdo tecnológico da indústria, com a crescente inovação na aplicação das ciências e tecnologias, à redução dos custos logísticos (talvez o principal fator do chamado custo Brasil) e ao aumento da concorrência, com a eliminação do poder de monopólio que vigora em vários setores. Ou seja: ou nos concentramos na discussão de como superar os problemas estruturais de nossa reindustrialização, para superar os problemas conjunturais, ou nos concentramos nestes e continuaremos patinando.

Título	<i>Notas sobre o 18º Congresso do PC da China</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. China. 2. Partido Comunista.
Número	106 ed. (Novembro de 2012)
Editora	Fundação Perseu Abramo.
Data	23 de novembro de 2012 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2012/11/23/%ef%bb%bfnotas-sobre-o-18o-congresso-do-pc-da-china/">https://teoriaedebate.org.br/2012/11/23/%ef%bb%bfnotas-sobre-o-18o-congresso-do-pc-da-china/</a>
	Resumo: O 18º Congresso do PC da China cede uma visão gradual para transformar a economia, reduzir diferenças sociais, ampliar a democracia e combater a corrupção. Essa abordagem se baseia na história de sucesso da China e busca resolver questões emergentes através de inovação e inclusão social, liderada por Xi Jinping e Li Kejiang.

## NOTA SOBRE O 18º CONGRESSO DO PC DA CHINA - (2012)

*O país pretende transformar o modelo de sua economia, reduzir as disparidades sociais, ampliar a democracia e combater a corrupção atual e futura*

O 18º Congresso reiterou a filosofia do avanço gradual como o instrumento mais forte para realizar as mudanças projetadas para os próximos anos. Foi assim, avessa aos choques, que a China conseguiu se transformar, em trinta anos, na segunda potência mundial

A imprensa ocidental, em geral, continua tratando o Congresso do PC da China como algo inusitado, cujos meandros internos supostamente conhece em detalhes. Nessas condições, a especulação permanece a marca das coberturas jornalísticas, nas quais se misturam algumas informações verossímeis com interpretações disparatadas. Para não cair nessa vala comum, tentaremos apenas abordar informações comprováveis a respeito desse evento que reuniu 2.270 delegados, eleitos num processo de discussão interna, entre outubro de 2011 e julho de 2012, envolveu os 82 milhões de membros do PC e, em paralelo, mais de 120 milhões de membros da Juventude Comunista.

Os congressos do PC fazem parte de um sistema político que, a cada cinco anos, discute as grandes questões estratégicas e as medidas correspondentes a serem introduzidos na ação partidária e no país. Os ajustamentos estratégicos e táticos intermediários são debatidos nas reuniões anuais plenas do Comitê Central, na Assembleia Popular Nacional e na Conferência Consultiva Política do Povo Chinês. A cada dez anos, os congressos do PC realizam as mudanças nos órgãos de direção partidária e política do país, conforme as normas dos sistemas de idade limite, rotatividade e performance dos funcionários e quadros partidários e governamentais.

Há trinta anos foi instituído o sistema de aposentadoria compulsória dos dirigentes do partido, entre 60 e 65 anos, como instrumento estratégico de renovação dos quadros. Também há trinta anos foi estabelecido um limite máximo de dois mandatos de cinco anos, para a permanência em qualquer cargo partidário e do governo, como instrumento igualmente estratégico para a rotatividade no poder. E, há dez anos, a avaliação da performance dos dirigentes e funcionários do partido e do governo passou a ter por base o índice de felicidade dos cidadãos e a proteção ambiental, e não mais o crescimento do PIB ou dos investimentos.

Tendo em vista sobretudo a mudança desses critérios, que tomam a felicidade dos cidadãos e a proteção ambiental como os principais índices do desenvolvimento do país, o processo de preparação e realização do 18º Congresso teve como questões-chave de discussão e decisão aquelas relacionadas aos problemas econômicos, sociais e políticos que interferem nesses índices, muitos dos quais emergiram negativamente nos últimos trinta anos de desenvolvimento da China. Os documentos do Congresso não só relatam cruamente essa emergência como apontam as mudanças e reformas que devem ser introduzidas para resolvê-la, concentrando-se prioritariamente no modelo de desenvolvimento da economia, na melhoria do bem-estar social e na democratização da estrutura política.

A mudança no modelo de desenvolvimento, que já vem sendo perseguida desde 2007, consiste em realizar uma verdadeira revolução na área de pesquisa e

desenvolvimento, intensificando as inovações e a incorporação das ciências e tecnologias ao processo produtivo. Os trezentos parques tecnológicos e os investimentos em ciência e tecnologia são os motores que devem fazer com que a indústria passe da produção em quantidade para a produção em qualidade. E de uma economia baseada na repetição e imitação em uma economia baseada na inovação. O que deve resultar num constante aumento da produtividade, na redução do consumo de energia e dos recursos naturais e numa diminuição da emissão de carbono e da pressão sobre o meio ambiente. E deve elevar a participação do produto nacional bruto no produto interno e reduzir seu ritmo de crescimento econômico para 7% a 6% ao ano. Sem esquecer que um crescimento de 6% sobre um PIB de US\$ 13 trilhões não será muito diferente de um crescimento de 10% sobre um PIB de US\$ 9 trilhões.

Alguns deduzem, daí, que a China reduzirá seus investimentos em infraestrutura. No entanto, o Congresso do PC diz que deve ocorrer o contrário. Isso porque a China precisa reconstruir os atuais povoados e cantões rurais, transformando-os em áreas urbanas modernas, com linhas de trens subterrâneos, escolas, universidades, clínicas, hospitais e outros serviços públicos, algo já em curso, para receber os 300 milhões de camponeses que devem abandonar os trabalhos agrícolas nos próximos vinte anos – o equivalente a uma e meia população brasileira – e se tornar trabalhadores de outras áreas. Aqueles investimentos, sendo de ordem social, não pressionarão as taxas de crescimento produtivo nem o ritmo anual de crescimento econômico.

Ainda segundo as indicações do 18º Congresso, a melhoria do bem-estar social não se limita a isso. Ao elevar acima da linha da pobreza mais de 800 milhões de pessoas nos últimos trinta anos e diminuir o número de pessoas abaixo da linha da pobreza, de 250 milhões, em 1990, para 26 milhões, em 2010, a China foi o primeiro país a cumprir o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, da ONU, cuja meta prevê reduzir pela metade o número de pobres, de 1990 até 2015. Mas a renda média per capita de US\$ 5 mil continua baixa. Além disso, paradoxalmente, o

país se tornou o maior mercado consumidor de luxo do mundo, colocando a descoberto uma disparidade imensa na distribuição da renda nacional. O 18º Congresso reconhece que grande parte dos chineses encontra dificuldade no acesso à educação, saúde e moradia, o que minou a estabilidade e produziu inúmeros conflitos sociais a cada ano. Diante disso, reiterou a necessidade de consolidar um sistema de equidade social que assegure ao povo iguais oportunidades de acesso ao desenvolvimento.

Tendo em vista essa necessidade, mesmo antes do Congresso do PC, o governo havia elevado a linha básica da pobreza para 2.300 yuans, aumentando para 100 milhões o número de pessoas consideradas pobres, que devem ser atendidas com prioridade pelas políticas sociais. Ao mesmo tempo, o 18º Congresso ratificou o plano de quadruplicar o produto interno per capita até 2020, em relação a 2000, de modo a reduzir as disparidades sociais, tornar o consumo interno a principal base de realização de sua produção, capacitar o país a enfrentar melhor os desequilíbrios e as crises mundiais e considerar a igualdade social a chave para vencer os desafios que emergiram depois de mais de três décadas de desenvolvimento rápido. Um dos exemplos citados para atingir essas metas é a construção, até 2015, de 36 milhões de moradias subvencionadas para famílias hoje classificadas como de baixa renda.

Quanto à ampliação e garantia da democracia, o Congresso do PC da China reiterou que deve perseverar em sua linha de descentralização, com as províncias e os municípios possuindo poderes e recursos para investir em planos de desenvolvimento social. A economia deve seguir comportando diferentes tipos de propriedade – estatal, social, privada e mista –, todas capazes de enfrentar em igualdade de condições os desafios do mercado. O sistema judiciário chinês, por seu turno, deve continuar seus esforços na consolidação do Estado de Direito, profissionalizar os juízes e realizar os julgamentos de forma transparente. A imprensa deve ampliar ainda mais as denúncias sobre irregularidades e abusos, assim como os espaços para opiniões divergentes e críticas, tendo em vista

principalmente resolver os problemas sociais e combater a corrupção. Embora haja muita gente supondo que Bo Xilai encarnava uma ala esquerda dentro do birô político do PC e da municipalidade de Chongqing, o 18º Congresso ratificou a suposição de que ele parecia levantar a bandeira vermelha de Mao, mas na verdade encobria seu enriquecimento ilícito, sendo expulso do PC por essa acusação.

Em relação a todos esses aspectos prioritários, o 18º Congresso reiterou a filosofia do avanço gradual como o instrumento mais forte para realizar as mudanças projetadas para os próximos anos. Foi com essa filosofia, avessa aos choques, que a China conseguiu se tornar, no curto espaço de trinta anos, na segunda potência mundial. E é com ela que o PC, segundo seu congresso, pretende transformar o modelo de sua economia, reduzir substancialmente as disparidades sociais, ampliar a democracia e combater a corrupção atual e futura.

Diante da enormidade de todos esses desafios, a única coisa que se pode realmente afirmar sobre o novo secretário-geral do PC, Xi Jinping, e o novo primeiro-ministro, Li Kejiang, é que eles, mesmo que pudessem abster-se de se preocupar com os problemas das crises internacionais, talvez tenham de enfrentar questões tão ou mais difíceis do que as tratadas nos últimos trinta anos da história chinesa. Afinal, a falha na solução de qualquer uma delas, em especial o combate à corrupção, visto como crucial desde que a China deu início a seu programa de reforma e abertura, pode ferir de morte o PC e sua experiência de socialismo de mercado.



Título	<i>Nossas contradições econômicas</i> (IN:Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Crescimento. 2. Governo Dilma. 3. Governo Lula. 4. Juros.
Número	108 ed. (Janeiro de 2013)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	14 de janeiro de 2013 (referência do site)
Local	São Paulo.
Link	
	Resumo: O texto discute os desafios econômicos do Brasil refletem uma complexa interação entre investimento e consumo, onde as taxas de lucro e juros desempenham um papel central. Para alcançar um crescimento sustentável, é crucial que os investimentos se tornem catalisadores do consumo, equilibrando o uso de bens de capital e trabalho. Isso exige uma ação do Estado para direcionar os investimentos, promover a industrialização e criar empregos, enquanto aborda as contradições fundamentais entre os interesses econômicos e as necessidades sociais.

## NOSSAS CONTRADIÇÕES ECONÔMICAS - (2013)

*Os investimentos devem tornar-se indutores do consumo, combinando o uso intensivo de bens de capital com o uso intensivo de trabalho*

O governo Dilma tem procurado acelerar o consumo geral através dos projetos de infraestrutura, estimulando o consumo familiar corrente, seja por meio dos programas de erradicação da miséria, seja pela redução das taxas de juros bancárias. Mas o sistema financeiro não gostou da baixa de juros e ignorou a ação dos bancos estatais. Também os empresários puxaram os freios dos investimentos diante do empenho do governo em estabelecer taxas de lucratividade civilizadas

Um dos problemas recorrentes nos debates atuais sobre os caminhos do governo Dilma consiste em que, às vezes, parecemos esquecer que vivemos num país cujo modo de produção é predominantemente capitalista. E que tal modo de produzir possui leis de funcionamento que condicionam todas as demais formas produtivas presentes na sociedade brasileira, a exemplo da economia familiar rural, dos

empreendedores individuais, da economia solidária, das comunidades indígenas e, inclusive, das empresas públicas e estatais.

Tendo por base a taxa de exploração da força de trabalho assalariada, a produção capitalista tem de se realizar no mercado. Isto é, tem de ser consumida, em concorrência com outros capitalistas. Esse consumo, no entanto, não está restrito aos bens de consumo familiar corrente, como alimentos, roupas, aparelhos domésticos, cosméticos etc. Se o consumo se reduzisse a isso, a produção capitalista tenderia a encurtar os períodos de suas crises cíclicas de superprodução, uma das leis de funcionamento desse modo de produção. Por isso, os economistas que avaliam que o consumo na economia brasileira atingiu seu limite pelo excesso de endividamento das famílias estão errados, porque o consumo familiar é apenas um dos setores do consumo econômico.

A cadeia de consumo, da mesma maneira que a cadeia produtiva, compreende diferentes departamentos, ramos e setores. Para ser mais preciso, no Brasil atual, ao lado do setor de consumo familiar corrente, há outros fundamentais para permitir a reprodução ampliada do capital, reprodução que é outra das leis fundamentais desse modo de produção. As obras de infraestrutura energética, ferroviária, marítima, fluvial e rodoviária representam um setor de alto consumo atual da economia nacional. O mesmo se pode dizer das obras de infraestrutura urbana, principalmente se levarmos em conta os déficits brutais em saneamento básico, tratamento e distribuição de água, distribuição de energia elétrica, arborização, construção de áreas de lazer e no reequilíbrio entre construções e espaços públicos e entre vias de veículos e vias de pedestres e ciclistas.

Outros setores da economia que representam grandes condições de consumo são o agrícola e o industrial, que necessitam de equipamentos modernos para elevar sua competitividade no mercado interno e internacional. Sem uma reestruturação tecnológica séria, as indústrias sucateadas ou destruídas durante a década neoliberal continuarão mendigando protecionismo comercial eternamente, impondo preços elevados à economia brasileira, sem jamais conseguir disputar o

próprio mercado doméstico com as empresas estrangeiras. E parte do agronegócio continuará tentando se expandir pelo aumento das áreas plantadas, e não da produtividade.

A agricultura familiar também representa um setor de consumo de equipamentos e tecnologias que lhe permitam elevar a produção de alimentos para o mercado doméstico, livrando-se da pecha de principal fator de pressão inflacionária. Se o governo for mais ágil no assentamento dos poucos milhões de sem-terra ainda existentes no Brasil, essa demanda de equipamentos e tecnologias poderá ser ainda mais intensa. E, se levarmos em conta as demandas de recuperação ambiental, assim como de instalação de novas indústrias que fechem as lacunas das cadeias produtivas brasileiras – que se assemelham a um queijo suíço cheio de espaços vazios –, teremos novos setores de consumo de bens de produção e poderemos ter uma ideia menos parcial do conceito de consumo na economia. Portanto, também estão errados aqueles que pensam que o consumo familiar é a base do crescimento da economia.

Ao reiniciar o processo de crescimento da economia brasileira, após mais de vinte anos de estagnação, em meio à qual ocorreu uma verdadeira destruição de parte considerável do parque produtivo brasileiro, o governo Lula concentrou sua atenção na redistribuição da renda e na elevação do consumo familiar corrente. As principais dificuldades desse processo consistiram na pequena oferta relativa de alimentos e no alto custo da produção industrial brasileira. De um lado, a agricultura familiar, responsável principal pela produção de alimentos, não conseguia expandir sua produção, não recebia o apoio merecido por manter a segurança alimentar do país e estava constantemente ameaçada pela expansão e concentração do agronegócio. De outro, a economia brasileira era oligopolizada por grandes corporações, que praticavam preços de monopólio, enquanto milhões de micro, pequenas e médias empresas estavam tecnologicamente atrasadas ou atreladas aos oligopólios estrangeiros. Desse modo, qualquer aumento do consumo, ao invés de permitir preços mais baixos, pressionava a inflação e levava

o Banco Central a vacilar quanto à aceleração da queda da taxa de juros. É verdade que o lançamento do PAC abriu novas áreas de consumo e contribuiu para o crescimento industrial e do emprego. Mas isso não chegou a permitir um desafogo consistente na pressão da demanda, mesmo porque não ocorreram mudanças significativas na situação da agricultura familiar e na oligopolização da economia brasileira.

O governo Dilma tem procurado acelerar o consumo geral através dos projetos de infraestrutura, ao mesmo tempo em que continuou estimulando o consumo familiar corrente, seja por meio dos programas de erradicação da miséria, seja pela redução das taxas de juros bancárias. No entanto, pelo menos dois novos obstáculos articulados elevaram-se diante desses esforços. O sistema financeiro, também oligopolizado por alguns grandes bancos nacionais e estrangeiros, não gostou da baixa de juros promovida pelo governo e simplesmente ignorou a ação dos bancos estatais. As taxas reais de juros se mantiveram entre 90% e 100% ao ano, em alguns casos chegando a cerca de 200% ao ano, como nos cartões de crédito. Diante disso, e também diante do empenho do governo em estabelecer taxas de rentabilidade ou de lucratividade civilizadas nas obras de infraestrutura, os empresários puxaram os freios dos investimentos.

Afinal, outra lei sacrossanta do modo de produção capitalista é que a taxa de lucro seja sempre superior à taxa de juros. Se esta for superior à de lucro, os capitalistas, em especial os brasileiros, que dificilmente colocam a mão no bolso para tirar dinheiro e investir em empreendimentos de risco, preferem investir no mercado financeiro e gerar dinheiro fictício. Nessas condições, criaram-se duas novas travas ao processo de crescimento. Aparentemente, uma sobre o consumo familiar corrente e outra sobre o consumo de bens e equipamentos necessários às obras de infraestrutura. Para destravar o consumo familiar corrente, o governo reduziu os impostos sobre automóveis, geladeiras, máquinas de lavar e outros aparelhos domésticos; para destravar o consumo de bens e equipamentos de infraestrutura, reduziu os impostos sobre os materiais de construção civil. Além disso, para

quarenta setores econômicos, eliminou a cota patronal de 20% sobre a folha de pagamentos, substituindo-a por uma cota de 1% a 2% sobre o faturamento.

No entanto, tudo indica que essas desonerações são limitadas, têm efeito reduzido sobre os setores que utilizam o poder de monopólio para praticar preços administrados, como o automobilístico, e incidem negativamente sobre a capacidade de investimento do Estado, em particular em períodos de crescimento econômico medíocre e queda da receita. É evidente que, se o governo superar suas vacilações frente ao sistema financeiro e continuar reduzindo as taxas de juros, isso terá um resultado positivo imediato sobre o consumo familiar corrente e mesmo sobre alguns outros setores de consumo. Mesmo que não haja crescimento no salário nominal, o salário real aumentará, estimulando a produção e o crescimento em certa medida.

O problema consiste em que, dependendo do grau da queda dos juros, assim como da definição da taxa de câmbio, isso talvez não resolva a contradição entre as taxas de lucro inferiores às taxas de juros, contradição que está freando a decisão de grande parte da burguesia em correr o risco de investir. Delfim Netto tem chamado a atenção para o clima de incerteza existente no meio empresarial brasileiro, especialmente financeiro. Ele considera que tal clima possui um teor ideológico, acentuado pelos temores da crise econômica mundial, resultando na paralisia do investimento privado, mesmo diante de uma sensação de melhora de situação econômica.

Diante disso, defende a ação econômica do Estado brasileiro com vistas a reanimar o *espírito animal* do empresariado através da queda dos juros, das desonerações e dos investimentos públicos.

Outros ideólogos da burguesia têm proclamado que o problema atual da economia brasileira está no investimento. Em termos mais sumários, tanto Delfim Netto quanto eles estão simplesmente avisando que o empresariado privado somente investirá se a taxa de lucro for superior à taxa de juros e se não correrem perigo

com variações cambiais bruscas e taxas de câmbio valorizadas. E Delfim, mais sagaz que os demais, fez questão de ressaltar que seria um erro fazer com que o investimento substituísse totalmente o consumo. Mudando sua antiga máxima de *primeiro crescer o bolo para depois dividi-lo*, defende os investimentos públicos na área social, para *melhorar os níveis de igualdade, passo a passo com a reativação econômica*.

Essa é uma discussão de mais de 150 anos que sempre retorna enviesada. Investimento e consumo são aspectos que não podem ser dissociados, em especial se os investimentos forem direcionados para a produção de bens que atendam tanto ao uso familiar corrente quanto ao uso industrial e agrícola. No entanto, não se pode esquecer que no modo de produção capitalista o consumo é função dos investimentos na produção, e não o contrário. A produção industrial se impõe ao consumo, criando produtos, demandas e modismos, gerando uma contradição flagrante entre a elevação da produtividade, que aumenta a capacidade produtiva, e a diminuição da força de trabalho necessária, que reduz a capacidade de consumo das camadas assalariadas.

Com a Primeira Guerra Mundial o capital descobriu fórmulas de resolver, em parte, essa contradição, por meio de gastos do Estado, inclusive para a fabricação de armamentos e para a guerra, e da especulação financeira. No entanto, como a crise dos anos 1930 mostrou, tais fórmulas para solucionar os problemas do consumo conduziam a crises cíclicas ainda mais profundas. Depois disso, Keynes pareceu haver encontrado novas fórmulas. As crises dos anos 1980, porém, demonstraram que estas não eram tão eficazes quanto pareciam, abrindo a chance para as fórmulas neoliberais de subconsumo, que começaram a sucumbir nos anos 1998-1999.

No caso do Brasil, parece predominar em alguns círculos econômicos a ideia de que nosso país obteve taxas de crescimento relativamente altas, apenas puxadas pelo consumo, com taxas de investimento relativamente baixas. Mas o exame atencioso da experiência brasileira dos anos 1950 e 1960 indica que a combinação

de alto crescimento com baixo investimento só parece verdadeira se for considerada a média dos dez anos. Na prática, o crescimento dessas décadas foi muito baixo durante os primeiros seis a sete anos e alto somente nos três a quatro anos finais, puxado por altos investimentos estrangeiros e estatais. Estes produziram ainda o crescimento dos dois primeiros anos da década de 1970. Em seguida, com a crise do petróleo, os investimentos e o crescimento entraram em declínio. Nos anos 1980, os investimentos foram, em grande parte, direcionados para setores não produtivos, gerando baixas taxas de crescimento. E, nos anos 1990 e 2000, as baixas taxas de investimento corresponderam a baixas taxas de crescimento.

Nessas condições, uma análise mais adequada da experiência brasileira, em comparação com a experiência internacional, pode demonstrar que o *crescimento por solução* da economia brasileira estaria relacionado a uma combinação inadequada de investimentos produtivos e improdutivos com a expansão também inadequada dos diversos setores do consumo. Mesmo a expansão entre 2004 e 2008, que continuou sendo empurrada principalmente pelo consumo das famílias, apresentou dificuldades para escapar da *síndrome do solução*, embora tenha demonstrado uma resistência razoável à onda de choque da crise dos Estados Unidos. Os anos posteriores a 2008 mostraram que, para manter um crescimento sustentado com base no consumo familiar, em especial num período de agravamento de crise nos países capitalistas avançados, seria necessário fazer com que a massa salarial aumentasse substancialmente. Ou que o governo se dispusesse a sangrar continuamente para baixar os preços e que a indústria instalada e as importações mantivessem o país livre da inflação de demanda. O que, aliás, é o que o governo vem fazendo, chegando próximo dos limites intransponíveis.

Nessas condições, a sugestão de que o Brasil invista entre 25% e 30% de seu PIB para elevar sua capacidade e diversidade produtiva, criar maior número de empregos e aumentar a capacidade de consumo, tanto familiar quanto industrial e



agrícola, nada tem de antagônica com a importância que o consumo interno deve ter no desenvolvimento do país, desde que se admita que isso terá de ser realizado com uma atração de capitais externos, planejada e sob condições, considerando as limitações de investimentos estatais. Se houver uma adequada combinação entre investimentos intensivos em capital e intensivos em trabalho, aproximando o país da possibilidade de pleno emprego, certamente haverá uma ampliação do consumo familiar e dos demais setores de consumo. É lógico que se os investimentos forem direcionados para a produção armamentista, mesmo tendo como parâmetro a destruição das armas pela obsolescência programada, terão pouco ou nenhum efeito sobre o aumento do consumo corrente e sobre o consumo de vários outros setores industriais e agrícolas, como ocorre hoje nos Estados Unidos.

Por outro lado, se o consumo ficar restrito ao consumo familiar corrente, apenas alguns poucos setores industriais e agrícolas crescerão e a economia do país continuará dependente de insumos tecnológicos e bens de capital externos. Além disso, nas condições brasileiras, é preciso ter em conta que o chamado pleno emprego, ou apagão de mão de obra, é uma ficção resultante das metodologias utilizadas para medir a população ativa realmente empregada. Estudos recentes mostram que há mais de 8 milhões de jovens que nunca procuraram trabalho por não apresentar as condições mínimas para acessar empregos. Se considerarmos o crescimento populacional dos últimos trinta anos e as taxas medíocres de crescimento desse período, talvez haja um número muito maior de pessoas nas mesmas condições daqueles jovens. Em outras palavras, podemos ter um enorme exército industrial de reserva ignorado pelas estatísticas e praticamente excluído do atual mercado de trabalho.

Portanto, quando falamos em investimento e consumo, precisamos falar em investimentos que industrializem o país, criando mais empregos, numa época em que a principal tendência industrial é de uso intensivo de bens de capital, como tecnologias e inovações poupadoras de mão de obra. Portanto, se quisermos que o consumo familiar corrente aumente, como decorrência do aumento real da massa

salarial, isso só será possível se invertermos a relação entre investimentos e consumo. Os investimentos devem tornar-se indutores do consumo, combinando o uso intensivo de bens de capital com o uso intensivo de trabalho. Combinação que só pode ser realizada através de uma ação consciente do Estado, direcionando os investimentos para adensar as cadeias produtivas estratégicas, utilizando as empresas estatais como instrumentos de indução industrial e agrícola, aproveitando capitais nacionais e estrangeiros para desenvolver os meios de produção e investindo pesadamente na formação profissional da força de trabalho, em especial daquela que se encontra sem acesso ao mercado.

Mas, por incrível que pareça, todo esse arcabouço estrutural, para ser colocado em pé, neste momento está dependendo da solução das contradições entre a taxa de lucro e a taxa de juros e de uma taxa de câmbio cuja manutenção seja confiável.

Título	<i>As repercussões da queda do crescimento chinês</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. China. 2. Crescimento Econômico. 3. Crise Financeira. 4. PIB. 5. Sustentabilidade.
Número	109 ed. (Fevereiro de 2013)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	08 de fevereiro de 2013 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2013/02/08/as-repercussoes-da-queda-do-crescimento-chines/">https://teoriaedebate.org.br/2013/02/08/as-repercussoes-da-queda-do-crescimento-chines/</a>
Resumo:	O texto aborda a desaceleração do crescimento econômico chinês e seu impacto nas relações comerciais globais, destacando as medidas do governo chinês para redistribuir a renda e melhorar as condições sociais e ambientais.

## AS REPERCUSSÕES DA QUEDA DO CRESCIMENTO CHINÊS - (2013)

*Quem supunha que, por causa da crise mundial, a China fosse se esforçar para obter um crescimento maior, não foi apenas ingênuo, mas, sobretudo, desinformado*

*O esforço do governo chinês estará voltado, nos próximos cinco anos, para reajustar a distribuição da renda nacional e ampliar a infraestrutura social e ambiental, em especial nas áreas rurais. Essas medidas terão menor impacto no aumento do PIB, mas irão melhorar as condições sociais e o meio ambiente*

Espanto e surpresa têm sido recorrentes em análises recentes sobre a queda do ritmo de crescimento da economia chinesa. Alguns analistas menos atentos não coram ao ignorar o significado de um crescimento de 7,8% sobre um PIB de US\$ 7,6 trilhões, certamente maior, em termos absolutos, que o de 9,2% em 2009, sobre o PIB de cerca de US\$ 5 trilhões de 2008. Daí terem cunhado aqueles 7,8% de *pibinho*. Mas isso é o de menos.

O que mais espanta é que desconheçam as reiteradas afirmações das autoridades chinesas, pelo menos desde 1999, de que teriam de reduzir o ritmo de expansão da China para um patamar de 6% a 7% ao ano. Isso de modo a evitar as tensões que o crescimento acima de 8% vinha causando no fornecimento de matérias-primas, na rede logística e, portanto, nos preços e na inflação. Desse modo, se alguém supunha que, por causa da crise mundial, a China iria fazer um esforço de reportagem para obter um crescimento maior, não foi apenas ingênuo. Mostrou-se, sobretudo,

desinformado sobre a política econômica chinesa. E, se houve quem ficasse frustrado, certamente foram as autoridades chinesas, que gostariam de ter uma expansão ainda menor. Nessas condições, quem quer que procure demonstrar como negativo esse recuo no ritmo de crescimento estará especulando sobre o que não está entendendo. Ou pretendendo que a China cumpra um papel que não lhe cabe desempenhar.

Se depender do esforço do governo chinês, o país recuará ainda mais, o que não significa que vá reduzir seus investimentos. Estes apenas serão direcionados, nos próximos cinco anos, para reajustar a distribuição da renda nacional e ampliar a infraestrutura social e ambiental, em especial nas áreas rurais. Isso, certamente, terá menor impacto no aumento do PIB, embora melhore as condições sociais e o meio ambiente.

A China está elevando, paulatina mas substancialmente, a renda das populações rurais e das camadas urbanas mais pobres. Com isso, pretende reduzir os gaps de riqueza regional e social que se formaram ao longo de mais de trinta anos de reformas. Também pretende universalizar os serviços públicos de educação, saúde, moradia e transportes, em especial nas zonas rurais. Está ampliando rapidamente o uso das energias solar e eólica, em particular na região oeste, onde as aglomerações populacionais estão distantes das linhas de transmissão. Há uma expansão consistente do reflorestamento e do tratamento e conservação das águas, e as antigas usinas térmicas vêm sendo reformadas para uso de carvão líquido dessulfurizado, muito menos poluente.

Nada disso é segredo de Estado. Consta dos planos e decisões públicas do Partido Comunista e do governo chinês. E são medidas que vêm sendo intensificadas desde o 11º Plano Quinquenal, em 2006. Em 2011, elas foram reiteradas no 12º Plano Quinquenal, com prioridade para sete setores estratégicos: conservação de energia e proteção ambiental, nova tecnologia da informação, biologia, equipamentos de manufaturas de alta qualidade, novas energias, novos materiais e novas energias para veículos. Nessas condições, expectativas inversas, seja de governos e

empresários estrangeiros, seja de quem mais haja, significam apenas que estão descoladas da realidade chinesa. Ou que há quem esteja procurando um santo milagreiro para resolver a crise internacional do capitalismo.

Além disso, o centro da política externa chinesa, na qual a economia desempenha um papel cada vez mais importante, consiste em ampliar a multipolaridade como um dos fatores indispensáveis para a redução dos conflitos e a manutenção da paz, sem o que seu programa de desenvolvimento ficará comprometido. Nessas condições, o foco estratégico da política chinesa são os países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina.

A diminuição do ritmo de crescimento da economia da China pode lhes causar algum impacto. A demanda por commodities minerais destinadas à indústria chinesa deve ser reduzida. Em contrapartida, deve aumentar a procura por produtos agrícolas, tendo em conta a melhora do poder aquisitivo de parcelas significativas da população, e por produtos industrializados, em especial de alto teor tecnológico e ambiental e energeticamente eficientes.

Em outras palavras, estão sendo abertos novos canais de exportação dos países em desenvolvimento para a China. O plano de implementação tarifária para 2013 mostra o quanto o governo está disposto a ampliar as importações. Reduziu as alíquotas de 780 linhas tarifárias, abarcando bens de consumo, matérias-primas, máquinas, equipamentos, recursos naturais, recursos ecológicos, têxteis e produtos agrícolas.

Em sentido inverso, a China continuará exportando produtos industrializados, inclusive para os países em desenvolvimento. E, por paradoxal que pareça, a modernização científica da agricultura chinesa pode aumentar sua capacidade de exportação de alguns produtos agrícolas. O Brasil já sabe disso, pois importou feijão chinês, a preços compensadores, para complementar a quebra da safra nacional desse produto.

Portanto, os impactos nas relações da China com os países em desenvolvimento da Ásia, África e Américas serão, principalmente, de reformulação de áreas e do grau de competição. Nesse caso, no que diz respeito à indústria, o caminho não é o protecionismo, embora seja razoável adotar medidas de proteção comercial em alguns casos, desde que não sejam para os setores monopolistas. O remédio mais eficaz, frente à competição da China, consiste em aplicar o mesmo modelo que ela aplicou na relação com os países desenvolvidos: atrair investimentos para a própria industrialização.

Para isso, alguns países em desenvolvimento teriam de superar problemas internos. Uns têm dificuldade em elaborar planos de longo prazo e estabelecer programas e projetos consistentes de industrialização e adensamento de suas cadeias produtivas. Outros, caso do Brasil e do México, têm a maior parte da economia monopolizada pelas multinacionais. Estas chegam a adotar procedimentos inimagináveis para evitar a entrada de concorrentes com capacidade de desfazer a monopolização.

Além disso, vários desses países possuem uma burguesia nacional atrelada às multinacionais, sem disposição de conquistar autonomia e se tornar competidora de seus antigos parceiros. E suas estatais, com algumas exceções, foram torradas durante o domínio neoliberal, tendo consideravelmente reduzida sua capacidade de orientar e estimular o processo de industrialização. Mas, se os países em desenvolvimento conseguirem superar esses problemas, a China poderá se transformar numa parceira fundamental, tanto em investimentos e financiamentos quanto no fornecimento de bens de capital a preços muito mais favoráveis que os das potências industriais capitalistas.

O fato de ter como prioritária a relação com os países em desenvolvimento dos continentes asiático, africano e americano não significa que a China esteja disposta a ficar inativa diante da crise dos países capitalistas desenvolvidos, embora encontre dificuldades e limites. Seguindo o exemplo dos Tigres Asiáticos e dos novos países industrializados da Ásia, a China aproveitou a crescente tendência

das empresas dos países desenvolvidos, em sua busca desesperada para evitar a queda de lucratividade, de exportar capitais para países agrários e agrário-industriais. Dessa forma, do mesmo modo que outros países, contribuiu positivamente para a acumulação de capital nos países desenvolvidos, ou centrais.

Mas essa acumulação criou excedentes de capitais que não encontravam realização no centro do sistema, aumentando ainda mais a reexportação de capitais, o que resultou, e continua resultando, em uma situação extremamente contraditória. De um lado, a exportação de capitais, na forma de transferência de plantas industriais e centros de pesquisa e desenvolvimento (o que muitos chamam de relocalização, deslocalização ou segmentação produtiva), industrializou os países subdesenvolvidos, ou periféricos. De outro, perpetrou uma intensa desindustrialização dos países centrais.

Foi nessas condições que os mercados norte-americano e europeu se transformaram nos principais consumidores dos produtos industriais dos países em processo de industrialização, em especial da China. Essa situação, impensável há alguns anos, tornou-se muito volátil à medida que os países centrais, antes emprestadores natos, ao se desindustrializarem passaram a tomadores de empréstimos para cobrir seus déficits orçamentários e comerciais. E a financeirização da economia alimentou projetos imobiliários e de outras naturezas cuja viabilidade era extremamente frágil. Esse somatório criou as condições para a multiplicação de crises cíclicas mais intensas e prolongadas.

Nesse sentido, seria esperar demais que a China pudesse decidir o destino dos países capitalistas desenvolvidos, incluindo os Estados Unidos, seu principal mercado importador. A capacidade chinesa de influir nas flutuações econômicas se elevou consideravelmente nos últimos anos, em especial porque seu mercado interno, mantido o ritmo de enriquecimento do conjunto de sua população, tem condições de sustentar o processo de crescimento chinês, mesmo no contexto de crises capitalistas. Não é por outro motivo que, mesmo com a atual crise



internacional, mantém-se a perspectiva de a China se tornar a maior economia mundial num prazo mais curto que o previsto inicialmente.

Isso não significa, porém, que o país tenha capacidade, ou pretensões imperiais, de decidir o destino de quem quer que seja. No mundo atual, mesmo os Estados Unidos, a única potência capitalista que ainda pode sonhar com pretensões hegemônicas, encontram obstáculos crescentes para agir por meio de procedimentos extraeconômicos. As implacáveis leis da economia política se impõem cada vez mais, aumentando as dificuldades das grandes potências para usar a guerra e o domínio territorial como formas de resolver seus problemas e suas crises.

A China, por seu turno, ainda não ultrapassou a linha que pode transformá-la de país em desenvolvimento, ou periférico, em país desenvolvido, ou central. Possui grandes áreas geográficas internas em estado de subdesenvolvimento e mais de 500 milhões de pobres, embora tenha elevado mais de 800 milhões de pessoas da situação de pobreza para uma vida medianamente abastada. Nessas condições, colocar sobre seus ombros a missão de atender às expectativas salvacionistas de alguns setores capitalistas é um despropósito.

A novidade consiste em que a China, em conjunto com uma série considerável de países periféricos, depende cada vez menos dos mercados centrais para sobreviver. Seu mercado e o mercado dos Brics e de outros países em desenvolvimento talvez conseguissem se manter sem os mercados dos Estados Unidos e da Europa desenvolvida, apesar das dificuldades que isso representaria. Nessas condições, o problema de salvação das populações dos países centrais, do ponto de vista dos demais, se tornou mais um problema político do que econômico. É nesse contexto que a China tem agido no sentido de evitar que os Estados Unidos e a Europa afundem no mar de suas contradições.

E é nesse contexto que o debate sobre a China na esquerda continua envolto na bruma da desinformação e dos preconceitos. Paradoxalmente, a China ainda é vista

por uma parte considerável da esquerda como uma heresia, por não haver intensificado a propriedade estatal e pública. Outra parte supõe que ela não articulou o desenvolvimento econômico com a inclusão de sua população aos benefícios do desenvolvimento nem reduziu as desigualdades. E há os que apostam que seu modelo de socialismo de mercado não é sustentável.

Paradoxalmente, muitos esquecem que o modelo de intensificação da propriedade estatal e pública foi o modelo de Stalin, correto para a guerra contra o nazismo, mas incorreto para o posterior desenvolvimento amplo das forças produtivas em países atrasados, como ainda era a União Soviética entre os anos 1950 e 1980. E naufragou rápida e totalmente com a estratégia atrapalhada de reforma adotada pelos soviéticos, a partir de 1985. Essa experiência, assim como a própria experiência chinesa entre 1950 e 1970, já havia apontado que eram Marx e Lenin, e não Stalin, que tinham razão. Não é possível ingressar totalmente numa sociedade superior sem antes haver esgotado todas as possibilidades de desenvolvimento da sociedade anterior.

Foi essa compreensão que levou Lenin a propor a Nova Política Econômica (NEP) na jovem União Soviética, que se desenvolveu até 1928, combinando a propriedade estatal e pública com a propriedade privada capitalista, para desenvolver as forças produtivas. Isso cria desigualdades, mas a ação do Estado pode reduzi-las, num processo complexo, como mostrou a União Soviética daqueles anos e como mostra a atual experiência chinesa. No caso da China, desdenhar o fato de que mais de 800 milhões de pessoas foram arrancadas do nível de pobreza não parece uma atitude sensata.

Apesar disso, as desigualdades podem continuar por um tempo relativamente longo, mesmo que o Estado mantenha sua natureza socialista e sua ação positiva de redistribuição da renda. E o modelo será sustentável à medida que continuar desenvolvendo as forças produtivas e redistribuindo a renda até os limites em que possa ser possível transformar a transição socialista em uma sociedade de tipo superior – o que vai depender da evolução da luta de classes na China, com o

Estado sendo um ator importante ao lado dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, o modelo é insustentável, pelo fato de que precisa avançar no rumo de se superar e se transformar em outra sociedade. Se a sustentabilidade não estiver presente nesse contexto, a discussão em torno dela se tornará estéril.

Título	<i>Às críticas, Petrobras responde com competência</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Maria das Graças Foster. 2. Petrobras.
Número	113 ed. (Junho de 2013)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	10 de junho de 2013 (referência do site)
Local	São Paulo.
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2013/06/10/as-criticas-petrobras-responde-com-competencia/">https://teoriaedebate.org.br/2013/06/10/as-criticas-petrobras-responde-com-competencia/</a>
	Resumo: Em entrevista cedida à Wladimir Pomar, Maria das Graças Foster, então presidenta da Petrobras, rebate críticas à gestão da empresa e destaca seus avanços, incluindo captação de recursos, classificação positiva de agências de rating e investimentos em estruturação e exploração de novos campos de petróleo.

## ÀS CRÍTICAS, PETROBRAS RESPONDE COM COMPETÊNCIA - (2013)

Em entrevista, Maria das Graças Silva Foster, presidenta da Petrobras rebate as críticas que tentam desqualificar sua gestão e de seu antecessor

*A maior empresa do Brasil tem sido alvo constante de desqualificação. Levantamos algumas dessas críticas para Maria das Graças Silva Foster, presidenta da Petrobras, que as rebate e reafirma a busca da companhia por excelência*

*Em maio a Petrobras realizou uma das maiores captações de dólares do mundo. Embora a empresa tenha recebido oferta de US\$ 45 bilhões para investir em seu Plano de Negócios e Gestão 2013-2017, a operação concluída em poucas horas fechou em US\$ 11 bilhões. Além disso, no mesmo período, recebeu classificação Strong da agência de rating Standard & Poor's, que acompanha cerca de 4 mil grandes empresas no mundo, tendo como principal parâmetro exatamente a gestão da companhia. Não parece que se trate de uma empresa "desestruturada", menos ainda que tenha sido "uma captação de recursos para uma empresa endividada, mas para uma empresa que está investindo no seu crescimento", esclarece nossa entrevistada.*

***A imprensa tem divulgado críticas a respeito de uma suposta desestruturação da Petrobras. O que você teria a dizer a respeito?***

*Maria das Graças - Ocorre exatamente o contrário. Nunca trabalhamos tanto na estruturação objetiva da Petrobras. Podemos nos deter apenas no período de 2003 até hoje, quando surgiram novas oportunidades de crescimento para a empresa, em especial com a descoberta de óleo e gás no pré-sal, em 2006, depois de muito trabalho.*

*O pré-sal ampliou ainda mais o leque de realizações, colocando diante de nós um grande trabalho de estruturação. Em 2007, quando eu era diretora de Gás e Energia, fomos levados a definir estratégias de atuação adequadas à época. Hoje contamos com muito mais evidências das oportunidades de melhoria, com um nível de maturidade maior. Temos estruturado a Petrobras sobre sua base de conhecimento e adotando métodos convencionais de gestão. Então, ao invés de falar em desestruturação, deve-se falar em estruturação.*

*Atualmente temos, em primeiro lugar, uma avaliação de desempenho do empregado, que chamamos de Gerenciamento de Desempenho (GD), ligado ao Plano de Negócios e Gestão em curso. Com isso os empregados estão imbuídos das mesmas metas, na busca do cumprimento daqueles indicadores. Há os programas estruturantes da companhia, como o Programa de Otimização dos Custos Operacionais (Procop), o Programa de Recuperação de Aumento da Eficiência Operacional (Proef) da Bacia de Campos – que é nossa bacia mais antiga, a que hoje nos alimenta, pois é de onde vem 80% da nossa produção – e o Infraclog, que é o programa de otimização da infraestrutura logística do sistema Petrobras. Cada programa tem suas metas e seus indicadores, acompanhados mensalmente pela alta direção da companhia.*

*Temos, ainda, o Programa de Desinvestimento (Prodesin), com metas também muito claras, que já existia desde o Plano de Negócios 2011-2015, na gestão do José Sérgio Gabrielli, mas era conhecido como Plano de Desinvestimento. Tudo é uma questão de amadurecimento e de continuidade. Essa carteira de projetos a desinvestir foi*

*aprovada pelo Conselho de Administração da companhia em 2011 e agora passou a se chamar programa, com metas e indicadores.*

*A política de conteúdo local da Petrobras também foi aprovada na gestão do Gabrielli, em janeiro de 2012. Em março do mesmo ano, em continuidade, criamos uma área e um programa específicos para acompanhar a execução dessa política, ligados diretamente à presidência da empresa. Portanto, a companhia vem se estruturando para aumentar e melhorar sua performance.*

***Há quem diga que a credibilidade internacional da Petrobras caiu...***

***Maria das Graças - Também, nesse caso, é exatamente o contrário. Há pouco tempo fizemos a maior captação de dólares, a maior contratação de dívida que a Petrobras já realizou em sua história, em um mesmo dia. Em menos de três horas fechamos US\$ 11 bilhões, com a menor taxa de juros que já tivemos, 3,78%. Contratamos apenas US\$ 11 bilhões, mas nos ofereceram US\$ 45 bilhões para investir em nosso Plano de Negócios e Gestão 2013-2017.***

*Foi uma captação de recursos não para uma empresa endividada, mas para uma empresa que está investindo no seu crescimento, o que é bem diferente. E por isso o mercado de capitais veio com tanta sede à Petrobras. Trata-se de um porto seguro, absolutamente estruturado, com metas e indicadores claros, conhecidos não só pelos seus funcionários, mas também pelo mercado. Quem empresta US\$ 11 bilhões para uma empresa, a serem pagos entre 2016 e 2043, quer rendimentos seguros. Isso foi um reconhecimento enorme, porque se trata de uma das maiores captações do mundo. Este ano, a Apple fez uma captação de US\$ 17 bilhões. Não contratamos mais que US\$ 11 bilhões porque não nos pareceu conveniente.*

*Além disso, quase no mesmo dia, recebemos uma classificação excepcional da agência de rating Standard & Poor's, que acompanha cerca de 3.860 grandes empresas no mundo. Apenas 8% delas foram classificadas como Strong, tendo como principal parâmetro exatamente a gestão, o management da empresa. Enquanto dizem que estamos desestruturados, uma agência internacional de rating nos*

*classifica como Strong. Na América Latina, apenas a Petrobras e mais seis outras empresas alcançaram essa classificação. Um reconhecimento inquestionável.*

***Você falou da política de desinvestimentos, venda de ativos. Na América do Sul, isso não colide com os planos de integração sul-americana?***

***Maria das Graças*** - *A Petrobras não pode fazer tudo. Temos um investimento previsto de US\$ 236,7 bilhões entre 2013 e 2017. Em 2012, realizamos o maior investimento anual da história da empresa: US\$ 43 bilhões, 5% acima do orçamento aprovado. Para este ano estão previstos US\$ 46 bilhões. Só no primeiro trimestre, se compararmos com o mesmo período do ano passado, fizemos 6% a mais. Realizamos 18% do investimento total, enquanto no ano passado, no mesmo período, realizamos 12%. Para fazer esses investimentos precisamos captar US\$ 61 bilhões no período de cinco anos, usar parte do caixa que geramos e ainda desinvestir. Se fôssemos captar tudo de que necessitamos, certamente conseguiríamos, mas isso prejudicaria os indicadores econômicos da companhia.*

*Além disso, é preciso levar em conta que a empresa tem um portfólio que veio sendo estruturado ao longo dos últimos sessenta anos. O que era extremamente importante há cinco, dez ou quinze anos, pode ter perdido importância diante das oportunidades oriundas do pré-sal. Há ainda o pós-sal da Bacia de Campos, com muitas descobertas. Quando deparamos com o pré-sal e com outros ativos no exterior, nos perguntamos: o que tem menor risco intrínseco? E a resposta é: o pré-sal, porque nós sabemos fazer. E seu potencial de produção vem nos surpreendendo positivamente. A Petrobras sabe contratar, sabe executar no pré-sal. Colocamos os riscos na mesa e ponderamos. Precisamos de US\$ 10 bilhões de desinvestimento para investir em ativos de menor risco.*

*Neste momento, olhamos para a América Latina e questionamos o que é mais importante para nós. Não podemos abrir mão da Bolívia, pois o país manda para o Brasil 31 milhões de m<sup>3</sup> de gás por dia. Mesmo o pré-sal, que nos colocou nessa situação de grandes oportunidades, pelo menos até 2020 não nos dará esse gás.*



*Olhamos para a Venezuela e avaliamos: lá está a maior reserva de petróleo do mundo. Temos uma relação promissora com o país e julgamos e arbitramos – sim, a Venezuela é um grande parceiro.*

*Quanto ao Peru, onde temos descobertas de gás, precisamos investir de US\$ 5 bilhões a US\$ 10 bilhões para retirar esse gás e direcioná-lo para o mercado. Para isso teremos de construir infraestrutura e terminal de GNL. Precisamos tomar determinadas posições em relação a essa integração. Na Argentina, tomamos a decisão recente de reavaliar nossa posição naquela nação amiga. Estamos avaliando tudo e um pouco mais, principalmente a relação entre riscos e benefícios para a Petrobras. Mas não consideramos, hoje, com os dados que temos, sair da Argentina.*

*Consideramos a África importante para nós e não queremos sair completamente de lá, onde mantemos ativos importantes. Mas por que não ter um bom sócio, um sócio financeiro, um sócio experiente? O desinvestimento que perseguimos segue essa lógica.*

***Você também falou do problema do conteúdo local dos equipamentos. Como é em relação, por exemplo, às empresas que são fornecedoras da Petrobras mas não têm capacidade para fornecer esses equipamentos para a empresa? Como é essa relação com o exterior?***

***Maria das Graças*** - *Temos compromissos contratuais com a Agência Nacional de Petróleo, em relação às concessões dos blocos. Temos compromisso de 100% de conteúdo local. Em alguns equipamentos e sistemas de produção atingimos 65%, 70% de conteúdo local, enquanto o compromisso com a agência era de 30%, 40%. Na área de Cessão Onerosa temos compromissos com percentuais diferentes – 70%. Sempre que há maior competitividade no Brasil, se a exigência de conteúdo local é 30%, alcançamos 55%, 60%. De uns três anos para cá pudemos notar esse crescimento “espontâneo” do conteúdo local. Mas tenho certeza que ele só existe porque se tornou “obrigatório” em passado recente.*

*A resistência inicial já foi superada. Aqueles 40%, 50%, 60% para conteúdo local foram superados. O “espontâneo” surgiu a partir do que era “obrigatório”. Essa base é definida pelo Ministério de Minas e Energia e pela ANP, com a colaboração da Petrobras e de outras operadoras. Nós apresentamos o que entendemos ser possível, e o ministério e a ANP concordam ou não, e nos chamam para discutir. Mas, quando se tem escala, aquilo que parecia impossível fazer – por exemplo, na área de compressão e geração elétrica – passa a ser factível.*

*Temos muitas unidades de produção para construir. De 2013 a 2020 serão 38 plataformas e 28 novas sondas de perfuração. Aquilo que diziam que não se podia fazer no Brasil já se torna possível, porque temos escala, são muitas encomendas. Isso dá maior robustez ao planejamento. Definimos o conteúdo local possível de atender com a expertise que a indústria de bens e serviços tem e, com maior escala, vamos a Inglaterra, Noruega, China, Cingapura, mostramos nossa demanda e sugerimos a grandes empresas desses países virem se instalar aqui, contratar brasileiros, utilizar-se de parte da indústria que já temos.*

*Há um trabalho muito forte das áreas de engenharia e materiais da Petrobras, que há mais de vinte anos vêm desenvolvendo fornecedores. Desde o governo do presidente Lula, temos as metas de conteúdo local a cumprir, o que antes não era obrigatório. Fomentamos, mostramos nossa demanda, na Petrobras tudo é licitado, as empresas precisam ganhar em preço, e mesmo assim estão vindo para o Brasil.*

*Bacana é que ainda trazem seus centros de pesquisa. Na Ilha do Fundão, por exemplo, há a Schlumberger, a British Gas, que também trouxeram inteligência. Com as outras empresas menores, brasileiras, temos um trabalho de colaboração para que se desenvolvam. Precisamos atender ao conteúdo local, mas não podemos abrir mão de preço e qualidade. A tecnologia é fundamental para garantir a competitividade da indústria nacional.*

*Para tal, temos trabalhado ao lado do BNDES, com o qual assinamos um convênio, junto com o Ministério da Ciência e Tecnologia, para construir essa base tecnológica com a indústria de bens e serviços que nos serve.*

***No passado, a Petrobras era fomentadora de novas indústrias com tecnologia nacional, ou tecnologia importada que era integrada. É isso que vocês estão retomando?***

***Maria das Graças*** - Era um trabalho de desenvolvimento de fornecedores. Mas não tínhamos obrigação de contratar e comprar no Brasil. Hoje temos compromisso nos contratos de concessão de áreas de exploração e produção com a ANP. Desde o final de 2011, também acompanhamos o conteúdo local das áreas de refino e de gás e energia. Quando fazemos nova licitação, mesmo não tendo contrato com a ANP, dizemos ao fornecedor que ele vai participar da licitação com o condicionante de um determinado percentual de conteúdo local. Para nós é conveniente ter uma empresa instalada no Brasil, que se desenvolveu aqui, e não em Cingapura, ou China, ou Noruega, por exemplo. É uma vantagem competitiva.

Outra grande vantagem diz respeito ao estoque. Quando dependemos de um produto de uma empresa na Noruega, precisamos estocar mais, o que implica custo financeiro. Mas, se a empresa está no Rio Grande do Sul, em São Paulo, ou na Bahia, quem precisa ter estoque é o fornecedor, não o comprador. É uma mudança da água para o vinho. Uma coisa é embarcar equipes para fazer manutenção, para resolver problemas operacionais de tecnologia que você comprou aqui. Muito mais difícil, caro e demorado é chamar um técnico que está lá no outro lado do mundo.

***Saíram notícias na imprensa sobre problemas de fornecedores da Petrobras, em geral pequenos e médios, que declararam inadimplência, alegando falta de pagamento. Isso foi momentâneo, está resolvido?***

***Maria das Graças*** - Isso é outra história inventada. Temos o que se chama de "pleitos aditivos". Contratamos uma atividade e ao final, ou no meio dela, descobre-se que há mais a fazer ou que houve uma mudança de escopo feita pela Petrobras. Nesse



*caso, a empresa fornecedora, a qualquer momento, pode pleitear o custo adicional e receber por isso, seja ao longo da execução, seja depois.*

*No entanto, um pleito não significa uma dívida da Petrobras. Para atender a um pleito, devido ou não, cria-se uma comissão, como sempre se fez durante toda a história da companhia. A comissão é constituída por representantes da área de engenharia, da área que contratou aquele serviço, das áreas do tributário, do financeiro e do jurídico. Quando o pleito é considerado pertinente, passamos a ter uma dívida, e é acordado um prazo para pagamento. Em 2012, pagamos o maior volume de recursos decorrentes de pleitos motivados por eventos ocorridos principalmente em 2011 e 2010. A partir de fevereiro de 2013, mudamos a forma como o pedido de avaliação dos pleitos entra na empresa. Antes, a solicitação era feita pela empresa diretamente à coordenação do projeto. Agora, o pleito e sua documentação entram pelo diretor da área, que já endereça todos os documentos a serem avaliados. Essa é a única diferença, mas as comissões são as mesmas. Não procede a afirmação de falta de pagamento. Chegaram a dizer que estávamos com problemas de caixa. O caixa da Petrobras, hoje, é de mais de US\$ 36 bilhões. Uma empresa que está inadimplente não consegue captar o que nós captamos em três horas.*

***E o problema da construção das novas refinarias? Têm surgido notícias desencontradas a respeito... São cinco?***

***Maria das Graças*** - *Sim, são cinco. A Clara Camarão, no Rio Grande do Norte, cuja expansão foi concluída. Estamos construindo outras duas, o Comperj, no estado do Rio de Janeiro, e a Abreu e Lima, em Pernambuco. Esta, por exemplo, está com 74,8% de realização física, dentro do previsto, segundo o plano de negócios do ano passado. O primeiro trem de refino entra em operação em novembro de 2014, e o segundo, em maio de 2015.*

*O Comperj está com 52,7% de realização física. Houve uma paralisação recente nas obras, por dois dias, fruto de uma discussão sobre a emissão de licenças pelo Ibama, e*

*não pelo instituto estadual (Inea) que nos autorizou a operar. A situação já foi esclarecida e as obras foram retomadas. O primeiro trem do Comperj, após recente revisão do seu prazo para execução, entrará em operação em agosto de 2016.*

*As outras duas refinarias, em fase de projeto, são a Premium I, no Maranhão, e a Premium II, no Ceará. Estamos entusiasmados com as melhorias no projeto, porque são refinarias muito importantes para nós e para o Brasil. Hoje importamos grandes volumes de diesel e gasolina, em decorrência dos avanços sociais que o Brasil vive. Quem vende quer mercado e escala, e tudo o que queremos é o consumidor brasileiro, que é 95% do nosso mercado. Somos os provedores da energia que o Brasil precisa para continuar crescendo. A escala é fundamental para nossa competitividade.*

*Queremos a Premium I e a Premium II. Estamos prevendo, para julho deste ano, divulgar a viabilidade econômica de ambas. No projeto anterior eram inviáveis economicamente. Fizemos um trabalho de enquadramento dessas refinarias e estamos simplificando as plantas para atingir as métricas internacionais e aprová-las. Feito isso, partiremos para a fase de licitação dos equipamentos.*

**Quanto à 11ª rodada de licitações, qual sua avaliação da participação da Petrobras? Como foi, principalmente na área nova, a Margem Equatorial?**

**Maria das Graças** - *Na Foz do Amazonas temos um portfólio de projetos muito bons. Nosso conhecimento das bacias sedimentares brasileiras é grande e a produtividade dos nossos poços do pré-sal é significativamente maior em relação ao que imaginávamos. Antes trabalhávamos com um potencial de produção de 10 mil barris/dia por poço, o que já é fabuloso. Hoje temos poços que produzem até 30 mil barris por dia. Para testar a robustez dos projetos do pré-sal e aprová-los, continuamos utilizando vazões de 10 mil a 15 mil barris por dia. Os investimentos são grandes, mas o risco exploratório é muito baixo.*

*Nosso índice de sucesso exploratório no pré-sal é muito alto, 82%. Considerando todo o nosso trabalho exploratório no Brasil, o índice também é alto, 64%, o dobro da média mundial. Também temos bons sócios. A BG, a Galp, a Repsol, entre outros, são*

*bons parceiros. Quando fomos para o leilão da 11ª rodada, sabíamos do compromisso que temos para a 12ª rodada, que será a da partilha, prevista no novo marco regulatório. Estamos entusiasmados, mas temos de ter cautela.*

*Na 11ª rodada, fizemos um trabalho seletivo em relação às áreas e aos parceiros. Parceiros com os quais já temos uma boa relação em outros projetos, dentro e fora do Brasil, participaram da avaliação das áreas conosco. Isso é importante, já que estamos juntos e dividindo o risco. Definimos algumas áreas com potencial proporcional ao tamanho da Petrobras e dos parceiros. Não temos receio de novas fronteiras, principalmente porque temos histórico de sucesso.*

*Por tudo isso, fomos para a Foz do Amazonas com muito apetite. Foi o maior bônus pago no país, R\$ 346 milhões. Além disso, estamos convencidos de que nossa participação foi excelente. Em algumas áreas, sobretudo no Espírito Santo, trabalhamos para proteger outras em que já temos produção. Isso é bem comum na indústria de petróleo: cercar as áreas já produtoras. Quando se chega a uma área nova, temos de investir, principalmente em infraestrutura, para o escoamento do óleo e do gás. E, nesses casos, é conveniente que estejamos mais fortalecidos no entorno daquelas onde já temos participação. Somos operadores em 89% das áreas concedidas, além daquelas da cessão onerosa. Entendemos que devemos compartilhar a operação, uma vez que tenhamos parceiros ou a devida experiência. Foi o que fizemos. Fomos a empresa que obteve o maior sucesso na 11ª rodada de licitações. Estamos muito satisfeitos, mais ainda com o conjunto de empresas brasileiras que também arremataram áreas.*

***Apesar do que você diz, é impressionante que circulem notícias, em especial na internet, dizendo que a Petrobras perdeu todas as chances nesse leilão.***

***Maria das Graças - Não é verdade. A Petrobras foi a empresa que mais lances fez e a que mais ganhou. Além disso, vimos outras empresas menores entrando, principalmente brasileiras. Outro aspecto importante foi a dedicação do pessoal da companhia e a forma com que nossos técnicos diligenciaram a participação, tendo***



*em vista que haverá este ano outras duas rodadas das quais vamos participar. Nessa 11ª, surpreendemos o mercado, porque entramos mais fortes do que se imaginava. A rodada foi um recorde: R\$ 2,8 bilhões. Agora vem a 12ª, do pré-sal, e a 13ª, para gás onshore convencional e não convencional, na qual também vamos entrar.*

***Quais são os planos de formação e qualificação de mão de obra, uma vez que esse é um problema sério do Brasil, e não só da Petrobras?***

***Maria das Graças*** - *É um desafio. A Petrobras não sente tanto, porque há muitos jovens querendo trabalhar conosco. E muitas pessoas que, mesmo não trabalhando diretamente para a Petrobras, ficam orgulhosas de trabalhar para empresas que nos prestam serviço. A formação e qualificação é um problema, de fato, mas é um doce problema, porque é motivado pelo desenvolvimento do país e pela enorme demanda da companhia.*

*Em dezembro de 2003 foi criado o Programa de Mobilização da Indústria do Petróleo (Prominp), por um decreto do presidente Lula, assinado em um evento no estaleiro BrasFels, em Angra, na contratação da P-52. Esta, aliás, foi a plataforma que teve o edital modificado para incluir a obrigatoriedade de conteúdo local mínimo. A partir do lançamento do Prominp, foram formados cerca de 200 mil técnicos, de nível superior e médio, que atendem principalmente as empresas que trabalham para a Petrobras. Já investimos cerca de R\$ 280 milhões nesse processo de treinamento, e existem pelo menos mais 50 mil pessoas para serem treinadas no curto prazo.*

*Também há novos estaleiros e fábricas que mantêm um trabalho próprio de geração de mão de obra. É, portanto, um doce problema ter de treinar pessoas para atender à demanda do Brasil. Porque é essa gente toda que consome o que nós produzimos. É um ciclo muito rico. São investimentos em ativos no Brasil. E a indústria brasileira de bens e serviços já mostrou que é capaz.*

***O que você tem a dizer sobre essa campanha sem trégua de desqualificação da empresa?***



*Maria das Graças - Quero dizer que é absurda a desqualificação que alguns críticos tentam fazer da Petrobras no que se refere à gestão e, principalmente, à execução e operação. Desafios sempre existem, mas temos o hábito de superá-los. A competência da companhia é inquestionável. Um exemplo vivo dessa competência é a produção de 311 mil barris de petróleo por dia no pré-sal, num prazo de menos de sete anos. Na parte americana do Golfo do México foram necessários dezessete anos para chegarem a esse volume. E o Golfo do México não é pré-sal! No pré-sal nós fizemos isso mais rápido. Também estamos fazendo um excelente trabalho em refino. Adicionamos mais de 150 mil barris por dia de derivados, graças ao aumento da eficiência operacional. Isso é como se, em um estalar de dedos, tivéssemos criado uma nova refinaria.*

*O Brasil consome mais, mas nós estamos refinando mais com o mesmo parque de refino, sem nenhuma refinaria nova. E estamos construindo duas, que já estão com mais de 70% das obras realizadas. Não reconhecemos nem aceitamos a desqualificação que querem fazer da Petrobras. Há um trabalho grande de gestão e a busca permanente da excelência na operação. Reduzimos em mais de setenta dias o tempo para completar e perfurar um poço no pré-sal. Se cada dia dessa etapa tem um custo de US\$ 1 milhão, estamos economizando US\$ 70 milhões em cada poço, na média.*

*Para avançar no pré-sal, precisávamos de sondas de perfuração para águas profundas. Em 2009, tínhamos menos de dez, e precisávamos de quarenta. Todas foram contratadas em 2009 e 2010, no exterior, e todas tiveram sua entrega atrasada entre duzentos e trezentos dias. Com zero de conteúdo local. Como se vê, há atrasos aqui e também lá fora. Não pode haver atrasos aqui nem lá, mas aqui pelo menos geramos emprego para nosso consumidor. Estamos investindo na pessoa que vai consumir o que produzimos. Mas não pode atrasar, de jeito nenhum!*

*Com o trabalho que estamos realizando, a curva de produção voltará a crescer no segundo semestre deste ano. Para isso não precisamos de novas descobertas, o petróleo já está lá. E 2014 será um ano muito positivo para a Petrobras. Estamos*

*trabalhando com eficiência numa empresa estruturada: metas e indicadores, disciplina de capital e muito cuidado com os prazos. Mas é preciso levar em conta algo que é inexorável no mundo do petróleo: a depleção dos campos. A cada ano perdemos entre 10% e 11% de produção. Para manter 2 milhões de barris por dia de produção, temos de colocar muito óleo novo, todos os anos, o que representa grandes investimentos. Sete novas unidades de produção entram em operação este ano. Até 2020, chegaremos a 4,2 milhões de barris de petróleo por dia, ou 5,2 milhões de petróleo e gás, que são os barris de óleo equivalente. E isso é excepcional!*

Título	<i>O manifesto que não veio</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Democracia. 2. Manifestações. 3. PT.
Número	113 ed. (Junho de 2013)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	21 de junho de 2013 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2013/06/21/%ef%bb%bf-manifesto-que-nao-veio/">https://teoriaedebate.org.br/2013/06/21/%ef%bb%bf-manifesto-que-nao-veio/</a>
Resumo: Através do artigo, Wladimir Pomar critica a hesitação do PT em apoiar as manifestações populares de 2013 no Brasil e destaca a necessidade de o partido se alinhar com as demandas sociais e retomar seu compromisso com a luta popular.	

## O MANIFESTO QUE NÃO VEIO - (2013)

*Grande parte da militância petista se incorporou às manifestações e muitas instâncias de direção apoiaram. Mas a direção nacional pronunciou-se tardiamente*

Esperava que o PT tivesse apoiado e conclamado sua militância, seus dirigentes e seus parlamentares a irem para as ruas desde o dia seguinte ao primeiro dia das manifestações. Como novos atos virão, nunca é tarde para que o partido retome seu antigo espírito de luta e mostre a que veio. Afinal, como temem alguns, o movimento que está nas ruas pode provocar uma reciclagem do PT pela esquerda

Como antigo militante do PT, esperava que meu partido tivesse expressado publicamente, desde o dia imediato ao início das manifestações populares, em todo o Brasil, apoio às manifestações e conclamado sua militância, seus dirigentes e seus parlamentares a irem para as ruas. Supunha que era dever dessa militância petista participar ativamente da luta e contribuir para elevar a consciência política das centenas de milhares de manifestantes homens, mulheres, jovens, adultos, velhos, estudantes, funcionários de escritórios, operários, empregados no comércio e em serviços, desempregados, lúmpens e outros seres populares.

É verdade que grande parte da militância se incorporou às manifestações. Muitas direções setoriais, municipais e nacionais manifestaram-se em apoio. Mas a

direção nacional do PT manteve-se em silêncio até poucos dias e se manifestou tardia e timidamente. (ver [Nota do PT sobre o transporte público](#))

Assim, transcrevo o que esperava que o PT tivesse dito desde o primeiro dia ao povo brasileiro.

“O PT saúda os milhares de brasileiros que saíram as ruas para demonstrar sua insatisfação contra os aumentos das tarifas de transportes públicos, contra o aumento desmesurado dos alimentos e dos bens de consumo, contra a demora nos investimentos em educação, saúde, saneamento, moradia e outras áreas fundamentais, contra a corrupção e contra a discriminação antidemocráticas de governos que não consideram legítimas as manifestações públicas. O PT se coloca veementemente contra a repressão policial aos manifestantes e responsabiliza essa repressão pelos atos de vandalismo ocorridos durante ou após as manifestações populares.

O PT nasceu, entre os anos 1970 e 1980, como resultado de manifestações populares contra o aumento do custo de vida, a contenção dos salários e o regime ditatorial militar. O PT cresceu com seus militantes participando ativamente nas grandes manifestações populares pelas eleições diretas para a Presidência da República, pela anistia política e pela democratização do país. Sua participação nas eleições locais e presidenciais sempre foi marcada por grandes manifestações populares, em alguns casos reunindo mais de um milhão de pessoas.

Durante os anos 1990, o PT foi muitas vezes às ruas para lutar contra os descabros promovidos pelos governos neoliberais. Lutou contra a privatização dos serviços públicos e das empresas estatais. Lutou contra as políticas que levaram à falência grande número de empresas nacionais. Lutou contra a monopolização da economia brasileira por grandes empresas multinacionais. Batalhou contra o desemprego, a pobreza e a miséria. E se empenhou na luta contra a corrupção e pela melhoria da educação, da saúde e das condições de vida do povo.

Portanto, o PT sempre participou das lutas e manifestações populares, considerando-as um direito democrático básico. E foi essa persistência que fez o PT contribuir decisivamente para a eleição de Lula, em 2002 e 2006, e de Dilma, em 2010. Nos últimos dez anos, o PT se esforçou para que o governo melhorasse as condições de emprego e de vida do povo. Não é o momento de enumerar o número de desempregados que voltaram a ter emprego, de miseráveis que passaram a ter condições de ter duas ou três refeições por dia e colocar os filhos na escola, nem os esforços realizados para o Brasil voltar a crescer, erradicar a corrupção da sociedade brasileira e melhorar a educação, a saúde e a moradia. O momento é de reconhecer que o PT, apesar de todos os seus esforços, não conseguiu manter seus laços estreitos com as grandes camadas da população brasileira e continuar medindo, como deveria, as ansiedades e as insatisfações dessas camadas, para atendê-las como razão de sua própria existência.

Com isso, não conseguiu avaliar como deveria as causas da subida dos preços de alimentos, bens de consumo e transportes públicos. Não pressionou o governo federal, como deveria, a dar mais atenção à agricultura familiar, para aumentar a produção de alimentos e baratear seus preços. Não pressionou os diversos níveis de governo a darem mais atenção aos investimentos em infraestrutura geral e urbana, e ao crescimento das indústrias de bens de consumo, com o mesmo objetivo de atender ao aumento do poder de compra e rebaixar os preços. E deu pouca atenção ao descalabro dos transportes urbanos e intermunicipais, herdado da quebradeira neoliberal, que transformou esse setor numa área de desatenção completa aos usuários e lucros exorbitantes dos empresários.

O PT reconhece seu pouco empenho em pressionar o governo a adotar uma política que desse menos estímulo à indústria automobilística de transporte individual. Este satura ainda mais as vias urbanas e piora a poluição e a mobilidade das pessoas. Deveria ter lutado com mais vigor para o governo investir pesadamente na ampliação da oferta de transporte coletivo. Isto teria melhorado a

mobilidade urbana e reduzido as tarifas do transporte, o que reduziria as despesas com combustível e as pressões inflacionárias.

O PT acredita que estão errados os que pensam que o aumento de R\$ 0,20 nos transportes públicos é uma questão de menor importância. O transporte público deficiente e caro sacrifica milhões de pessoas. Esse sacrifício se torna ainda maior com os engarrafamentos que entopem as estradas, avenidas e ruas e transformam a locomoção de cada dia num purgatório ou inferno. Por isso, apela a todos os governadores e prefeitos eleitos pelo PT a revogarem imediatamente a elevação das tarifas de transportes, no caso de as terem aumentado, e a ordenarem aos órgãos de segurança não reprimirem as manifestações. Ao mesmo tempo, conclama a todos os seus senadores, deputados federais e estaduais, e vereadores a se juntarem às manifestações populares e exercerem seus mandatos para impedir atos de violência policial contra os manifestantes.

Além disso, no caso específico dos transportes públicos, o PT exige de seus militantes em cargos públicos que examinam detidamente as planilhas de custos e lucros das empresas concessionárias, privadas e públicas. As manifestações populares contra o último aumento devem servir de lição. Esse serviço público não pode ser fonte de altos lucros à custa dos recursos da população usuária e precisa deixar de ser indexado aos índices de inflação, o que vale para todos os estados e prefeituras do país.

O PT, desde já, se compromete a apoiar e participar da continuidade da luta popular pela redução das tarifas, pelo passo livre, e pela prioridade dos investimentos em áreas que são essenciais para melhorar o padrão de vida da população. Saneamento básico, educação, saúde, segurança, infraestrutura de transportes, e indústrias que aumentem os empregos são essenciais para transformar o atual padrão de vida do país. O PT também se compromete a lutar ainda com mais tenacidade contra a corrupção, venha ela de onde vier.

Por tudo isso, apela aos manifestantes de agora, e aos que se incorporarem nos dias seguintes, que incluam em suas demandas as reformas políticas que impeçam a corrupção do dinheiro privado nas eleições e que imponham a fidelidade partidária. Que levantem alto a bandeira do fim dos monopólios, inclusive nas telecomunicações. E que exijam a queda dos juros e a taxaço ou proibição da especulação financeira, como condição básica para impedir a inflação e aumentar os investimentos. De qualquer modo, com suas bandeiras vermelhas, ou sem elas, os petistas estarão corpo-a-corpo com os manifestantes de todo o Brasil”.

Era isso que esperava ter lido desde o dia seguinte ao primeiro dia das manifestações. Como novas manifestações virão, nunca é tarde para que o PT retome seu antigo espírito de luta e mostre a que veio. Afinal, como teme o ultrarreacionário Reinaldo Azevedo, os liberais de miolo mole deveriam colocar o burro na sombra porque o movimento que está nas ruas provocará uma reciclagem do PT pela esquerda. Para ele, isso é um perigo que poderá tornar o resultado das urnas ainda mais inóspito para a democracia deles, onde o povo não tem voz.



Título	<i>Pequenas mudanças? Só o tempo dirá</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. China. 2. Desenvolvimento. 3. Trabalhadores.
Número	118 ed. (Novembro de 2013)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	26 de novembro de 2013 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2013/11/26/%ef%bb%bfpequenas-mudancas-so-o-tempo-dira/">https://teoriaedebate.org.br/2013/11/26/%ef%bb%bfpequenas-mudancas-so-o-tempo-dira/</a>
	Resumo: A 3ª sessão plenária do 18º Comitê Central do PC reforçou o desenvolvimento como chave para resolver os problemas da China, especialmente em relação ao emprego. As reformas econômicas e políticas recentes geram expectativas, mas apenas o tempo dirá se representam mudanças significativas ou não.

## PEQUENAS MUDANÇAS? SÓ O TEMPO DIRÁ - (2013)

*A 3ª sessão plenária do 18º Comitê Central do PC reiterou que o desenvolvimento é a chave e a base para resolver os problemas da China*

A 3ª sessão plenária do 18º Comitê Central do PC reiterou que o desenvolvimento é a chave para o país. Quando a China foca no crescimento do PIB, deve focar principalmente no emprego. Cada percentual de crescimento do PIB precisa corresponder ao incremento de pelo menos 1 milhão de postos de trabalho. Essa ainda é a equação básica. Também concluiu haver chegado o momento de estabelecer um mecanismo de emergência de segurança social para os trabalhadores

O anúncio da 3ª sessão plenária do novo Comitê Central do PC da China suscitou expectativas de reformas liberais na economia e na política do país. Alguns círculos internacionais previram um “imminente colapso da economia chinesa”. Outros sustentaram que o ambiente global forçaria a China a mudanças radicais. A economia mundial afundara em turbulência, com taxas de crescimento irrisórias ou negativas nos países desenvolvidos e de 2% a 5% nos emergentes. Houve quem previsse um crescimento chinês de 3%, em 2013.

A China estaria diante de uma situação complexa. Teria de se contentar com taxas de crescimento abaixo de 8% e se envolver numa guerra comercial na qual cada país protegeria sua indústria e seu mercado de trabalho com medidas protecionistas, causando imensos prejuízos às exportações chinesas. Além disso, vários analistas teriam “descoberto” que a participação do emprego na manufatura chinesa estaria em declínio. Atingira o pico de 15% em meados dos anos 1990, permanecendo abaixo desse nível a partir de então.

Portanto, como se fosse uma novidade, afirmam que grande parte da força de trabalho na China ainda viveria em áreas rurais e a maioria dos trabalhadores migrantes se encontraria empregada no setor de serviços, não em fábricas. O que apontaria para uma “desindustrialização prematura” da China e, assim, para a emergência de crises idênticas às dos países desenvolvidos.

### **Situação atual da China**

Informações do governo chinês apontam a existência de mais de 40 milhões de pessoas, principalmente aposentados, vivendo em povoados de baixos padrões de vida. A renda média per capita de cerca de 70 milhões de habitantes rurais e urbanos continua muito baixa: na casa dos US\$ 6 mil, mas em algumas áreas litorâneas é superior a US\$ 10 mil, e no oeste é de US\$ 3 mil.

A industrialização e a urbanização fizeram emergir conflitos, opondo camponeses a construtoras e governos locais, em torno da propriedade do solo. E ampliaram para cerca de 260 milhões o número de migrantes. Alguns são temporários, mas a maioria tem emprego de longa duração, dando surgimento a lutas por pleno acesso a saúde, educação e moradia e demais direitos de cidadania, nas cidades ou vilas para onde migraram.

A elevação geral da renda (em 2013 o salário mínimo subiu 18%, quase três vezes mais que a taxa de crescimento do PIB) pressionou os serviços de saúde, educação, transportes urbanos e interurbanos, além de afetar a competitividade dos produtos de exportação. Nessas condições, embora tenha dado um salto em seu

transporte ferroviário, sua rede se estendendo por mais de 100 mil quilômetros, a China terá de dar um salto ainda maior. Para atender plenamente as regiões central e oeste, sua rede ferroviária terá de chegar, pelo menos, a 250 mil quilômetros.

Em meados de 2013, o governo solicitou ao Banco da China e aos bancos comerciais que fortalecessem a gestão da liquidez e mantivessem um suprimento moderado de dinheiro. O déficit havia se elevado a 2,1% e o suprimento de recursos monetários (M2) excedido os US\$ 15 trilhões, quase o dobro do PIB. Em outras palavras, havia muito dinheiro no mercado e, se fosse elevado ainda mais, a inflação cresceria. De qualquer modo, aquela medida para manter o controle fiscal e monetário fez com que a taxa interbancária tivesse um surto momentâneo, elevando-se de 3% para 13%, o que permitiu aos analistas ocidentais repetir seu mantra sobre a fraqueza do sistema financeiro chinês.

No entanto, embora o consumo tenha se elevado a mais de 45% do PIB, o problema da China reside no fato de que sua população possui de 4 trilhões a 5 trilhões de iuanes (cerca de 10% do PIB) em contas bancárias. Ou seja, poupa muito mais do que consome, porque está preocupada com o sistema de aposentadorias e pensões, que é imperfeito. O número de trabalhadores urbanos que participam no sistema básico de aposentadoria, em toda a China, gira em torno de 300 milhões, mas 38 milhões se retiraram dele, no último ano, principalmente pelas dificuldades enfrentadas por médias, pequenas e microempresas.

Há ainda o sério problema do emprego. Para manter uma taxa média anual de 4% de desemprego, a China precisa de um crescimento sustentado da indústria, comércio e serviços que assegure a abertura de 8 milhões a 10 milhões de novos postos de trabalho. Nos anos mais recentes, a expansão do setor de serviços permitiu criar em torno de 1,3 milhão para cada percentual de crescimento do PIB, resultando em 10 milhões de novos postos de trabalho, anualmente.

No entanto, o crescimento do setor de serviços não pode enfraquecer o processo de industrialização e urbanização. E, embora a economia chinesa tenha passado a ter o mercado interno como sua principal base de realização, isso não significa que a China possa descartar as exportações. As indústrias voltadas diretamente para o mercado externo empregam cerca de 30 milhões de trabalhadores, enquanto a cadeia produtiva dessas indústrias abrange cerca de 100 milhões. Uma queda nas exportações terá efeitos negativos sobre o emprego e a economia como um todo.

As desigualdades desse desenvolvimento suscitaram a suposição de que chegara o momento de dar um basta à atuação do mercado e entregar tudo à ação do Estado. Mas, mesmo numa avaliação sumária, pode-se constatar que a China, apesar de haver se transformado na segunda economia mundial, ainda é um país em desenvolvimento. O PC da China, além de reconhecer que há ameaças fiscais e financeiras, diz francamente que sua estrutura industrial é irracional, os fundamentos de sua agricultura são fracos, os recursos e o meio ambiente apresentam problemas imensos e a inovação tecnológica ainda é incipiente.

Além disso, seu desenvolvimento econômico e social é pressionado pela industrialização dos emergentes e pelos avanços tecnológicos dos desenvolvidos. A avaliação de sua situação econômica e social mostra que a China ainda está relativamente longe de alcançar aquele estágio de desenvolvimento científico e tecnológico em que o trabalho morto substitui o trabalho vivo. Isto é, em que sua capacidade industrial pode atender às necessidades do conjunto da sociedade, sem que seus membros precisem obrigatoriamente vender sua força de trabalho para viver.

A prosperidade chinesa foi muito grande, mas apresenta novas adversidades, riscos e situações mais difíceis e complexos, ainda não estando em condições de superar o caminho de transição que escolheu.

### **Opções para manter o desenvolvimento sustentável**

Diante de tudo isso, a 3ª sessão plenária do 18º Comitê Central do PC reiterou que o desenvolvimento é a chave e a base para resolver os problemas constatados. Ou seja, quando a China foca no crescimento do PIB, deve focar principalmente no do emprego. Cada percentual de crescimento do PIB precisa corresponder ao incremento de pelo menos 1 milhão de postos de trabalho. Essa ainda é a equação básica.

Assim, com uma taxa entre 7% e 7,5%, podem ser criados cerca de 8 milhões a 10 milhões de postos de trabalho a cada ano. Ao mesmo tempo, esse ritmo pode evitar tensões sobre matérias-primas, logística e preços. Comparada ao ritmo de crescimento dos trinta anos passados, a taxa de 7% a 7,5% é média. Mas, em relação à de outros países, ainda é relativamente alta. De qualquer forma, um crescimento anual dessa magnitude é considerado suficiente para construir uma sociedade moderadamente próspera até o ano 2020.

Portanto, não é mais possível manter o modelo de alto investimento e alto consumo de energia dos últimos trinta anos. Nem supor que as vantagens competitivas de baixos custos se manterão inalteradas. Se o objetivo do crescimento consiste em melhorar a vida do povo e elevar seu padrão de vida, isso torna necessário elevar os salários, os custos de reprodução humana e da terra, assim como de outros fatores. O PIB da China alcançou um alto nível, havendo uma grande diferença entre o aumento de 1% no PIB de US\$ 8,18 trilhões de 2012 e o aumento de 1% no PIB de US\$ 900 bilhões ou US\$ 1,8 trilhão, de anos passados.

A indústria manufatureira continuará sendo transformada por meio da redução do consumo de energia e da introdução de tecnologias ambientalmente protetoras. O problema consiste em que isso eleva a produtividade e melhora o meio ambiente, mas tende a aumentar o desemprego estrutural, mesmo que tal desenvolvimento tecnológico não seja acompanhado da desindustrialização.

Assim, ao mesmo tempo em que o meio ambiente, incluindo água e ar, necessita de mecanismos protetores e de uma regulação adequada, a China também precisa

compensar a tendência ao desemprego. Por um lado, tem de transformar radicalmente os povoados rurais e urbanos, com moradias modernas, serviços e outras condições que melhorem o padrão de vida e ambiental dos residentes. A construção de 36 milhões de moradias, nos próximos cinco anos, pode desempenhar um papel importante no crescimento econômico e nas taxas de emprego, reduzir o gap entre as áreas oriental, central e ocidental, assim como entre as zonas urbanas e as zonas rurais, e eliminar o sistema urbano dual.

Além disso, terá de criar as condições para um amplo desenvolvimento das micro e pequenas empresas. Recursos públicos devem ser direcionados principalmente para elas, e os impostos que as gravam reduzidos ou eliminados. Paralelamente, para aumentar o consumo interno, além do estímulo ao e-commerce e a outras formas de circulação e distribuição das mercadorias, deve haver um esforço crescente para ampliar os serviços públicos de aposentadorias, pensões e saúde, nos quais há uma grande disparidade em relação a muitos países estrangeiros.

De modo a poupar recursos públicos para tais investimentos, as agências do governo central já cortam 5% em despesas administrativas. E os negócios cuja renda é inferior a 20 mil iuanes já estão isentos dos tributos de valor agregado e de negócios. Tudo no sentido de implementar uma política proativa de emprego, ajudando os trabalhadores, especialmente os de primeiro emprego, a encontrar postos de trabalho. Ao mesmo tempo, o governo reforma o sistema de investimento, a exemplo da eliminação do Ministério das Ferrovias e da fundação da Corporação Ferroviária da China, que emprega 2 milhões de trabalhadores.

A China possui um dividendo demográfico. Mas, para que este contribua para o desenvolvimento do país, é urgente transformá-lo naquilo que o PC da China chama de “dividendo de talentos”. Isso significa elevar em muito os 36% de trabalhadores urbanos qualificados e os 25% de altamente qualificados, o que torna indispensável garantir postos de trabalho para os quase 7 milhões anuais de recém-formados nas universidades, assim como criar um novo sistema integrado

de relações rural-urbanas, que permita às pessoas que vivem fora das cidades ter igual participação na modernização e melhores direitos de propriedade.

Grande parte dessas medidas já vinha sendo experimentada mesmo antes do 12º Congresso do PC, convergindo para a opção macroeconômica de não expandir o déficit fiscal, não afrouxando nem apertando a política monetária. O novo plano de austeridade obedece a essa opção. Inclui oito regras de frugalidade dos membros do PC e três acordos de corte dos gastos públicos do governo, destinando-se a redirecionar recursos para investimentos que permitam ao povo uma vida confortável.

Assim, mais do que as reformas parciais anteriores, o PC decidiu simplificar radicalmente a governança e descentralizar o poder, de modo a acabar com o que chama de Mapa da Longa Marcha para aprovar a realização de negócios pelas empresas estatais e privadas. Ou seja, tanto reduzir o governo quanto transformar suas funções, tendo como objetivo agilizar a criação de empregos, facilitar o empreendedorismo e eliminar os procedimentos e inspeções que dificultam a abertura de negócios. De imediato, o governo central aboliu e descentralizou 221 processos administrativos que emperravam a aprovação de projetos.

Em outras palavras, não adianta ter uma economia estável se não houver progresso social. Isso inclui o enfrentamento dos desastres naturais, com medidas de socorro, não só a tempo, mas também de forma científica e organizada. No caso da poluição, descobrir e tratar suas fontes. E, para atender a todo o povo e lhe permitir uma vida de conforto, será preciso reconstruir a rede de seguridade social e o sistema de aposentadorias e pensões, assim como fazer com que o sistema médico não fique restrito às cidades e aos cantões, mas se estenda a todo o país e a todos os tratamentos.

A sessão plenária do Comitê Central do PC também concluiu haver chegado o momento de estabelecer um mecanismo de emergência de segurança social de tal modo que os trabalhadores não percam a coragem de procurar trabalho ou



estabelecer o próprio negócio. Cabe a esse mecanismo, do qual devem participar governo, sindicatos e organizações sociais e não governamentais, ajudar os trabalhadores toda vez que encontrarem dificuldade, por meio de projetos que impeçam o rompimento daquela “linha vermelha” de segurança e a emergência de tensões sociais.

Diante dos problemas internacionais, e tendo em vista a manutenção dos empregos, a China tende a desenvolver políticas tanto para o aumento do consumo interno quanto para a manutenção das trocas internacionais. O país se oporá ao protecionismo comercial, à investigação duplamente reversa e a outras medidas idênticas. Em sua política de internacionalização (*going out*), as empresas chinesas procurarão tanto comprar de outros países quanto vender a outros países, incluindo produtos de uso corrente, como roupas, sapatos e chapéus, assim como produtos de média e alta tecnologia.

Nessas condições, ainda é cedo para tornar social a propriedade de todos os meios de produção, circulação e distribuição e descartar o papel do mercado. Por isso, o PC da China reafirmou que o núcleo da atual reforma econômica consiste em manter uma relação adequada entre o Estado e o mercado. O solo das cidades e do campo, usados para construção, serão alocados num mercado próprio. Os negócios devem operar e competir livremente, e os consumidores são livres para escolher e gastar. Serão retiradas as barreiras que impedem a eficiência na alocação dos recursos e a troca livre das mercadorias, com a criação de regras mercantis claras e com a melhoria do mecanismo de precificação.

Ao mesmo tempo, o PC reforma e reforça as funções do Estado, melhorando o sistema macrorregulatório e a governança. As novas políticas serão aplicadas nas parcerias, tanto domésticas quanto internacionais, em conjunto com as estratégias de *bringing in* e *going out*, para adaptar-se à globalização. Tudo tendo como metas a elevação do desenvolvimento social e do padrão de vida do povo, a prevenção e a redução das disputas sociais, a estabilidade social, e a salvaguarda da segurança do Estado popular.

Até 1992, não havia consenso dentro do PC da China a respeito do papel da economia de mercado na construção socialista. Ou seja, foi preciso mais de uma década de experimentos para que o partido chegasse à conclusão de que o mercado, sob o controle macroeconômico do Estado, deveria ser o mecanismo básico de alocação de recursos. Depois disso, em geral, a relação entre o Estado e o mercado permitiu à China um desenvolvimento sem paralelo. A recente sessão do Comitê Central do PC chinês elevou o mercado a um papel decisivo.

Há quem considere tudo isso apenas pequenas mudanças. Outros retomaram os slogans de 1978 a 1980, dizendo que a China completou sua transição para o capitalismo. Assim, do mesmo modo que as reformas iniciadas em 1980 e aquelas firmadas em 1992, só o tempo dirá se as de 2013 vão jogar tais interpretações no lixo da história e vão aproximar a China, ainda mais, de uma alta fase de construção socialista.

Título	<i>Grande marcha?</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. China. 2. Crescimento. 3. Estado. 4. Índia. 5. Mercado. 6. Reino Unido.
Número	119 ed. (Dezembro de 2013)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	09 de dezembro de 2013 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2013/12/09/%ef%bb%bfgrande-marcha/">https://teoriaedebate.org.br/2013/12/09/%ef%bb%bfgrande-marcha/</a>
	Resumo: O texto de Pomar faz uma crítica às afirmações no artigo de Henrique Meirelles sobre a convergência de políticas econômicas em países como Reino Unido, China e Índia, destacando as diferenças significativas entre eles. Enquanto Meirelles sugere uma tendência neoliberal, Pomar argumenta que as abordagens econômicas desses países são diversas e não seguem necessariamente esse modelo.

## GRANDE MARCHA? - (2013)

*Em artigo, Henrique Meirelles, ex-presidente do BC no governo Lula, deixa de guardar as aparências e se torna um dos expoentes do retorno ao neoliberalismo.*

*Ao contrário do que propala Henrique Meirelles, países de estruturas políticas e econômicas tão diversas quanto Reino Unido, China e Índia não caminham na mesma direção. A redução do papel e do tamanho do Estado no Reino Unido nada tem a ver com a abertura financeira indiana e, muito menos, com as mudanças nas funções estatais na China*

Quem diria que, um dia, o ex-presidente do Banco Central do governo Lula, Henrique Meirelles, deixaria de guardar as aparências e se tornaria um dos expoentes abertos e sem reboços do retorno ao neoliberalismo. Em artigo recente, intitulado "[A grande marcha](#)", ele embrulha num mesmo pacote o que chama de "três fatos cruciais da atualidade": as recentes reformas da China, as mudanças no sistema financeiro da Índia e o surpreendente crescimento da economia do Reino Unido.

Nesse pacote ele tenta demonstrar que esses três países caminham na mesma direção, reduzindo o papel e o tamanho do Estado, realizando maior abertura ao setor privado e buscando maior eficiência e produtividade e concentração estatal na regulação de determinados mercados e na provisão de serviços essenciais. Ou

seja, relembrando um passado não muito distante, estariam aplicando, agora com sucesso, as receitas recomendadas pelo FMI e pelo Banco Mundial nos anos 1990, que causaram a devastação neoliberal.

Começemos pelo terceiro “fato crucial”, o crescimento da economia do Reino Unido. Segundo Meirelles, o governo conservador britânico teria implementado um processo de consolidação fiscal, com corte consistente de despesas e diminuição do tamanho do Estado. Assim, ao contrário de Espanha, Grécia, Irlanda e, de certa maneira, Itália, que só adotaram tal responsabilidade fiscal de forma hesitante e após grandes dificuldades de financiamento, as medidas britânicas teriam sido decididas de forma espontânea e soberana.

Londres continuaria tendo acesso amplo a crédito, com juros baixos, mas, para horror de muitos, em plena crise, teria não só passado a liberar ainda mais os mercados como iniciado um processo agressivo de redução de despesas, consolidação fiscal e melhora nas condições de financiamento às empresas. Ou seja, o corte de despesas teria resultado em reformas produtivas, o que não ocorreu no sul da Europa. Ainda segundo ele, muitos esperavam que a austeridade trouxesse severa contração à economia britânica, como nos países em crise, mas teria ocorrido o contrário. As medidas, a partir de determinado momento, aumentaram a confiança de consumidores, empresários e investidores na solidez do país. E, ao reduzirem a necessidade de financiamento do Estado, teriam liberado recursos ao setor privado, o que elevou a produtividade.

Meirelles se dá ao luxo de não apontar dado algum. Mesmo porque, se apontasse, o tal “surpreendente crescimento” não passaria de um blefe. O governo daquele país considerava que uma maior estabilidade nos mercados de exportação deveria impulsionar os investimentos e fazer com que a economia crescesse entre 1,7% e 2%, em 2013. No entanto, o Banco da Inglaterra (BoE) fez uma revisão para baixo nesses cálculos já pífios. O crescimento da economia britânica deve girar em torno de 1%. O índice acima de 1% no terceiro trimestre, após nove meses de recessão, levou o governo britânico a cantar vitória antes do tempo.

Hoje, a maioria dos analistas atribui esse pique sazonal a fatores excepcionais e considera a economia britânica longe de ter superado todas as dificuldades. Para o BoE, a trajetória positiva continua dependendo de maneira crítica dos acontecimentos no ambiente econômico mundial, onde as pressões na Zona do Euro geram o maior risco para uma recuperação sustentável. Portanto, a perspectiva de crescimento do Reino Unido continua incerta. Um cenário pouco favorável para o trabalho, cuja taxa de desemprego passou de 8%, em 2011, para 8,5%, em 2012, devendo manter-se nesse patamar em 2013.

O segundo fato crucial da atualidade, isto é, a abertura e a modernização do sistema financeiro indiano, propostas pelo novo presidente do Banco Central da Índia, Raghuram Rajan, parece seguir o mesmo padrão de incerteza. Segundo Meirelles, haveria uma expectativa geral de que ocorra um processo mais abrangente de liberalização da economia indiana, com redução de controles e burocracias que emperram o desenvolvimento, apesar do alto potencial baseado na massa de jovens entrando no mercado de trabalho daquele país.

Raghuram Rajan foi economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI) e teve o mérito de avisar a seus pares, desde 2005, que a crise viria. Mas ele não acredita que os banqueiros e os brokers sejam os únicos responsáveis por ela. Em sua opinião, se forem focadas apenas algumas maçãs podres, como os banqueiros, se falhará no ponto central de ver que se trata de uma crise sistêmica. Em vários países do mundo, em especial os Estados Unidos, o Estado tem problemas de fundo que vão muito além do sistema financeiro. Assim, embora não consiga enxergar devidamente tais problemas de fundo, ele tem o mérito de haver deduzido que fazem parte de um todo sistêmico, o que aponta para situações nos países capitalistas centrais ainda mais críticas no futuro.

Ao assumir a presidência do Banco Central indiano, Rajan declarou que promoverá a abertura do sistema bancário do país, o qual, conforme afirma, permanece nas mãos do governo desde a independência do país, em 1947. Na verdade, a Índia possui 27 bancos públicos, 31 bancos privados nacionais e 38 estrangeiros.

Somente os públicos operam no interior e nas zonas rurais, realizando a movimentação das contas correntes e das poupanças e a arrecadação de taxas e impostos. Mas Rajan acredita que isso não é suficiente para estimular a concorrência financeira nas áreas rurais.

Pensa ser necessário permitir que os bancos privados e estrangeiros abram agências nessas áreas e ofereçam mais crédito para agricultores e pequenas empresas. E pretende reduzir os requisitos para que os bancos invistam em títulos do governo e liberem linhas a juros menores para o setor produtivo. Ao anunciar essas medidas, Rajan reconheceu os riscos de uma abertura do sistema bancário. Segundo ele, essas mudanças só se justificam pelo fato de a Índia estar se desenvolvendo. A ausência de mudanças nessa área poderia “representar um risco ainda maior”.

Num passe de mágica, a abertura limitada do sistema bancário indiano foi transformada em um fato consumado e crucial embora ainda não tenha passado pelo teste da prática, sendo considerada arriscada até mesmo por seu mentor. Apesar disso, Meirelles não vacilou em transformar magnetita em pérola negra quando afirma, sem nenhum esforço de argumentação comprobatória, que as “abrangentes reformas chinesas” preveem “a abertura de mercados e a retirada gradual do Estado de diversas atividades”. No popular, ele ouviu o galo cantar e são sabe onde.

As novas reformas chinesas são continuidade e aprofundamento daquelas em curso desde 1980. Elas reiteraram que, quando a China foca no crescimento do PIB, foca principalmente no crescimento do emprego. Cada percentual de expansão do PIB precisa corresponder ao incremento de pelo menos 1 milhão de postos de trabalho. Assim, com uma taxa entre 7% e 7,5%, o país pode criar de 8 milhões a 10 milhões de novos postos de trabalho a cada ano.

A China, portanto, não manterá mais o modelo de alto investimento e alto consumo de energia nem as vantagens competitivas de baixos custos. O mundo está avisado

de que o país avançará num modelo de crescimento médio de 7% ao ano, elevará o padrão de vida por meio do aumento dos salários, e conseqüentemente do aumento dos custos. Entre outras coisas, transformará radicalmente os povoados rurais e urbanos, com a construção de 36 milhões de moradias, nos próximos cinco anos, que reduzirá os gaps regionais e eliminará o sistema urbano dual. E criará as condições para um amplo desenvolvimento das micro e pequenas empresas, através do redirecionamento de recursos públicos e da redução e eliminação de impostos.

É com esse propósito que as agências do governo central cortam despesas administrativas, isentam de tributos empresas com baixo rendimento, implementam políticas proativas de emprego, reformam o sistema de investimento e reduzem o número de instituições governamentais através de sua transformação em empresas que elevem a capacidade produtiva. Esse conjunto de medidas exige a simplificação radical da governança e a descentralização do poder, de modo a agilizar a aprovação e a realização de negócios pelas empresas estatais e privadas.

Isso significa transformar as funções do Estado, tendo como objetivo incrementar a criação de novos empregos, facilitar o empreendedorismo, eliminar os procedimentos e inspeções que dificultam a abertura de negócios e estabelecer um mecanismo de emergência de segurança social. Ou seja, a redução do tamanho da administração do governo tem como meta a elevação do desenvolvimento econômico e social e do padrão de vida do povo, a prevenção e a redução das disputas sociais, a estabilidade social e a salvaguarda da segurança do Estado popular.

Em termos estratégicos, as reformas chinesas reafirmaram que ainda é cedo para tornar social a propriedade de todos os meios de produção, circulação e distribuição e descartar o papel do mercado. O Estado continua, portanto, com a função de orientar o mercado e corrigir seus desvios e sua tendência ao caos através das políticas macroeconômicas e da operação concorrencial das empresas estatais.



Em resumo, ao contrário do que propala Meirelles, países de estruturas políticas e econômicas tão diversas quanto Reino Unido, China e Índia não caminham na mesma direção. A redução do papel e do tamanho do Estado no Reino Unido nada tem a ver com a abertura financeira indiana e, muito menos, com as mudanças nas funções estatais na China.

A abertura maior ao setor privado no Reino Unido está totalmente voltada para salvaguardar o sistema financeiro centralizado, à custa do sistema produtivo e das pequenas e médias empresas. Na Índia e na China, essa abertura visa reforçar os pequenos empreendimentos e desenvolver as forças produtivas.

A busca de maior eficiência e produtividade no Reino Unido não passa de uma declaração de intenções. Na Índia, ainda demanda comprovação prática. Na China, vem sendo alcançada pela crescente oferta internacional de produtos de maior tecnologia e pelo aumento dos salários internos.

A concentração estatal na regulação de determinados mercados e na provisão de serviços essenciais, no Reino Unido, tem se resumido a facilitar a vida do sistema financeiro. Na Índia, continua alta em diversos setores, mesmo não estratégicos, tendo em conta o grau de pobreza lá existente, o que torna a regulação dos mercados e a provisão de serviços essenciais uma tarefa de difícil execução universal.

Na China, ocorre em setores estratégicos, mas através de várias empresas estatais que disputam o mercado entre si e também com empresas privadas. A regulação dos mercados combina maior abertura, impedimento da formação de monopólios estatais e privados e crescente observação à elevação do padrão de vida da população e de melhoria e conservação do meio ambiente. E a provisão de serviços essenciais tende para a universalização prática, tanto nas zonas urbanas quanto nas rurais.

Assim, em meio ao turbilhão diário de notícias, o improvável eixo Pequim-Nova Déli-Londres oferece grande lição de política econômica, conforme supõe

Meirelles, mas em sentido inverso ao que ele pensa e apresenta. A rigor, visando à situação brasileira, ele tenta vender gato por lebre, induzindo à adoção das políticas que praticou quando esteve à frente do Banco Central – o que, pela legislação que regula o Conar, poderia ser caracterizado como publicidade enganosa.

Título	<i>A Petrobrase a vergonha que nos ronda</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Governo Dilma. 2. Governo Lula. 3. Ildo Sauer. 4. Oposição. 5. Petrobras.
Número	124 ed. (Maio de 2014)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	04 de maio de 2014 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2014/05/04/a-petrobras-e-a-vergonha-que-nos-ronda/">https://teoriaedebate.org.br/2014/05/04/a-petrobras-e-a-vergonha-que-nos-ronda/</a>
Resumo: No texto de Pomar, ao tornar-se uma petrolífera de destaque, a Petrobras entra no centro da disputa geopolítica energética mundial. A defesa da empresa pelo PT visa mostrar que sua gestão pública estratégica é eficaz, resistindo à pressão pela privatização e destacando seu papel no desenvolvimento nacional.	

## A PETROBRÁS E A VERGONHA QUE NOS RONDA - (2014)

*Ao se transformar, nos últimos anos, numa petrolífera de primeira linha, a empresa colocou-se no centro da “feroz disputa geopolítica” energética mundial*

A CPI com suposta defesa da “principal empresa do país” tem como objetivo oculto demonstrar que a melhor forma de gerir uma empresa é transformá-la em propriedade privada. O PT não deve temê-la, deve mostrar que, ao contrário do que proclama a oposição demotucana, a Petrobras nunca esteve tão bem e sua estratégia a colocou entre as maiores do mundo. Isso é condição para defender a empresa e garantir a reeleição de Dilma.

Nos anos 1990, o governo demotucano e seus aliados no Congresso causaram uma brutal devastação no parque industrial privado brasileiro e entregaram, por preço de liquidação, empresas estatais para grandes corporações privadas nacionais e internacionais. A Petrobras estava sendo “preparada”, no “limite da irresponsabilidade”, para ser privatizada.

Naquela ocasião, a plataforma P-36 afundara, causando um prejuízo superior a US\$ 2 bilhões, sem que nenhum parlamentar demotucano se mexesse para promover

uma investigação a respeito. E a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), de valor superior a US\$ 2 bilhões, fora trocada por ativos da Repsol argentina, de valor inferior a US\$ 200 milhões. Os investimentos da estatal petrolífera brasileira estavam contingenciados a um teto de US\$ 5 bilhões anuais.

A derrota do PSDB e caterva nas eleições de 2002 salvou a Petrobras, os principais bancos públicos e as estatais de geração elétrica da devastação e da liquidação privatista promovida pelo demotucanato. Foram os governos capitaneados pelo PT que salvaram do desmanche esses instrumentos estatais fundamentais para a orientação da política econômica.

Ildo Sauer, que se tornou crítico contumaz do PT depois de perder o cargo de diretor na Petrobras, reconhece que a empresa valia, em 2003, US\$ 15 bilhões. No entanto, “com uma nova visão estratégica”, implantada de lá pra cá, passou a valer “mais de US\$ 250 bilhões”, no final de 2007. Ou seja, como “resultado dessa estratégia”, a estatal brasileira de petróleo priorizou “a pesquisa e exploração no país e no exterior”, promoveu “o uso do gás natural como substituto local do petróleo” e “o desenvolvimento de fontes renováveis” e descobriu “o pré-sal”. Ingressou, assim, numa “trajetória de valorização superior à das demais petrolíferas, no mesmo ambiente de preços”. A renda da Petrobras, “minúscula até 2005, aproximou-se dos US\$ 70 bilhões anuais”.

Os investimentos anuais da Petrobras dobraram em 2005, ultrapassando US\$ 10 bilhões. E, na atualidade, seus planos preveem um investimento médio anual de US\$ 45 bilhões até 2018, somando mais de US\$ 200 bilhões nos próximos cinco anos. Pode-se então perguntar: como uma cambada de tucanos e associados, que trabalhou com afinco, até 2002, para a privatização e o afundamento da Petrobras, se transformou, de uma hora para outra, em defensora da estatal? E por que esses demotucanos tomam essa suposta defesa como pretexto para instalar uma CPI que vire a empresa de cabeça para baixo?

Para Sauer, corretamente, as “disputas que envolvem a Petrobras” estão “vinculadas ao papel da apropriação social da natureza, particularmente da energia”. Recursos como o petróleo permitiram incrementar “a produtividade do trabalho” e “gerar excedente econômico”, passando a ocupar “espaço central nas relações geopolíticas e nos conflitos”. A “disputa pelo acesso e controle dos recursos” e “do excedente” constituiria o “foco” de guerras e conflitos como os ocorridos no Irã, Iraque, Líbia etc.

Para comprovar essa tese correta, Sauer afirma que “hoje os custos diretos de produção” de um barril de petróleo, isto é, “capital e trabalho, sem transferências, impostos, taxas, situam-se entre US\$ 1 (Arábia Saudita) e US\$ 15 (pré-sal no Brasil e xisto... nos Estados Unidos)”. Desse modo, os preços acima de US\$ 100 por barril permitiriam uma renda de US\$ 2,5 trilhões a US\$ 3 trilhões para as empresas petrolíferas, considerando-se “uma produção bruta mundial de US\$ 80 trilhões”.  
Continua

Nos anos 1990, o governo demotucano e seus aliados no Congresso causaram uma brutal devastação no parque industrial privado brasileiro e entregaram, por preço de liquidação, empresas estatais para grandes corporações privadas nacionais e internacionais. A Petrobras estava sendo “preparada”, no “limite da irresponsabilidade”, para ser privatizada.

Naquela ocasião, a plataforma P-36 afundara, causando um prejuízo superior a US\$ 2 bilhões, sem que nenhum parlamentar demotucano se mexesse para promover uma investigação a respeito. E a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), de valor superior a US\$ 2 bilhões, fora trocada por ativos da Repsol argentina, de valor inferior a US\$ 200 milhões. Os investimentos da estatal petrolífera brasileira estavam contingenciados a um teto de US\$ 5 bilhões anuais.

A derrota do PSDB e caterva nas eleições de 2002 salvou a Petrobras, os principais bancos públicos e as estatais de geração elétrica da devastação e da liquidação privatista promovida pelo demotucanato. Foram os governos capitaneados pelo PT

que salvaram do desmanche esses instrumentos estatais fundamentais para a orientação da política econômica.

Ildo Sauer, que se tornou crítico contumaz do PT depois de perder o cargo de diretor na Petrobras, reconhece que a empresa valia, em 2003, US\$ 15 bilhões. No entanto, “com uma nova visão estratégica”, implantada de lá pra cá, passou a valer “mais de US\$ 250 bilhões”, no final de 2007. Ou seja, como “resultado dessa estratégia”, a estatal brasileira de petróleo priorizou “a pesquisa e exploração no país e no exterior”, promoveu “o uso do gás natural como substituto local do petróleo” e “o desenvolvimento de fontes renováveis” e descobriu “o pré-sal”. Ingressou, assim, numa “trajetória de valorização superior à das demais petrolíferas, no mesmo ambiente de preços”. A renda da Petrobras, “minúscula até 2005, aproximou-se dos US\$ 70 bilhões anuais”.

Os investimentos anuais da Petrobras dobraram em 2005, ultrapassando US\$ 10 bilhões. E, na atualidade, seus planos preveem um investimento médio anual de US\$ 45 bilhões até 2018, somando mais de US\$ 200 bilhões nos próximos cinco anos. Pode-se então perguntar: como uma cambada de tucanos e associados, que trabalhou com afinco, até 2002, para a privatização e o afundamento da Petrobras, se transformou, de uma hora para outra, em defensora da estatal? E por que esses demotucanos tomam essa suposta defesa como pretexto para instalar uma CPI que vire a empresa de cabeça para baixo?

Para Sauer, corretamente, as “disputas que envolvem a Petrobras” estão “vinculadas ao papel da apropriação social da natureza, particularmente da energia”. Recursos como o petróleo permitiram incrementar “a produtividade do trabalho” e “gerar excedente econômico”, passando a ocupar “espaço central nas relações geopolíticas e nos conflitos”. A “disputa pelo acesso e controle dos recursos” e “do excedente” constituiria o “foco” de guerras e conflitos como os ocorridos no Irã, Iraque, Líbia etc.

Para comprovar essa tese correta, Sauer afirma que “hoje os custos diretos de produção” de um barril de petróleo, isto é, “capital e trabalho, sem transferências, impostos, taxas, situam-se entre US\$ 1 (Arábia Saudita) e US\$ 15 (pré-sal no Brasil e xisto... nos Estados Unidos)”. Desse modo, os preços acima de US\$ 100 por barril permitiriam uma renda de US\$ 2,5 trilhões a US\$ 3 trilhões para as empresas petrolíferas, considerando-se “uma produção bruta mundial de US\$ 80 trilhões”.

Essa seria a “raiz da feroz disputa geopolítica” que ocorre no mundo.

No entanto, a partir dessas premissas corretas Sauer extrai deduções pouco confiáveis. Para ele, a OCDE, formada “para promover a democracia e o livre mercado”, busca, junto com a China, difundir os “recursos não convencionais” e acelerar “novas fronteiras como pré-sal, Golfo do México e África”. Pretenderiam, assim, “promover uma oferta capaz de afetar a coesão da Opep e Rússia para manter o equilíbrio entre produção e demanda e, com isso, os preços elevados”.

Sauer parece ignorar que as grandes petroleiras norte-americanas e europeias, originárias de países da OCDE, não têm nenhum interesse, nem jamais tiveram, em “promover a democracia” e o “livre mercado”. São elas, e não a Rússia, que mantêm estreitas relações com alguns dos principais membros da Opep, como as realezas árabes do Golfo Pérsico. O que pretendem, na verdade, é retomar o estado de oligopólio do mercado, perdido em certa medida pelo surgimento da Opep e, principalmente, pela adoção de políticas energéticas nacionais comandadas por empresas estatais locais, como é o caso da Petrobras, no Brasil.

Desse modo, Sauer vincula corretamente as atuais “disputas que envolvem a Petrobras” à “feroz disputa geopolítica” energética mundial, apontando a possibilidade de a “renda petroleira” brasileira chegar a cifras “de US\$ 200 bilhões a US\$ 500 bilhões anuais”. Mas ele se perde em considerações que alimentam os movimentos da direita demotucana, justamente a ala política mais chegada às petroleiras norte-americanas e europeias. Sem apresentar dados concretos, afirma que tais cifras são desperdiçadas, “sem objetivo estratégico, em royalties,



participações, lucros e gastos correntes”. Para ele, a Petrobras, “mais que antes”, teria se tornado “objeto de interesse agudo da base política e econômica de sustentação do governo, dos acionistas e dos consumidores” – teoria que se encaixa perfeitamente nos argumentos do demotucanato para justificar a CPI.

Não contente com essa contribuição, Sauer acrescenta que avançam as “antigas práticas dos governos de coalizão, de conceder franquias a grupos políticos nomeando despachantes de interesse em estatais e órgãos públicos”. “Ocupando os cargos”, tais despachantes “privilegiam as empresas e empresários simpáticos aos partidos e políticos patrocinadores em detrimento dos legítimos interesses e obrigações, com abandono de projetos essenciais e implantação de outros inadequados”. Nessas condições, “a democracia, que prometia o resgate da dívida social, metamorfoseia-se com características de cleptocracia.

Acirra-se a disputa pelo butim. Os acionistas buscam a valorização das ações, os consumidores, especialmente os de insumos industriais e do transporte individual, querem preços mais baixos. O governo atropela a lei para controlar o índice inflacionário, impondo preços subsidiados”.

Sauer se furta de dizer que foi um desses “despachantes” nomeados para “ocupar cargos” na Petrobras. Que se saiba, enquanto esteve lá, jamais denunciou, como deveria, o privilégio dado a empresas em detrimento dos projetos essenciais nem pediu investigação a respeito dos comentários que circulavam no “mercado” sobre “processos e valores obscuros” relacionados com as diretorias de Abastecimento e de Engenharia da estatal. Também não há notícia alguma de que tenha se colocado contra a aquisição de Pasadena nem pressionado por investigações ou debates para “tratar de problemas de vulto muito maior, sumidouros de riqueza pública”, a exemplo dos “custos fora do padrão em Abreu e Lima, no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), no gasoduto Urucu-Manaus, SBM e assemelhadas”, e de negócios no mercado internacional.

Pasadena, quase certamente, é um bode colocado na sala para encobrir os verdadeiros objetivos da ofensiva contra a Petrobras. Afinal, essa compra fazia parte dos planos estratégicos de privatização da estatal do governo Fernando Henrique.

Seria um ótimo negócio para quem comprasse a empresa. Tornou-se um mau negócio pelas mudanças ocorridas no cenário internacional e, provavelmente, por erros de gestão ou negociatas de “despachantes” que já vinham atuando na estatal antes dos governos do PT.

Por outro lado, o demotucanato se alvoroçou justamente a partir do momento em que a nova gestão da Petrobras resolveu mudar as antigas práticas “de conceder franquias a grupos políticos nomeando despachantes”. Ao contrário do que afirma Sauer, o que avança na estatal é uma limpa de “despachantes” suspeitos, a exemplo do antigo diretor de Abastecimento. Avançam, também, os critérios de contratação de empresas, de modo a evitar superfaturamentos por meio de sucessivos “ajustes de contrato”. Os grandes grupos empresariais, embora continuem obtendo contratos na empresa, não estão contentes com as políticas que rebaixam suas taxas de retorno de investimentos (TIR).

Era a esses grandes grupos empresariais que servia o antigo diretor de Abastecimento, permitindo-lhes uma TIR que gerava gorjetas milionárias. Mas o demotucanato, e talvez Sauer, não parece interessado nessa descoberta da Polícia Federal durante sua Operação Lava Jato. Os corruptores, que regam suas campanhas eleitorais, aparecem claramente. Apesar disso, a CPI pretendida quer apenas caçar alguns poucos corruptos e desmoralizar a Petrobras e o PT. Sua suposta defesa da “principal empresa do país” tem como objetivo oculto demonstrar que a melhor forma de gerir uma empresa é transformá-la em propriedade privada.

Nessas condições, o PT não deveria temer a CPI nem ficar na defensiva. Tem condições de demonstrar que, ao contrário do que proclama a oposição

demotucana, a Petrobras nunca esteve tão bem e sua estratégia a colocou entre as maiores do mundo. Além disso, o PT não tem, nem pode ter, objetivos ocultos. Por um lado, pode se empenhar em colocar os corruptos no banco dos réus. Se forem filiados ao partido, devem ser expulsos antes que se desfilie. Por outro lado, também pode colocar à mostra os corruptores e exigir que a Justiça os condene como tais.

Talvez tenha chegado o momento de colocar no banco dos réus não apenas banqueiros pés de chinelo, como os da AP 470, mas alguns grandes magnatas que se consideram intocáveis. E certamente também vale a pena empenhar-se em esticar a corda dos corruptores até a Alstom, para ver até onde o demotucanato é capaz de sustentar seus corruptos.

Além disso, pode ser um bom momento para pôr em discussão pública aquilo que Fernando Siqueira, ex-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), chama de “estrangulamento político e financeiro a que tem sido submetida a Petrobras”. Segundo ele, esse “estrangulamento” levou a produção a cair (ao contrário do que informa a Petrobras), os acionistas a perder (o que é desmentido pelo lucro de 2013, superior em 11% ao de 2012) e o país a perder mais (sem informar o quê).

Para esse representante da ultraesquerda, o “estrangulamento” teve como “consequência o leilão do Campo de Libra, o maior do pré-sal e do mundo”. Tal leilão o teria entregue à “Shell/Total (40%) e a uma aliada chinesa (20%)”, constituindo “um crime de lesa-pátria”. Siqueira afirma ainda que “a grande mídia defendeu (o leilão) de forma torpe, inclusive manipulando contas”, algo difícil de ser comprovado. Toda a grande mídia e as grandes petroleiras norte-americanas apostaram no fracasso da operação e, depois, tiveram de degluti-la a contragosto.

Sauer, igualmente, considera “danoso” o leilão de Libra. E torce para que “as investigações e debates” elucidem os conflitos “para o povo se assenhorar do petróleo e da Petrobras”. Isso contribuiria “para construir” a autonomia e

“resgatar” os direitos do povo, “com o mínimo de democracia”. Ou seja, mais claramente que Siqueira, Sauer acredita que os demotucanos estão movidos pelas melhores intenções populares e democráticas e que “o país terá avançado” se conseguirem seu intento.

Siqueira e Sauer nem sequer se dão conta de que, ao visar a Petrobras, o tucanato e seus aliados, incluindo a grande mídia, pretendem modificar duas políticas essenciais para o desenvolvimento autônomo do país. Primeiro, o novo Marco Legal para o Petróleo, que estabeleceu o Regime de Partilha e garante à Petrobras, como operadora, 30% de participação nos consórcios de exploração. Com as novas descobertas no pré-sal e nos demais campos, o Brasil atingirá, em 2020, uma produção total de 4 milhões de barris por dia. Ou seja, duplicará o volume atual.

Mas isso só será possível se a Petrobras se associar a empresas estrangeiras que aportem o capital acumulado que o Brasil não possui. Só a extrema esquerda, que vive no mundo da lua, pensa que o BNDES possui dinheiro a rodo para investir em toda parte. Aquela opção de consórcios com empresas estrangeiras, seja por meio de leilões, seja por meio de acordos diretos promovidos pela Petrobras, pode não ser a melhor. É, porém, a que sobra a um país como o Brasil, que possui pouco capital interno acumulado mas quer e pode se tornar autossuficiente em petróleo.

Em segundo lugar, o tucanato e as corporações empresariais pretendem liquidar com a Política de Conteúdo Local, que busca produzir nacionalmente os insumos para a Petrobras, estratégica para o processo de industrialização do país como um todo.

Na verdade, as multinacionais estrangeiras temem que essa política seja adotada por todas as estatais. Isso pode levar à quebra de seu monopólio sobre a economia nacional. As empresas brasileiras não associadas podem ser reforçadas e levar a uma concorrência que liquide com o sistema oligopolista de altos preços administrados.

Assim, o que move o demotucanato não é a defesa da Petrobras. Ele quer aproveitar-se da descoberta da corrupção praticada pelo ex-diretor de Abastecimento, assim como das denúncias da ultraesquerda sobre o suposto “crime de lesa-pátria” no leilão do Campo de Libra. No curto prazo, pretende revogar os sistemas de partilha e conteúdo local e desviar o foco da investigação dos corruptores para os corruptos; no médio e longo prazo, demonstrar, pelo menos em teoria, que apenas empresas privadas são capazes de evitar corrupção e operações danosas.

Esses objetivos estão todos no contexto da “feroz disputa geopolítica” energética mundial. A Petrobras, ao se transformar, nos últimos anos, numa petrolífera de primeira linha, colocou-se no centro dessa disputa. É lógico que o demotucanato também pretende sair da defensiva por seu profundo envolvimento na corrupção histórica dos trens de São Paulo e, ao mesmo tempo, desgastar o governo Dilma, tendo em vista as eleições presidenciais.

Mas, se o PT não enxergar o conjunto dessas motivações, vacilar em cortar na própria carne quando for necessário e não sair da defensiva, não conseguirá defender a Petrobras como deve nem garantir a reeleição de Dilma. Será uma vergonha irreparável, ou uma piada amarga, deixar que o demotucanato apareça para a opinião pública como o contrário do que é e do que sempre foi – isto é, como defensor da Petrobras e de seu desenvolvimento.

Título	<i>Mudar para vencer, vencer para mudar</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Eleições. 2. PT.
Número	124 ed. (Maio de 2014)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	20 de maio de 2014 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2014/05/20/%ef%bb%bfmudar-para-vencer-vencer-para-mudar/">https://teoriaedebate.org.br/2014/05/20/%ef%bb%bfmudar-para-vencer-vencer-para-mudar/</a>
	Resumo: O PT precisa abraçar uma postura mais proativa e de mudanças para enfrentar a pressão da oposição e mobilizar o apoio popular, defendendo a bandeira das mudanças estruturais necessárias para o país. Caso contrário, corre o risco de sucumbir à ofensiva da direita e perder sua relevância política.

## MUDAR PARA VENCER, VENCER PARA MUDAR - (2014)

*A disputa eleitoral começou com a oposição ao PT e ao governo Dilma tentando provar que o governo está falido e o Brasil necessita de “mudança”*

Somente levantando com firmeza a bandeira das novas mudanças será possível mobilizar milhões. A continuar o defensivismo do PT, este corre o risco de sucumbir à atual ofensiva da direita na disputa presidencial e nos rumos da sociedade brasileira. Só lhe resta, portanto, mudar, retomando seu caráter mudancista. A única continuidade que deve defender é a das mudanças

Situação política previsível. A disputa eleitoral começou com a oposição ao PT e ao governo Dilma, a velha e a nova, pretendendo provar, com mistificações e generalidades, que o governo está falido e o Brasil necessita de “mudança”. “Mudança” se tornou o seu bordão. Por outro lado, um número considerável de petistas parece não entender que, para vencer esta disputa eleitoral, o partido está obrigado a brandir ainda com maior força justamente a bandeira das mudanças.

O PT não deve se amarrar às mudanças que realizou nem à continuidade do que vem fazendo. Tem de discutir, convencer, difundir, mobilizar, batalhar pelas novas mudanças que o Brasil necessita para se tornar um país desenvolvido no sentido

econômico, social, ambiental, cultural, científico e político. O mudancismo é a principal arma da campanha Dilma. Só apresentando as novas mudanças o partido pode forçar os adversários a desnudar o retrocesso e o conservadorismo que escondem sob o bordão de “mudança”.

A oposição acusa o PT e Dilma de descontrole inflacionário. E propala que reduzirá a inflação para menos de 4% ao ano. Diante disso, alguns se contentam em lembrar que, em 2002, o PSDB entregou o país com uma inflação de 14%. Ou a explicar que os preços dos alimentos e bens de consumo subiram porque os pobres, beneficiados pelas políticas de crescimento, elevação dos salários e transferências de renda, passaram a comprar mais e a pressionar a oferta. Isso é verdade, mas não mostra o que o partido e Dilma pretendem fazer para resolver a situação.

Afinal, nos últimos doze anos a produção pouco acompanhou o aumento da demanda. Os economistas tucanos e assemelhados chamam esse descompasso entre oferta e demanda de “inflação de demanda”. Para eles, a única forma de combatê-la consiste em reduzir a demanda. Mas tentam esconder que “redução de demanda” significa frear o crescimento econômico, promover o desemprego, arrochar os salários e diminuir os investimentos públicos. Ou seja, baixar a inflação à custa do sofrimento dos excluídos, dos trabalhadores e da classe média. O que, aliás, fizeram nos oito anos em que estiveram no governo de FHC.

É possível, porém, baixar a inflação através de mais investimentos públicos e privados e maior produção, principalmente de alimentos e de bens de consumo corrente. Maior oferta pode atender ao crescimento da demanda e fazer com que os preços caiam. Por isso, oportuna e corretamente, em seu pronunciamento no 1º de Maio Dilma afirmou que baixará a inflação mantendo crescimento, empregos, salários e investimentos em saúde, educação, saneamento, moradias e mobilidade urbana.

Para tanto, precisará mudar o desequilíbrio dos investimentos agrícolas. Aqueles destinados a assistência técnica, plantio, tratos do cultivo, colheita, industrialização



e comercialização dos produtores familiares, responsáveis por mais de 80% dos alimentos do país, terão de subir exponencialmente. Também é vital aumentar o número de produtores – isto é, realizar uma reforma agrária que aproveite as terras da União e as usadas como reserva de valor para assentar rapidamente os sem-terra existentes no país.

Essas mudanças, estritamente democrático-capitalistas, vão se chocar com o agronegócio, porque o impedirão de expandir suas áreas à custa das florestas e das terras produtoras de alimentos para o mercado doméstico. E a reação do grande capital agrário só pode ser vencida com ação firme do governo e mobilização social, principalmente dos trabalhadores e da classe média urbana e rural.

Mudanças idênticas precisam elevar a produção dos bens industriais. As pequenas e médias empresas do setor precisam elevar sua produtividade para competir com as corporações nacionais e estrangeiras que dominam a economia, e impõem ao mercado preços de monopólio. O monopólio cria um paradoxo: a maior procura por bens industriais ocorre simultaneamente à desindustrialização. E para transformar tal desindustrialização em reindustrialização será necessário fortalecer o papel de antigas e novas empresas estatais, modificar radicalmente os procedimentos dos investimentos externos e adotar medidas mais duras contra os monopólios, oligopólios e cartéis.

As estatais têm de atuar na criação e no fortalecimento de pequenas e médias empresas industriais nacionais para completar as lacunas das cadeias produtivas, combinado com ações que impeçam investimentos externos de curto prazo e, ao mesmo tempo, incentivem condicionalmente os investimentos externos diretos em infraestrutura e na produção industrial. Tais investimentos devem aportar altas e novas tecnologias à indústria nacional e se dirigirem a setores estratégicos, o que exige planejamento estatal mais específico.

Além disso, a legislação e a atuação contra os monopólios, oligopólios e cartéis precisam ser atualizadas e intensificadas. Sem isso, o país continuará sofrendo

forte entrave a seu desenvolvimento científico e tecnológico e ao aumento da concorrência, teorizada mas não praticada pelo capitalismo brasileiro. Portanto, para reindustrializar-se o Brasil precisa aumentar a participação do Estado e de seus instrumentos econômicos para orientar os capitais nativos e externos de acordo com os interesses nacionais e reduzir o caos do mercado.

Mudanças sérias são demandadas também na saúde e na educação. A grande mídia difunde cotidianamente o “caos” nesses setores. Não diz que tal “caos” resulta da alta rentabilidade da iniciativa privada em ambas as áreas por serem financiadas, em grande parte, por recursos públicos. Em sentido contrário, a saúde e a educação públicas foram reduzidas a uma dimensão impossível de atender à imensa maioria da população, que não tem condições de pagar por esses serviços.

O “caos” atualmente presente só pode ser superado se o Estado mudar por completo sua forma de enfrentar o problema. Isto é, se parar de financiar o setor privado e voltar a investir pesadamente no público, a exemplo da experiência do Mais Médicos. Portanto, não basta dizer que esse caos foi herdado. É preciso tomar medidas efetivas para fazer o setor público reassumir seu papel e começar desde logo tal implementação, inclusive dando um basta à crescente desnacionalização desses setores.

O PT e o governo Dilma também são acusados de haver se tornado uma petralha. Isto é, um bando de corruptos que assalta o erário. Com isso, criou-se uma situação bizarra. Os governos Lula e Dilma colocaram a Polícia Federal para investigar crimes de colarinho branco, inclusive de corrupção, envolvendo corruptores e corruptos. E, em nenhum momento, orientaram a PF para tirar da linha de tiro das investigações membros do PT e de partidos aliados.

Diante da descoberta de petistas arrolados em negócios escusos, alguns militantes pensam defender o partido com uma explicação simplista: uma família não pode ser condenada por causa de parentes que se desvirtuaram. Isso até pode ser verdade. Do ponto de vista da disputa política, porém, esse argumento tem pouca

eficácia. Ele deixa de lado o fato de o PT, apesar das concessões e conciliações que tenha feito ou venha a fazer, ser visto pela burguesia e seus representantes como um acidente ou incidente de percurso, que deve ser eliminado.

Para a burguesia e parte considerável da pequena-burguesia, o PT é o inimigo estratégico a ser destruído. Quem melhor expressou essa visão foi Marina Silva, exigindo extirpar o tumor do “chavismo petista” da vida brasileira. Em termos práticos, o partido, assim como qualquer governo que dirija, está colocado frente a um dilema. De um lado, se tornar “igual aos demais”, mudando sua natureza. Isto é, como fizeram os social-democratas europeus, rebaixando seu horizonte ao democratismo liberal e ao social desenvolvimentismo e abandonando qualquer pretensão de superar o capitalismo.

De outro lado, conservar sua natureza socialista, mesmo mitigada. Nesse caso, terá de suportar as desditas de ser “diferente de todos os demais”, o que manterá o partido da mídia e os demais inimigos do PT, mesmo em aliança momentânea com ele, tentando aproveitar-se de qualquer deslize, por menor que seja. Não apenas para enfraquecê-lo, mas principalmente para destruí-lo. Nesse contexto, as descobertas de corrupção, ao invés de creditadas à ação moralizante do governo dirigido pelo PT, serão sempre debitadas à ação da chamada petralha.

A recente ação do Supremo Tribunal do país, agindo como tribunal de exceção, sem nenhum pudor em atropelar a lei, apenas comprovou a utilização dos aparatos de poder nas mãos de representantes da burguesia para tentar alcançar o objetivo estratégico de desmontagem do PT. Nada muito diferente da ação atualmente voltada contra a Petrobras, a pretexto de “salvá-la”.

Isto é, um “salvamento” esquisito, tentado no momento em que a estatal está prestes a superar seus índices históricos de produção e dar uma contribuição decisiva para resolver os problemas na saúde e na educação. E no momento em que as regras lhe proporcionam mais condições para apoiar a reindustrialização do país, pois permitem à Petrobras ser operadora das áreas do pré-sal e exigem maior

conteúdo nacional nos equipamentos. Ou seja, a velha e a nova oposição querem embarçar a Petrobras justamente no momento em ela mais avançou e desagradou as petroleiras, em especial norte-americanas, que ficaram fora da exploração de Libra por apostar no fracasso do leilão.

Portanto, a velha e a nova oposição pretendem aproveitar a operação da Polícia Federal para inverter seu sentido. Em vez de trazer à luz as ações corruptoras de empreiteiras, e corruptas de um ex-diretor meliante, pretendem que se descubram as hipotéticas ações do PT e de Dilma para “destruir” a estatal. De criminosos que pelejaram por privatizar todas as estatais, pretendem se passar por seus defensores.

Diante dessa ofensiva, que tem no partido da mídia seu principal megafone, não basta ao PT falar do festival nebuloso de privatizações do demotucanato. Não basta denunciar que os adversários querem revogar o marco regulatório de compartilhamento na exploração do pré-sal e a política de conteúdo nacional. Nem basta pôr a nu os malfeitos de corruptores e corruptos de casos que correm na Justiça há anos, como os do senador Azeredo e do PSDB de Minas e dos trens do PSDB paulista.

Tudo isso deve ser feito. Mas, para passar à ofensiva, o PT precisa ir além. Tem de mudar os procedimentos em relação aos próprios membros. Precisa demonstrar à opinião pública que está decidido a ser incisivo com os seus. Por um lado, defender militantes quando há a certeza de que são vítimas de acusações infundadas, como é o caso de Guilherme Estrella, ex-diretor de exploração e produção da Petrobras. Por outro, suspender e investigar dirigentes e militantes envolvidos em ações duvidosas, inclusive de omissão. E, finalmente, condenar e expelir aqueles cuja transgressão dos princípios éticos do partido seja comprovada, como parece ser o caso recente de André Vargas.

A falta de firmeza nesses procedimentos parece haver criado um clima de desconfiança nos próprios petistas. Com exceção dos abnegados, a militância não

tem mais a garra de vestir a camiseta vermelha do PT e sair à rua com ela. E, para grande parte da opinião pública, o partido já se tornou igual aos demais. Mesmo porque ele e o governo respondem mal às acusações sobre sua responsabilidade no aumento da violência urbana e do caos nos transportes e no saneamento básico. Incrivelmente, até deixaram que se disseminasse a ideia de que as obras da Copa e da Olimpíada foram apenas investimentos caros, sem benefício algum à população.

Os dirigentes e militantes petistas pouco fizeram também para enfrentar as resistências e levar avante a proposta de Assembleia Constituinte para a reforma política. Parecem ignorar que as mudanças não realizadas em doze anos de governo se devem ao fato de a atual ordem institucional ser uma barreira a elas. E parecem não ter aprendido que a conciliação sempre funcionou como freio ao avanço do país e como pretexto para manter a hegemonia das classes patrimonialmente dominantes.

Além disso, a militância petista parece ausente das lutas de classe que se avolumam e põem à mostra o retorno do peleguismo sindical. A ausência do PT nessas lutas deixa que algumas delas se misturem a atos de vandalismo e se choquem com os interesses de grandes massas da população. E permite a ação operativa da direita no sentido de concretizar a previsão do general Paulo Chagas: “Grandes tumultos, demonstrações de força, quebra-quebras, greves ilegais e tudo o mais que compõe o repertório destrutivo da esquerda radical”, caso as pesquisas indiquem uma possível derrota de Dilma na reeleição. A direita reacionária parece pretender repetir o Chile de 1974.

É verdade que ainda não existe uma correlação de forças políticas que permita subverter totalmente aquela hegemonia e que o uso da polícia para evitar os quebra-quebras promove o inverso. Mas isso não justifica a defensiva do PT nem a falta de esforço para uma mobilização social mais intensa e organizada. Mesmo porque, para impedir provocações e ter sucesso na pressão pelas mudanças estruturais no sistema político, o único antídoto conhecido é a luta organizada de milhões. Só essa luta e sua organização podem impor as mudanças que coíbam a

participação do poder econômico nas eleições, modifiquem a distorcida representação proporcional no Parlamento e aumentem a participação popular no controle social do governo, do Legislativo e do Judiciário.

Por outro lado, só levantando com firmeza a bandeira das novas mudanças será possível mobilizar milhões, como no final dos anos 1970 e nos anos 1980. A continuar a ausência e o defensivismo do PT, este corre o risco de sucumbir à atual ofensiva da direita na disputa presidencial e nos rumos da sociedade brasileira. Só lhe resta, portanto, mudar, retomando seu caráter mudancista. A única continuidade que deve defender é a das mudanças. Sabendo desde logo que, se vencer, só pode seguir adiante lutando para introduzir as mudanças que o povo brasileiro necessita e reclama.

Título	<i>Uma nova política econômica?</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Investimento. 2. Política Econômica.
Número	125 ed. (Junho de 2014)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	02 de junho de 2014 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2014/06/02/%ef%bb%bfuma-nova-politica-economica/">https://teoriaedebate.org.br/2014/06/02/%ef%bb%bfuma-nova-politica-economica/</a>
	Resumo: O texto critica Amir Khair e o Financial Times por desconsiderarem os desafios do capitalismo brasileiro, atribuindo-os apenas a falhas do governo Dilma. Enquanto Khair propõe uma nova política econômica sem detalhes claros, outros como Maria da Conceição Tavares e Delfim Netto destacam a necessidade de abordagens mais específicas para enfrentar os problemas econômicos do país, como a taxa de remessas de lucros e o estímulo à produção de alimentos e bens de consumo.

## UMA NOVA POLÍTICA ECONÔMICA? - (2014)

*Amir Khair e Financial Times desdenham a realidade do capitalismo brasileiro ao transformar dificuldades do governo em fracasso*

*Para o economista, o governo Dilma teria causado danos irreparáveis à Petrobras e à Eletrobrás por cometer “populismo tarifário” nos combustíveis e nas tarifas elétricas. Ele desconsidera que os investimentos nessas estatais foram retomados apenas no governo Lula e enfrentam entraves neoliberais*

Em [artigo publicado em 18/5/2014](#), Amir Khair reuniu os principais bordões do ataque opositor ao PT e à presidenta Dilma: a condução da política econômica fracassou; houve piora geral dos fundamentos macroeconômicos, com rombos fiscais e externos; e a credibilidade do país despencou. Suas opiniões coincidem com as do *Financial Times*. Para esse representante do grande capital internacional, o Brasil não “entregou” o que dele se esperava. Precisa, pois, de um “choque de credibilidade”. E, “se Dilma Rousseff não o fizer, a eleição (...) de outubro fará”. Mesmo porque as preocupações generalizadas estão “começando a empurrar o debate para uma direção amigável ao mercado (...) uma coisa boa”.

Maria da Conceição Tavares, porém, ao contrário de Khair e do *Financial Times*, garante que não há desequilíbrio fiscal. Considera exagerado o superávit primário



de 1,9%. E sugere que o problema maior é o balanço de pagamentos, porque a desvalorização do dólar está sendo definida pelos americanos, à custa das demais moedas. Algo que Khair e o *Financial Times* parecem “desconhecer”, ao culpar apenas o Banco Central.

Ambos desdenham a realidade do capitalismo brasileiro e transformam as dificuldades e erros do governo Dilma em fracasso, incompetência e ações danosas. Khair chega a apelar para a intervenção do Tribunal de Contas da União. Para ele, o governo Dilma teria causado danos irreparáveis às duas principais estatais do país, em virtude do “populismo tarifário” nos preços dos combustíveis e nas tarifas elétricas e da incompetência que frustrou o papel estratégico que ambas deveriam exercer.

Desconsidera que a Petrobras é uma das poucas petroleiras do mundo que descobriu grandes reservas nos últimos dez anos. Não sabe que desde 1980 não se construíam novas refinarias no Brasil – o que só foi retomado a partir do governo Lula, para permitir à estatal atender ao aumento da demanda de derivados resultante do crescimento econômico pós-2003. Ignora que levantar refinarias, como as em construção, exige vários anos de projetos e obras. Não sabe que estão em funcionamento nove FPSOs (unidades flutuantes de produção, armazenamento e exportação de óleo e gás), produzindo 150 mil barris diários cada uma, e que a Petrobras contribuiu decisivamente para o soerguimento da indústria naval no Brasil.

Khair também nada diz sobre o Programa Brasil 2014, elaborado pela Eletrobrás nos anos 1980, para a construção de quinze hidrelétricas. Esse programa só foi desengavetado após 2003, enfrentando ainda hoje os restos dos entraves legais do período neoliberal. A rigor, a legislação impede a estatal de se tornar uma empresa realmente estratégica para o desenvolvimento industrial do país. O “populismo tarifário”, embora seja um erro, é pontual e muito mais fácil de consertar do que a devastadora herança neoliberal.

Mas o que importa a Khair é evidenciar os “fracassos”. Ao “fracasso da política econômica” ele agrega o “fracasso na redução da taxa Selic” por falta de vontade. Tânia Bacelar, ao contrário, afirma que Dilma se equivocou ao reduzir a taxa de juros numa situação internacional adversa e sem mobilizar os apoios políticos e sociais necessários. Conceição Tavares também não se furta a criticar as “metas contraditórias” do Banco Central, que eleva os juros para combater a inflação. Mas, para ela, a alta nos juros visa atrair capitais, porque os investimentos estrangeiros não estão crescendo e, dos que entram, metade se destina à dívida pública.

### **Ausência de tributação**

O que agrava a balança de pagamentos, porém, é a ausência de tributação sobre remessas de lucros. Portanto, a elevação dos juros se destina a tapar a brecha nas transações correntes, um problema que vem de longe e para o qual não bastam competência e credibilidade. É necessário mexer com a estrutura monopolizada da economia brasileira, algo que Khair nem sequer considera. Como desconsidera que o caos urbano não é apenas fruto dos subsídios a combustíveis e carros. Como Ermínia Maricato talvez já esteja cansada de apontar, tal caos resulta da associação estreita entre a propriedade privada do solo urbano, a construção imobiliária e os monopólios automobilísticos. Em outras palavras, decorre de uma associação de oligopólios que retalham e utilizam o solo urbano a seu bel-prazer, sem levar em conta os interesses de suas populações.

Outro dos “fracassos” destacados por Khair é a queda dos investimentos, também supostamente resultante de incompetência. No entanto, Delfim Netto dá outra explicação para o problema. Ele diz que as contas nacionais dos últimos anos revelaram taxas de investimento próximas de 20% do PIB, em 2010 e 2011, reduzidas em 2013 para 18%. Chama atenção para o fato de o déficit em conta corrente ter aumentado de 2,5% do PIB, em 2011, para 3,6% em 2013, enquanto a taxa de poupança doméstica caiu de 17% para 14%. Sugere, então, que o aumento daquilo que Khair chama de “potencial de consumo” foi financiado pela poupança externa.

Para Delfim, a maior parte do que chama “queda da poupança interna” não teria resultado da redução da poupança familiar, mas da redução do “importante fluxo dos lucros retidos, fundamental para financiar os investimentos”. Ou seja, ao contrário da “fracassomania” generalizada de Khair, Delfim chama de “revolução” o fato de a renda domiciliar per capita dos 20% mais pobres haver aumentado 86%, entre 2002 e 2012.

Mais sagaz do que Khair, Delfim reconhece que aquele aumento de renda dos mais pobres, com redução da desigualdade, só foi possível num cenário de crescimento econômico. E, também mais sofisticadamente que Khair, sustenta que tal redução da desigualdade está atropelando o crescimento, ao diminuir “o fluxo dos lucros retidos”. Isto é, como a média da renda domiciliar per capita dos 20% mais pobres, medida em reais de 2012, subiu de R\$ 118,26 para R\$ 220,42, ou R\$ 102,16, o crescimento do capitalismo brasileiro empacou. Assim, ao contrário de Khair, para quem houve uma “redução insuficiente das desigualdades econômicas e sociais”, Delfim diz que a redução da desigualdade chegou ao limite da capacidade do capitalismo brasileiro.

De qualquer modo, Khair se considera em condições de propor uma nova política econômica, capaz de superar o “fracasso” do governo Dilma. Em primeiro lugar sugere “um plano estratégico de dez a vinte anos”. Ou seja, diz tudo e não diz nada. Um plano desse tipo pode comportar várias estratégias, mesmo estritamente capitalistas. Pode comportar uma estratégia neoliberal, avessa ao desenvolvimento. Pode comportar planos de desenvolvimento como os realizados durante os governos Vargas e JK e os governos militares, nos quais o desenvolvimento econômico foi acompanhado de intensa desigualdade social. Ou pode comportar um desenvolvimento acompanhado de certa redistribuição de renda, como nos governos Lula e Dilma. Ou, ainda, um desenvolvimento de reformas democratizantes no capital e de redistribuição de renda mais intensa do que os R\$ 102,16 conquistados pelos 20% mais pobres entre 2002 e 2012, como se espera que seja o plano de Dilma no segundo mandato.

Mas Khair não se importa com tais detalhes e segue em frente. Propõe aproveitar o “potencial interno de consumo” com políticas firmes de renda e redução dos juros, de modo a ter um mercado interno forte e lançar-se no mercado internacional. Mas tanto Delfim quanto Conceição Tavares afirmam que a renda não está caindo. O país continua forte em emprego, salário e renda. O que Delfim reclama é do “fluxo dos lucros retidos”, por causa do aumento da renda dos mais pobres, enquanto Conceição Tavares sugere taxar as remessas de lucros para fechar as brechas nas transações correntes e reduzir os juros.

Portanto, Khair parece não saber do que está falando. Mesmo assim propõe “diversificar o parque industrial” para relançar a economia com “verdadeira inclusão social”. Na verdade, ignora que o “parque industrial” brasileiro, como já disse Luiz Gonzaga Belluzzo, foi “devastado” pelas políticas neoliberais. O problema, portanto, não é de diversificação. Na pior das hipóteses, como diz Conceição Tavares, é preciso “remendar” as cadeias produtivas industriais. E isso, nas atuais condições brasileiras, só pode ser feito através de, pelo menos, três novas políticas: taxa de câmbio administrada em favor da competitividade da indústria, ou do rebaixamento de seus custos e preços; obras de infraestrutura intensificadas pelo Estado, com prioridade para mobilidade urbana, saneamento, saúde, educação, transportes e telecomunicações; mudança radical na forma pela qual o país atrai capitais externos, proibindo capitais de curto prazo e impondo condicionalidades aos investimentos produtivos.

Apesar disso, Khair acha fácil crescer no mínimo 5% ao ano. Segundo ele, isso é possível cuidando secundariamente da meta inflacionária, “o contrário do que fizeram FHC e Dilma”. Ou seja, basta o livre-arbítrio. Para Delfim, no entanto, sem tratar do “fluxo dos lucros retidos”, que alguns empresários chamam de taxa interna de rentabilidade ou retorno (TIR) e outros de taxa de lucratividade, não haverá investimentos. E, sem investimentos, ou com investimentos direcionados para rendas de curto prazo, não haverá crescimento, ou haverá crescimento píffio.

Todos concordam que o Brasil precisa crescer no mínimo 5% ao ano. Mas decretar isso sem especificar as políticas que o tornarão possível é mais uma daquelas propostas ou ações que a mestra Conceição Tavares chama apropriadamente de “patetada”. Aliás, o mesmo termo pode qualificar as propostas de “baixar a taxa Selic ao nível da inflação, para estimular o investimento produtivo” e “usar a inflação como antídoto contra a inflação, reequilibrando preços que subiram e produziram redução do consumo”.

Conceição Tavares opina, com toda razão, que a inflação está em alta por causa dos bens de consumo, como os alimentos. Portanto, não é uma inflação de demanda. E, ao que se saiba, ainda não ocorreu uma redução do consumo, embora alguns façam cálculos econométricos dos bilhões de reais que os trabalhadores da classe C perderão com a inflação, mesmo que esta fique dentro da meta. Na prática, para reequilibrar preços é necessário aumentar a oferta através do aumento da produção, tanto de alimentos quanto de bens de consumo corrente, ou não duráveis.

Propor uma política forte de “abastecimento por estoques reguladores”, “estímulo à aproximação entre produtores e consumidores” e “redução dos atravessadores”, sem tratar, antes e concomitantemente, do aumento da produção de alimentos e não duráveis, não passa de outra generalidade – que numa campanha eleitoral pode ter algum efeito sobre desavisados, mas não pode ser aceita como coisa séria. Para ser franco, torci para que o título do artigo de Khair, “Por uma nova política econômica”, representasse uma montanha de propostas consistentes para as novas mudanças que o Brasil necessita. A montanha, porém, apenas pariu um rato esquálido. É uma pena, desesperançada.

Título	<i>A crise que gostaríamos de viver</i> (IN: Teoria e Debate).
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Brasil. 2. China. 3. Desenvolvimento.
Número	126 ed. (Julho de 2014)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	02 de julho de 2014 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2014/07/03/%ef%bb%bf-a-crise-que-gostaríamos-de-viver/">https://teoriaedebate.org.br/2014/07/03/%ef%bb%bf-a-crise-que-gostaríamos-de-viver/</a>
Resumo:	Em uma discussão sobre as visões alarmistas sobre a China, Pomar elucida que apesar de seu crescimento anual em torno de 7%, há um sucesso das políticas de redução do ritmo de crescimento para evitar inflação. Destaca também o papel da China como maior economia do mundo em termos de paridade de poder de compra, enquanto aponta desafios e oportunidades nas relações comerciais com o Brasil.

## A CRISE QUE GOSTARÍAMOS DE VIVER - (2014)

*Mesmo baixando seu crescimento a 7,0% ao ano, a China continua mantendo a posição da economia que mais cresce no mundo*

*Visões apocalípticas são recorrentes desde que a China iniciou as reformas de seu socialismo, em 1978. Também não é novidade o esforço do país para reduzir seu ritmo de crescimento a um patamar próximo de 7% ao ano. Se mantidos em dois dígitos, esse índice pressiona exageradamente a produção e a importação de matérias-primas e os meios de transporte, resultando em tensões inflacionárias indesejáveis. Tais esforços finalmente estão tendo sucesso*

Não são poucos os analistas ocidentais que afirmam ter certeza que a China está próxima de uma crise sem precedentes. Baseiam-se no fato de que o ritmo de crescimento da economia do país baixou para 7,5%, em 2013, e tende para o índice de 7,2% em 2014. Além disso, não acreditam que seu mercado interno seja capaz sequer de sustentar o consumo do ritmo acima. Ainda segundo eles, o consumo na China representa apenas 36% do PIB, cerca da metade do registrado nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Isso refletiria um baixo rendimento familiar. Em tais condições, a crise recessiva chinesa seria questão de meses.

Visões apocalípticas, assim como o ceticismo sobre os planos chineses de desenvolvimento, têm sido recorrentes desde que a China iniciou as reformas de

seu socialismo, em 1978. Por outro lado, não é novidade o esforço do país, desde o final dos anos 1990, para reduzir seu ritmo de crescimento a um patamar próximo de 7% ao ano. Ritmos de crescimento de dois dígitos pressionavam exageradamente a produção e a importação de matérias-primas e os meios de transporte, resultando em tensões inflacionárias indesejáveis. Tais esforços, por mais de dez anos, finalmente estão tendo sucesso, parcialmente em virtude da crise mundial que atingiu as grandes economias capitalistas.

Apesar disso, mesmo baixando seu crescimento, a China continua mantendo a posição da economia que mais cresce no mundo. Paradoxalmente, confronta-se tanto com as previsões de uma crise recessiva profunda quanto com a possibilidade de ultrapassar a economia norte-americana, pela paridade de poder de compra (PPP), antes do que se supunha. A metodologia de PPP foi instituída pelo FMI, em 2005, para entender como a China podia crescer a altas taxas anuais apesar dos salários relativamente baixos em termos internacionais. Através do Programa Internacional de Comparação, o corpo técnico do FMI finalmente entendeu a diferença entre salários nominais e salários reais.

Pela PPP, entre 2005 e 2011, a economia chinesa passou de 43% para 87% da norte-americana. Esse salto na participação da economia mundial, tendo como parâmetro a dos EUA, a maior do mundo, não foi apenas da China. Tendo por base a mesma metodologia de medição do PIB pela PPP, desde 2011 ocorreu uma transformação radical no cenário internacional, com o aumento do peso relativo dos países emergentes. A Índia quase duplicou seu PIB como proporção do norte-americano nesse período, para 37,1%, o que a colocou à frente do Japão, cuja economia representava 28,2% da dos EUA. O Brasil cresceu cerca de um terço, de 12,8% para 18,1%, tornando-se a sétima economia mundial, à frente da francesa e da inglesa.

Levando em conta esse processo, nas projeções do Banco Mundial e do FMI o PIB chinês, pela PPP, alcançaria US\$ 22,4 trilhões em 2019, superando o dos EUA em US\$ 300 bilhões. No entanto, o crescimento da economia norte-americana



apresenta índices inferiores a 3% ao ano, apontando a possibilidade de a China se tornar a maior economia do mundo, em termos de PPP, em 2014, se mantiver o ritmo de 7% a 7,5%. Para os EUA, a mudança representará a perda da liderança detida desde 1872.

Apesar disso, as autoridades chinesas têm alertado que o índice de PPP é apenas um dos diversos indicadores econômicos e que a China continua sendo um país em desenvolvimento. Elas reiteram que nos outros indicadores, como o PIB nominal (paridade entre moedas), a economia chinesa permanece sendo metade da norte-americana, talvez só a superando por volta de 2030. Em termos de PIB per capita, o país ainda está longe de alcançar os mais avançados, mesmo quando medido em PPP. A renda per capita chinesa alcançou US\$ 10 mil, um quinto dos US\$ 50 mil dos norte-americanos e um pouco abaixo dos US\$ 13,46 mil do PIB per capita do Brasil.

A China também não completou ainda seu processo de transição de uma economia baseada principalmente nas exportações para uma economia baseada principalmente no mercado interno. O consumo no país representa metade do consumo nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Embora alguns analistas ocidentais considerem que tal nível baixo reflete um baixo rendimento familiar, os analistas chineses acusam sobretudo a elevada taxa de poupança doméstica como responsável pela baixa participação do consumo em seu PIB.

A elevação no rendimento familiar chinês tem ocorrido através dos aumentos salariais e do contínuo deslocamento de trabalhadores agrícolas para empregos nas cidades, com rendas salariais maiores. Em 2013, pela primeira vez na história do país, a população urbana ultrapassou a rural na participação no total da população chinesa. O ritmo de crescimento de 7% também está articulado à geração de cerca de 10 milhões de postos de trabalho por ano, de modo a garantir o contínuo aumento da massa salarial e, portanto, do poder de compra. Assim, o problema da redução da taxa de poupança das famílias chinesas tende a se tornar um dos pontos-chave da expansão do mercado interno.

Por outro lado, as obras de infraestrutura estão urbanizando as áreas rurais e estimulando o mercado interno de emprego e consumo. Elas incluem a interligação do país através de sistemas modernos de energia e transportes, a implantação de serviços públicos, principalmente de educação e saúde, e programas de proteção e recuperação ambiental. Paralelamente, o programa de inovação científica e tecnológica pretende transformar o sistema industrial chinês do *made in China* em *made by China*. Em outras palavras, a China procura manter um ritmo de expansão que lhe permita realizar taxas crescentes de emprego, elevar a renda, fortalecer o mercado interno e dar um salto tecnológico.

Não é por acaso que a taxa de importações da China mantém um crescimento anual de 7%. A tendência é que aumente sua demanda por alimentos e diversos outros produtos industriais, minerais e agrícolas. Em 2013, as importações do país se elevaram a 10,8% das importações mundiais. Em sentido inverso, as empresas chinesas devem continuar seu processo de exportação de capitais e produtos, à medida que se amplie a acumulação interna, se elevem os salários do mercado interno de trabalho e forem sendo reduzidas as taxas médias de lucro. Ao mesmo tempo em que sua participação nas importações mundiais deverá continuar subindo, a China deve manter a posição de maior exportador entre todos os países. Apesar da crise mundial, suas vendas cresceram 8% em 2013, com participação de 11,8% nas exportações globais.

No comércio com o Brasil, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a China totalizou US\$ 83,3 bilhões em 2013, um aumento de 10% em relação a 2012. As exportações brasileiras somaram US\$ 46 bilhões, um acréscimo de 12%, enquanto as importações alcançaram US\$ 37,3 bilhões, 9% a mais que em 2012, com um saldo US\$ 8,7 bilhões a favor do Brasil. Esses resultados representaram um crescimento de 8% em relação ao pico de 2011 no comércio entre os dois países, que foi de US\$ 77,1 bilhões.

Em 2013, a expansão das exportações brasileiras deveu-se principalmente às vendas de soja, que aumentaram cerca de 40%, em volume e valor, em comparação

com 2012. As vendas desse grão ultrapassaram as de minério de ferro e de óleos brutos de petróleo. As três juntas representaram 81% de todas as exportações do Brasil para a China. Paralelamente, cresceram as exportações brasileiras de celulose (27,1%), açúcares (62,7%) e couros e peles (26,3%), enquanto caíram as de aeronaves (64,8%), carne de frango e óleo de soja. Portanto, há uma séria lacuna nas exportações de manufaturados para a China, relacionada com a baixa competitividade da indústria brasileira.

Em 2013, as importações brasileiras oriundas da China concentraram-se em máquinas e aparelhos elétricos e mecânicos, correspondendo a 50,9% do total. As compras de máquinas e aparelhos elétricos cresceram 10,8%, enquanto as de máquinas e aparelhos mecânicos subiram 13,7%. Também registraram aumento as importações de produtos químicos orgânicos (21,6%), veículos automóveis e tratores (11,9%). Aqui falta uma avaliação mais precisa sobre a importação de bens de capital capazes de contribuir decisivamente para a reindustrialização brasileira e para a melhoria da competitividade de seus produtos industriais.

Em relação à entrada dos investimentos chineses no Brasil, não há uma situação extraordinária. Esses investimentos ainda estão defasados em relação aos realizados na Ásia, África, América do Norte, Europa e no resto da América do Sul. Estão longe de corresponder ao potencial investidor chinês e não tiveram um impacto macroeconômico correspondente na industrialização brasileira. Apesar da associação de duas petroleiras chinesas com a Petrobras para a exploração e produção do campo de Libra, a maior parte dos investimentos chineses esteve relacionada à troca de controle entre empresas estrangeiras. Exemplos disso foram a compra da Repsol Brasil pela Sinopec, de 40% de um campo de petróleo da norueguesa Statoil pela Sinochem e de sete concessionárias de energia da espanhola Abengoa pela State Grid.

A China tem uma política industrial explícita, de curso rápido e prazos determinados de vigência, com projetos executivos prontos para a atração de investimentos destinados ao adensamento de suas cadeias produtivas e à elevação

do nível científico e tecnológico de suas empresas. Entre estas se destacam as estatais de nível nacional ou central, que compreendem mais de 120 grandes corporações dos setores estratégicos da economia chinesa – o que reflete uma das características básicas de sua economia.

O fato de mais de 90% do capital investido pela China no Brasil ser proveniente de empresas estatais daquele grupo estratégico reflete o quanto tais investimentos fazem parte de uma política de Estado de longo prazo. Em tese, isso propicia condições muito favoráveis para que o Brasil aproveite as potencialidades chinesas para intensificar sua industrialização – ou sua reindustrialização –, o que ajudaria o país a alcançar taxas de crescimento de 5% a 7% ao ano. E talvez nos permitisse vivenciar uma “crise” idêntica à que a China está sendo acusada de enfrentar com seu crescimento anual de “apenas” 7% a 7,5%.

Título	<i>Por favor, mudem e falem alto!</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Distribuição de Renda. 2. Indústria Nacional. 3. Mercado Interno. 4. Taxa de juros.
Número	127 ed. (Agosto de 2014)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	05 de agosto de 2014 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2014/08/05/%ef%bb%bfpor-favor-mudem-e-falem-alto/">https://teoriaedebate.org.br/2014/08/05/%ef%bb%bfpor-favor-mudem-e-falem-alto/</a>
Resumo: No texto, Wladimir Pomar destaca a necessidade de políticas econômicas que promovam a democratização da renda, aumentando os salários e o poder de compra das camadas populares. Critica a política de desoneração fiscal para grandes empresas, especialmente no setor automobilístico, enfatizando a importância de investimentos em setores produtivos e sociais para impulsionar o desenvolvimento econômico e social.	

## POR FAVOR, MUDEM E FALEM ALTO! - (2014)

*Precisamos de desenvolvimento com democratização da renda, com medidas que continuem elevando os salários e o poder de compra das camadas populares*

*Em artigos publicados em 2012, comentamos as políticas do governo diante do sistema bancário e das desonerações fiscais, em especial do IPI. De lá pra cá, o governo quase triplicou suas desonerações fiscais para o setor automobilístico, beneficiando as montadoras, mas foram inexpressivas a criação de novos empregos e a contribuição no índice de crescimento econômico*

Em dois artigos publicados em 2012 (*ver artigo 1 e ver artigo 2 publicados no Correio da Cidadania*), comentamos as políticas do governo diante do sistema bancário e das desonerações fiscais, em especial do IPI. No primeiro, elogiamos a combatividade do ministro Guido Mantega contra as taxas "escorchantes" e injustificáveis cobradas pelos bancos, particularmente nos cartões de crédito. Mas alertamos: apesar das medidas de rebaixamento dos juros pelo Banco do Brasil e pela CEF, os bancos privados continuavam cobrando taxas superiores a 10%. Algo que não mudou de lá para cá.

Também elogiamos o ministro por atacar a injeção de liquidez, ou a emissão de dólares, realizada pelo Federal Reserve. Isso ameaçava impactar negativamente o câmbio brasileiro. Apoiamos sua reação às acusações dos Estados Unidos de que o

Brasil havia tomado medida protecionista ao elevar os impostos de importação para cem produtos. Mas levantamos dúvidas sobre as medidas de desoneração da folha de pagamentos, redução do custo da energia e, principalmente, corte do IPI para carros.

Embora a intenção dessas medidas fosse aumentar a oferta de produtos internamente a preços baixos, alertamos quanto a não haver um programa claro para estimular a concorrência, ou a competição, no setor bancário e em outras áreas dominadas pelo sistema de monopólio. As únicas formas estruturais para garantir que realmente os preços não fossem elevados consistiam em quebrar esse sistema de monopólio, ou de preços administrados, e ampliar os investimentos produtivos. Mesmo porque o problema do Brasil não residia apenas em evitar a subida dos preços, mas também em rebaixar os preços já praticados, muito acima do aceitável. Sem isso, não seria possível aumentar o consumo do mercado interno e a oferta ao mercado internacional, a preços competitivos.

Advertimos que as corporações multinacionais e nacionais que dominam os vários mercados em que vigora o sistema de monopólio, como o bancário, químico, automobilístico, farmacêutico, siderúrgico, cimenteiro etc., só se dispunham a rebaixar preços nos limites estreitos da desoneração promovida pelo governo. Na ausência de mercados concorrenciais, continuariam a praticar preços que garantissem lucros máximos, aproveitando-se ainda das vantagens fiscais de poder importar componentes de unidades localizadas em outros países.

Na mesma linha de preocupação com os preços, cobramos medidas efetivas para elevar a produção de alimentos e garantir preços baixos e seguridade alimentar para o país. O agronegócio estava ampliando suas áreas de plantio de commodities à custa das áreas de alimentos da agricultura familiar, o que representava um sério risco à política de controle inflacionário. Com a elevação do poder de compra das populações brasileiras mais pobres, beneficiadas pelo aumento do salário mínimo e pelos programas de transferência de renda, os preços dos alimentos

continuariam sendo um fator constante de pressão sobre a inflação. Já era tempo de encarar esse assunto como questão estratégica, e não como sazonal.

E concluímos dizendo que grande parte da economia brasileira funcionava na contramão daquilo que o ministro Mantega, o governo Dilma e o povo brasileiro desejavam. Sua estrutura fora montada para atender as grandes corporações financeiras, industriais, agrícolas, comerciais e de serviços. Em tais condições, a vontade de retificar desvios conjunturais, embora fosse louvável e estimulante, talvez não bastasse para solucionar, de acordo com os interesses do país, os problemas estruturais que os promoviam.

No segundo artigo, de julho de 2012, comentamos notícias a respeito da ação do governo, desde o início da crise financeira internacional, de haver aberto mão de R\$ 26 bilhões em impostos para a indústria automotiva. Esse setor teria criado apenas 27.753 novas vagas de trabalho, cada uma das quais equivaleria a um custo aos cofres públicos de cerca de R\$ 1 milhão em renúncia fiscal. Diante disso, o *Estadão*, conhecido defensor das multinacionais, se dava ao luxo de tentar criar cizânia no seio do governo e de fazer blague.

As medidas de estímulo à venda de automóveis permitiram às multinacionais automotivas remeter às matrizes US\$ 14,6 bilhões, na forma de lucros e dividendos. Esses lucros e dividendos exportados teriam correspondido quase ao montante do valor que as empresas deixaram de pagar em impostos. No fim das contas, o consumidor brasileiro pagara um preço salgado para ajudar o setor.

Em outras palavras, como havíamos alertado no artigo anterior, a ajuda ao setor automobilístico não só era inoperante do ponto de vista econômico como representava um alto custo político. Do ponto de vista econômico, às montadoras só interessava manter seu oligopólio e praticar preços administrados. Tanto que, além de criar um número irrisório e caro de empregos, elevaram imediatamente os preços dos veículos e algumas delas, ao invés de criar novos empregos, paralisaram linhas de montagem e incentivaram demissões voluntárias.



Do ponto de vista político, o *Estadão* e as forças conservadoras simplesmente cobraram um alto pedágio por uma decisão que sabiam não dar retorno positivo. Nessas condições, seria melhor o governo redobrar seus esforços para criar novos postos de trabalho nos setores empresariais médios e pequenos. Esses são os setores que realmente tinham e têm condições de gerar empregos e mantê-los por um longo período, elevando a massa salarial e o poder de consumo da população. Se direcionados para empresas desse tipo, R\$ 26 bilhões certamente teriam resultado em um incremento muito maior de novas vagas.

Em relação aos setores oligopolizados, a linha mestra do governo precisava se concentrar no aumento da concorrência, ou da competição, e não em isenções fiscais ou em apoio à manutenção do sistema de monopólio. Nesse caso, as forças que defendem a ajuda às montadoras fariam críticas duras ao governo, por prejudicar um setor que consideram estratégico. Mas elas confrontariam com os resultados econômicos reais advindos da democratização econômica do setor, e não poderiam cobrar nenhum tipo de pedágio político, como o *Estadão* estava fazendo.

Supomos que o governo teria aprendido a lição e estaria delineando uma nova política que obrigasse as montadoras, pela própria concorrência do mercado, a baixar seus preços e elevar a qualidade de seus produtos. Elas precisavam provar do próprio amargor da competição capitalista, que viviam proclamando, mas substituíam pelo monopólio e oligopólio. O que era verdade não só para o setor automobilístico como também para vários outros setores.

Essa crença, porém, não passou de um sonho de uma noite de verão. O governo quase triplicou suas desonerações fiscais para o setor automobilístico, beneficiando as montadoras em mais de R\$ 86 bilhões. Em troca, colheu uma mixaria de novos empregos e uma contribuição inexpressiva no índice de crescimento econômico, conforme informações publicadas recentemente. Convenhamos, com R\$ 86 bilhões investidos em outras obras ou atividades produtivas, os resultados seriam certamente muito mais favoráveis.

Esse “sucesso” da política de desonerações para os grandes grupos monopolistas e oligopolistas apenas mostra que, mesmo não desejando, continuamos sob a influência das políticas neoliberais numa série considerável de aspectos. Agora, frente à disputa eleitoral, ou apontamos um caminho com mudanças realmente diferentes para o futuro, ou nos veremos constrangidos a admitir que, para atender os grandes grupos econômicos, o lado de lá é “melhor”.

Portanto, estamos na hora da verdade. Nossa política precisa ser de desenvolvimento com democratização da propriedade e da renda. Isto é, com medidas que forcem os oligopólios a baixar preços. Que ampliem os poderes industrializantes das estatais existentes. Que criem novas estatais para empurrar a burguesia a investir no sistema produtivo. Que baixem os juros e tornem o câmbio favorável às exportações de manufaturados. Que continuem elevando os salários e o poder de compra das camadas populares. E que, em vez de desonerar os oligopólios, invistam os recursos correspondentes em projetos de agricultura familiar de alimentos, mobilidade urbana, saneamento, saúde e educação.

Por favor, mudem e falem tudo isso alto para o povo saber!

Título	<i>Menos propaganda, muito mais agitação</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Eleições. 2. Fernando Collor de Mello. 3. Marina Silva.
Número	128 ed. (Setembro de 2014)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	01 de setembro de 2014 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2014/09/01/%ef%bb%bfmenos-propaganda-muito-mais-agitacao/">https://teoriaedebate.org.br/2014/09/01/%ef%bb%bfmenos-propaganda-muito-mais-agitacao/</a>
	Resumo: Wladimir Pomar critica a campanha de Marina Silva como uma repetição das estratégias de Jânio Quadros e Collor, alertando para sua ligação com figuras políticas tradicionais e políticas neoliberais. Propõe uma abordagem mais agressiva e clara na comunicação política, enfatizando a necessidade de ações concretas para enfrentar os desafios econômicos e sociais do país.

## MENOS PROPAGANDA, MUITO MAIS AGITAÇÃO - (2014)

*O Brasil já viveu as tragédias de Jânio e Collor. Ambos deblateraram contra a “lógica da velha política”. Nada diferente da cartilha professada por Marina*

Estamos diante de um novo estelionato eleitoral. Da mesma forma que em 1960 e 1989, a chamada “nova política” de Marina se volta contra a maior parte do povo brasileiro e a esquerda. Afirmou que a sociedade determinará os “melhores” com os quais governará. No entanto, ela já colocou Jarbas Vasconcelos, Fernando Henrique, José Serra, Heráclito Fortes, os Bornhausen, Lara Resende, Giannetti na lista dos tais “melhores”. Todos figuras carimbadas da “velha República”

Quanto mais nos aproximamos de outubro de 2014, mais a campanha presidencial se parece com as de 1960 e 1989, embora com nuances ainda mais tenebrosas. Como naquelas ocasiões, temos agora uma candidatura que se apresenta como algo “novo”, defensora de uma “nova política” para “unir o Brasil”. Não há nisso novidade alguma. O Brasil já viveu as tragédias de Jânio Quadros e Collor de Mello.

Ambos esgrimiram a “varredura da corrupção” e a “caça aos marajás”. Deblateraram contra os “desmandos na economia” e contra a “lógica da velha

política”. Nada diferente da cartilha professada por Marina. Ela não chega a acusar o PT de pretender realizar o confisco das poupanças. Mas o acusa de ser “refém da velha República”, de aplicar a “lógica de dividir o Brasil” e de não querer enxergar “as coisas boas dos governos anteriores”. E garante, com a mesma languidez do estelionatário que confiscou a poupança dos brasileiros em 1990, que “só cumprirá um mandato”.

Ela promete “governar com os melhores que estão no banco de reservas” e ter uma “agenda de prioridade para todos”, como se isso fosse possível. No entanto, ao contrário do suposto defensor dos “descalços” e “descamisados” de 1989, que fingiu combater o empresariado até o último minuto da campanha, Marina acha dispensável tal fingimento. Certa de que cativou os votos dos descontentes de junho de 2013, já sinalizou que é a candidata do mercado financeiro. Em sua agenda de prioridades estão a autonomia do Banco Central e a adoção dos parâmetros do Plano Real de FHC, que teriam “reequilibrado a economia”.

Além disso, numa virada espetacular, como na “velha política”, ela rapidamente passou a ter uma “visão mais positiva” sobre o agronegócio e sobre as diversas “viabilidades” energéticas. E afirma categoricamente que não dará prioridade ao pré-sal, um tiro certo na rentabilidade da Petrobras, no esforço para reindustrializar o país, e na expectativa de garantir mais recursos para a saúde e a educação.

Marina também afirmou que a sociedade determinará os “melhores” com os quais governará. No entanto, mesmo antes de “ouvir a sociedade”, ela já colocou Jarbas Vasconcelos, Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Heráclito Fortes, os Bornhausen, Lara Rezende, Giannetti da Fonseca e outras figuras na lista dos tais “melhores”. Todos figuras carimbadas da “velha República”.

Em outras palavras, estamos diante de um novo estelionato eleitoral. Da mesma forma que em 1960 e 1989, a chamada “nova política” de Marina se volta contra a maior parte do povo brasileiro e contra a esquerda política. Não só contra o PT,

mas contra todas as correntes que têm no socialismo uma perspectiva de futuro. Além disso, do mesmo modo que Collor atacava Sarney e os candidatos da direita para transformar-se no novo polo de poder, ela se volta também contra o PSDB. Isso, embora defendendo os mesmos pontos programáticos dessa “social-democracia” que capitulou ao neoliberalismo no início dos anos 1990.

O grande trunfo do “marinato”, perante a parcela da grande burguesia que ainda vacila entre ela e o tucanato, é sua pretensa capacidade de ser a única capaz de derrotar o “PT chavista”. Nessas condições, não é um cenário despropositado supor que o conjunto dessa burguesia abandone Aécio e o PSDB à própria sorte e descambe em bloco para garantir a vitória da “terceira via marinista”. E que uma parte do próprio PSDB e de seus aliados deixe o neto de Tancredo Neves falando sozinho.

A burguesia nativa e a estrangeira presente no território brasileiro já vêm, há algum tempo, aplicando um programa de paralisação da economia de modo a justificar os ataques da direita política ao suposto fracasso da política econômica de Dilma. Num passe de mágica, nos meses recentes, os investimentos congelaram, os créditos bancários minguaram, os juros subiram e os índices de crescimento caíram. E, apesar de a inflação continuar dentro da meta, não há um dia sequer em que a mídia e os candidatos da direita não repitam, à exaustão, que a inflação está fora de controle. Essa é a munição que Marina encampou com muito maior vigor do que Aécio e Campos, credenciando-se a exercer o mesmo papel que Collor desempenhou em 1989: derrotar o PT.

Em grande medida, a política do governo Dilma facilitou essa situação, por não haver enfrentado, como deveria, nem o programa de paralisação econômica e política da burguesia, nem a necessidade de acelerar as mudanças estruturais indispensáveis para manter o país em crescimento econômico e social. Sua atitude de concessões e conciliação, ao invés de arrefecer, acentuou a decisão da burguesia.

Para agravar esses problemas de natureza econômica, social e política, o governo se tornou um marasmo comunicativo. Não só deixou de responder aos constantes ataques e desinformações sobre obras paralisadas etc. etc. etc., mas nem sequer aproveitou sucessos evidentes, como o programa Mais Médicos e a Copa. A batalha da propaganda, ou da comunicação, foi perdida mesmo nas vitórias incontestáveis do governo.

Mais grave do que a ambiguidade governamental diante da ofensiva da direita foi a inação da direção do PT. Além de não mobilizar a militância para travar uma batalha constante contra a criminalização e a judicialização da política, permitiu que o partido fosse confundido, por grande parte da massa do povo, com todos os demais.

Não se empenhou em manter relações e debates francos com os movimentos sociais e deixou que as bases partidárias se dissolvessem e perdessem seus laços com as grandes camadas populares da população. Isso, mesmo depois que as manifestações de junho de 2013 demonstraram a existência desse fosso e a perda de influência do PT.

Nessas condições, as previsões sobre um cenário de segundo turno parecem se tornar realidade. Numa situação, porém, em que Dilma e o PT podem se confrontar com uma nova polarização da direita em torno de Marina, apoiada pelo conjunto da burguesia, por grandes parcelas da pequena burguesia e, também, por setores populares descontentes. Um cenário que muitos consideravam impossível de concretizar-se.

É possível reverter tal quadro. Para isso, porém, será necessária uma forte inflexão do PT e de sua candidata à esquerda, tendo em vista: consolidar seu apoio nas camadas populares; reconquistar os setores populares descontentes; ganhar parcelas importantes da pequena burguesia; atrair ou neutralizar os setores da burguesia que se opõem à hegemonia do sistema financeiro e das corporações monopolistas e oligopolistas.

É lógico que uma das premissas para essa inflexão à esquerda consiste em fazer com que as generalidades da “nova política” de Marina se confrontem com a realidade. Isto é, com a realidade de suas propostas econômicas neoliberais; de suas alianças com raposas da “velha política”; do abandono de seu discurso ecológico contra o agronegócio, os transgênicos e as hidrelétricas; e de sua postura cada vez mais conservadora e raivosa diante da luta de classes que atrapalha seu discurso de “união de todos” sob sua direção messiânica.

Mas isso não basta. É preciso dizer explicitamente que combater a inflação aumentando os juros e o câmbio, segurando o crescimento e elevando o desemprego, como fez o governo FHC que Marina quer imitar, é muito fácil, mas extremamente destrutivo e doloroso tanto para milhares de empresas que quebraram quanto para milhões de trabalhadores que ficaram no desemprego durante mais de uma década. Além do fato de que FHC entregou o governo com uma inflação superior a 12%, o dobro da atual.

Difícil é combater a inflação ao mesmo tempo em que se promove o crescimento, em que são criados milhões de empregos e em que se envidam esforços para baixar os juros e tornar o câmbio favorável à competitividade das empresas industriais brasileiras. É nesse sentido que não basta mostrar o que Dilma fez em quatro anos de governo nem explicar que as dificuldades econômicas resultam da crise mundial capitalista. Isso também é necessário, mas será preciso ir além.

Será preciso dizer abertamente que uma parte da burguesia brasileira é rentista, só quer viver de juros, ao invés de investir na produção industrial e agrícola. É preciso dizer francamente que o governo errou ao acreditar que essa parte da burguesia investiria na produção de bens de consumo corrente, acompanhando o aumento do poder de compra da população. E que errou ao considerar que ela toparia investir em infraestrutura com rentabilidade mais baixa do que os juros estratosféricos herdados da era FHC. E que errou ao não combater mais fortemente a crescente privatização dos transportes, da saúde e da educação, que os torna, em sua maioria, caros, de baixa qualidade e de mau atendimento.



Para mudar isso, o “Mais Mudanças” da campanha Dilma precisará se transformar em diretivas concretas. Diretivas para combater a inflação através do aumento da produção de alimentos e de bens industriais de consumo corrente, da desoneração tributária desses produtores, da redução das taxas de juros e da administração do câmbio. Tudo no sentido de promover o desenvolvimento industrial e agrícola, a criação de empregos e a produção de mercadorias mais baratas.

Mas também é preciso evitar que essas diretivas sejam transformadas em explicações tediosas. Em outras palavras, apelando para o velho jargão político, chegou o momento de fazer uma campanha com menos propaganda e muito mais agitação. Ou seja, ao invés de explicar o que se pretende fazer, é fundamental dizer isso através de mensagens concisas e claras, que atinjam não apenas o cérebro, mas também o coração dos que as receberem.

Título	<i>De um governo gestor a um governo de combate</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Governo Dilma. 2. Industrialização. 3. Camadas populares
Número	131 ed. (Dezembro de 2014)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	10 de dezembro de 2014 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2014/12/10/de-um-governo-gestor-a-um-governo-de-combate/">https://teoriaedebate.org.br/2014/12/10/de-um-governo-gestor-a-um-governo-de-combate/</a>
	Resumo: O texto destaca que o segundo mandato de Dilma enfrenta desafios agravados devido a mudanças desfavoráveis nas relações políticas. Na visão de Pomar, para alcançar seus objetivos, o governo precisa adotar uma macroeconomia industrialista, promover investimentos produtivos e engajar-se em um governo de combate, defendendo suas realizações, comunicando-se efetivamente e dialogando com os movimentos sociais e populares.

## DE UM GOVERNO GESTOR A UM GOVERNO DE COMBATE - (2014)

*Os desafios do segundo mandato de Dilma continuam os mesmos, mas mais agravados, porque a correlação política de forças se modificou desfavoravelmente*

*Novo governo Dilma precisará se tornar um governo de combate na defesa de seus feitos, na comunicação, no diálogo com os movimentos sociais e as camadas populares, na participação popular e no apoio às manifestações populares*

Em 2010, ao iniciar seu primeiro mandato, o governo Dilma já encontrou um cenário internacional e um cenário nacional diferentes dos enfrentados pelo governo Lula, entre 2003 e 2007. Nesse período, a entrada da China na OMC e sua ascensão, assim como a de outros países da Ásia oriental, no mercado mundial beneficiaram a economia brasileira de diferentes maneiras. Em primeiro lugar, pela elevação da importação de commodities minerais e agrícolas, permitindo altos saldos na balança comercial brasileira. Em segundo lugar, pela produção de manufaturados de baixo preço em grande escala, forçando a inflação mundial e também nacional a ser reduzida. Em terceiro lugar, por alcançarem um nível de acumulação de capitais que os obrigou a exportar capitais e contribuir para o reerguimento industrial e econômico de inúmeros países.

Esse cenário internacional, que Delfim Netto chama de vento de popa, e seus benefícios diretos e indiretos permitiram aos dois mandatos do governo Lula *bypassar* o tripé macroeconômico neoliberal do período. Os juros altos para conter a inflação, as metas fiscais e o câmbio flutuante (que substituíra o câmbio fixo do governo FHC) tendiam a frear o crescimento, causar mais desemprego e arrochar salários. No entanto, os superávits comerciais propiciaram elevar os salários, distribuir renda através dos programas sociais e da ampliação do crédito e iniciar um programa de reconstrução da infraestrutura, sem que isso pressionasse a inflação ou afetasse as metas fiscais.

No entanto, quando a crise econômica desabou sobre os Estados Unidos, em 2008, embora seus efeitos não tenham sido imediatos, subestimou-se sua capacidade de expansão pelos países centrais e periféricos. Até hoje muita gente parece não entender a natureza da crise nos países capitalistas desenvolvidos e a natureza diferente de suas consequências sobre os países em desenvolvimento.

Nos países capitalistas altamente desenvolvidos, como os Estados Unidos, há grande acumulação de capital, as forças produtivas são científica e tecnologicamente avançadas e organizadas em grandes corporações empresariais. Há, portanto, uma alta participação no capital constante (trabalho morto) na composição do capital total, o que permite uma alta produtividade e, conseqüentemente, a extração de altas taxas de mais-valia relativa e grande descarte estrutural de forças de trabalho. Mas, contraditoriamente, há forte tendência declinante da taxa média de lucro, algo sagrado para a reprodução ampliada do capital.

Essas tendências contraditórias levam o capital desenvolvido a apelar para duas saídas, clássicas desde os anos 1950 e intensificadas a partir dos anos 1970: exportação de capitais (na forma financeira e na forma de plantas industriais) para países agrários ou agrário-industriais com mão de obra barata e utilização da especulação financeira. A exportação de capitais, embora tenha conteúdo explorador, quando transfere meios de produção desindustrializa a potência

exportadora e industrializa os subdesenvolvidos. Dependendo de seus estados, os subdesenvolvidos podem tornar-se concorrentes das potências capitalistas e conquistar soberania frente a elas. Os exemplos clássicos do pós-guerra dos anos 1940 foram a Alemanha, o Japão, os Tigres Asiáticos e a China.

A utilização da especulação financeira, com a volúpia de gerar dinheiro do próprio dinheiro, sem passar por processo algum de produção de bens, tem a tendência de criar uma massa fabulosa de dinheiro fictício, na forma de papéis, sem correspondência com a riqueza material existente. Em algum momento esses papéis viram pó, causando crises destrutivas avassaladoras. Portanto, quando a crise de 2008 colocou a nu as fragilidades acumuladas da declinante economia norte-americana, era previsível que ela se estenderia pelos países capitalistas desenvolvidos, como Inglaterra, França e Alemanha, cujas tendências internas eram idênticas às daquele capitalismo – o que teria consequências sobre todo o mundo, embora em graus diferentes, por reduzir o comércio mundial e forçar a adoção de políticas macroeconômicas que dificilmente poderiam resolver os problemas estruturais dos países, tanto centrais quanto periféricos.

Foi com essa nova situação que o primeiro mandato de Dilma se confrontou. Se já havia uma contradição entre a manutenção do tripé neoliberal e o crescimento por meio da promoção do aumento do poder de compra da população no governo Lula, essa contradição assumia um caráter irreconciliável diante da crise internacional e da tendência real de contração do comércio mundial. Em termos práticos, ou o governo Dilma suspendia as políticas de elevação salarial, distribuição de renda e reconstrução da infraestrutura, para não pressionar a inflação e afetar as metas fiscais, ou modificava a macroeconomia do tripé neoliberal e adotava uma macroeconomia tendo como eixo os investimentos produtivos e o crescimento econômico geral.

Isto é, uma macroeconomia que combatesse a inflação através do aumento da oferta de alimentos e bens não duráveis e resolvesse o problema da escassez de recursos próprios através da atração de capitais externos, sob condicionalidades.

Infelizmente, a macroeconomia do primeiro governo Dilma tentou resistir parcialmente à macroeconomia neoliberal, mas não avançou nos investimentos produtivos, em particular nos investimentos industriais, geradores de valor.

Nessas condições, os desafios do segundo mandato continuam os mesmos, mas mais agravados, porque a correlação política de forças se modificou desfavoravelmente. Apesar disso, o governo precisará realizar um crescimento ampliado da produção industrial e agrícola. Precisar romper com os monopólios e oligopólios que dominam a economia brasileira. Conceber um novo tipo de regulação dos investimentos estrangeiros, de modo que se voltem para o setor produtivo e contribuam para o desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Elevar as taxas de investimento para cerca de 25% do PIB, de modo a alcançar uma taxa de crescimento anual de 4% a 5%. Absorver o "exército de reserva" no mercado de trabalho. Resolver os problemas básicos de transporte, saúde, educação e saneamento urbano. Reconstruir a infraestrutura industrial e agrícola. E ampliar os avanços sociais já conseguidos.

Para materializar tais objetivos será necessário adotar uma macroeconomia que permita maior participação dos recursos públicos e privados nos investimentos produtivos, o que demanda juros mais baixos, taxas de câmbio administradas, reforma tributária que taxe o capital fictício, aplicação das leis contra a formação de cartéis e criação de empresas estatais que induzam os setores privados, principalmente médios e pequenos, a adensar as cadeias produtivas.

Ou seja, adotar uma macroeconomia industrialista e de crescimento da agricultura de alimentos para o mercado doméstico, para não patinar nas elevações da taxa Selic, nas flutuações cambiais e no arrocho fiscal da macroeconomia neoliberal. E, tendo em conta a correlação de forças desfavorável, apelar para a mobilização social como instrumento de atendimento das demandas populares e das reformas políticas democratizantes e de combate à corrupção.

De governo somente gestor, o novo governo Dilma precisará se tornar um governo de combate. Combate na defesa de seus feitos. Combate na comunicação, incluindo a presença constante da presidenta na mídia escrita, falada e televisiva. Combate no diálogo com os movimentos sociais e as camadas populares. Combate na participação popular nos assuntos políticos. Combate no apoio às manifestações populares. Combate!

Título	<i>Outra vez a China</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Capitalismo. 2. China. 3. Desenvolvimento. 4. Mercado. 5. Socialismo de mercado.
Número	139 ed. (Agosto de 2015)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	19 de agosto de 2015 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2015/08/19/%ef%bb%bfoutra-vez-a-china/">https://teoriaedebate.org.br/2015/08/19/%ef%bb%bfoutra-vez-a-china/</a>
	Resumo: Discute-se no texto a presença recorrente da China nas notícias, destacando críticas ao seu modelo de desenvolvimento capitalista e questionando se o socialismo de mercado com características chinesas é realmente o caminho para a transição do capitalismo ao comunismo. Wladimir Pomar enfatiza a importância de acompanhar com imparcialidade teórica as experiências práticas da China para compreender as dificuldades da superação do capitalismo, especialmente para os socialistas brasileiros.

## OUTRA VEZ A CHINA - (2015)

*De tempos em tempos, a China volta negativamente ao noticiário, tendo como centro a crítica ao modelo de desenvolvimento industrial capitalista chinês*

*Resta a dúvida se o socialismo de mercado com características chinesas será mesmo o caminho de transição do capitalismo ao comunismo na China. Portanto, acompanhar com isenção teórica suas experiências práticas é indispensável para os socialistas brasileiros terem uma noção mais realista das dificuldades que a superação do capitalismo coloca*

Como acontece de tempos em tempos, a China voltou negativamente ao noticiário. Internacionalmente, desta vez, porque as bolsas de Xangai e Shenzhen tiveram uma bolha especulativa, porque o yuan foi desvalorizado e porque as taxas de crescimento deverão se manter baixas em “apenas 7% ao ano”.

Em termos nacionais, afora isso, porque as relações do Brasil e outros países em desenvolvimento com a China conformariam uma ligação quase colonial, como mercados cativos supridores de matérias-primas para aquele país. Na prática, além de faltar um passo para apresentarem a China como o maior inimigo desses países e da humanidade, algumas dessas interpretações aproveitam a ocasião para criticar o modelo de desenvolvimento industrial capitalista chinês, que seria predador e o principal fator das mudanças climáticas mundiais.



Em relação à China nunca é demais lembrar que ela jamais chegou a ser uma economia dominada pelo mercado, embora este tenha aparecido cedo em sua história. A Rota Terrestre da Seda para o ocidente passou a ser trilhada por caravanas de mercadores chineses da dinastia Han e de outras nacionalidades, especialmente árabes e turcos, desde o século 2 antes de nossa era. Nos séculos 14 e 15, frotas oceânicas chinesas navegavam pela Rota Marítima da Seda, negociando com povos do sudeste da Ásia, Índia, Golfo Pérsico e África Oriental. A essa altura, os chineses já construía embarcações com cascos estanques, lemes e velas triangulares, cujas tripulações se orientavam por meio de bússolas.

Ou seja, antes dos europeus, os chineses realizaram um mercantilismo que, embora limitado ao sudeste do Oceano Pacífico e ao Oceano Índico, lhes permitiu acumular grandes riquezas através da venda de seus artesanatos e manufaturas de seda, laca, cerâmicas e porcelanas. Tal riqueza poderia ter se transformado em “capital” se a China houvesse revolucionado sua agricultura, expropriado seus camponeses e os tornado trabalhadores livres para vender sua força de trabalho para os comerciantes manufatureiros. No entanto, o sistema feudal centralizado, com mais de 1.500 anos de existência, foi mais forte e se impôs aos mercadores, impedindo que a China ingressasse no sistema capitalista antes dos europeus.

A Rota da Seda marítima foi desativada, a esquadra chinesa destruída, a riqueza entesourada. E a dinastia Ming foi incapaz de resistir aos manchus, que invadiram a China, instauraram a dinastia Qing e consolidaram a regressão feudal. Tal regressão e o atraso técnico da China a tornaram incapaz de enfrentar a segunda onda colonial europeia, realizada pelas novas potências industriais, a partir do século 19. Entre 1840 e 1949, a China viveu sob os domínios manchu e dessas potências capitalistas, às quais fez concessões territoriais, alfandegárias e extraterritoriais para que elas extraíssem as matérias-primas minerais e agrícolas de que suas indústrias necessitavam.

Para livrar-se desses domínios, os chineses realizaram, entre 1864 e 1949, inúmeras revoltas, tendo por base fundamental o campesinato. Dentre elas

destacaram-se as duas primeiras guerras civis revolucionárias, entre 1924 e 1937, a guerra de resistência contra a invasão japonesa, entre 1937 e 1945, e a terceira guerra civil revolucionária, entre 1947 e 1949.

Entre 1950 e 1957, os chineses implementaram a reforma agrária e superaram os três grandes males (fome, desemprego e milhões de sem-teto). Após isso, fizeram várias tentativas para industrializar o país, desenvolver suas forças produtivas e construir uma civilização material e culturalmente elevada, sem passar pelos males do mercado e do capitalismo.

Promoveram o Movimento das Cem Flores, para corrigir os desequilíbrios entre a indústria pesada e a agricultura e a indústria leve. Jogaram-se no Grande Salto Adiante para desenvolver a indústria do aço e as áreas irrigadas. Planejaram as Quatro Modernizações, que pareceram a muitos uma imensa concessão ao capitalismo e ao mercado. E mergulharam, em oposição àquelas modernizações, na Revolução Cultural, entre 1966 e 1976.

Essa foi a maior tentativa massiva até então conhecida pela humanidade para, através da intensa mobilização popular, ideológica e política, desenvolver as forças produtivas, estabelecer relações de produção e de vida igualitárias e promover a democracia direta. Seus resultados foram um baixo desenvolvimento das forças produtivas e da produtividade, o aumento da escassez, em parte produzido também pelo rápido aumento da população, uma regressão cultural causada pelo fechamento das universidades e danos à democracia popular.

O igualitarismo obtido teve como base 400 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza e, como teto, 700 milhões de pobres. A experiência de dez anos de Revolução Cultural demonstrou que não é possível socializar as relações de produção sem ter, por sustentação, forças produtivas (meios de produção e força de trabalho) técnica e cientificamente desenvolvidas. Os chineses tiveram de cair na realidade, já prevista por Marx.

O alto desenvolvimento técnico e científico das forças produtivas é uma tarefa histórica do capitalismo e dos instrumentos que herdou das formações históricas anteriores e que elevou a um novo patamar. Isto é, a propriedade privada, as relações assalariadas, a indústria e o mercado. Por outro lado, através da própria experiência, o capitalismo sabia que esse modo de produção gera, constantemente, experiências de socialização, tanto na produção quanto na cultura e na política. E que suas crises o levam a apelar ao Estado, dando-lhe autonomia para salvar o sistema do desastre de sua anarquia produtiva.

Como acontece de tempos em tempos, a China voltou negativamente ao noticiário. Internacionalmente, desta vez, porque as bolsas de Xangai e Shenzhen tiveram uma bolha especulativa, porque o yuan foi desvalorizado e porque as taxas de crescimento deverão se manter baixas em “apenas 7% ao ano”.

Em termos nacionais, afora isso, porque as relações do Brasil e outros países em desenvolvimento com a China conformariam uma ligação quase colonial, como mercados cativos supridores de matérias-primas para aquele país. Na prática, além de faltar um passo para apresentarem a China como o maior inimigo desses países e da humanidade, algumas dessas interpretações aproveitam a ocasião para criticar o modelo de desenvolvimento industrial capitalista chinês, que seria predador e o principal fator das mudanças climáticas mundiais.

Em relação à China nunca é demais lembrar que ela jamais chegou a ser uma economia dominada pelo mercado, embora este tenha aparecido cedo em sua história. A Rota Terrestre da Seda para o ocidente passou a ser trilhada por caravanas de mercadores chineses da dinastia Han e de outras nacionalidades, especialmente árabes e turcos, desde o século 2 antes de nossa era. Nos séculos 14 e 15, frotas oceânicas chinesas navegavam pela Rota Marítima da Seda, negociando com povos do sudeste da Ásia, Índia, Golfo Pérsico e África Oriental. A essa altura, os chineses já construía embarcações com cascos estanques, lemes e velas triangulares, cujas tripulações se orientavam por meio de bússolas.

Ou seja, antes dos europeus, os chineses realizaram um mercantilismo que, embora limitado ao sudeste do Oceano Pacífico e ao Oceano Índico, lhes permitiu acumular grandes riquezas através da venda de seus artesanatos e manufaturas de seda, laca, cerâmicas e porcelanas. Tal riqueza poderia ter se transformado em “capital” se a China houvesse revolucionado sua agricultura, expropriado seus camponeses e os tornado trabalhadores livres para vender sua força de trabalho para os comerciantes manufatureiros. No entanto, o sistema feudal centralizado, com mais de 1.500 anos de existência, foi mais forte e se impôs aos mercadores, impedindo que a China ingressasse no sistema capitalista antes dos europeus.

A Rota da Seda marítima foi desativada, a esquadra chinesa destruída, a riqueza entesourada. E a dinastia Ming foi incapaz de resistir aos manchus, que invadiram a China, instauraram a dinastia Qing e consolidaram a regressão feudal. Tal regressão e o atraso técnico da China a tornaram incapaz de enfrentar a segunda onda colonial europeia, realizada pelas novas potências industriais, a partir do século 19. Entre 1840 e 1949, a China viveu sob os domínios manchu e dessas potências capitalistas, às quais fez concessões territoriais, alfandegárias e extraterritoriais para que elas extraíssem as matérias-primas minerais e agrícolas de que suas indústrias necessitavam.

Para livrar-se desses domínios, os chineses realizaram, entre 1864 e 1949, inúmeras revoltas, tendo por base fundamental o campesinato. Dentre elas destacaram-se as duas primeiras guerras civis revolucionárias, entre 1924 e 1937, a guerra de resistência contra a invasão japonesa, entre 1937 e 1945, e a terceira guerra civil revolucionária, entre 1947 e 1949.

Entre 1950 e 1957, os chineses implementaram a reforma agrária e superaram os três grandes males (fome, desemprego e milhões de sem-teto). Após isso, fizeram várias tentativas para industrializar o país, desenvolver suas forças produtivas e construir uma civilização material e culturalmente elevada, sem passar pelos males do mercado e do capitalismo.

Promoveram o Movimento das Cem Flores, para corrigir os desequilíbrios entre a indústria pesada e a agricultura e a indústria leve. Jogaram-se no Grande Salto Adiante para desenvolver a indústria do aço e as áreas irrigadas. Planejaram as Quatro Modernizações, que pareceram a muitos uma imensa concessão ao capitalismo e ao mercado. E mergulharam, em oposição àquelas modernizações, na Revolução Cultural, entre 1966 e 1976.

Essa foi a maior tentativa massiva até então conhecida pela humanidade para, através da intensa mobilização popular, ideológica e política, desenvolver as forças produtivas, estabelecer relações de produção e de vida igualitárias e promover a democracia direta. Seus resultados foram um baixo desenvolvimento das forças produtivas e da produtividade, o aumento da escassez, em parte produzido também pelo rápido aumento da população, uma regressão cultural causada pelo fechamento das universidades e danos à democracia popular.

O igualitarismo obtido teve como base 400 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza e, como teto, 700 milhões de pobres. A experiência de dez anos de Revolução Cultural demonstrou que não é possível socializar as relações de produção sem ter, por sustentação, forças produtivas (meios de produção e força de trabalho) técnica e cientificamente desenvolvidas. Os chineses tiveram de cair na realidade, já prevista por Marx.

O alto desenvolvimento técnico e científico das forças produtivas é uma tarefa histórica do capitalismo e dos instrumentos que herdou das formações históricas anteriores e que elevou a um novo patamar. Isto é, a propriedade privada, as relações assalariadas, a indústria e o mercado. Por outro lado, através da própria experiência, o capitalismo sabia que esse modo de produção gera, constantemente, experiências de socialização, tanto na produção quanto na cultura e na política. E que suas crises o levam a apelar ao Estado, dando-lhe autonomia para salvar o sistema do desastre de sua anarquia produtiva.

Em outras palavras, o Estado pode, ao mesmo tempo, desenvolver instrumentos econômicos socialistas e se impor aos capitalistas e ao mercado para realizarem um desenvolvimento menos caótico das forças produtivas. Assim, foi com base na combinação do rescaldo de sua Revolução Cultural, das crescentes dificuldades econômicas do socialismo soviético, das crises do capitalismo e de sua reestruturação nos anos 1970, especialmente dos Estados Unidos, e das previsões de Marx sobre a transição do capitalismo para o comunismo que os chineses discutiram suas experiências e decidiram empreender reformas e abertura em seu socialismo, a partir de 1978.

Essas reformas têm tido como métodos básicos o passo a passo, sem choques, e experimentações diversas antes de adotar medidas e generalizá-las. O mercado é tomado como indispensável para a determinação do cálculo econômico (demandas, ofertas e preços) e para o revolucionamento das forças produtivas. Nele atuam as empresas estatais, como instrumentos do Estado para orientar o desenvolvimento econômico e social e para conquistar superioridade na competição com as outras formas de propriedade (privadas e sociais). Os monopólios, sejam estatais, sejam privados, não são admitidos porque tendem a promover o congelamento da concorrência, ou da competição, e portanto estimulam a burocratização e a estagnação das forças produtivas.

Desse modo, na economia o Estado tem o papel de: planejar a longo prazo; desenvolver projetos macroeconômicos específicos; atuar economicamente no mercado através das empresas estatais, que por sua vez possuem autonomia para competir entre si e com as empresas privadas; atuar econômica e administrativamente sobre o mercado para garantir preços básicos baixos para o conjunto da população; atuar sobre os juros para ampliar os investimentos produtivos; atuar sobre o câmbio para garantir preços competitivos no mercado internacional; atrair investimentos externos no sentido de adensar suas cadeias produtivas e garantir a transferência de inovações científicas e tecnológicas.

Nas diferentes áreas sociais o Estado deve: investir pesadamente em educação e em pesquisa e desenvolvimento; garantir o enriquecimento em ondas do conjunto da população; universalizar os serviços públicos de saúde e atendimento médico; ampliar a formação cultural de modo a garantir que, paralelamente à construção de uma nova civilização material, seja edificada uma nova civilização cultural.

Esse é o atual sistema socialista chinês. Nele, o Estado e seus instrumentos econômicos e administrativos desempenham papel planejador e diretor no processo de desenvolvimento. Eles operam no sentido de combinar o desenvolvimento social e cultural com o desenvolvimento econômico e combinar a cooperação e o conflito entre as formas sociais e privadas de propriedade. Depois de mais de dez anos de experiências de reforma e abertura, tal sistema foi conceituado, em 1994, como “socialismo de mercado com características chinesas”.

Ou seja, não é um socialismo para servir de padrão para ninguém, já que as outras nações que pretendam ingressar em caminhos idênticos possuem características históricas próprias e podem pretender seguir por outros caminhos de transição. Além disso, os chineses reiteraram que se encontram na fase primária da construção socialista. E que tal construção, material e cultural, talvez tenha de atravessar décadas ou mais até alcançar sua fase superior.

Afinal, o socialismo chinês ainda enfrenta inúmeros problemas. Há corrupção nos mais diferentes níveis de governo. O desenvolvimento regional ainda é muito desigual. O enriquecimento individual e familiar também é desigual, embora cerca de 800 milhões de pessoas tenham sido elevadas da situação de pobreza para a que comumente se chama de classe média. À poluição herdada de milênios de exploração dos solos e das águas juntou-se a poluição da construção industrial. O produto nacional bruto (PNB) continua menor que o produto interno bruto (PIB) em virtude da grande participação das empresas estrangeiras em sua economia. A grande acumulação de reservas exige que a China exporte capitais, seja na forma de investimentos de empresas chinesas no exterior, seja na forma de empréstimos externos. E a democratização é paulatina e mais vagarosa do que seria desejável.



Além disso, a China se confronta com problemas internacionais sobre os quais tem pouca ou nenhuma influência. Ela necessita de paz por longo prazo para poder se desenvolver plenamente, mas se vê obrigada a investir na indústria bélica para se precaver. Necessita de multipolaridade para evitar ser tomada como único perigo ao capitalismo, e por isso precisa investir e ajudar outros países a se desenvolver e a desempenhar um papel mais ativo na arena internacional. Tem necessidade de matérias-primas minerais e agrícolas, mas isso às vezes é tomado como uma ação de tipo colonial, embora a China sempre procure obtê-las através do mercado internacional e jamais tenha se utilizado de canhoneiras para garantir sua obtenção.

Olhando em perspectiva, bolhas especulativas nas bolsas de Xangai e Shenzhen, valorizações e desvalorizações do yuan, taxas de crescimento de 7% ao ano, desemprego de 4% ao ano, guerra constante contra corruptores e corruptos, desenvolvimento regional desigual, enriquecimento individual e familiar desigual, presença residual de bolsões populacionais abaixo da linha da pobreza, ou na pobreza, poluição, democratização paulatina e outros problemas internos talvez ainda se mantenham na China por décadas. Num país com tamanha dimensão territorial, populacional e histórica, seria pedir milagres querer resolver seus problemas estruturais em menos de cem anos.

Para complicar, a China também não está imune às loucuras do capitalismo em crise. Nem depende dela que cada um dos países com os quais mantém relações diplomáticas, econômicas e comerciais tenha seus próprios planos e projetos de desenvolvimento e coopere e/ou compita com ela no mercado internacional. Ela continuará tendo necessidade de matérias-primas minerais e agrícolas, e depende de quem as tem aproveitar-se disso para investir no próprio desenvolvimento industrial, como é o caso do Brasil.

O problema aqui reside em que há poderosas correntes contrárias à retomada da industrialização brasileira. Umas, na utopia de que a desurbanização, a agricultura familiar e o modo indígena de tratar a natureza serão capazes de resolver os

problemas nacionais. Outras, com o objetivo de impedir o surgimento de novos concorrentes internos e internacionais e manter o Brasil subordinado aos ditames dos oligopólios estrangeiros aqui implantados, assim como os do sistema financeiro. Todas se contrapõem a que o Brasil possua planos gerais e projetos executivos voltados para a industrialização e que atraiam investimentos chineses para sua efetivação.

Por outro lado, como os chineses, na ausência de tais planos e projetos, procuram investir em áreas de seu próprio interesse, fica mais fácil chamá-los de investidores capitalistas interessados na exploração das riquezas brasileiras, embora, em comparação com os investimentos das potências capitalistas no Brasil, participem apenas com um pequeno percentual. Em outras palavras, o Brasil não subordina suas relações econômicas aos projetos nacionais, não aproveita suas vantagens competitivas para importar bens de capital e industrializar-se nem tem projetos para disputar segmentos do crescente e imenso mercado chinês.

Resta, para finalizar, a dúvida sobre se o socialismo de mercado com características chinesas será mesmo o caminho de transição do capitalismo ao comunismo na China. Isso, somente a prática e a luta de classes poderão responder. Da mesma forma que a prática demonstrou que o socialismo de tipo soviético, com estatização total, é inviável, somente a prática poderá dizer se países atrasados do ponto de vista capitalista poderão superar o capitalismo através de longas transições socialistas de mercado, com características nacionais.

Por isso, independentemente de gostarmos ou não dos chineses, ou dos vietnamitas, ou dos cubanos que agora ingressam por caminho idêntico, acompanhar com isenção teórica suas experiências práticas será indispensável para os socialistas brasileiros terem uma noção mais realista das dificuldades que a superação do capitalismo coloca diante deles. Isso é ainda mais necessário porque voltaram a vicejar as correntes utópicas que acham possível superar o capitalismo retornando a uma felicidade indígena ou camponesa que jamais existiu.

Título	<i>Problemas da luta pela reforma política</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Crise. 2. Mobilizações Sociais. 3. Reforma Política.
Número	141 ed. (Outubro de 2015)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	06 de outubro de 2015 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2015/10/06/%ef%bb%bfproblemas-da-luta-pela-reforma-politica/">https://teoriaedebate.org.br/2015/10/06/%ef%bb%bfproblemas-da-luta-pela-reforma-politica/</a>
	Resumo: A luta pela reforma política enfrenta desafios complexos, como o desajuste econômico e o golpismo reacionário, exigindo uma estratégia cuidadosa para mobilizar a sociedade. A implementação de reformas democráticas, como o financiamento público de campanhas e a proibição do financiamento empresarial, é crucial na visão de Wladimir Pomar para fortalecer a democracia e combater a corrupção, enquanto a prioridade nas lutas políticas pode mudar em resposta às condições econômicas e sociais.

## PROBLEMAS DA LUTA PELA REFORMA POLÍTICA - (2015)

*Os que viveram os últimos cinquenta anos no país, talvez se lembrem de como retrocessos econômicos podem resultar em mudanças políticas e vice-versa*

*Saber utilizar a proposta de estratégia contida em “Mudar para Sair da Crise – Alternativas para o Brasil Voltar a Crescer”, como instrumento chave para levar adiante a tática de mudança do desajuste econômico e de enfrentamento do golpismo reacionário, é provavelmente o desafio mais complexo da atualidade*

É evidente que a “institucionalidade” brasileira, como acentua acertadamente o documento *“Mudar para Sair da Crise - Alternativas para Voltar a Crescer” - Por Um Brasil Justo e Democrático 1*. Tal reforma deve permitir à sociedade “apropriar-se dos recursos que têm sido capturados pelo poder econômico nos ganhos especulativos sobre a dívida pública e por inúmeros mecanismos de transferências tributárias”. Além disso, deve reforçar a “esfera pública”, a “democracia” e a “política”, corrigindo as “deformações” da “democracia representativa” e do “sistema eleitoral”, cuja “crise de representatividade” “afeta os partidos políticos e o poder legislativo dos três entes federativos, submetidos à mercantilização do voto”.

Em continuidade, “a reforma política ampla e democrática deve assegurar o pluralismo partidário, resguardar o sistema proporcional, fortalecer os partidos e ampliar a liberdade política; implantar um novo sistema de representação político-eleitoral com financiamento público de campanhas e voto em listas partidárias, fortalecer os mecanismos de democracia participativa, direta e representativa, lançar mão de plebiscitos e referendos como mecanismos de decisão democráticos”. Vários desses itens estão presentes na Constituição de 1988, mas jamais foram regulamentados e implementados, sendo transformados em letra morta.

Adicionaríamos que tal reforma deve impedir o financiamento empresarial a partidos e figuras políticas e estabelecer mecanismos de controle que coíbam e punam pesada e exemplarmente os casos de corrupção. A bandeira da luta contra a corrupção não pode ser deixada nas mãos de corruptores e corruptos que a levantam hipocritamente. Ela é vital para impedir que o poder econômico transforme a política num balcão de negócios e desarranje e enxovalhe a institucionalidade democrática e popular.

Por outro lado, embora a reforma política seja estratégica para a realização de um projeto de desenvolvimento econômico e social nacionalmente soberano, nas condições atuais do Brasil, como firma o documento “Mudar para Sair da Crise...”, ela “somente será alcançada com ampla mobilização”. Mobilização que só será possível se as grandes camadas populares do povo brasileiro, assim como parcelas significativas da pequena-burguesia e de frações não financeiras da burguesia forem reconquistadas pelas forças políticas de esquerda, em especial pelo PT.

Argumentando em sentido negativo, seja batalha contra o desajuste econômico e contra a ofensiva da direita for derrotada, isso resultará não só na consolidação do retrocesso político atualmente promovido pela direita, incluindo a revogação de muitos dos direitos políticos e sociais inscritos na Constituição de 1988. Resultará, também, num “desenvolvimento capitalista... cada vez mais subalterno e,

certamente, com enorme retrocesso no pouco que conseguimos avançar do ponto de vista do desenvolvimento social e da redução das desigualdades”.

Em tais condições, a perspectiva de “pensar em um cenário global em mutação, na construção de um mundo multipolar onde o Brasil se articula com seus pares”, como “premissa fundamental para as estratégias econômicas internacionais do Brasil”, certamente afundará no mar do reacionarismo neoliberal. E supor que “podem render frutos ações que caminham na direção da consolidação do grupo dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), da Unasul, do Mercosul” não passará de um sonho numa noite de verão.

A perspectiva real é que do lado das forças populares e progressistas seja necessária a adoção de uma total inversão de prioridades. Pode criar-se um longo período de recomposição política, na qual o projeto de desenvolvimento econômico e social soberano, conforme proposto no documento “Mudar para Sair da Crise...” passe a constituir apenas a estratégia básica de “Alternativas para Voltar a Crescer”, que orientará a luta política. Isto é, ao contrário da atualidade, em que as lutas para “sair da crise” da economia e impedir o retrocesso reacionário são prioritárias, as lutas por concessões econômicas por reformas políticas devam conquistar tal prioridade.

Mais do que agora, as lutas por emprego, salários, condições dignas de trabalho, moradia e transporte poderão ganhar proeminência, enquanto as lutas pelas liberdades democráticas singelas, como a liberdade de opinião, expressão, manifestação, religião, opção sexual e outras podem retornar ao patamar em que eram colocadas durante a ditadura. E a luta surda e, depois, aberta, pela convocação de uma assembleia nacional constituinte poderá ser a pauta unificadora da nação. E, quem sabe, talvez a luta pela decretação de uma anistia política tenha que ressurgir.

Os que viveram os anos anteriores ao golpe militar de 1964; depois conviveram com o “milagre econômico” ditatorial dos anos 1970, que mobilizou a simpatia de

grandes massas; posteriormente assistiram à crise daquele “milagre”; e ainda mais adiante assistiram e/ou participaram da conflituosa retirada estratégica de “volta aos quartéis”, com sua “distensão lenta e segura”, seguida da “abertura”, e da democratização restrita duramente negociada, talvez se lembrem de como retrocessos econômicos podem resultar em mudanças políticas, e vice-versa, exigindo cuidados redobrados para não cometer erros táticos que podem ser fatais.

A percepção desses problemas, que podem ser creditados à relação entre estratégia e táticas, é um desafio complexo. Dizendo de outro modo: saber utilizar a proposta de estratégia contida em *“Mudar para Sair da Crise, Alternativas para o Brasil Voltar a Crescer”* como instrumento chave para levar adiante a tática de mudança do desajuste econômico e de enfrentamento do golpismo reacionário, é provavelmente o desafio mais complexo da atualidade. É o sucesso dessa tática que pode recriar as condições para a mobilização indispensável para as reformas políticas.

Título	<i>Comentários sobre a crise brasileira (IN: Teoria e Debate)</i>
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. Brasil. 2. Capitalismo. 3. Crise. 4. Desindustrialização.
Número	162 ed. (Julho de 2017)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	28 de julho de 2017 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2017/07/28/comentarios-sobre-a-crise-brasileira/">https://teoriaedebate.org.br/2017/07/28/comentarios-sobre-a-crise-brasileira/</a>

Resumo: Para Wladimir Pomar, a crise brasileira reflete a desindustrialização e o enfoque neoliberal que desestruturou a economia, com reformas regressivas que destinam recursos ao pagamento da dívida pública. Em sua visão, é necessário um projeto estratégico que fortaleça o Estado como agente de desenvolvimento industrial e tecnológico, investindo em empresas estatais e parcerias com empresas nacionais e estrangeiras para absorção de tecnologia e crescimento econômico para superar a crise.

## COMENTÁRIOS SOBRE A CRISE BRASILEIRA - (2017)

*O mais provável é que as reformas regressivas elevem os recursos públicos, mas os destinem basicamente ao pagamento dos juros da dívida pública*

*A promessa de mais emprego e mais crescimento tende a não passar da propaganda enganosa de uma pinguela para o futuro, agravando a realidade de mais atraso científico e tecnológico, maior desindustrialização, mais desemprego, crescimento pífilo, caos urbano e aumento da criminalidade e de outros males típicos do marasmo econômico*

Um dos problemas da análise da crise brasileira reside naquilo que alguns economistas chamam de *etapas do capitalismo*. Nos anos 1930, o divisor de águas, com o Brasil passando a estruturar sua indústria, tal estruturação teria se estendido aos períodos varguista, pós-Segunda Guerra (início dos anos 1950), juscelinista (segunda metade dos anos 1950) e ditatorial militar (de 1964 ao final dos anos 1970), alongando-se pela etapa *neoliberal*.

A estruturação do arranjo produtivo nacional teria sido idêntica em todas as etapas, incluindo bancos públicos, financiamento a empresas privadas e empresas estatais, assim como a articulação entre empresas estatais e empresas privadas. Isso teria entrado em crise, nos anos 1970, com o comprometimento dos recursos do país ao endividamento externo.



Tal análise não leva em conta as diferenças entre as etapas. A varguista dos anos 1930/1945 teve como base empresas estatais e grupos nacionais de indústrias básicas (aço e química, principalmente), numa época em que as potências capitalistas não haviam ingressado na fase de exportação de capitais para investimentos industriais no exterior. Para construir a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Vargas teve que negociar (chantagear) com os norte-americanos na cessão das bases militares que precisavam no Nordeste.

No pós-Segunda Guerra Mundial ocorreu, ao contrário, um momento de grandes excedentes de capitais nos Estados Unidos, levando a uma mudança estratégica na exportação de capitais. Esta teve papel crucial na reconstrução da Europa Ocidental e do Japão, e na constituição de novos países industrializados com a participação de empresas capitalistas estrangeiras, a exemplo dos Tigres Asiáticos e do Brasil. Não foi por acaso que a tentativa de continuidade da combinação de empresas estatais e empresas privadas nacionais, tendo como pivô a constituição da Petrobras, sofreu resistências de todo tipo e resultou no golpe contra Vargas, em 1954.

As industrializações juscelinista e militar tiveram como motor a mesma importação de capitais estrangeiros, com forte viés antiestatal, embora tendo que admitir a constituição de empresas estatais voltadas para a construção da infraestrutura indispensável à produção de energia e à circulação das mercadorias.

Vale lembrar que tal admissão era parcial e subordinada aos interesses das indústrias estrangeiras implantadas no país. A infraestrutura de transportes, por exemplo, foi subordinada aos interesses da indústria automobilística. O sistema rodoviário tornou-se a principal estrutura de transportes, apesar de ser a de mais alto custo. As ferrovias e as empresas estatais de transporte marítimo e hidroviário foram sucateadas e/ou privatizadas, e o saneamento ficou restrito às necessidades daquelas empresas.

Por outro lado, os processos estruturantes varguista e juscelinista não enfrentaram uma demanda acentuada de força de trabalho para a indústria. Não precisaram tocar no velho latifúndio que mantinha subjugado, através da agregação, o principal contingente da força de trabalho brasileira. JK se restringiu a estender a legislação trabalhista às áreas rurais, em parte fazendo com que o famoso *cambão* (dias de trabalho dos agregados dedicados a serviços do latifundiário), que antes não era pago, passasse a ser remunerado. Já o processo militar só poderia se tornar um *milagre econômico* se liberasse esse enorme contingente de força de trabalho (nos anos 1960, a população ativa rural era superior a 65% do total) para as indústrias e para a construção da infraestrutura.

O financiamento público para a modernização dos latifúndios, transformando os latifundiários numa fração da classe capitalista, liberando a força de trabalho agregada e transformando-a em força livre para o mercado de trabalho industrial, é um dos aspectos mais diferenciados do processo estruturante militar em relação aos varguistas e juscelinistas. Essa transformação, que mudou radicalmente a composição das populações urbana (84%) e rural (16%), é a responsável pela brutal especulação fundiária urbana e pelo caos social que passou a assolar as grandes e médias cidades brasileiras dos anos 1970 em diante.

Portanto, esses processos podem ter sido formalmente idênticos (forma industrializante), mas se diferenciaram quanto ao grau de desnacionalização, participação estatal nas áreas estratégicas, dependência ao capital estrangeiro e estrutura de classes sociais. No final da ditadura militar, apesar dos acessos de nacionalismo na manutenção da Petrobras, a economia brasileira já era oligopolizada por empresas multinacionais, enquanto a burguesia cabocla se tornara simples subsidiária de tais empresas.

Até os anos 1970, as empresas das potências capitalistas exportavam capitais para a duplicação ou multiplicação de suas plantas industriais em outros países, tornando-se *multinacionais*. O esforço para deter a tendência de queda da taxa de lucro era realizado através da expropriação de parcelas significativas dos produtos

internos brutos dos países que recebiam as plantas das multinacionais, assim como através de investimentos financeiros.

Porém, as revoluções técnicas e da produtividade, assim como a centralização do capital nas potências capitalistas, tornavam infrutíferos os esforços para deter a queda de sua taxa média de lucro. Isso impôs uma brutal reestruturação, caracterizada por uma centralização mais intensa sob hegemonia do sistema financeiro, pela formação de *corporações transnacionais*, e por novo padrão na exportação de capitais.

A forma financeira de exportação de capitais ganhou uma dimensão exponencial, a ela sendo acrescentada a forma de transferência de plantas industriais das potências capitalistas, completas e/ou segmentadas, para países de força de trabalho e de infraestruturas energéticas e de transportes mais baratas.

As duas formas (financeira e/ou de transferência de plantas industriais) não eram necessariamente complementares. Dependendo do grau de soberania dos Estados dos países agrários, ou agrário-industriais, para os quais se dirigiam os investimentos, elas podiam tornar-se contraditórias.

No caso da China e do Vietnã, por exemplo, a forma financeira não foi admitida, enquanto a forma de transferência de plantas industriais foi incentivada. No caso do Brasil, e da maioria dos países da América do Sul, em virtude da predominância estrangeira na economia e da subserviência da burguesia nativa, a forma financeira foi predominante. Em vez de enfrentar a crise aproveitando-se da necessidade do capital desenvolvido em exportar plantas industriais como forma de investimentos, os Estados desses países sucumbiram aos ditames da exportação da forma financeira, ou da forma *neoliberal*.

Para justificar o neoliberalismo, aplicado sem peias durante os governos FHC, foi elaborada toda uma ideologia sobre o papel nefasto do Estado na economia, a necessidade de abrir o país à concorrência estrangeira para ganhar

competitividade, e sobre a elevação da taxa de juros e a redução da taxa de câmbio para controlar a inflação.

Assim, para supostamente “corrigir” o papel do Estado e “aumentar a concorrência”, grande parte das empresas estatais foi privatizada e inúmeras empresas privadas nacionais foram vendidas, aumentando o caráter oligopolizado e desnacionalizado da economia. Grande parte dos capitais estrangeiros exportados para o Brasil foi investida nas bolsas de valores, na aquisição de títulos da dívida pública e na compra de plantas industriais a serem realocizadas para países ou regiões de mão de obra mais barata.

Assim, a forma ou etapa *neoliberal*, ao contrário das etapas estruturantes anteriores, foi desestruturante e desindustrializante. Nos anos 1970, a indústria participava com um quarto do Produto Interno Bruto brasileiro, passando a um décimo no final dos anos 1990, um verdadeiro crime de lesa-pátria. Nesse sentido, foi um erro do governo petista de 2003 a 2006 não haver inventariado o verdadeiro desmonte do parque industrial brasileiro praticado durante os governos FHC, e transformado tal fato nas justificativas para realizar os reajustes e as reformas que permitiriam retomar uma industrialização soberana, inclusive aproveitando-se dos excedentes de capitais dos países capitalistas.

Os governos petistas aproveitaram-se apenas da expansão econômica internacional, resultante do ciclo de desenvolvimento dos países emergentes não subordinados à forma financeira de globalização (China, Vietnã, Índia e outros países asiáticos e africanos) para elevar o padrão de consumo das populações de baixa renda por meio de programas sociais. No entanto, falharam em sua suposição de que tal elevação seria suficiente para promover investimentos na industrialização e superar a forma *neoliberal* de atração de investimentos externos.

É verdade que a Petrobras foi estimulada a promover o *conteúdo nacional* dos equipamentos a serem utilizados na exploração marítima do petróleo e do gás, principalmente tendo em conta a descoberta e exploração do pré-sal. Porém,

jamais foi elaborado um programa que mobilizasse todas as empresas estatais no sentido de promover a reindustrialização do país, tendo como parâmetro básico as indústrias de base. É por isso que vários economistas afirmam que os governos petistas se mantiveram presos à etapa *neoliberal*.

Para haver escapado dessa sina, aproveitando-se do forte ciclo de exportações de capitais pelas potências capitalistas, seria necessário ter um programa claro de direcionamento dos investimentos externos para desenvolver tanto os setores industriais estratégicos através de empresas estatais quanto os setores industriais não estratégicos através do setor privado. Empresas como a Petrobras, Eletrobras e outras teriam de funcionar como orientadoras do processo de industrialização e do mercado, e não o contrário, como na prática ocorreu.

A ausência de uma política como essa resultou num crescimento econômico pífio e na continuidade das políticas de apoio do Estado ao empresariado estrangeiro. Tais políticas, explícitas no sistema tributário regressivo, nas desonerações fiscais e em inúmeras outras medidas de “proteção” às empresas privadas, funcionaram como bomba de sucção das riquezas humanas e físicas do país, embora jamais tenham contentado os capitalistas, em particular os rentistas.

Nesse sentido, as atuais reformas trabalhista e previdenciária não devem ter efeito algum sobre desenvolvimento industrial e crescimento econômico. Para receber transferências de plantas industriais das corporações transnacionais seria necessário, além de mão de obra mais barata, uma infraestrutura energética e de transportes de baixo custo, o que não é o caso do Brasil.

Nessas condições, o mais provável é que tais reformas regressivas elevem os recursos públicos, mas os destinem basicamente ao pagamento dos juros da dívida pública. A promessa de mais emprego e mais crescimento tende a não passar da propaganda enganosa de *uma pinguela para o futuro*, agravando a realidade de mais atraso científico e tecnológico, maior desindustrialização, mais desemprego,

crescimento pífio, caos urbano e aumento da criminalidade e de outros males típicos do marasmo econômico.

A essa perspectiva danosa para o país como nação independente, as forças de esquerda, em particular o PT, precisam responder com um projeto estratégico de médio e longo prazos. Não se trata apenas de fortalecer o Estado como instituição democrática. É preciso que tal Estado passe a ter o povo, e não uma parcela endinheirada dele, como seu principal beneficiário. O que exige desse Estado uma ação eficaz na utilização de suas empresas estatais (incluindo os bancos públicos) como principais instrumentos para o desenvolvimento industrial e econômico em geral.

O que inclui investimentos nos setores estratégicos, associações com empresas estrangeiras para transferência e absorção de novas e altas tecnologias, associações com empresas nacionais para o desenvolvimento articulado da produção para o consumo de massa, planos claros para o desenvolvimento científico e tecnológico e a multiplicação das inovações apropriadas.

Esse é, muito provavelmente, o caminho mais eficaz para sair da crise cabocla e evitar os contágios das crises globais. Mas é um caminho que exige determinação e competências política e científica.

Título	<i>A China em nova etapa</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. China. 2. Desenvolvimento.
Número	166 ed. (Novembro de 2017)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	08 de novembro de 2017 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2017/11/08/a-china-em-nova-etapa/">https://teoriaedebate.org.br/2017/11/08/a-china-em-nova-etapa/</a>
	Resumo: O PC chinês está focado em resolver desafios como emprego, seguridade social e desigualdade, buscando satisfazer as crescentes demandas por uma vida melhor, enquanto avança em seu projeto de desenvolvimento científico e tecnológico, destacando-se a Iniciativa Cinturão e Estrada para fortalecer sua influência geoeconômica.

## A CHINA EM NOVA ETAPA - (2017)

*O PC e o Estado chinês estão obrigados a prestar maior atenção ao trabalho, ao emprego e aos ingressos dos habitantes, à seguridade social e à saúde do povo*

*Há razões para acreditar que o PC da China será capaz de superar o “desenvolvimento desequilibrado e inadequado” atual do “socialismo com características chinesas” pelo atendimento às “necessidades sempre crescentes (de seu povo) por uma vida melhor”. Isto é, satisfazer o anseio do povo chinês “por uma vida material e cultural superior”*

Grande parte da mídia ocidental continua sem entender a China. Para essa mídia, como se fossem totalmente inusuais, os únicos acontecimentos dignos de nota no recente 19º Congresso do Partido Comunista da China teriam sido a suposta ascensão do “pensamento Xi Jinping” ao nível do “pensamento Mao Tsé-Tung” e os prováveis indicadores de que Xi Jinping pretende romper o sistema de rodízio das lideranças do partido e do Estado a cada dez anos.

Pouco adianta explicar que o “marxismo-leninismo” e o “pensamento Mao Tsé-Tung” foram as referências básicas para a elaboração dos diversos “pensamentos” que reorientaram o caminho do PC da China e da nação chinesa no processo de construção socialista na China. Foi com base neles que tomou corpo o “pensamento



Deng Xiaoping” (sobre a abertura e reforma do socialismo com características chinesas), elaborado há 39 anos e aprovado na 3ª Sessão Plenária do 18º Comitê Central do Partido Comunista da China, assim como o “pensamento Jiang Zemin” (das Três Representações), o “pensamento Hu Jintao” (das Perspectivas Científicas sobre o Desenvolvimento) e, agora, do “pensamento Xi Jinping” (Socialismo com Características Chinesas na Nova Época).

Cada um desses “pensamentos” representa uma avaliação crítica dos processos anteriores e corresponde à adoção de novas estratégias e novas táticas (políticas, econômicas, culturais etc.), necessárias à superação das contradições e dos desafios surgidos na evolução do processo de desenvolvimento do socialismo chinês. O que o 19º Congresso do PC da China avaliou é que os cenários internacional e interno atualmente vividos pelo país apresentam mudanças marcantes em relação aos períodos ou etapas anteriores e necessitam ser encarados como uma nova etapa no processo de desenvolvimento empreendido pelo povo chinês.

A crise global capitalista continua desorganizando inúmeras economias nacionais e apresenta sinais de que pode transformar-se numa guerra destrutiva. Ela já havia obrigado a China a realizar intensa reestruturação econômica, fazendo com que o mercado interno passasse, de uma hora para outra, a ser o foco principal de seu desenvolvimento e que seu ritmo de crescimento fosse reduzido de 9%-10% ao ano para 6,5%-7% ao ano.

Embora tal crescimento ainda seja quase três vezes superior ao da maioria dos países do mundo, ele trouxe à tona desafios até então considerados secundários e de mais longo prazo pelo partido. Por exemplo, a capacidade excessiva de muitos de seus setores industriais emergiu prematuramente como um dragão perigoso. O mesmo ocorreu com a constante desigualdade no desenvolvimento entre as províncias costeiras e as províncias ocidentais. O PIB dessas cresceu de 17,1%, em 2000, para somente 18,7% em 2010, fazendo com que continuassem ocupando os últimos lugares na lista do desenvolvimento chinês. Além disso, a crescente perda

da vantagem da mão de obra barata emergiu antes que o crescimento econômico tivesse condições de absorver os 240 milhões de lavradores restantes que se tornarão excedentes à medida que as tecnologias agronômicas substituam a força de trabalho humano nas lides rurais.

O setor de aço é um exemplo de capacidade excessiva. Sua produção se elevou de 513 milhões de toneladas, em 2008, para 803 milhões de toneladas em 2015, cerca de 300 milhões de toneladas a mais do que a produção conjunta dos EUA e da Eurozona. Muitas empresas de outros setores encararam situação idêntica, tendo que endividar-se ou entrar em bancarrota. Nessas condições, realocar externamente empresas de setores excedentes passou a ser uma das necessidades estratégicas do Estado chinês.

A realocação dos setores excedentes para países vizinhos, assim como o aumento da internacionalização de empresas chinesas, principalmente estatais, para países da Ásia, África e América Latina, poderia cumprir o duplo papel de resolver o problema da superprodução e do fraco desenvolvimento das províncias ocidentais chinesas. Mas isso dependia da articulação de um projeto mais amplo de integração com outros países.

A perda de vantagem no baixo custo da mão de obra, de outro lado, impunha a necessidade de a China elevar sua produção ao ponto mais alto da cadeia de valor global. O que dependia da elevação do padrão de sua indústria, demandando um programa ainda mais intenso de desenvolvimento científico e tecnológico, ao mesmo tempo em que o crescimento econômico deveria continuar mantendo o desemprego em taxas máximas de 4% a 5%.

Pode-se dizer que o enfrentamento de tais desafios teve início antes mesmo da crise global de 2008, com as Perspectivas Científicas sobre o Desenvolvimento, de Hu Jintao, e a aprovação, em 2005, do objetivo de transformar a China, até 2049 – aos 100 anos da proclamação da República Popular da China –, numa potência tecnológica, superando as grandes potências capitalistas. A estratégia para realizar

esse desenvolvimento compreende três etapas: a primeira até 2025, visando reduzir a diferença tecnológica com os demais países; a segunda, até 2035, de fortalecimento da posição; e a terceira, até 2045, de alcançar a liderança mundial em inovação.

Essa estratégia continua em vigor, incluindo fusões e reorganizações empresariais, ênfase na inovação, desenvolvimento sustentável, fabricação inteligente, assim como mudanças no padrão de crescimento, transitando da velocidade para a qualidade. Essa é a base para impulsionar os demais setores, como os de investigação e produção de tecnologias inteligentes, automatização e combinação estreita entre industrialização e informatização, especialmente em setores prioritários, como os de tecnologias da informação, equipamentos aeroespaciais, equipamentos ferroviários, veículos com novas energias, ferramentas de controle numérico e robótica.

A efetivação dessa estratégia inclui ainda o desenvolvimento da capacidade de inovação, a otimização da infraestrutura industrial, a formação de talentos, a reforma dos mecanismos e sistemas, a melhoria da administração industrial, a simplificação dos procedimentos administrativos, a melhoria da cooperação entre governo, sistema produtivo e universidade, a criação de um mercado multidimensional de capitais e de mercados competitivos com padrões nacionais, o desenvolvimento de centros de pesquisa e de empresas de tecnologia avançada, e o aumento do financiamento estatal para apoio à indústria manufatureira.

Em correspondência com essa estratégia, a China também reformou o sistema de administração dos investimentos estrangeiros, promoveu intercâmbios e administrou os impostos, reduzindo as barreiras de acesso ao mercado, revendo as políticas relativas a ferro e aço, engenharia química e engenharia naval, e se abrindo ao uso de fundos industriais externos para a participação internacional no desenvolvimento de equipamentos ferroviários, elétricos e de construção.

Com tudo isso, entre 2005 e 2015 a China passou a contar com 50% da malha mundial de trens de alta velocidade, utilizando tecnologias importadas e aportes tecnológicos próprios. Ela também elevou para 58,2% a automatização industrial por controle numérico e para 33,3% a penetração de ferramentas de desenho. Continuando nesse ritmo, em 2020 a China já terá se tornado o país que mais investe em pesquisa e desenvolvimento (P&D), 2% a 2,5% do PIB, com seus avanços científicos e tecnológicos ascendendo a 60% do PIB. Nessa ocasião terão entrado em funcionamento quinze novos centros de P&D e hubs de inovação tecnológica e se concretizará a exigência de elevar para 40% o uso de componentes básicos de produção local (“inovação autóctone” ou “inovação local”).

Desse modo, o plano de desenvolvimento científico e tecnológico não se restringiu à inovação, mas ao processo geral de produção, combinando a participação estatal com a participação de mecanismos de mercado. Dizendo de outro modo, com seu progressivo programa de “abertura e reformas”, “três representações” e “desenvolvimento científico”, o socialismo com características chinesas deu um salto imenso em seus desenvolvimentos econômico (tornou-se a segunda potência econômica mundial), social (retirou mais de 800 milhões de pessoas da linha da pobreza), cultural e político (o povo como referência básica).

No entanto, o entorno geopolítico e geoeconômico, assim como a situação econômica e social interna da China, passou a apresentar problemas e contradições que o projeto de desenvolvimento científico não conseguiu resolver. Problemas e contradições que exigem, além de dar prioridade ao desenvolvimento científico do país, reforçar a integração com outros países e atender as necessidades crescentes de seu povo por uma vida melhor em todos os aspectos.

Em certo sentido, a China parecia adotar um caminho idêntico ao dos Estados Unidos e de outros países centrais para ampliar sua ação econômica e política. A diferença consiste em que a China estimula e deve continuar estimulando outros países a seguirem seu caminho de industrialização com desenvolvimento soberano. Mas a ela faltava, além do projeto do Brics e de seu banco de

desenvolvimento, outro projeto de impacto que fortalecesse a integração com seus vizinhos asiáticos e com a Europa.

Tal projeto foi lançado em 2013, por Xi Jinping, que em 2012, durante o 18º Congresso do PCC, substituíra Hu Jintao na Secretaria-Geral do PC e na Presidência da China. Denominado Iniciativa Cinturão e Estrada (ICE), também conhecido pela sigla em inglês Obor (One Belt One Road), pretende construir infraestruturas ferroviárias e marítimas que integrem economicamente os países asiáticos e europeus, representando o mecanismo mais ousado para viabilizar o plano de desenvolvimento científico e tecnológico chinês e superar suas atuais contradições econômicas e sociais.

Xi Jinping o classificou como uma Nova Rota da Seda Terrestre e Marítima. Ou seja, um ambicioso projeto que, por terra, conectará as diferentes províncias chinesas com os países da Ásia Central (Quirguísia, Tadjquistão, Casaquistão, Uzbequistão, Turquimênistão, Irã, Paquistão, Turquia) e com países da Europa (Polônia, Alemanha e Itália). Por mar as províncias chinesas serão conectadas a países do Sudeste Asiático (Malásia, Singapura, Indonésia, Tailândia, Sri Lanka), da África Oriental (Tanzânia, Quênia, Somália, Etiópia), do Oriente Médio (Sudão, Egito, Arábia Saudita) e da Europa (Itália).

Embora haja uma dimensão geopolítica no projeto ICE, sua dimensão geoeconômica está intimamente relacionada às transformações ocorridas na política industrial doméstica. A China reconhece que os países vizinhos podem desempenhar papel importante em sua estabilidade interna, sendo necessário estreitar os laços econômicos e políticos com eles, construindo um vasto projeto de integração econômica e criando uma cadeia de produção regional, dentro da qual a China pode ser um centro manufatureiro e de inovação.

Alguns analistas acreditam que, com investimentos programados de mais de um trilhão de dólares, o ICE tende a minar a influência dos Estados Unidos sobre o amplo mercado euroasiático e reformatar o mundo silenciosamente, ameaçando a

chamada ordem internacional “liberal” ou “neoliberal”. Embora isso não faça parte dos planos chineses, e esses considerem perigoso tal tipo de raciocínio, não há dúvidas de que os Estados Unidos não veem com bons olhos tal projeto. Talvez por isso a China também se empenhe em reforçar a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), à qual aderiram a Índia e o Paquistão, fazendo com que ela se torne não só a maior organização política – por área e por população – do mundo, mas também a que reúne o maior número de potências nucleares (quatro), constituindo aquilo que Xi Jinping classifica como “um novo tipo de relações internacionais com vistas à cooperação ganha-ganha”.

De outro lado, internamente, mais do que antes, o PC da China e o Estado chinês estão obrigados a “prestar maior atenção ao trabalho, ao emprego e aos ingressos dos habitantes, à seguridade social e à saúde do povo”, assim como à luta contra a corrupção, pela ampliação da democracia e pela recuperação do meio ambiente. O enfrentamento desses problemas tornou-se, mais do que antes, essencial para o desenvolvimento do socialismo com características chinesas na nova etapa em que ingressou.

No campo do trabalho e do emprego, embora até agora a China tenha atuado no sentido da formalização institucional dos direitos dos trabalhadores, incluindo-a como instrumento de inclusão social e dinamização da economia, há um empenho continuado para não transformar o Estado chinês em paternalista. Em tais condições, o PC da China continua estimulando que os trabalhadores lutem por seus direitos, de modo a distinguir os interesses de classe envolvidos e ter o Estado socialista como um aliado.

Se o socialismo é apenas uma transição do modo capitalista de produção e de vida para o modo comunista de produção e de vida, comportando a cooperação e o conflito entre as formas capitalistas e as formas sociais, seria um engano estender uma capa totalmente protetora do Estado socialista sobre os trabalhadores, ao invés de estimulá-los a descobrir os mecanismos de exploração do capital através da luta e da experiência prática. Nesse sentido, o crescimento dos movimentos

trabalhistas na China só representa um perigo para a continuidade do socialismo com características chinesas se o PC não estiver ao lado dos trabalhadores em suas lutas.

Mais complexo nesse caminho é o fato de que o continuado desenvolvimento científico e tecnológico do processo produtivo chinês tende a pressionar cada vez mais pela redução dos postos de trabalho e a evitar a criação de novos, tornando realidade crescente o desemprego estrutural. Embora a experiência do seguro-desemprego chinês, associada à obrigatoriedade da reciclagem profissional ou de trabalhos comunitários, seja um indicador interessante para o futuro, talvez seja necessária uma ampliação considerável dessas associações com o estudo científico e tecnológico e com as atividades culturais, já presentes embrionariamente nos diversos pensamentos que vêm embasando o socialismo com características chinesas.

O mesmo acontece com o enfrentamento da corrupção, já apontada por Mao Tsé-Tung como as “balinhas de açúcar” capazes de desviar quadros e militantes, por Deng Xiaoping como um dos perigos mais terríveis a serem enfrentados pelo socialismo, e por Xi Jinping como a principal ameaça ao PC da China e ao socialismo. Não por acaso a primeira etapa de seu mandato foi marcada por uma campanha implacável, dos mais altos escalões do partido e do Estado aos mais baixos, contra os envolvidos em ações relacionadas à corrupção.

Finalmente merece destaque a atenção dada à luta pela recuperação ambiental, degradada tanto pelas inúmeras gerações que habitam a China há milênios quanto pelo desenvolvimento dos anos mais recentes. Tal ênfase tem por base a atual busca do desenvolvimento sustentável e as mudanças no padrão de crescimento, que está transitando da velocidade para a qualidade, de modo a construir uma “civilização ecológica socialista”. De um país acusado de destruidor do meio ambiente a China tornou-se a maior investidora nessa área e tudo indica que continuará nesse rumo.



Concluindo, há sérias razões para acreditar que o PC da China será capaz de superar o “desenvolvimento desequilibrado e inadequado” atual do “socialismo com características chinesas” pelo atendimento às “necessidades sempre crescentes (de seu povo) por uma vida melhor”. Isto é, satisfazer o anseio do povo chinês “por uma vida material e cultural superior”, por mais democracia, igualdade, justiça, segurança e meio ambiente recuperado, levando a China a um desenvolvimento pleno e equilibrado para atender as exigências populares e enfrentar as ameaças à sua segurança.

Título	<i>Estados Unidos e China: ameaça de guerra?</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. China. 2. Estado. 3. Estados Unidos.
Número	174 ed. (Julho de 2017)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	24 de julho de 2018 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2018/07/24/estados-unidos-e-china-ameaca-de-guerra/">https://teoriaedebate.org.br/2018/07/24/estados-unidos-e-china-ameaca-de-guerra/</a>
	Resumo: Os Estados Unidos demonstram preocupação com os avanços da China, especialmente no campo tecnológico e econômico, desencadeando tensões comerciais. Enquanto os EUA enfrentam problemas internos de desigualdade e estagnação, a China busca se tornar uma potência global por meio de iniciativas de cooperação econômica e energética, desafiando o modelo americano.

## ESTADOS UNIDOS E CHINA: AMEAÇA DE GUERRA? - (2018)

*O que parece realmente estar por trás das ações provocativas dos EUA à China é o fato dos avanços chineses no acesso a terras, águas, energias, ciências e tecnologias estarem relacionados com o papel do Estado*

*A crescente disputa comercial entre Estados Unidos e China e os possíveis desdobramentos nas relações internacionais talvez só possam ser clarificados com o entendimento do grau de desenvolvimento de cada uma dessas nações e de seus objetivos quanto ao mundo.*

Nos Estados Unidos, a partir dos anos 1970, as grandes corporações industriais, comerciais e de serviços foram unificadas e hegemônicas pela fração financeira do capital. Sua indústria perdeu dinamismo e foi, em grande parte, relocada em países de mão de obra mais barata. E parcela insignificante de sua população centralizou a maior parte da riqueza nacional, enquanto a maioria dessa mesma população passou da condição de classe média ou de classe trabalhadora empregada para a condição de excluída da riqueza e do mercado de trabalho.

A introdução de robôs e da inteligência artificial, inerente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, elevou a produtividade e a apropriação da mais valia gerada pelo trabalho humano. Ou seja, fez com que mais de 80% das

empresas aumentassem a concentração de mercado, reduzissem a capacidade de criar empregos e destruíssem milhões de postos de trabalho de baixa e de alta qualificação.

Com isso, os Estados Unidos passaram a se confrontar com massas populacionais crescentes vivendo abaixo da linha da pobreza. O *American way of life*, segundo o qual todos estavam fadados a enriquecer, transformou-se em pesadelo de pobreza, miséria e desencanto. E os defeitos da decantada democracia americana permitiram sua exploração fraudulenta, propiciando a vitória de Trump para a presidência do país.

Representando principalmente os interesses das frações financeira e armamentista de seu capitalismo, explorando os sentimentos erráticos de frustração e prometendo *America First*, mesmo na base de ódio e guerra, Trump se dispõe não só a destruir as poucas políticas internas de assistência social praticadas anteriormente como a desfazer os acordos e tratados internacionais que permitiam relações civilizadas entre os países.

Para resolver a disparidade entre os preços dos produtos americanos e de vários outros países, embora a produtividade americana seja maior e teoricamente possa permitir preços menores, Trump decidiu elevar a taxa de importação. Assim, aumentou a pressão não só sobre a capacidade competitiva das empresas nacionais dos outros países, mas também sobre as corporações empresariais norte-americanas que atuam no mercado global.

Em outras palavras, Trump decidiu morder na jugular da inovação indispensável à concorrência capitalista. O que também pode explicar as mudanças nas taxas e custos das universidades norte-americanas, que parecem em guerra contra a ciência, assim como as medidas repressivas contra a imigração, que sempre representou uma fonte de importação de talentos e inovações.

No caso da taxa de produtos chineses, essa política afeta a rentabilidade das empresas norte-americanas e de outros países estrangeiros localizadas no

território chinês em *joint venture* com empresas locais, responsáveis por 86% dos computadores e produtos eletrônicos, 63% de equipamentos eletrônicos e componentes e 59% de maquinaria mecânica exportados para os Estados Unidos.

Assim, em vez de lutar com o problema da redistribuição interna da renda, diante da centralização patrimonial e do efeito das novas tecnologias sobre o trabalho, Trump pretende reviver um capitalismo movido internamente pela diversidade e externamente pelo poder monopolista, cujos canhões decidiam o destino de povos e nações.

A China, por seu turno, desde a adoção da *política de abertura e reforma*, em 1978, conformou uma sociedade *socialista de mercado*. Nos quarenta anos posteriores, e apesar das crises capitalistas globais e regionais, apresentou um crescimento econômico médio de 10% ao ano, reformulou os padrões de comércio global, retirou da pobreza mais de 800 milhões de chineses, liquidou as endemias e se tornou a maior economia mundial pela paridade de poder de compra e a segunda maior pela produção global.

Apesar da crise global iniciada em 2007-2008, a China manteve um crescimento econômico superior a 6% e uma participação acima de 10% nas exportações globais. Elevou o mercado doméstico, investiu na modernização econômica e deu novo salto na infraestrutura de transportes, telecomunicações, energia renovável, reflorestamento, saneamento e moradia. Seus trens de alta velocidade já rodam por 22 mil quilômetros e a produção de energia solar é uma das maiores do mundo.

A China também deixa de ser um país de mão de obra barata. A produtividade crescente de sua indústria se baseia cada vez mais nas ciências, tecnologias e na organização de cadeias produtivas integradas, tendo como carros-chefes sistemas de inovação internamente produzidos. Suas empresas estão empenhadas em superar a geração 4G, ingressar na geração 5G de redes móveis e transformar a

China, até 2020, em nação inovadora, até 2030 em líder na inovação internacional, e até 2050 em casa de força da inovação científica e tecnológica mundial.

Tudo isso com o apoio do crescente número de graduados nas universidades chinesas (de um milhão em 2001 para mais de 12 milhões em 2016), da elevação dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, da obtenção de novas patentes e do número de chineses estudando pós-graduação e doutorado em países estrangeiros (inclusive nos Estados Unidos). As redes móveis da China já estão ombro a ombro com os Estados Unidos na capacidade para a guerra cibernética.

Porém, o que parece realmente estar por trás das ações provocativas dos Estados Unidos à China é o fato de seus avanços no acesso a terras, águas, energias, ciências e tecnologias estarem relacionados com o papel do Estado. O Estado socialista chinês, através de seus instrumentos econômicos, sociais e políticos, concorre com os setores privados e demonstra papel decisivo no desenvolvimento.

Para as classes dominantes americanas parece um exemplo indigesto que os planos desse Estado de socialismo de mercado englobem não só metas econômicas, científicas, tecnológicas e ambientais, mas também metas sociais, de crescimento com enriquecimento de todos em ondas, umas puxando as outras. E, mais ainda, que sua estratégia de desenvolvimento, antes voltada às exportações ao mercado internacional, passe a ser baseada na produção para o mercado doméstico, significando que o enriquecimento doméstico já permite que a população chinesa seja a base para o crescimento futuro.

É verdade que estudiosos ocidentais fazem alarde do que chamam *crescimento dos conflitos trabalhistas* na China. Supõem que as relações de trabalho (capitalistas), as desigualdades sociais, os *problemas ambientais* e os casos de corrupção, todos ainda presentes, teriam potencial para provocar instabilidades sociais e políticas no país. No entanto, comparados aos problemas de quarenta anos atrás, os atuais são muito menos significativos. A luta contra eles comportou evitar que o desenvolvimento aprofundasse as desigualdades sociais, tornou o combate à

corrupção um vetor permanente da política estatal e fez com que a recuperação ambiental se tornasse uma prioridade política.

Se essas políticas se restringissem ao território chinês, talvez a classe dominante americana não se alarmasse tanto. No entanto, as reformulações da economia e da sociedade chinesa incluem não só a manutenção e o crescimento de sua capacidade de exportar mercadorias, mas também uma crescente capacidade de exportar capitais e investir no exterior, sendo crescente o número de empresas chinesas, incluindo estatais, com investimentos no resto do mundo, inclusive nos Estados Unidos.

Além disso, a China decidiu desenvolver projetos de cooperação econômica e social internacional de largo alcance, como as *Novas Rotas da Seda*, ou *Iniciativa Cinturão e Estrada* (*Belt and Road Initiative* – BRI, em inglês) e a *Interconexão Energética Global*.

O projeto *Belt and Road Initiative* – BRI, por um lado, dá vazão produtiva às massivas reservas internacionais e à enorme capacidade produtiva chinesa de aço, alumínio e cimento. Por outro, amplia as parcerias de financiamentos públicos e privados chineses com inúmeros países asiáticos, africanos, árabes e europeus ao ligá-los por modernas infraestruturas ferroviárias, marítimas, aéreas e de telecomunicações.

Desse modo, aliada às parcerias estratégicas da Organização de Cooperação de Shanghai, do Banco Asiático de Desenvolvimento, dos Brics e do próprio G20, a BRI tende a se tornar a maior parceria eurasiática já conhecida pela humanidade. Com ela, Casaquistão, Rússia, Turquia e Irã se tornarão elos de uma cadeia produtiva e consumidora que atingirá o leste e o nordeste da África, assim como o sul e o norte da Europa, com mais rapidez e com custos logísticos muito mais baixos do que os atuais.

Para agravar a apreensão imperialista norte-americana, a China apresentou à ONU a proposta de *Interconexão Energética Global*, tendo por base a utilização das

energias eólica, solar, hídrica, geotérmica, oceânica e de biomassa como forma de alcançar os objetivos do acordo climático de Paris, de onde o governo Trump retirou os Estados Unidos.

Em outras palavras, a China começa a desempenhar um papel econômico muito mais positivo para superar a crise global capitalista que teve como epicentro os Estados Unidos, contrapondo-se à superada tendência imperialista estadunidense. Embora ela só tenha em vista sua projeção internacional baseada em parcerias econômicas, isso tem levado os analistas estratégicos de Trump a reações descontroladas.

Classificam a ação chinesa como um novo tipo de *expansão imperial*, ou como uma *ameaça hostil*. Reiteram que ela, a China, e também a Rússia e o Irã pretendem desafiar o poderio e os interesses dos Estados Unidos, prejudicar sua segurança e sua prosperidade, e se expandir à custa da soberania de outros países. Assim, quanto mais a China demonstra que sua economia é orientada por prioridades estabelecidas através do Estado, mais os setores capitalistas dominantes dos Estados Unidos se sentem ameaçados.

Apesar disso, setores sociais e políticos estadunidenses menos radicais do que os que apoiam Trump acreditam que a China apenas está seguindo os mesmos passos da globalização norte-americana. Concluem, portanto, que ela, com sua enorme população, estará em piores condições do que os Estados Unidos para enfrentar a crescente participação dos robôs e da inteligência artificial no processo produtivo, que fará o desemprego e a miséria atingirem massas crescentes.

Talvez tais setores se vejam embaraçados se o atual seguro desemprego chinês, que obriga o desempregado, para ter direito a ele, a realizar cursos de reciclagem profissional ou prestar serviços comunitários, for uma indicação de que a China já possui um modelo básico para um futuro de pouco emprego, mas sem miséria. A rigor, antes mesmo de chegar ao ponto em que todo trabalho vivo pode ser substituído pelo trabalho morto, a China já atua no sentido de evitar a



flexibilização e/ou redução de direitos sociais, e trabalha na formalização institucional de direitos como instrumento de inclusão social e dinamização da economia.

É evidente que nada disso importa para a classe dominante americana. E que ela, em sua insana luta por manter intacto seu viés imperialista, pode apelar para a guerra como forma de impedir a China de continuar em sua trajetória de transição socialista. Para sorte de todos, porém, os projetos de cooperação econômica e energética dos chineses parecem ser mais atrativos para os aliados europeus e asiáticos dos Estados Unidos do que o apelo às armas e as ameaças de guerra.

O que não pode nos levar à conclusão de que o perigo está passando. O capitalismo dos Estados Unidos, mais do que o de outros países, se debaterá, cada mais, com as contradições inerentes ao processo de desenvolvimento de seu modo de produção. Em especial com aquelas que tendem, por um lado, a centralizar em 1% ou menos de sua população o conjunto da riqueza gerada por seus meios de produção e, por outro, a substituir o trabalho vivo pelo trabalho morto, criando empecilhos crescentes para a própria reprodução ampliada do capital. No desespero...

Título	<i>O caminho chinês</i> (IN: Teoria e Debate)
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. China. 2. Coronavírus. 3. Socialismo de mercado.
Número	195 ed. (Abril de 2020)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	21 de abril de 2020 (referência do site)
Local	São Paulo.
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2020/04/21/o-caminho-chines/">https://teoriaedebate.org.br/2020/04/21/o-caminho-chines/</a>
Resumo: O modelo de socialismo de mercado adotado pela China e Vietnã tem sido eficaz para impulsionar o crescimento econômico e social, apesar das críticas e desafios enfrentados, como a corrupção e a concorrência entre propriedade estatal e privada. Essa abordagem, combinando planejamento estatal e mercado, demonstra ser um poderoso vetor de desenvolvimento que pode ser considerado por outros países em busca de progresso.	

## O CAMINHO CHINÊS - (2020)

*A experiência, até agora exitosa na China e no Vietnã, demonstra que o socialismo de mercado é um poderoso vetor de crescimento econômico e social, cujos paradigmas podem ser utilizados por qualquer país para seu desenvolvimento*

A China se torna, cada vez mais, ponto de referência mundial, embora muitas vezes seus conhecidos pontos positivos na luta contra a covid-19 sejam imediatamente contraditados por supostos aspectos negativos. Até mesmo intelectuais que se autodenominam “marxistas” a acusam de ser uma sociedade fechada, sob uma ditadura possuidora de uma máquina de propaganda estatal poderosa, fornecendo informações incompletas ou maquiadas à Organização Mundial da Saúde (OMS), tendo causado a morte do oftalmologista de Wuhan que alertou a existência de um problema virótico novo... e por aí fora.

Na realidade, a China tem sido uma das nações mais eficientes para enfrentar e debelar o surto epidêmico. Seu índice de mortalidade é baixíssimo (2 por 1 milhão). E ela é a nação que mais rapidamente está recolocando sua economia em funcionamento, inclusive na produção de instrumentos indispensáveis para que os

Estados Unidos e vários outros países da Europa e do resto mundo se contraponham à pandemia.

Tudo isso, se aumenta os ataques a ela, também eleva o interesse por sua história, em especial por sua história moderna. Mesmo porque não são poucas as pessoas que ignoram o fato de que a China realizou, nos últimos quarenta anos, um desenvolvimento industrial, técnico e científico que a Grã-Bretanha e os Estados Unidos levaram cerca de duzentos anos para completar. Ou que a China, no passado feudal, com a atividade comercial de sua antiga Rota da Seda e de sua frota marítima do século 14, foi um dos impérios que contribuíram, seja para a expansão da navegação oceânica, com a invenção da bússola, do leme e da vela triangular (que permitiu navegar contra o sentido do vento), seja para a acumulação primitiva do capital na própria Europa.

É verdade que esse caminho chinês de comércio internacional naufragou, ao ser incendiada sua frota, poucos séculos depois, por imposição dos senhores de guerra feudais, manchus e hans, incomodados com a emergência de uma classe comercial burguesa e, também, pelas guerras de domínio impostas à China pelas emergentes nações capitalistas coloniais. Estas a subordinaram, impedindo-a de ingressar no desenvolvimento capitalista como nação independente.

Somente em 1949, com a vitória da revolução democrática e popular comandada pelo PC, a China se livrou da dominação imperialista, realizou a reforma agrária e tentou ingressar no desenvolvimento industrial através de uma aliança de operários, camponeses e intelectuais com os burgueses nacionais. Esse novo caminho, porém, naufragou em virtude das ações especulativas da própria burguesia chinesa, levando o país a ingressar num caminho de estatização e planejamento idêntico ao do socialismo da União Soviética.

Tal caminho, porém, tinha o defeito de dar pouca atenção à produção de bens de consumo corrente e não estimular a competição entre as empresas estatais no sentido de evitar a burocratização, elevar a produtividade, ampliar a produção e

reduzir os preços. Se já eram graves na União Soviética, tais defeitos se tornaram ainda mais complexos ao se confrontarem com o tamanho da população chinesa. Ou seja, a produção insuficiente de bens de consumo corrente tendia a intensificar as contradições internas na China com muito mais rapidez que na União Soviética.

De outro lado, na suposição de que tal problema poderia ser resolvido através da luta ideológica, o Partido Comunista da China (PCC) ainda fez um esforço extra para resolvê-lo através da Grande Revolução Cultural. Mas fracassou, e foi obrigado a voltar atrás e descobrir que Marx tinha certa razão ao afirmar que o socialismo de transição da sociedade capitalista para a sociedade comunista só seria possível quando o próprio capitalismo tivesse esgotado suas possibilidades históricas.

Isto é, houvesse centralizado de tal modo a propriedade capitalista e elevado sua produtividade a tal ponto que não mais precisasse de muitos trabalhadores assalariados para o processo produtivo. Isso criaria a contradição insustentável, e humanitária, entre a enorme capacidade produtiva do capitalismo e a presença de uma imensa massa de trabalhadores sem emprego e incapaz de consumir a produção de quem não lhe permitia trabalho nem salário.

O PC, da China, então sob a direção de Deng Xiaoping, deu-se conta dessa contradição. E também do fato histórico de que muitas sociedades humanas haviam enfrentado, em sua transição para uma sociedade de tipo superior, um processo intermediário em que as características da nova e da antiga sociedade conviveram, em cooperação e em conflito, até o novo tipo de sociedade se impor através do desenvolvimento de suas características básicas.

As histórias da transição do escravismo para o feudalismo, no Império Romano em decadência, assim como da sociedade feudal da Inglaterra, França e outros países, para a sociedade capitalista, são cheias de exemplos da convivência complexa de diferentes forças produtivas e diferentes relações de produção na transição de um tipo de sociedade para outro.

Pode-se dizer que foi um fenômeno histórico idêntico que fez com que a China, a partir do final dos anos 1970, fosse levada a ingressar no chamado *socialismo de mercado*, combinando e confrontando a propriedade estatal e a propriedade privada, orientação estatal e disputa de mercado, trabalho assalariado e trabalho cooperativo. Para facilitar, e também para complicar, isso ocorreu paralelamente às reformas estruturais no capitalismo desenvolvido, caracterizadas em grande medida por investimentos externos em países com mão-de-obra mais barata, investimentos que incluíam a transferência de plantas industriais, inteiras ou segmentadas, para tais países. Tal processo deu surgimento ao que foi chamado de “globalização” capitalista.

Para aproveitar-se dessa reestruturação do capitalismo desenvolvido e intensificar a recepção desse tipo de investimentos externos, após realizar uma reforma agrícola que privilegiou as unidades familiares camponesas, a China criou inúmeras Zonas Econômicas Especiais, onde os investidores estrangeiros podiam investir *desde que se associassem a empresas chinesas, inclusive estatais, e transferissem a elas novas ou altas tecnologias*.

De qualquer modo, naquela ocasião e, também, agora, essas medidas levaram e levam muita gente a crer que a China estava privatizando tudo e retornando ao capitalismo, ainda por cima subordinada ao imperialismo capitalista. Sequer se deram e se dão conta, no entanto, que a China não só manteve suas empresas estatais, embora evitando seu monopólio setorial, como as incentivou a concorrerem entre si e com as empresas privadas, de modo a elevar sua capacidade tecnológica para disputarem o mercado e não se burocratarem.

Ao mesmo tempo, a China modificou seu antigo sistema de trabalho 3 por 1 (três trabalhadores por posto de trabalho, como forma de reduzir o desemprego, mas de baixa produtividade) e incentivou e financiou os trabalhadores dispostos a elaborar e a levar adiante projetos industriais privados, financiados por bancos estatais. Com isso reconstituiu a burguesia nacional para intensificar a disputa no mercado com as empresas estrangeiras e as estatais.

Ou seja, da mesma forma que a transição do Império Romano para o feudalismo incluiu a convivência, por certo tempo histórico, de relações de produção escravistas e feudais, seja em cooperação, seja em conflito, o socialismo de mercado chinês (assim como o vietnamita) tende a ser uma das soluções para o problema da transição de países e povos economicamente atrasados que se adiantaram, antes que seu capitalismo tivesse se desenvolvido plenamente, na transição para uma sociedade mais avançada e igualitária.

Os efeitos do socialismo de mercado, desde seu início em 1978 até hoje, resultaram na transformação da China rural e agrícola numa China predominantemente urbana e industrial. As 31 províncias chinesas estão colocadas entre as 32 economias mundiais de maior crescimento. Os dois maiores bancos chineses, ambos estatais, estão entre os dez maiores mundiais. Entre as quinhentas maiores empresas globais estão 61 chinesas. A China também possui seis dos dez maiores portos mundiais, e a segunda maior rede ferroviária do mundo.

Do ponto de vista social, é reconhecido que a China retirou da pobreza mais de 800 milhões de seus habitantes (quase quatro Brasis), sua taxa de pobreza caindo de 65% para 10%. Seu seguro-desemprego e sua renda mínima, que associam o pagamento à obrigação de ingressar em cursos técnicos ou realizar trabalhos comunitários, apontam para caminhos concretos de superação da pobreza e da ignorância. Portanto, ao mesmo tempo que se transforma num país altamente industrializado, a China se encaminha também para criar as condições que a tornem também um país socialmente livre da pobreza e crescentemente igualitário.

Comparada com os países capitalistas mais desenvolvidos, a China só se encontra atrás, em termos estritamente produtivos, dos Estados Unidos, devendo ultrapassá-lo, mesmo nesse quesito, nos próximos anos, ao menos mantidas as tendências atuais de baixo crescimento e alto desemprego da potência norte-americana e de crescimento positivo chinês, embora bem abaixo dos seguidos 10% que manteve durante vários anos.

Mas também é importante perceber que há uma diferença básica entre os dois países. Reside no fato de que a potência industrial norte-americana já atingiu o grau de produtividade industrial que lhe permite substituir, em grande escala e de forma crescente, o trabalho vivo pelo trabalho morto. Ou, dizendo de outro modo, substituir a força de trabalho humana pela força de trabalho de máquinas e aparelhos. Isso, por um lado, elevou a produtividade e a capacidade produtiva. Mas, mantidas as relações de produção capitalistas, a substituição do trabalho vivo por máquinas impede um número crescente de proprietários da mercadoria força de trabalho de vender sua única fonte de sobrevivência, reduzindo, portanto, sua capacidade de sobrevivência.

Ao mesmo tempo, a substituição da força viva de trabalho pela força morta também incide negativamente sobre a taxa média de lucro do capital, empurrando seus donos a apelarem para o mercado financeiro especulativo. E a experiência internacional capitalista, pelo menos desde 1857, tem sido a de que esse mercado de dinheiro, centralizador de mais dinheiro, é gerador de crises cada vez mais destrutivas.

Na atualidade, tendo como fonte principal o sistema financeiro da maior potência capitalista, essas crises tendem cada vez mais, conforme apontava a crítica da economia política do final do século 19, para o fato de que o capitalismo da potência estadunidense está se aproximando de uma situação limite. Ou bem se verá diante da necessidade de substituir sua estrutura econômico-social de propriedade privada por algum tipo de socialismo ou será empurrado para um processo de destruição brutal de forças produtivas já acumuladas, a exemplo de uma guerra em grande escala.

A China, por seu lado, cresce há quarenta anos seguidos, mas ainda não alcançou o estágio em que o mercado pode ser substituído pela administração coletiva das coisas. Os próprios chineses fazem planos científicos e tecnológicos para se aproximar, de modo muito mais favorável que os Estados Unidos, por volta de



2050, das condições objetivas que podem fornecer as possibilidades de livrá-los do mercado.

Dizendo de outro modo, o que ocorre na China e também no Vietnã pouco tem a ver com supostos tipos de sociedades asiáticas, anteriores ao capitalismo, denominadas erroneamente de “modos de produção asiáticos”. Sociedades escravistas e feudais com fortes componentes estatizantes e mercantis ocorreram tanto na Ásia quanto na Europa (o Império Romano, por exemplo, foi o criador dos primeiros proletários históricos conhecidos, mas nem por isso ele gerou qualquer modo de produção asiático ou capitalista). Na China, por outro lado, em várias ocasiões, os senhores feudais impuseram aos mercadores fortes restrições a suas atividades, a exemplo do que fizeram com a armada de Zheng He, no século 14, totalmente incendiada e selando o fim do comércio marítimo da China com a África Oriental e a Arábia.

O que muito provavelmente não estava na previsão dos principais críticos do capitalismo, como Marx e Engels, é que sociedades atrasadas do ponto de vista capitalista se tornassem os primeiros palcos das tentativas de superação prática do capitalismo. Algumas delas geraram práticas totalmente estatizantes, que fracassaram, enquanto as experiências de socialismo de mercado, até agora em processo de desenvolvimento, ainda não têm uma perspectiva clara de como ocorrerá a superação do mercado e da burguesia proprietária.

De qualquer modo, a concorrência e as contradições entre a propriedade estatal e a propriedade privada fazem parte do cotidiano das experiências e contradições que permeiam o socialismo de mercado. Os proprietários privados, em geral, consideram que a propriedade estatal é burocrática e um estorvo ao desenvolvimento pleno da economia e da sociedade. Com base nessa suposição, fazem uso de mecanismos como a corrupção, para desmoralizar o sistema estatal e abrir caminho para que o mercado se liberte da orientação estatal e se torne o único agente orientador da sociedade chinesa. Nessa luta de classes ainda relativamente surda, não é por acaso que os chineses consideram que a corrupção

é o principal perigo estratégico do socialismo de mercado, precisando ser duramente combatido.

Mas é difícil dizer se o socialismo de mercado será a formação econômica e social de transição de todos os países capitalistas pouco desenvolvidos, para realizar o crescimento econômico, técnico e científico, tendo a indústria como principal instrumento, que os levará a uma sociedade superior ao capitalismo. Apesar disso, a experiência até agora exitosa na China e no Vietnã demonstra que o socialismo de mercado é um poderoso vetor de crescimento econômico e social, cujos paradigmas podem ser utilizados por qualquer país para seu desenvolvimento. Vale a pena estudá-los.

---

Título *China: não se espantem com seu futuro* (IN: Teoria e Debate)

Autor Wladimir Pomar

Assunto 1. China. 2. Tecnologia.

Número 202 ed. (Novembro de 2020)

Editora Fundação Perseu Abramo

Data 15 de novembro de 2020 (referência do site)

Local São Paulo

Link <https://teoriaedebate.org.br/2020/11/15/china-nao-se-espantem-com-seu-futuro/>

Resumo: A China tem planos de longo prazo para se tornar líder mundial em inovação e modernização até 2050, com estratégias focadas em desenvolvimento tecnológico, inovação e competitividade internacional. Esses planos incluem metas específicas para fortalecer a economia, o desenvolvimento sustentável e a participação global, mostrando um compromisso contínuo com o progresso e o avanço.

## CHINA: NÃO SE ESPANTEM COM SEU FUTURO - (2020)

*O país apoiou a inovação de tecnologias chaves e a elevação de sua competitividade internacional, de modo a agilizar a transformação de seus produtos. A tecnologia 5G é apenas um exemplo dessa estratégia*

A imprensa mundial noticiou que o 19º Comitê Central do Partido Comunista da China traçou um roteiro de 15 anos para guiar o país em direção à modernização, incluindo o 14º Plano Quinquenal de Desenvolvimento, entre 2021 e 2025, e as Metas de Longo Prazo para 2035. O PCC reiterou que, para tal crescimento, a China deveria empenhar-se na inovação científica e tecnológica, na construção de um forte mercado interno, no fortalecimento das áreas rurais, e no desenvolvimento verde, de modo a construir uma sociedade modestamente próspera.

A base do novo plano consiste no progresso obtido entre 2010 e 2020, com os 12º e 13º Planos Quinquenais, que elevaram o produto interno bruto da China para cerca de 100 trilhões de yuans, retiraram da pobreza cerca de 55,75 milhões de habitantes rurais, elevaram a produção anual chinesa de cereais a mais de 650

milhões de toneladas, construíram o maior sistema de seguridade social do mundo etc.

Faltou ao noticiário lembrar que a China possui um projeto de desenvolvimento científico, tecnológico e produtivo que, partindo de 2010, tem metas definidas para 2020, 2035 e 2050. Ou seja, desde 2010, a China traçou um caminho de desenvolvimento com base em seu sistema político socialista de mercado, no qual o mercado desempenha um papel primário sob a macrorregulação governamental, e em que a tradicional civilização chinesa se esforça para assimilar a importante herança cultural do mundo.

A inovação tem sido o núcleo central dos planos chineses, levando o país a se tornar, em 2020, uma “nação inovadora”, em 2035, “líder internacional em inovação” e, em 2050, uma potência mundial em inovação científica e tecnológica. De outro lado, para realizar tal desenvolvimento, a China não se envergonha de dizer que é e será seguidora e imitadora dos avanços de outros povos, até encontrar um caminho de acordo com as leis de desenvolvimento científico e tecnológico adaptadas às condições nacionais chinesas.

A China tem consciência de que a transição da imitação para a inovação é uma mudança científica dramática. Tal transição não ocorre espontaneamente, depende da capacidade de explorar as abordagens para tais mudanças, assim como os estágios alcançados, os ajustes das prioridades nacionais, e as orientações para a inovação científica e tecnológica. Por isso, em geral, a China tem dado ênfase aos estudos de importância para o desenvolvimento da alta tecnologia, assim como ao desenvolvimento de um conjunto institucional e cultural apropriado para maturar as capacidades empresariais em inovação tecnológica e em competitividade, apoiar as atividades inovativas, reestruturar o sistema nacional de educação, e desenvolver uma força de trabalho inovativa e empresarial.

Por volta de 2010, a China já havia elaborado seus “sistemas de desenvolvimento econômico e social”, de modo a orientar sua modernização através das ciências e

das tecnologias e criar uma base para a modernização das forças produtivas. A rigor, esforçou-se para integrar os recursos de inovação em linha com a abertura ao mundo exterior; incentivou pessoas talentosas através da inovação prática, em linha com o princípio de colocar o povo em primeiro lugar; integrou o papel primário do mercado com a regulação governamental macro; e assegurou a divisão do trabalho, assim como a cooperação, entre os participantes do sistema nacional de inovação.

Desde então, a China adotou a prática de elevar seu papel na crescente e dura competição global nos campos da economia e da revolução científica, tecnológica e militar, através da integração sistemática de inovações, assim como da assimilação e renovação tecnológica, absorvendo os recursos da inovação global num ambiente aberto. E, para obter benefícios inovativos e estabelecer novos setores industriais, se empenhou em construir instituições abertas e eficientes para as transferências tecnológicas e para a comunicação científica.

Além disso, para que os benefícios socioeconômicos das inovações servissem aos interesses do povo e realizassem contribuições importantes ao seu desenvolvimento cultural, a China intensificou a busca por grande número de talentos nacionais, assim como para atrair inovadores e empreendedores de todos os países. Manteve uma atitude aberta frente aos conhecimentos criados em todo o mundo, que podem servir como ponto de partida para sua inovação e crescimento, assim como para se resguardar contra a suposição de que a inovação seja um esforço unicamente chinês.

A China está convencida de que a tendência de desenvolvimento mundial exige uma visão estratégica ampla sobre o desenvolvimento científico e tecnológico. Por isso, desenvolve esforços para intensificar o intercâmbio e a cooperação com diferentes países, e para atrair profissionais, recursos intelectuais, tecnologias, e gerenciamento, de todo o mundo. Parte do princípio de que a inovação original é a fonte da competitividade internacional de cada país. Mas, como as tecnologias

chaves não são vendáveis, a única forma de reduzir a dependência tecnológica consiste em elevar a capacidade nacional de inovação.

Desse modo, enquanto expandia seu escopo econômico, elevava sua estrutura industrial, e aumentava seu comércio exterior, a China se preparou para uma crescente e aguda competição internacional. Melhorou sua estratégia quanto aos direitos de propriedade intelectual, participou ativamente na formulação e revisão de importantes estatutos internacionais, intensificou os esforços para romper as barreiras internas. E apoiou a inovação de tecnologias chaves e a elevação de sua competitividade internacional, de modo a agilizar a transformação de seus produtos.

A tecnologia 5G é apenas um exemplo dos resultados dessa estratégia, que tem levado à criação de alguns gigantes empresariais direcionados pela inovação e pelo enfrentamento da competitividade internacional. Ao mesmo tempo, porém, a China se empenha na competitividade interna e internacional através de um grande número de pequenas e médias empresas inovadoras. E está se tornando pioneira na investigação básica e nas tecnologias estratégicas chaves em campos como o espaço, as profundidades marinhas, os supercomputadores, e a comunicação quântica.

Por exemplo: seus cientistas já criaram as bases para uma rede global de comunicações quânticas à prova de piratas informáticos; seu supercomputador Sunway Taihu Light foi reconhecido como o mais rápido do mundo; a extração de hidrato de gás, ou gelo combustível, no Mar Meridional da China, em substituição ao petróleo e ao gás natural, tornou-se inovação significativa de energia limpa; o laboratório espacial Tiangong2 converteu a China em potência espacial; e seu jato C919 a tornou a quarta potência mundial na fabricação de aviões de grande porte.

Em 2016, o Índice de Inovação Global indicou que a China já possuía mais de um milhão de patentes de novos inventos, colocando-a em terceiro lugar em nível global, atrás apenas dos Estados Unidos e do Japão. Ou seja, à medida que suas

vantagens competitivas anteriores, de baixo custo da mão de obra e das matérias primas se debilitaram, a China modificou rapidamente sua estrutura industrial através da inovação científica e tecnológica.

Portanto, os dois últimos Planos Quinquenais alcançaram as metas relacionadas a 2020. Já o 14º Plano e os dois posteriores devem materializar as metas de 2035. Isto é, fazer com que a China alcance um patamar ainda mais alto em sua força econômica e tecnológica. E, conseqüentemente, na renda per capita urbana e rural, na liderança global em inovação, numa indústria sem agressão ao meio ambiente e com alta aplicação da tecnologia da informação, na modernização agrícola, e numa urbanização ecologicamente saudável.

Ou seja, em 2035, a China pretende completar a construção de uma economia modernizada, assim como de um sistema de governança, em que seja assegurado o direito das pessoas participarem e se desenvolverem como iguais. Pretende, pois, se tornar forte em cultura, educação, talentos, esportes e saúde, num ambiente ecologicamente saudável, no qual as emissões de dióxido de carbono tenham diminuído continuamente. O PIB per capita atingirá o nível dos países moderadamente desenvolvidos, aumentando o tamanho do grupo de renda média, garantindo o acesso equitativo aos serviços públicos básicos, e reduzindo significativamente as desigualdades no desenvolvimento entre diferentes regiões e padrões de vida.

Nos três planos quinquenais posteriores a 2035, a China pretende intensificar as pesquisas de alta tecnologia estratégica, focando aquelas que possuem uma abordagem crítica sobre a competitividade internacional e sua segurança nacional, incluindo as maiores inovações integradas ou soluções sistêmicas, os rompimentos de paradigmas em tecnologias cruciais, e as tecnologias de significância guia ou estratégica para o desenvolvimento futuro da China.

De um lado, pretende buscar novos avanços na construção de uma civilização ecológica, promovendo o bem-estar das pessoas e fortalecendo a capacidade de



governança. Hasteará a bandeira da paz, do desenvolvimento, da cooperação e do benefício mútuo, pretendendo criar um ambiente externo favorável e promover a construção de um novo tipo de relações internacionais e uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade.

De outro lado, pretende promover a indústria de alta tecnologia através de maior amplitude de suas fontes de irradiação tecnológica, forjando laços cooperativos entre governos e empresas locais, cultivando novas tecnologias, construindo plataformas de transferências tecnológicas para expandir a cadeia de valor da inovação, e promovendo a transferência e a comercialização dos empreendimentos científicos e tecnológicos.

Partindo dessa diretriz estratégica nacional, a estratégia de desenvolvimento regional das áreas costeiras do Leste da China deve priorizar o investimento em pesquisas de alta tecnologia, cruciais para o desenvolvimento industrial local e para o desenvolvimento de economias do conhecimento nessas áreas, além de aumentar a atenção para pesquisas no campo de recursos naturais, meio ambiente, população e saúde pública.

Nas áreas nordeste e central da China, a implementação da estratégia científica e tecnológica deve focar na renovação e atualização técnica das indústrias tradicionais e na modernização das práticas agrícolas. De outro lado, essas regiões também devem investir em pesquisa básica e de alta tecnologia relacionada ao desenvolvimento local de economias do conhecimento. Quanto à região noroeste, o apoio principal deve se voltar para as atividades de pesquisa relacionadas à proteção do meio ambiente e à exploração racional dos recursos naturais.

Finalmente, entre 2035 e 2050, a China pretende intensificar o papel subjacente do mercado na alocação de recursos, de modo a acelerar a construção de um ambiente de mercado amigo da inovação, aperfeiçoar as leis e regulamentos destinados à promoção de empresas inovadoras, incluindo uma política de aquisição

governamental para encorajar inovações, e construir um ambiente financeiro e político favorável a esse objetivo.

Ou seja, nesse período a China pretende realizar passos ainda mais fortes em suas políticas de reforma e abertura, melhorar ainda mais sua economia de mercado socialista e, basicamente, concluir a construção de um sistema de mercado de alto nível, capaz de atender a todas as necessidades sociais. A essa altura, a sociabilidade e a civilidade do povo chinês terão sido aprimoradas, possibilitando-lhe adotar os valores socialistas fundamentais.

Portanto, em relação à China, ela traçou um caminho de longa marcha. Em princípio, não há por que se espantar com seu futuro. A não ser que as contradições imperialistas levem algum de seus países a tentar resolver suas contradições internas apelando para foguetes e bombas.

Título	<i>Partido Comunista da China: 100 anos</i>
Autor	Wladimir Pomar
Assunto	1. China. 2. Partido Comunista Chinês.
Número	210 ed. (Julho de 2021)
Editora	Fundação Perseu Abramo
Data	14 de julho de 2021 (referência do site)
Local	São Paulo
Link	<a href="https://teoriaedebate.org.br/2021/07/14/pc-da-china-100-anos/">https://teoriaedebate.org.br/2021/07/14/pc-da-china-100-anos/</a>
Resumo: Wladimir Pomar analisa o Partido Comunista da China, que em seu centenário, busca consolidar sua posição como líder econômico e tecnológico global, enfrentando desafios históricos para integrar o socialismo com o mercado e promover o bem-estar da população em meio à crescente produtividade e ao descarte de força de trabalho.	

## PARTIDO COMUNISTA DA CHINA: 100 ANOS - (2021)

*O PCCh comemora seu centenário, numa situação em que o país tende a se tornar a principal potência econômica mundial e também o centro de desenvolvimento científico e tecnológico*

O Partido Comunista da China (PCCh) acaba de comemorar 100 anos de existência, numa situação em que seu país tende a se tornar, nos próximos anos, não só a principal potência econômica mundial, mas também o principal centro de desenvolvimento científico e tecnológico, e aquele no qual seu povo passa a usufruir de melhores e maiores condições de trabalho, educação e vida social e política.

### **Desafios iniciais**

O caminho para chegar a tal situação não foi fácil. Entre 1921 e 1936, ao mesmo tempo em que enfrentava o poder dos senhores de guerra feudais e das potências estrangeiras, que dividiam o território e a economia chinesas, o PC da China se confrontou com as diversas opções e propostas internas que buscavam retirar a China da condição de país semifeudal e semicolonial.

Convencer a maioria de seus membros de que o campesinato semifeudal, e não a classe trabalhadora industrial, era a principal força social para transformar a China

feudal e colonial, demandou grandes esforços teóricos e práticos. Algo que se concentrou, primeiro, no esforço para convencer a maioria de seus membros sobre a necessidade de estabelecer bases rurais armadas para realizar uma guerra popular contra os “senhores de guerra feudais”. E que se desdobrou, depois, na imperiosidade de realizar uma “grande marcha” para o norte da China, de modo a assumir o principal papel na luta contra a invasão imperialista japonesa, estabelecendo uma frente única nacional com o exército oficial chinês e assumindo papel diretor na luta contra o invasor.

Foi o sucesso dessas diretivas complexas, contribuindo decisivamente para a derrota da invasão imperialista japonesa, que permitiu ao exército popular, comandado pelo Partido Comunista da China, enfrentar a nova guerra civil, imposta pelos latifundiários “senhores de guerra”, e fundar uma “república popular”, em outubro de 1949.

Ou seja, todos esses passos indicam que, desde o início, prevaleceu a suposição de que o Partido Comunista Chinês se confrontava com uma situação histórica em que não estavam maduras as condições econômicas, sociais e políticas para implantar uma sociedade socialista, prevista na teoria marxista como aquela capaz de realizar o trânsito da sociedade capitalista para uma sociedade comunista.

Segundo a teoria da economia política marxista, a transição para o comunismo é uma questão científica associada ao grau de desenvolvimento do capitalismo. É a contradição básica do capitalismo que determina a necessidade de sua superação histórica. O pleno desenvolvimento das forças produtivas leva, ao mesmo tempo, positivamente, a uma constante elevação da produtividade (produção mais elevada com menor participação de força de trabalho) e, negativamente, a uma progressiva redução da força de trabalho (portanto, redução do mercado de consumo), e consequente redução do movimento das mercadorias e crise de realização do próprio capital.

É tal contradição que coloca a necessidade de ser resolvida com a superação do próprio sistema do capital, através de uma transição por dois momentos articulados. Um, de socialização da propriedade privada, com a reorganização do processo produtivo e da distribuição da produção na sociedade. Outro, de uma sociedade reorganizada de modo a atender a todas as necessidades sociais sem precisão da propriedade privada (comunismo).

No entanto, tudo indica que a dialética de transição do capitalismo para o comunismo tende a agir da mesma forma complexa em que atuou em todas as transições econômicas, sociais, políticas e culturais passadas. Basta estudar com atenção os processos de transição do comunismo primitivo para o escravismo, deste para o feudalismo, e do feudalismo para o capitalismo, e notar como os processos de superação da formação antiga e de afirmação da nova apresentaram diferenciações e combinações diversas antes de se consolidarem.

A própria formação econômico-social capitalista surgiu, se desenvolveu e consolidou-se de forma extremamente desigual nas diferentes partes do mundo, ainda hoje apresentando inúmeros graus de diferenciação. Portanto, não é estranho que sua evolução tenha criado, e tenda a continuar criando, situações revolucionárias “socialistas” em países atrasados em seu desenvolvimento capitalista, a exemplo da Rússia, China, Vietnã, Laos, Angola, Moçambique, Cuba etc.

No caso da Rússia, o sistema feudal ainda era predominante na agricultura, e os núcleos industriais estavam segregados a apenas algumas cidades (principalmente Petrogrado). No caso da China, o sistema feudal ainda era predominante, enquanto potências capitalistas estrangeiras ocuparam áreas do país como colônias suas, e parques industriais estavam presentes apenas em algumas áreas restritas.

Apesar disso, essa presença industrial, tendo uma classe social proletária como base, fez surgir organizações revolucionárias com perspectiva política socialista e

comunista, levando à eclosão de revoluções vitoriosas, tanto na Rússia, em 1917, quanto na China, em 1949.

A evolução econômica da Rússia Soviética conheceu a reforma agrária capitalista, a Nova Política Econômica (NEP, combinando estatismo e privatismo) até 1928, e o estatismo industrial e agrícola completo, com planos econômicos centralizados, desde os anos 1930 até o fim da URSS, nos anos 1990. De um lado, o sistema estatal de planejamento e produção sob comando centralizado permitiu à URSS se tornar uma potência econômica e militar por um período prolongado. De outro, levou a uma crescente crise na produção de bens de consumo, assim como à burocratização do sistema empresarial, conformando as bases econômicas, sociais e políticas da falência da experiência socialista soviética e da transformação de sua economia, desde os anos 1990, numa economia capitalista.

A evolução econômica da China Popular, por seu lado, conheceu, inicialmente, a reforma agrária capitalista, seguida da combinação do sistema industrial capitalista com o sistema industrial estatal, já que parte da burguesia chinesa foi aliada do PC no processo da revolução. Por isso, o processo revolucionário chinês foi classificado então como democrático-popular.

Para reduzir a massa de desempregados da população (na época, população já superior a um bilhão de pessoas), as empresas estatais chinesas adotaram o sistema 3:1 (três trabalhadores por posto de trabalho), o que reduzia sua produtividade, mas ampliava a capacidade de emprego. Paralelamente, as campanhas de mobilização social, contra os três males (fome, endemias e analfabetismo) e pelos três bens (máquina de costura, bicicleta e rádio), promoveram a melhoria das condições de vida e incentivaram a educação.

De outro lado, as políticas de industrialização claudicavam, seja pela crescente oposição da burguesia nacional aos planos de industrialização estatal e de controle dos preços, seja pela crescente burocratização das empresas estatais. O que conduziu a novas grandes campanhas sociais, como as do cooperativismo rural e

da revolução cultural, claramente coletivistas e estatizantes. A revolução cultural foi o ápice de mobilização de grandes massas sociais para tentar resolver as questões relacionadas com o desenvolvimento econômico e acentuar o aspecto estratégico de continuidade da perspectiva socialista.

Tudo isso, num momento em que o estatismo absoluto estava em crise, tanto na URSS, quanto nos países democrático-populares do Leste europeu e, também, no Vietnã. E foi sua avaliação, ou seu balanço crítico, durante dois anos, no final dos anos 1970, após o fracasso da revolução cultural, que permitiu a adoção de uma nova estratégia de desenvolvimento socialista na China.

Segundo tal balanço, a experiência histórica chinesa demonstrava que não era possível ingressar no socialismo de transição capitalismo-comunismo antes de esgotar todas as possibilidades e contradições do capitalismo. Ou seja, como já concluíra Lênin, não é possível liquidar o mercado por decreto. Por outro lado, o balanço chinês também concluiu que retornar ao capitalismo era inaceitável para todos que realizaram movimentos revolucionários e estabeleceram processos que deveriam desembocar no socialismo.

Em tais condições, o PC Chinês concluiu que sua missão residia em combinar a ação primária do mercado com a orientação científica, tecnológica, econômica, social e política do Estado, numa perspectiva socialista e comunista, de modo a completar o desenvolvimento econômico que o capitalismo fora incapaz de realizar até então.

Tal orientação estatal passou a compreender os desenvolvimentos da indústria, da agricultura e dos serviços, marcados por revoluções científicas e tecnológicas, com elevação constante da produtividade, tendo como alvo o pleno atendimento das necessidades sociais, e a elevação do padrão de vida e educacional do conjunto da população.

Para tanto, o Estado deveria contar com a ação de instrumentos próprios, como bancos, empresas estatais, organizações científicas e tecnológicas, planos estatais



gerais e específicos, e instituições democráticas de crescente participação popular na vida social e política da sociedade.

Para evitar a burocratização, a monopolização, e o engessamento do processo produtivo, como ocorrera na experiência soviética, tanto empresas de propriedade estatal quanto de propriedade privada deveriam participar do processo produtivo através de um sistema concorrencial.

Além disso, seria indispensável ter em conta, como principal perigo para tal transição, que esse processo estatal-privado geraria problemas relacionados com a corrupção, em especial aquela voltada para conquistar agentes estatais com poder de decisão sobre as atividades econômicas. A corrupção tenderia a constituir o principal perigo para o desenvolvimento do sistema socialista, obrigando o Estado a ter leis, planos e orientações concretas de combate permanente contra ela.

O pleno emprego deveria continuar sendo um problema, principalmente tendo em vista a população chinesa de 1,4 bilhão de habitantes. Seria necessário levar em conta que os investimentos nos processos produtivos industrial e agrícola deveriam gerar novos empregos, mas também processos correlatos de desemprego à medida que a produtividade se elevasse, obrigando a adoção de medidas que protegessem e elevassem a capacidade técnica dos trabalhadores.

### **Reformas de 1978**

Ou seja, o balanço histórico da experiência socialista entre 1950 e 1976 levou o PC da China a adotar, de imediato, uma série de reformas econômicas e políticas para dar seu salto no desenvolvimento industrial e agrícola. Primeiro, elevou os preços dos produtos agrícolas para incentivar a produção agrícola familiar, criando um ambiente de incorporação de milhões de famílias camponesas para a elevação da produção. Nessa mesma linha de desenvolvimento das áreas rurais, também incentivou o desenvolvimento, nas zonas agrícolas, de projetos industriais de produção de equipamentos para a agricultura e a pecuária.

Paralelamente, nos centros urbanos, organizou agências de elaboração de projetos industriais propostos por técnicos e operários de empresas estatais, a serem financiados por bancos estatais, permitindo, ao mesmo tempo, eliminar paulatinamente o sistema 3 por 1 e elevar a produtividade industrial. Ou seja, incentivou a formação de uma nova burguesia chinesa.

Ao mesmo tempo, organizou e construiu “zonas econômicas especiais” para permitir a localização de novas empresas industriais, principalmente *joint ventures* com empresas estrangeiras que se comprometessem, contratualmente, a transferir novas e/ou altas tecnologias para as empresas chinesas parceiras, estatais e/ou privadas.

Atualmente, as estatais chinesas estão praticamente em todos os ramos econômicos. No entanto, elas não têm o monopólio desses ramos. Ou seja, há várias estatais disputando o mercado entre si e com empresas privadas, de modo a evitar a burocratização, atuar de acordo com as demandas do mercado, e elevar sua produtividade. Além disso, as estatais chinesas são estruturadas de modo que os empregados também tenham influência em seu funcionamento, através de assembleias internas.

Além disso, o Estado chinês mantém uma série de outras medidas para fortalecer a direção e orientação estatal, a exemplo dos planos quinquenais de desenvolvimento, nacionais, provinciais e municipais, tendo em conta as articulações regionais; o fortalecimento do sistema de participação dos funcionários e trabalhadores das empresas estatais no processo de planejamento e funcionamento dessas empresas; a adoção do seguro-desemprego, cujo pagamento depende do desempregado apresentar um atestado de que está realizando curso para elevar sua capacidade técnica, ou que está participando de trabalhos comunitários; a execução de um programa de eliminação da situação de vida abaixo da linha da pobreza, através da reorganização dos sistemas produtivos locais causadores dessa situação extrema (completado em 2020).

## **Perspectivas para 2050**

Os planejadores chineses acreditam que estarão ombreados, em termos industriais e agrícolas, com os principais países capitalistas, em torno de 2050, quando seu desenvolvimento científico e tecnológico tiver alcançado um alto grau.

Segundo eles, os sistemas de energia e recursos naturais sustentáveis estarão estabelecidos; os principais problemas do ciclo hídrico estarão resolvidos; a manufatura verde de materiais e os processos recicláveis de materiais estarão em funcionamento; a tecnologia de informação estará universalizada; os sistemas de indústria biológica e da agricultura estarão consolidados; o sistema de saúde já será acessível a todos; os sistemas de exploração do oceano terrestre e do espaço sideral estarão em expansão; e a administração social do processo produtivo será crescente.

Isso significa que, entre 2020 e 2050 a China será confrontada, cada vez mais, pelo processo contraditório de elevação da produtividade e de descarte de força de trabalho, obrigando-a a adotar novos procedimentos de utilização dessa força humana e de distribuição da renda nacional abrangendo o conjunto da sociedade.

Ou seja, seguindo as previsões da teoria econômica marxista, nos próximos 30 anos a China se confrontará cada vez mais com a contradição entre a alta produtividade das forças produtivas e o descarte da força de trabalho, que tende a criar gargalos na comercialização das mercadorias. Diante dessas condições, é possível que a tendência socialista de transição se consolide, mesmo paulatinamente, através da redução do papel do mercado e do aumento consistente do papel do Estado na reorganização da produção e da distribuição dos bens produzidos.

Nessas condições, é provável que a existência de um “mercado sob orientação estatal”, no qual convivem diversas estatais em cada segmento econômico, concorrendo entre si e com as empresas privadas, mas todas sendo impelidas a subordinar-se aos planos estatais, seja substituída por uma nova forma de

organização do emprego da força de trabalho e de organização dos processos produtivo e distributivo, menos privado e mais social.

Ao mesmo tempo, também é provável que as formas de organização do poder político chinês, atualmente comandado pelas Assembleias Populares, tendo os Conselhos Políticos Consultivos como instrumentos importantes na elaboração democrática das políticas e planos governamentais chineses, evoluam para formas ainda mais democráticas, e que a hegemonia socialista e comunista ocorra cada vez mais através da influência ideológica e política.

É evidente que isso dependerá, em grande medida, da pressão e das medidas que os países capitalistas adotarem diante do desenvolvimento econômico, social, político e ideológico da China. Lembramos que a Guerra Fria dos países capitalistas desenvolvidos contra a URSS só foi possível porque tais países conseguiram unificar-se numa política de isolamento, sob a égide dos EUA. A China Popular, porém, não aceitou ficar isolada, realizando uma política de aliança e colaboração econômica e política com boa parte dos países capitalistas, criando obstáculos para uma unificação capitalista contra ela. Assim, não é irreal supor que ela consiga realizar o mesmo no futuro.

Em tais condições, é possível que o PCC mantenha e amplie sua influência ideológica e política sobre o conjunto da população chinesa, influência que tem aumentado à medida que o desenvolvimento de sua sociedade avança, em que a miséria abaixo da linha da pobreza foi superada, e em que há uma crescente elevação do padrão econômico, cultural e social da maior parte de sua população.

Título *A questão do socialismo chinês (IN: Teoria e Debate)*

Autor Wladimir Pomar

Assunto 1. China. 2. Socialismo.

Número 215 ed. (Dezembro de 2021)

Editora Fundação Perseu Abramo

Data 10 de dezembro de 2021 (referência do site)

Local São Paulo

Link <https://teoriaedebate.org.br/2021/12/10/a-questao-do-socialismo-chines/>

Resumo: A China enfrentará, até 2050, o desafio de aumentar a produtividade e lidar com o desemprego, buscando soluções socialistas para redistribuir a renda e reorganizar a produção.

## A QUESTÃO DO SOCIALISMO CHINÊS - (2021)

*Entre 2020 e 2050, a China será confrontada, cada vez mais, pelo processo contraditório de elevação da produtividade e de descarte de força de trabalho*

### **Introdução: a questão geral do socialismo**

Segundo a teoria da economia política marxista, essa é uma questão científica associada ao grau de desenvolvimento do capitalismo.

A contradição básica do capitalismo, que determina a necessidade de sua superação histórica, reside no fato de que o desenvolvimento de suas forças produtivas leva, ao mesmo tempo, a uma constante elevação da produtividade (produção mais elevada com menor participação de força de trabalho), e a uma progressiva redução do mercado de consumo e, portanto, redução do movimento das mercadorias e crise de realização do próprio capital.

É tal contradição que coloca a necessidade de ser resolvida com a superação do próprio sistema do capital.

A hipótese básica é que tal transição teria dois momentos: um, socialista, de superação da propriedade privada, e de reorganização do processo produtivo e de distribuição da produção na sociedade; outro, de uma sociedade reorganizada de

modo a atender a todas as necessidades sociais sem precisão da propriedade privada (comunismo).

Na prática, porém, a história, da mesma forma que agiu nas transições econômicas, sociais, políticas e culturais passadas (comunismo primitivo, escravismo e feudalismo), resolveu apresentar ironias de diferentes tipos para a superação do capitalismo.

### **Ironias da história**

Em primeiro lugar, o desenvolvimento da formação econômico-social capitalista tem sido extremamente desigual nas diferentes partes do mundo.

Em segundo lugar, tal desenvolvimento criou situações revolucionárias socialistas em países atrasados em seu desenvolvimento capitalista. Exemplos: Rússia, China, Vietnã, Laos, Angola, Moçambique, Cuba etc.

No caso da Rússia, o sistema feudal ainda era predominante na agricultura, e os núcleos industriais estavam segregados a apenas algumas cidades (principalmente Petrogrado).

No caso da China, o sistema feudal ainda era predominante. Além disso, potências imperialistas ocupavam áreas do país como colônias suas. E indústrias estavam presentes apenas em algumas áreas restritas.

Em momentos diferentes, revoluções com perspectiva política socialista eclodiram e se desenvolveram em virtude das brutais contradições provocadas por guerras imperialistas, tanto na Rússia, em 1917, quanto na China, entre 1945 e 1949.

A evolução econômica da Rússia Soviética conheceu a reforma agrária capitalista, a Nova Política Econômica (combinação de estatismo e privatismo, até 1928) e o estatismo industrial e agrícola completo, com planos econômicos centralizados, desde os anos 1930 até o fim da URSS.

Por um lado, o sistema estatal permitiu à URSS se tornar uma potência econômica e militar por um período prolongado. Por outro, criou uma crise na produção de

bens de consumo, uma das bases da falência da experiência socialista e da transformação da economia estatizada numa economia capitalista, desde os anos 1990.

A evolução econômica da China conheceu, inicialmente, a reforma agrária capitalista, seguida da combinação do sistema industrial capitalista com o sistema industrial estatal.

Não esquecer que parte da burguesia chinesa foi aliada no processo da revolução chinesa e, por isso, o processo revolucionário chinês foi classificado então como democrático-popular.

Para reduzir a massa de desempregados da população (na época, já superior a um bilhão de pessoas), as empresas estatais chinesas adotaram o sistema 3:1 (três trabalhadores por posto de trabalho), o que reduzia a produtividade, mas ampliava a capacidade de emprego.

Paralelamente, foram mobilizadas campanhas para modificar a situação social chinesa. As campanhas contra os três males (fome, endemias e analfabetismo) e pelos três bens (máquina de costura, bicicleta e rádio) promoveram o estudo básico e melhores condições de vida.

Por outro lado, as políticas de industrialização claudicavam pela crescente oposição da burguesia nacional aos planos de industrialização estatal. O que conduziu a grandes campanhas, como as do cooperativismo rural e da revolução cultural, claramente estatizantes.

A revolução cultural foi o ápice de mobilização de grandes massas sociais para resolver as questões relacionadas com o desenvolvimento econômico, aspecto estratégico para a continuidade da perspectiva socialista.

Isso, num momento em que o estatismo absoluto estava em crise, tanto na URSS, quanto nos países democrático-populares do leste europeu, e também no Vietnã. E foi sua avaliação, ou seu balanço crítico, durante dois anos, no final dos anos 1970, que permitiu uma nova estratégia de desenvolvimento socialista na China.



## **Balanço das experiências chinesas – 1949/1978**

Segundo tal balanço, a experiência histórica demonstra que não é possível ingressar no socialismo de transição capitalismo-comunismo antes de desenvolver todas as possibilidades e contradições do capitalismo. Ou seja, como já concluía Lenin, não é possível liquidar o mercado por decreto.

Por outro lado, retornar ao capitalismo pleno é inaceitável para todos que realizaram movimentos revolucionários exitosos e estabeleceram democracias populares e processos que deveriam desembocar no socialismo.

Em tais condições, a conclusão do PC Chinês residiu em combinar a ação primária do mercado com a orientação científica/tecnológica/econômica/social e política do Estado, numa perspectiva socialista e comunista, de modo a completar o desenvolvimento que o capitalismo foi incapaz de realizar.

Tal orientação estatal compreende o desenvolvimento da indústria, da agricultura e dos serviços, marcados por revoluções científicas e tecnológicas, com elevação constante da produtividade, tendo como alvo o pleno atendimento das necessidades sociais, e a elevação do padrão de vida e educacional do conjunto da população.

Para tanto, o Estado deve contar com a ação de instrumentos próprios, como bancos, empresas estatais, organizações científicas e tecnológicas, planos estatais gerais e específicos, e instituições democráticas de crescente participação popular na vida social e política da sociedade.

Por outro lado, para evitar a burocratização, a monopolização e o engessamento do processo produtivo, como ocorreu na experiência soviética, tanto empresas de propriedade estatal quanto privada devem participar do processo produtivo, impondo a concorrência entre si.

Por outro lado, esse processo estatal-privado também gera problemas relacionados com a corrupção, em especial voltada para conquistar agentes estatais com poder de decisão sobre as atividades econômicas.

Em tais condições, a corrupção tende a constituir o principal perigo para o desenvolvimento do sistema socialista, obrigando o Estado a ter planos, orientações concretas e leis de combate permanente a ela.

Além disso tudo, o problema do emprego deve continuar sendo um problema, principalmente tendo em vista a população chinesa de 1,4 bilhão de habitantes. Num primeiro momento, os investimentos nos processos produtivos industrial e agrícola devem gerar novos empregos, mas também processos correlatos de desemprego.

### **Balanço das experiências chinesas de 1978 e 2020**

A rigor, desde 1978 a China adotou uma série de reformas e políticas para dar seu salto no desenvolvimento industrial e agrícola.

Primeiro, elevou os preços dos produtos agrícolas para incentivar a produção agrícola familiar, criando um ambiente de incorporação de milhões de famílias camponesas para a elevação da produção.

Nessa mesma linha de desenvolvimento das áreas rurais, incentivou o desenvolvimento de projetos industriais de equipamentos para a agricultura nas zonas agrícolas.

Paralelamente, nos centros urbanos, organizou agências de elaboração de projetos industriais propostos por técnicos e operários de empresas estatais, a serem financiados por bancos estatais, permitindo, ao mesmo tempo, eliminar paulatinamente o sistema 3 por 1 e elevar a produtividade industrial. Ou seja, incentivou a formação de uma nova burguesia.

Também organizou e construiu “zonas econômicas especiais” para permitir a localização de novas empresas industriais, principalmente *joint ventures* com empresas estrangeiras que se comprometessem, contratualmente, a transferir novas e/ou altas tecnologias para as empresas chinesas parceiras, estatais e/ou privadas;

- Adotou planos quinquenais estatais de desenvolvimento nacionais, provinciais e municipais, tendo em conta as articulações regionais;
- Fortaleceu o sistema de participação dos funcionários e trabalhadores das empresas estatais no processo de planejamento e funcionamento dessas empresas através de assembleias gerais;
- Adotou um seguro-desemprego, cujo pagamento depende de o desempregado apresentar um atestado de que está realizando curso para elevar sua capacidade técnica, ou que está participando efetivamente de trabalhos comunitários;
- Adotou e executou um programa de eliminação da situação de vida abaixo da linha da pobreza, através da reorganização dos sistemas produtivos locais causadores dessa situação extrema, programa de sucesso alcançado em 2020.

### **Perspectivas para 2050**

Os planejadores chineses acreditam que estarão ombreados, em termos industriais e agrícolas, com os principais países capitalistas, em torno de 2050, quando seu desenvolvimento científico e tecnológico tiver alcançado alto grau de desenvolvimento.

Segundo eles, os sistemas de energia e recursos naturais sustentáveis estarão estabelecidos; os principais problemas do ciclo hídrico estarão resolvidos; a manufatura verde de materiais e os processos recicláveis de materiais estarão em funcionamento; a tecnologia de informação estará universalizada; os sistemas de indústria biológica e da agricultura estarão consolidados; o sistema de saúde já será acessível a todos; os sistemas de exploração do oceano terrestre e do espaço sideral estarão em expansão; e a administração social do processo produtivo será crescente.

Isso significa que, entre 2020 e 2050, a China será confrontada, cada vez mais, pelo processo contraditório de elevação da produtividade e de descarte de força de trabalho, obrigando-a a adotar novos procedimentos de utilização dessa força humana e de distribuição de renda nacional.

Ou seja, seguindo as previsões da teoria econômica marxista, nos próximos 30 anos a China se confrontará cada vez mais com a contradição entre a alta produtividade das forças produtivas e o descarte da força de trabalho, que tende a criar gargalos na comercialização das mercadorias.

Nessas condições, é possível que a tendência socialista de transição se consolide, mesmo paulatinamente, através da redução do papel do mercado e do aumento consistente do papel do Estado na reorganização da produção e da distribuição dos bens produzidos.

*Texto lido durante a mesa “A luta pelo socialismo no século 21 e trajetória chinesa”, em 27/03/21, das 13 Jornadas de Debate Sobre o Socialismo no Século 21, realizadas pelo Partido dos Trabalhadores e a Fundação Perseu Abramo.*